



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

SANDRO HAOXOVELL DE LIRA

**AS MUDANÇAS DO *HABITUS* A PARTIR DA EXPLORAÇÃO
DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM**

**MANAUS - AMAZONAS
2013**

SANDRO HAOXOVELL DE LIRA

**AS MUDANÇAS DO *HABITUS* A PARTIR DA EXPLORAÇÃO
DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, na Linha de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais, como requisito final para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

**MANAUS - AMAZONAS
2013**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

L768m Lira, Sandro Haoxovell de
As mudanças do habitus a partir da exploração de petróleo e gás natural em Coari-AM / Sandro Haoxovell de Lira. - Manaus: UFAM, 2013.
245 f.: il. color.
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

1. Etnologia – Amazônia 2. Indústria petrolífera – Coari (AM) 3. Desenvolvimento sustentável 4. Cultura – Amazônia I. Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (2007): 572.9(811)(043.3)

SANDRO HAOXOVELL DE LIRA

**AS MUDANÇAS DO *HABITUS* A PARTIR DA EXPLORAÇÃO
DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, na Linha de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais, como requisito final para obtenção do grau de mestre.

Aprovado em: 18 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe - UFAM

Prof.^a Dra. Katia Helena Serafina Schweickardt - UFAM

Prof.^a Dra. Albejamere Pereira Castro - UFAM

À minha esposa, Juliana, pelo carinho,
compreensão e amor incondicionais.

À minha filha Júlia, razão do meu viver e meu
encanto, pelo incomensurável incentivo contido
em seus sorrisos e abraços.

À minha mãe, Edeltrudes, pelas constantes
orações e conselhos para a vida.

A meus irmãos, com os quais aprendi
primariamente o tom da responsabilidade pai.

Com desmedido amor,

Dedico este trabalho!

Agradecimentos

A Jesus Cristo, filho de Deus e próprio Deus, que apesar das minhas dificuldades e limitações, concedeu-me por meio de sua maravilhosa graça o entendimento necessário, a vida, a proteção, a saúde e o amor nessa caminhada da vida. A Ele minha eterna gratidão e louvor pelas vitórias até aqui alcançadas e até pelas derrotas que me amoldaram o caráter.

À prezada Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (Teca), pela sempre disposta atenção, compreensão, sabedoria e paciência destinadas a mim, bem como pelo sublime exemplo de humanidade e respeito para com as pessoas que a cercam, expresso também pelas décadas de trabalho destinado à Amazônia.

Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia PPG/CASA, Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira, pelo inegável e indistinto acolhimento e competência acadêmico-administrativo em nossa estada no mestrado.

Aos professores Drs. Edilza Laray e Neliton Marques pelas valiosas observações, recomendações e ensinamentos por ocasião da qualificação e posteriormente. E às professoras Katia Schweickardt e Albejamere Castro pelas grandes contribuições na defesa deste trabalho.

Aos professores e demais servidores TAEs que compõem o PPG-CASA, os quais demonstraram, concretamente, vividamente o paradigma sistêmico, onde todos, indistintamente, são importantes para o bom funcionamento do programa.

Ao inconfundível e estimado amigo Daniel Carneiro Costa, companheiro incansável de elaboração de artigos científicos e de assuntos enlevantes. Nossa parceria gerou excelentes frutos.

Aos coarienses, por quem tenho profundo zelo, respeito e carinho. Apesar das históricas amarras políticas, ideológicas e econômicas, são um povo que suscita encantos e admiração.

À minha mãe Edeltrudes (Del), pelo incompreensível amor, abnegação e pelo exemplo de vida honesta.

Aos meus irmãos Rodrigo, Hemanuelle, Thiago, Karina e Sabrina. A vida nos uniu por eles inquebrantáveis. Amo a todos vocês.

Por fim, às pessoas mais importantes de minha vida, meu porto seguro: minha sempre presente e *beautiful* esposa Juliana (Ju), que faz meu coração agitar-se tal qual ao de um adolescente apaixonado – a cada dia amo mais você, uma mulher de muitas qualidades, ser amável; e à minha surpreendente e meiga filha Júlia Alessandra (Juju), que conferiu um novo, belo e inimaginável contorno à minha errante e utópica existência...

Com especial atenção e estima,

Sandro Haoxovell de Lira

Evitemos cuidadosamente toda afetação que provoca sempre o menosprezo: em primeiro lugar é um engano e, como tal, uma covardia, por repousar sobre o medo; depois, implica a condenação de si próprio por si próprio, visto que pretendemos parecer o que não somos e o que julgamos superior ao que somos. O fato de afetar uma qualidade, de envaidecer-se dela, é uma confissão de que a não possuímos.
(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

A presente pesquisa, “As mudanças do *habitus* a partir da exploração de petróleo e gás natural em Coari-AM”, tem como objetivo central analisar as mudanças do *habitus* dos moradores de Coari-AM após a exploração de petróleo e gás natural e a relação com a sustentabilidade, em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o estudo contemplou dois territórios: urbano e rural, quais sejam, a Orla Central da cidade e a Comunidade Esperança II. Entende-se que os atores sociais das áreas focais deste trabalho vivenciaram processos de profundas alterações socioambientais em face da introdução das atividades petrolíferas em Coari, de modo a repercutir sobre as suas condições de vida. Percebe-se que esses moradores, por estarem situados num *locus* considerado como tradicional, sentiram novas dinâmicas internas no seu cotidiano como jamais visto em temporalidades pretéritas. Apesar da importância econômica e sociopolítica do gasoduto Coari-Manaus para o Estado Brasileiro, o ônus desse megaempreendimento tem recaído sobre as populações nos perímetro urbano e rural, de modo a alterar a sua topofilia, as possibilidades de reprodução da vida material e simbólica, o *habitus* e, por isso mesmo, a sua qualidade de vida e bem-estar humano. Assim, este estudo apresenta a necessidade da conquista de outras relações de poder e empoderamento sócio-político, para que os benefícios socialmente dispostos sejam acessados por todos os sujeitos e não reproduzam as situações existenciais desconhecidas de perversidade socioambiental, que tem dado movimento à sociedade local. A configuração de Coari pós-instalação do gasoduto remete o olhar para as empreitadas do petróleo na Amazônia, que geralmente ocorrem sem considerar as especificidades do ser regional, atendendo exclusivamente os interesses econômicos nacionais atrelados ao capital internacional, excluindo majoritariamente os campos social, ambiental, cultural e político, que compõem a sustentabilidade do desenvolvimento. Este trabalho utilizou a etnografia e a percepção ambiental como métodos, mediante a utilização de uma fundamentação teórico-metodológica baseada na coleta de dados quantiquantitativos, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, formulários, levantamento iconográfico e análise de dados secundários – socioeconômicos, ambientais e territoriais – de órgãos oficiais e de outros estudiosos. Estes instrumentos contribuíram para a avaliação das condições de vida em Coari, especialmente nos campos cultural, ambiental, social, político e econômico, assim como serviram para explicitar a percepção dos informantes da pesquisa sobre as atividades do petróleo. Portanto, este trabalho mostra de forma imperativa a necessidade de criação de novos modelos de desenvolvimento e apropriação de recursos ambientais amazônicos, de modo que os principais atores societários interessados nesse processo não fiquem presos às cadeias sociais e políticas, que os tornam mais vítimas que beneficiários, como o exemplo do gasoduto Coari-Manaus tem mostrado, por ter impactado mais negativamente que positivamente a população coariense.

Palavras-chave: *habitus*, sustentabilidade, exploração de petróleo e gás natural, cultura, Amazônia.

ABSTRACT

The present research, “The changes of the *habitus* from the oil and gas exploration in Coari-AM”, has as main objective to analyze the changes in the *habitus* of the residents of Coari-AM. Therefore, the research observed two territories: urban and rural, the Central Border of the town and The Comunidade Esperança II. The social actors of the focused areas of this project have seen processes of deep social and environmental changes brought by the introduction of the oil companies introduction in Coari, which has impacts over their life’s conditions. The inhabitants, by being situated in a *locus* considered as traditional, has felt new inner dynamics in their quotidian, in a way that they has never seen in past times. Despite of the socioeconomic and political importance of the Coari-Manaus gas tube for the Brazilian State, the onus of this huge enterprise has fallen over the population at the urban and rural areas, fact that have changed their topophilia, the possibilities of reproductions of the material and symbolic life, and as consequence, the life quality and human welfare. Thus, this research presents the need of establishment of new power relations and sociopolitical empowerment, to the socially disposed benefits be accessed by all the population and do not reproduce the current situation of socioenvironmental perversity, that has given dynamics to the local society. Coari’s configuration after the establishment of the gas tube force to focus on the oil’s enterprises in Amazon, what generally occurs without consider the specificity of the regional people, seeking only the national economic interests linked to the international capital, excluding majorly the social, economic, environmental, cultural and political fields, which composes the sustainability of the development. This research have used the ethnography and the environmental perception as methods, by the utilization of a theoretical-methodological basis, guided by quantitative and qualitative data collecting, by application of semi structured interviews, forms, iconographic survey, and secondary data analyzes – socioeconomic, environmental and territorial – of official agencies and other researches. These instruments have contributed to the evaluation of life conditions in Coari, specially in the cultural, environmental, social, political and economic fields, also have served to explicit the research’s informers perception of the oil activities. Hence it follows that, this research shows in a imperative way the need of create new development and natural resources appropriation models in Amazon, to make the main associated actors interested in this process do not get stucked to the political and social chains, what makes them more victims than beneficiary, as the case of Coari-Manaus gas tube has shown, by having impact most negative than positive to the town’s population.

Keywords: *habitus*, sustainability, oil and natural gas exploration, culture, Amazon.

Lista de Figuras

Figura 1 – Localização da área de estudo em Coari	18
Figura 2 – Distância entre território rural e urbano	20
Figura 3– Métodos e instrumentos de pesquisa	21
Figura 4 – Dimensões da sustentabilidade	26
Figura 5 – Dimensões clássicas da sustentabilidade	39
Figura 6 – Dimensões ampliadas da sustentabilidade	40
Figura 7 – Igreja Católica Matriz	71
Figura 8 – Vista aérea encontro das águas de Coari.....	72
Figura 9 – Casa de morador perto do trecho de construção Gasoduto Coari-Manaus	73
Figura 10 – Croqui Comunidade Esperança II	74
Figura 11 – Igreja São Sebastião Comunidade Esperança II.....	74
Figura 12 – Solda do Gasoduto Coari-Manaus	76
Figura 13 – Porto e pólo industrial de Urucu	77
Figura 14 – Área de alcance Gasoduto Coari-Manaus	78
Figura 15 – Caracterização da orla de Coari	93
Figura 16 – Origem dos chefes de família Zona Urbana.....	93
Figura 17 – Configuração familiar	94
Figura 18 – Visita profissional de saúde	96
Figura 19 – Existência campanha prevenção/combate a doenças	97
Figura 20 – Consulta médica preventiva	97
Figura 21 – Nível escolaridade das famílias	99
Figura 22 – Casas flutuantes da orla de Coari	100
Figura 23 – Mapa mental orla central de Coari	102
Figura 24 – Casas moradores flutuantes (montagem em mosaico).....	103
Figura 25 – Quantidade cômodos por domicílio	104
Figura 26 – Relação pessoas-cômodos por domicílio	104
Figura 27 – Base da casa	105
Figura 28 – Estrutura da casa	105
Figura 29 – Iconografia antiga da orla de Coari.....	106
Figura 30 – Tratamento de água para consumo.....	107
Figura 31 – Destino dejetos humanos	108
Figura 32 – Destino dos resíduos sólidos	109
Figura 33 – Acesso aos recursos ecológicos	110
Figura 34 – Escassez de algum recurso ambiental	111
Figura 35 – Conhecimento sobre incentivo de atividades culturais	112
Figura 36 – Participação de atividades culturais	113
Figura 37 – Extinção de manifestação simbólica	114
Figura 38 – Estátua do Cristo Redentor de Coari	116
Figura 39 – Monumento da “cruz do petróleo” (“Árvore de Natal”).....	117
Figura 40 – Monumento da “cruz do petróleo” e garrafa de cachaça	118

Figura 41 – Participação de organização social.....	121
Figura 42 – Participação de audiência ou consulta gasoduto	122
Figura 43 – Informações sobre os <i>royalties</i>	123
Figura 44 – Finalidade dos <i>royalties</i>	125
Figura 45 – Percepção sobre os efeitos do gasoduto para a cidade.....	125
Figura 46 – Percepção sobre suficiência de renda familiar	126
Figura 47 – Modificação ou melhoramento qualidade de geração energética	127
Figura 48 – Avaliação das condições de fornecimento de energia elétrica.....	128
Figura 49 – Atividade produtiva.....	129
Figura 50 – Relação exploração de petróleo e condições de vida.....	129
Figura 51 – Mapa mental orla flutuante orla central de Coari.....	130
Figura 52 – Residências Flutuantes orla central de Coari	135
Figura 53 – Família orla fluvial de Coari	136
Figura 54 – Pescadores urbanos	137
Figura 55 – Trecho do rio em frente a Coari	138
Figura 56 – Casas flutuantes envoltas por vegetação aquática	139
Figura 57 – Morador orla terrestre de Coari.....	140
Figura 58 – Transporte fluvial de pequeno porte	141
Figura 59 – Trecho orla de Coari (montagem)	142
Figura 60 – Distribuição de casas Comunidade Esperança II	143
Figura 61 – Origem dos chefes de família Zona Rural.....	144
Figura 62 – Configuração familiar	144
Figura 63 – Consulta médica preventiva	145
Figura 64 – Existência campanha prevenção/combate a doenças	146
Figura 65 – Nível escolaridade das famílias	147
Figura 66 – Quantidade cômodos por domicílio	149
Figura 67 – Relação pessoas-cômodos	149
Figura 68 – Abastecimento hídrico	151
Figura 69 – Tratamento de água para consumo.....	152
Figura 70 – Acesso aos recursos ecológicos	153
Figura 71 – Participação de atividades culturais	156
Figura 72 – Participação de organização social.....	158
Figura 73 – Participação de audiência ou consulta gasoduto	159
Figura 74 – Conhecimento sobre os <i>royalties</i>	159
Figura 75 – Conhecimento sobre o propósito dos <i>royalties</i>	160
Figura 76 – Percepção sobre prejuízos à comunidade	161
Figura 77 – Renda anual familiar	162
Figura 78 – Percepção suficiência de renda anual familiar	163
Figura 79 – Atividade produtiva pesca.....	167
Figura 80 – Relação exploração de petróleo e condições de vida.....	168
Figura 81 – Típica casa de ribeirão da várzea	170
Figura 82 – Anciã e seu neto em casa de palafita.....	171

Figura 83 – Canteiro suspenso de cebola de palha.....	172
Figura 84 – Canteiro suspenso de hortaliças	173
Figura 85 – Abrigo de animais em tempo de cheia	173
Figura 86 – Família ribeirinha.....	175
Figura 87 – Pesquisa de campo rural.....	176
Figura 88 – Transporte fluvial de estudantes da comunidade	177
Figura 89 – Redes de alta e baixa tensão instaladas	178
Figura 90 – Plantação de goiaba nas proximidades das casas.....	179
Figura 91 – Samaumeira.....	180
Figura 92 – Morador e samaumeira.....	181
Figura 93 – Lancha expresso transportando trabalhadores para o Tesol.....	182
Figura 94 – Lancha expresso transitando perto das casas	183
Figura 95 – Navios trafegando em frente à Comunidade Esperança II.....	185
Figura 96 – Família ribeirinha viajando	186
Figura 97 – Placa de advertência posta pela Petrobras na Comunidade Esperança II	187
Figura 98 – Estrada aberta pela Petrobras por onde passam os dutos	188
Figura 99 – Área atual do Terminal Solimões	189

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Lavoura permanente de banana de Coari de 2004 a 2011.....	88
Tabela 2 – Formas de abastecimento de água por domicílio	107
Tabela 3 - Recurso de maior escassez segundo a percepção dos informantes	111
Tabela 4 – Organização social.....	121
Tabela 5 – Royalties repassados a Coari 1990 a 2012.	124
Tabela 6 – Renda familiar mensal	126

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	18
2.1. Área do estudo.....	18
2.2. Procedimentos metodológicos.....	20
2.3. Método.....	21
2.3.1. O Método etnográfico.....	22
2.3.2. O Método percepção ambiental.....	23
2.3.3. Instrumentos de pesquisa.....	24
2.4. Pesquisa de campo.....	27
2.5. Procedimentos de análise dos dados.....	27
2.6. Critérios de exclusão e inclusão.....	28
CAPÍTULO I.....	29
3. O PERCURSO DA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTOS NO MUNDO: DA GÊNESE À CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO E DE ESTOCOLMO À RIO+20.....	29
3.1. A inclusão da sustentabilidade na agenda mundial: aspectos históricos, sociais e políticos..	29
3.2. Outras notas a propósito da sustentabilidade.....	38
CAPÍTULO II.....	48
4. A INSERÇÃO DA AMAZÔNIA NA ECONOMIA MUNDIAL E AS IMPLICAÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE REGIONAL	48
4.1. A Amazônia no período colonial.....	48
4.2. A economia da borracha.....	53
4.2.1. E as mãos para o trabalho nos seringais?.....	55
4.3. O Estado Brasileiro como promotor de intensas dinâmicas socioambientais: de 1960 a 1990.....	59
4.4. A nova investida capitalista na Amazônia: em busca de recursos fósseis.....	64
CAPÍTULO III.....	70
5. O CASO DA PETROBRAS NA MESORREGIÃO DO AMAZONAS	70
5.1. Coari: breve histórico e caracterização	70
5.2. A Comunidade Esperança II.....	73
5.3. Petrobras: a chegada.....	75
5.4. Consequências das atividades petrolíferas em Coari	76
CAPÍTULO IV.....	92
6. ETNOGRAFIA E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE COARI	92
6.1. Etnografia dos moradores da orla central de Coari	92
6.2. Percepção ambiental e iconografia de Coari	130
6.2.1. Aspectos positivos sobre a percepção ambiental.....	138
6.2.2. Aspectos negativos sobre a percepção ambiental	139
6.3. Etnografia dos moradores da Comunidade Esperança II	143
6.4. Percepção ambiental e iconografia da Comunidade Esperança II	169
6.4.1. Aspectos positivos sobre a percepção ambiental	178
6.4.2. Aspectos negativos sobre a percepção ambiental	182

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
7.1. Para não concluir: breve reflexões e recomendações.....	192
7.2. Recomendações	194
REFERÊNCIAS	199
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	213
APÊNDICE I – Termo de Anuência	214
APÊNDICE II – Carta de apresentação do pesquisador.....	216
APÊNDICE II – Carta de responsabilidade do pesquisador	217
APÊNDICE III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	218
APÊNDICE IV – Termo de Autorização de Utilização de Imagem e Som de Voz.....	220
APÊNDICE V – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	221
APÊNDICE VI – Levantamento Iconográfico.....	222
APÊNDICE VII – Formulário População Ribeirinha	223
APÊNDICE VIII – Formulário População Urbana	233

1. INTRODUÇÃO

“Um homem não pode ser mais homem do que os outros, porque a liberdade é semelhantemente infinita em cada um”.

(Jean-Paul Sartre)

O gasoduto Coari-Manaus se inscreve como uma temática atual se se quiser pensar a sustentabilidade do desenvolvimento em nível regional. O estudo das mudanças do *habitus*¹ em Coari no contexto da exploração de recursos fósseis se justifica científica e socialmente uma vez que engloba questões contemporâneas acerca do desenvolvimento regional, que está fortemente perpassado por uma lógica externa à realidade amazônica. O emprego da categoria *habitus* aqui se explica porque ao se pretender trabalhar e analisar um contexto de microcultura de sociedades menos complexas, como “pequenas” comunidades tradicionais, assim como populações urbanas com fortes vínculos rurais, é apropriada e pertinente.

Além disso, a noção de *habitus* representa na contemporaneidade um dos instrumentos analíticos mais influentes na teoria sociológica (PETERS, 2010).

Essa preocupação encontra sólida ancoragem na categoria desenvolvimento sustentável, especialmente, porque em tempos de crise ecológica global, pensar em sustentabilidade do desenvolvimento significa considerar modelos alternativos de

¹Wacquant (2007), ao rememorar a historicidade do termo *habitus*, vai afirmar que o *habitus* é uma noção filosófica antiga, cuja origem remonta o pensamento aristotélico e na escolástica medieval e foi usada por Tomás de Aquino, Émile Durkheim, Marcel Mauss, Max Weber, Thorsten Veblen, Alfred Schutz, Maurice Merleau-Ponty, Norbert Elias e, por fim, por Pierre Bourdieu. Quanto ao primeiro, as suas raízes estão na noção de *hexis* de Aristóteles (na doutrina sobre a virtude), demonstrando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que guia nossos sentimentos e desejos em uma conjuntura e, por isso, a nossa conduta. Já no Século XIII, a expressão foi traduzida por Tomás de Aquino para o latim como *habitus* (particípio passado do verbo *habere*, ter ou possuir) na sua *Summa Theologiae*. O *habitus* aqui adquiriu o sentido de capacidade para crescer por intermédio da atividade, ou disposição durável suspensa a meio caminho entre potência e ação deliberada. A expressão foi usada também por sociólogos clássicos como Émile Durkheim (1904-1905) (e por seu sobrinho e colaborador próximo Marcel Mauss - 1934), e por Max Weber (1918) e Thorsten Veblen (1899). A noção renasce na fenomenologia, de modo mais importante em Edmund Husserl, ao indicar *habitus* como conduta mental entre experiências pretéritas e ações futuras. Também foi usada por cognato conceitual do termo *Habitualität*, mais tarde traduzido para o inglês por seu aluno Alfred Schutz como “conhecimento habitual” (daí sua adoção pela etnometodologia), uma noção que se assemelha à de hábito, generalizada por Maurice Merleau-Ponty (1947) em sua análise sobre o “corpo vivido” como o impulsor silencioso do comportamento social. Outro teórico que trabalhou o conceito foi Norbert Elias, ao tratar de “*habitus* psíquico das pessoas civilizadas” em 1937. É, pois, em Pierre Bourdieu, que surge a mais completa renovação sociológica do *habitus*, ao ultrapassar a oposição entre objetivismo e subjetivismo. Aqui é entendido como noção mediadora que colabora para romper com o dualismo do senso comum entre o indivíduo e sociedade. E isso o faz ao apreender “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”. Em outras palavras, a forma como a sociedade se deposita na vida das pessoas como *disposições* duráveis ou as capacidades treinadas e inclinações estruturadas para o pensamento, sentimento e ação de forma determinada, que as orientam nas respostas criativas às sujeições e requisições do meio social existente (WACQUANT, 2007, p. 65-66).

desenvolvimento que contemple aspectos ambientais, políticos, socioculturais e econômicos no mesmo nível, a serem construídos e operacionalizados num determinado local, região, país e no mundo como um todo, de forma sistêmica e holística.

O interesse por esta temática surgiu a partir da realização de pesquisa em Coari no ano de 2008, cuja finalidade era a elaboração de trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social. Naquele momento, permitiu-se concluir que apesar dos volumosos recursos financeiros repassados ao poder público local pela extração de petróleo e seus derivados na Bacia do Rio Urucu, quantidades significativas de famílias viviam existencialmente em condições precarizadas e nas mais variadas formas de vulnerabilidade humana.

Este estudo teve como objetivo central analisar as mudanças do *habitus* dos moradores de Coari-AM a partir da exploração de petróleo e gás natural e a relação com a sustentabilidade. Os objetivos específicos foram identificar a centralidade social, econômica e política; analisar as condições de trabalho e de vida das famílias na orla da cidade e na Comunidade Esperança II em torno das centralidades, a partir da categoria *habitus*; e verificar a sustentabilidade social, econômica, ambiental, política e cultural da área focal estudada.

Dessa forma, esta pesquisa foi desenvolvida no município de Coari, em dois territórios: área rural – Comunidade Esperança II, e área urbana – orla central da cidade. O estudo foi pautado nos métodos etnografia e na percepção ambiental. Nesse sentido, o trabalho foi construído e estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, para um melhor entendimento do processo de exploração de recursos ambientais, particularmente os fósseis, na Amazônia, realizou-se uma fundamentação teórica capaz de elucidar a trajetória da sustentabilidade no mundo, desde os anos de 1950, quando se inicia a consciência ambiental no mundo, a 2012, com seus principais eventos históricos, sociais, políticos e econômicos que acabaram de inscrever o campo ambiental na agenda internacional. Assim como se apontou algumas notas a respeito das dimensões clássicas e ampliadas da sustentabilidade do desenvolvimento e os principais entraves para a consecução da sustentabilidade no mundo.

No segundo capítulo, buscou-se mostrar a gênese histórica dos interesses econômicos mundiais sobre os recursos ambientais e humanos amazônicos desde o período do mercantilismo europeu, onde a Amazônia foi posta sob os interesses portugueses e espanhóis, sobretudo. Mais tarde novamente a região sofre profundas influências pelas transformações econômicas, políticas e sociais europeias nos Séculos XVIII e XIX, quando a borracha

amazônica passou ser um produto comercializável e, por fim, entre os anos de 1960 e 1990, a partir de projetos intervencionistas do Estado Ditatorial Brasileiro, assim como por influência do receituário neoliberal nos anos de 1990. Além disso, pela Amazônia se inscrever como maior celeiro de megabiodiversidade global tem recebido especial atenção para exploração de recursos energéticos, como petróleo e gás natural na Região do Médio Solimões.

No terceiro, realizou-se um breve histórico da presença das atividades petrolíferas em Coari-AM desde os anos de 1980 e suas principais consequências sociais, culturais econômicas, políticas e ambientais e como esse processo interferiu no *habitus* local.

No quarto e último capítulo, foi feita a caracterização das condições de vida bem como a etnografia e percepção ambiental dos moradores da Comunidade Esperança II e da Orla central de Coari em atenção ao objetivo central proposto neste estudo.

Os resultados deste trabalho em Coari revelam situações socioambientais desconstruídas para a maioria de seus moradores, quer na zona rural ou urbana, a despeito da importância político-econômica da cidade no setor energético regional e nacional, o que suscitam inquietações no sentido de entendimento e enfrentamento dos processos contraditórios e de injustiça social para a consecução de uma pretensa qualidade de vida, bem-estar humano e a consequente sustentabilidade na cidade.

2. CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

“A sabedoria é a meta da alma humana; mas a pessoa, à medida que em seus conhecimentos avança, vê o horizonte do desconhecido cada vez mais longe”

(Heráclito de Éfeso)

2.1. Área do estudo

A presente pesquisa foi realizada em dois territórios² na cidade de Coari-Amazonas (Figura 1): na Comunidade Esperança II e na orla central da cidade, congregando, desse modo, zonas rural e urbana da cidade.

Figura 1: Localização da área de estudo em Coari



²O território é entendido como elementar quando se pretende visualizar a abrangência e profundidade do desenvolvimento. A categoria território não é diz respeito apenas a espaço geográfico, embora também o seja. Ele comporta uma dimensão política, social e cultural intrínseca, sendo ao mesmo tempo um espaço material e simbólico (FRAXE e FRANÇA, 2011).

A cidade de Coari-AM está situada na margem direita do Lago de Coari, região central do Estado do Amazonas, a 40 metros acima do nível do mar, comportando uma área de 57.230 km²; dista de Manaus cerca de 363 km em linha reta (FRAXE, 2011) e 463 km linha no curso do rio (NEVES, 2005) e sua população é de 75.965, com estimativa para 81.325 em 2013 (BRASIL, 2010).

Devido a sua beleza natural, Coari recebeu o título de “Rainha do Solimões”, sendo inclusive uma das cidades que mais apresenta prospecções de condições promissoras de desenvolvimento no Estado do Amazonas.

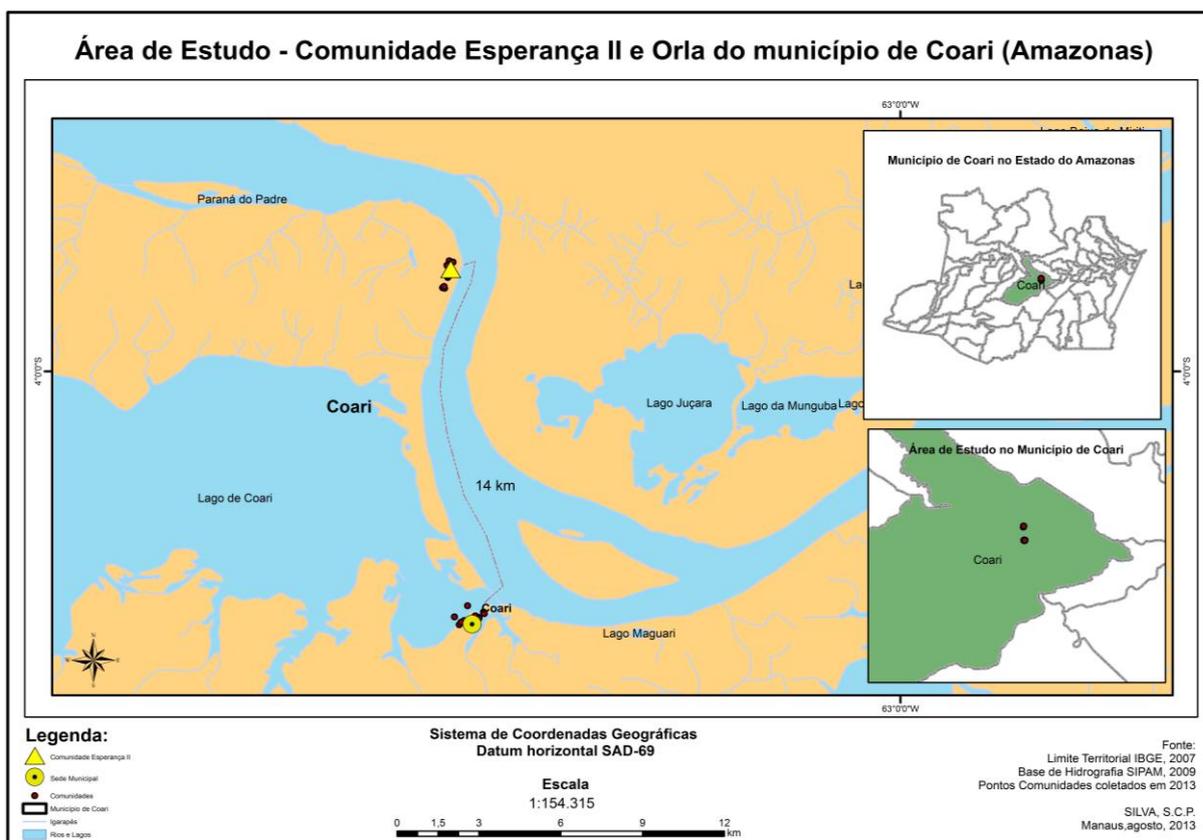
Coari foi criada definitivamente em 1913, quando ocorreu a sua desvinculação da cidade de Tefé. Atualmente, Coari se mostra como um entreposto comercial e de serviços, sobretudo pela influência da implantação do polo de exploração de petróleo na Bacia do Rio Urucu (NEVES, 2005). Trata-se de um território diretamente impactado pelas atividades de exploração, extração e transporte de petróleo e gás natural realizadas pela Petrobras.

A Comunidade Esperança II se situa na Costa da Santa Rosa, perto do Terminal Solimões e dista em linha reta de Coari cerca de 17,8 km e de Manaus em linha reta cerca de 362,17 km (CARVALHO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2008). Trata-se, também, de um território diretamente afetado pelo Gasoduto Coari-Manaus, pois se situa no trecho do Gasoduto Coari-Manaus, inclusive tendo o gasoduto atravessado o perímetro comunitário com suas obras.

Ainda sobre a comunidade, originou-se no início do Século XX, mas sua fundação oficial ocorre em 1970 com vinda de famílias portuguesas ao local. Possuía há alguns anos 17 famílias com 16 domicílios, no total de 72 habitantes residindo em área de várzea baixa. A fonte de renda e de sustento material mais relevante é a agricultura, a pesca e a criação de animais de grande porte (FRAXE, MIGUEZ e WITKOSKI, 2008).

Ambos os territórios pesquisados estão separados por cerca de 14km, considerando-se a mensuração feita a partir do curso do rio, conforme figura a seguir:

Figura 2: Distância entre território rural e urbano



2.2. Procedimentos metodológicos

Para a realização da pesquisa, usou-se dois caminhos metodológicos: a pesquisa documental (de natureza exploratória) e a de campo.

Inicialmente foi realizado um levantamento do perfil dos moradores da Comunidade Esperança II e da orla da cidade de Coari, de modo a mapear a atual conjuntura, bem como facilitar a pesquisa de campo.

Antes do início da coleta de dados, o projeto deste trabalho foi submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, respeitando aos princípios éticos vigentes no País. Este estudo foi feito, portanto, segundo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) número 196/1996, a qual estabelece diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A proposta de estudo foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Instituição Executora. Para todos os sujeitos envolvidos na metodologia proposta foi obtido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde estão detalhados a justificativa,

os objetivos, os procedimentos e demais informações pertinentes à pesquisa.

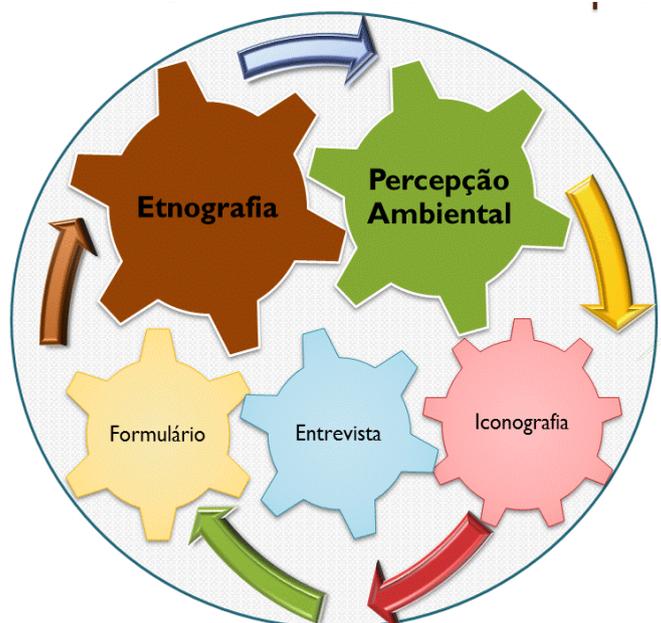
Em relação ao processo de obtenção e de registro do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi assegurada a adequação às particularidades culturais e linguísticas dos participantes. E isto ocorreu a partir do conhecimento da linguagem utilizada, sendo realizadas, quando necessário, as devidas adequações e pré-testes com algumas pessoas da Comunidade Esperança II e da orla central de Coari.

Adicionalmente, obteve-se consensual e livremente o Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa junto aos sujeitos pesquisados.

2.3. Método

Alude a uma pesquisa do tipo descritiva, exploratória, observacional. Para a análise das ações e propostas referentes às mudanças do *habitus* a partir da exploração de petróleo e gás natural em Coari-AM, foram usados diferentes meios de coleta de dados: 1) entrevista semiestruturada; 2) levantamento iconográfico (fotografia, mapa mental e croqui); 3) observação etnográfica (diário de campo); 4) formulários com perguntas abertas e fechadas.

Figura 3: Métodos e instrumentos de pesquisa



Isto tudo mediado pelo estudo etnográfico assim como pela percepção ambiental. Os instrumentos de coleta de dados e os métodos utilizados visaram garantir uma compreensão da realidade sistêmica e holística do objeto de pesquisa e de sua complexidade.

2.3.1. O método etnográfico

A etnografia tem se apresentado como uma metodologia promissora, possibilitando a investigação e a pesquisa social e antropológica das sociedades humanas.

O significado da palavra etnografia possui duas origens gregas: a primeira na palavra εθνος (ethnos) e a outra γραφία (grafia). Assim, Ethnos representa um povo, uma raça ou um grupo cultural estabelecido e grafia seria a descrição. Ambas, ethnos e grafia, aludem à descrição de qualidades e características de um povo, como uma raça é, qual o universo cultural de um determinado grupo social. A convivência com a cultura, a intimidade, a experiência intensa, a ótica a partir da própria etnia, enfim, a observação do que ocorre no momento e no contexto do acontecimento (RODRIGUES, 2008).

Para Erickson (1990), a etnografia pode ser entendida como um processo definido de investigação, orientado por um ponto de vista. E tem como principal preocupação a significação das ações e os eventos dos atores ou grupos pesquisados relacionado na maioria das vezes à descrição da cultura.

A etnografia é um método que permite ao pesquisador uma visão muito aproximada, que se baseia na experiência pessoal e na participação. Envolve três modos de obtenção de dados: entrevistas, observação e documentos, os quais constroem três tipos de dados: citações, descrições e excertos de documentos, que resultam num único produto – a descrição narrativa (GENZUK, 1993).

A etnografia representa um método de obtenção de dados que descreve e interpreta uma determinada cultura ou um modo de vida de um povo. É elucidativa a declaração de Rocha, Barros e Pereira (2005, p. 3) ao explicitar minuciosamente qual o campo do estudo etnografia:

A etnografia possui características básicas, tais como: ênfase na exploração da natureza de um fenômeno social particular; entrevistas em profundidade; observação participante; análise de discursos de informantes; investigação em detalhe; perspectiva microscópica; e interpretação de significados e práticas sociais, que assumem a forma de descrições verbais. Ademais, pode-se destacar como traço mais marcante do estudo etnografia, a investigação por dentro da realidade de um grupo, sendo o conhecimento científico gerado a partir do ponto de vista do outro.

Referindo-se ainda à abordagem etnográfica, Geertz (2008, p. 7) nos presenteia com a seguinte afirmativa

[...] a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta [...] é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...].

Cabe, inclusive, assinalar que a “descrição densa” não prescinde de uma “descrição fina”. A etnografia carece também de uma “descrição fina”, que seria uma forma de a própria descrição se tornar inteligível, sem, contudo, cair na superficialidade descritiva.

Portanto, “[...] os etnógrafos são aqueles que fazem descrição [...]” (Idem, p. 12) profunda das culturas como teias de significação. Uma vez que os sujeitos constroem socialmente os valores que administram seu mundo, criando seus próprios textos, cabendo ao pesquisador fazer a sua decodificação. A abordagem etnográfica possibilita, por meio da observação participante e de entrevistas e análise do discurso, alcançar um entendimento profundo acerca do objeto de pesquisa, de modo a revelar a sua subjetividade e peculiaridade dentro de um conjunto de fenômenos socialmente dispostos.

O estudo de natureza etnográfica tradicional requer grande dedicação de tempo para que o processo de observação seja considerado satisfatório e condizente com os objetivos propostos, e o pesquisador deve estar aberto às informações, devendo descobri-las e não constatar-las (RODRIGUES, 2008).

2.3.2. O método percepção ambiental

A relevância fundamental da pesquisa em percepção ambiental ocorre pela possibilidade de compreensão das inter-relações entre o homem e ambiente, suas expectativas, aspirações, satisfações e a não realização destas, avaliações e comportamentos, inclusive sendo a percepção ambiental já sinalizada pela UNESCO em 1973, que salientou que as discordantes percepções dos valores e da relevância deles entre os indivíduos de distintas culturas ou de grupos economicossociais em seus ambientes eram um empecilho para a proteção dos ambientes naturais (COELHO, 2000 apud MACEDO, 2007).

Para Del Rio (1990 apud PIPPI, LIMBERGER e LAZAROTTO, 2008, p.112), “o estudo da percepção ambiental possibilita a compreensão das unidades selecionadas visando compor a experiência visual [...]”. Os instrumentais essenciais para a coleta de informações em percepção ambiental são os mapas mentais, fotografias e croquis. Essas técnicas estão baseadas em teorias e métodos de análise visual e percepção ambiental, a fim de possibilitar

uma análise subjetiva (e objetiva) com outro enfoque mais sensível à interpretação de determinados elementos que não podem ser quantificados, mas que constituem aspectos imprescindíveis para a composição da imagem e identidade de uma região ou cidade (PIPPI, LIMBERGER e LAZAROTTO, 2008).

Para se realizar uma investigação em Percepção Ambiental, precisa-se valer de escolhas apropriadas, considerando, por exemplo, a população a ser pesquisada, os objetivos da pesquisa e o uso dos resultados a serem alcançados, bem como as demais especificidades da região ou local (VASCO e ZAKRZEVSKI, 2010).

2.3.3. Instrumentos de pesquisa

Os instrumentos de pesquisa foram entrevista, iconografia, observação etnográfica com registro de notas em diário de campo e formulário.

A entrevista apresenta vantagens em comparação com outros instrumentos, uma vez que fornecem uma amostragem muito melhor da população geral, e tem grande flexibilidade (em que pesquisador pode esclarecer perguntas), permitem avaliar também a conduta do entrevistado e possibilita a captação imediata da informação (BIELUCZYK, 2009 apud VASCO e ZAKRZEVSKI, 2010). Além disso, permite a captação de dados subjetivos (valores, atitudes e opiniões) (QUARESMA, 2005), trata-se de uma conversa face a face e instrumento relevante em pesquisa social.

Sobre a iconografia, quer dizer a imagem registrada e a representação por intermédio da imagem. O termo é originário do grego, da palavra *eikos*, que representa imagem. Então, *eikonographia* transformou-se em *iconographia* no latim, transformando-se em iconografia na língua portuguesa (PAIVA, 2002).

A iconografia refere-se a uma fonte excepcional para a decodificação de representações do mundo, uma vez que é carregada de conteúdos simbólicos, estéticos e epistemológicos (SANDRI, 2009). Aqui os instrumentos foram as fotografias, mapas mentais elaborados pelas populações pesquisadas (linguagem *emic*)³ e croqui a partir da informação fornecida (linguagem *etic*).

Sobre a primeira técnica da iconografia, as fotografias: representam uma metodologia

³Em etnografia, modalidade de pesquisa social, distingue-se *emic* e *etic* da seguinte forma: a linguagem *emic* diz respeito à explicitação descritiva da manifestação comportamental de um dado grupo cultural, por meio de linguagens e conceitos próprios provenientes da cultura. Já a linguagem *etic* são é a manifestação decodificada, interpretada e explicada, de uma forma teórica a partir da linguagem do pesquisador, por meio de estudos comparativos entre diversas culturas, com critérios considerados universais (GUALDA e HOGA, 1997).

ampliada de análise e projeto, sobretudo no tocante à “[...] percepção da ótica, lugar e conteúdo” (CULLEN, 1983 apud PIPPI, LIMBERGER e LAZAROTTO, 2008, p. 120), de valores culturais, ambientais e econômicos atrelados ao local de suas vivências. Essa metodologia refere-se a uma estratégia de se trabalhar a percepção ambiental partindo da pré-verbalidade, ou seja, inicialmente sentir o que os sujeitos pesquisados desejam revelar acerca de seus valores e cultura, sem, porém, exigir-lhes a verbalização. A fotografia torna possível aos pesquisados demonstrar seus modos de vida, valores, bem como aquilo que percebem e valorizam (SANTOS e RUFFINO, 2012), sendo um documento e dado visual imprescindível em pesquisa etnográfica e de percepção ambiental.

Nesta técnica, pediu-se aos sujeitos da pesquisa para fotografar os lugares que lhe trazem felicidade (ou que traziam) e quais os lugares onde há desconforto ou infelicidade. Na impossibilidade daqueles em realizar essa atividade, instou-se que indicassem os locais para que fossem fotografados pelo pesquisador e posterior apreciação pelos sujeitos da pesquisa.

Com relação aos mapas mentais, fundamentalmente, essa técnica incide em requerer dos sujeitos pesquisados que construam representações gráficas, provenientes de sua memória espacial do ambiente em estudo. Os mapas mentais são uma estratégia que permite a obtenção de certos dados e informações que não podem ser colhidos de outra forma, por outros instrumentos de pesquisa, ou findam sendo incipientes devido à dificuldade de expressá-los por esses meios (BIELUCZYK, 2009 apud VASCO e ZAKRZEVSKI, 2010).

Assim, conforme Oliveira (2006), os mapas mentais são uma forma de comunicação, interpretação e imaginação de conhecimentos ambientais e, em seu sentido mais amplo, tem papel de torná-los visíveis (apud VASCO e ZAKRZEVSKI, 2010).

Em outros termos, os mapas mentais são fotografias desenhadas. Solicitou-se às pessoas que desenhassem como era antes do Gasoduto e como está hoje e/ou sobre o que mudou de fato na comunidade e na orla da cidade ou que descrevessem aspectos centrais em seus discursos imagéticos e de seus territórios humanizados.

Os croquis referem-se a um relevante instrumento para a representação gráfica da paisagem, pois torna possível a expressão de variadas sensações ou detalhes percebidos na paisagem (PIPPI, LIMBERGER e LAZAROTTO, 2008). Trata-se de uma um mapa mental de linguagem *etic*. Foi construído mediante a informação dos sujeitos da pesquisa e/ou da percepção do pesquisador a fim de se ter a noção do lugar, espacializar os problemas socioculturais e demais informações do *locus* da pesquisa.

A observação etnográfica, com registro de notas em diário de campo, diz respeito a uma forma imprescindível de captação de variadas informações advindas da percepção do pesquisador sobre o *locus* onde se desenvolveu a pesquisa e demais informações relevantes.

Nesta técnica reside uma dupla face: de um lado, a totalidade tal qual é vivenciada pelos atores sociais e, outra, que passa pela percepção, decodificação e descrição do pesquisador sobre a realidade pesquisada (MAGNANI, 2002).

Os formulários tocam a um instrumento essencial para a investigação social. Sua vantagem traduz por ser uma das técnicas mais eficientes e práticas, envolve questões previamente elaboradas, permite a obtenção de informação de qualquer segmento populacional, bem como possibilita a obtenção de dados facilmente tabuláveis e quantificáveis (GIL, 2009).

Com este instrumento, conseguiu-se dados sobre as condições de trabalho, de vida das famílias e a sustentabilidade na orla de Coari e na Comunidade Esperança II, em torno das centralidades. As dimensões analisadas foram a social, ambiental, cultural, político-institucional e econômica e seus respectivos subcampos, conforme figura 4.

Figura 4: Dimensões da sustentabilidade.



Por fim, foram feitos mapa das áreas de estudo a partir de localização *in situ* com coordenadas de campo utilizando GPS Garmin 76C, configurado para Sistema de Referência Geodésico SAD-69. A base cartográfica utilizada neste estudo foi elaborada no Núcleo de Socioeconomia – NUSEC/UFAM, setor de geoprocessamento, utilizando-se o software livre de Sistemas de Informação Geográfica – Quantum GIS. Foi usado um mosaico de imagem LandSat do ano de 2009 e a base vetorial do IBGE 2007 e SIPAM 2009.

2.4. Pesquisa de campo

Nesta etapa, foram realizadas entrevistas, abordagem iconográfica, observação etnográfica e aplicação de formulários com os grupos moradores da Comunidade Esperança II e da orla de Coari, para identificar e analisar as mudanças do *habitus* e a relação com a sustentabilidade e analisar as dinâmicas sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas.

2.5. Procedimentos de análise dos dados

Nesta pesquisa, investigou-se as mudanças do *habitus* nas áreas focais do estudo, no contexto da exploração de petróleo e gás natural em Coari, de 1992 a 2012, compreendendo um período de 20 anos. Os métodos usados foram a etnografia e a percepção ambiental, bem como instrumentos de coletas de dados – formulário, diário de campo, levantamento iconográfico e entrevistas – que atendessem as cinco dimensões da sustentabilidade (figura 4).

A Etnografia deriva do grego ‘ethnos’ = nação e ‘graphein’ = escrita. É uma abordagem teórico-prática proveniente da Antropologia que busca obter uma descrição holística detalhada e proceder à análise de culturas por meio de pesquisa de campo intensiva (Barker, 2003). Neste sentido, a abordagem etnográfica objetivou identificar o significado nas relações sociais de classe, etnia, linguagem, gênero, e onde e como estas relações se manifestam. O método etnografia (análise descritiva) tornou possível a comunicação e interação com os sujeitos da pesquisa e os símbolos do processo, as formas e dinâmicas socioculturais e políticas.

La descripción etnográfica de cada una de las sociedades particulares conocidas no puede evitarse por una aplicación de teorías generales construidas a priori, ni sustituirse por las conclusiones alcanzadas en el estudio de alguna sociedad particular estudiada a profundidad. Y si se quieren alcanzar generalizaciones a partir de estudios empíricos, será necesario que la descripción detallada de una sociedad se conduzca con alguna orientación teórica, mediante la formulación de hipótesis que guíen la recolección de datos y organicen la interpretación de las características generales del fenómeno estudiado en tal o cual sociedad particular (OLIVEIRA, 2007, p. 10-11).

Além disso, o método inscrito pela ótica etnográfica representa um olhar *de perto e de dentro* da realidade, em oposição ao olhar de *longe e de fora*, na concepção de Magnani (2002).

A percepção ambiental, por outro lado, mostrou a forma pela qual os processos humanos, culturais e ambientais se comunicam, se interconectam e se complementam nas múltiplas formas existenciais humana com o ambiente onde determinada população se

localiza. Já que, segundo Merleau-Ponty (1999), a percepção ambiental pode ser entendida como um campo rico para se visualizar os valores conferidos a um determinado lugar, capaz de auxiliar no planejamento socioambiental e concorrer para o desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis. É, pois, em Tuan (1983) que temos outra qualidade imprescindível da percepção ambiental para o entendimento das dinâmicas, nuances e contradições ambientais em Coari. Para ele, para que as pessoas construam sentimento pelo lugar estas usam os estímulos sensoriais da visão, tato, audição, paladar e olfato, para que se saiba a partir da percepção ambiental as alterações e mudanças (como era e como se apresenta hoje) num dado território. A percepção ambiental, desse modo, é a lente pela qual as pessoas visualizam, percebem e entendem o seu mundo, com seus diversos dilemas, desafios, felicidades e angústias e constroem e reconstroem a toponímia, de forma que as mudanças no ambiente incidirão sobre as suas subjetividades e sobre as condições objetivas de existência.

Nesse processo construtivo, tanto a etnografia quanto a percepção ambiental contribuíram para o entendimento do objeto de pesquisa. A etnografia no sentido interpretativo e descritivo da cultura local e seus processos e a percepção ambiental no entendimento de como as mudanças do *habitus* em Coari em suas múltiplas facetas são percebidos a partir dos processos cognitivos, sensoriais, subjetivos e dispostos do campo social e ambiental.

Por fim, as dimensões da sustentabilidade aludem, basicamente, a uma forma de se medir o nível da sustentabilidade do desenvolvimento firmado nos pilares Social, Ambiental, Cultural, Político-institucional e Econômico. Portanto, as dimensões de sustentabilidade possibilitaram mensurar o nível de desenvolvimento em Coari-Manaus.

2.6. Critérios de exclusão e inclusão

A pesquisa usou os seguintes critérios para separar o universo amostral:

a) No total, foram entrevistadas 9 (nove) famílias mais antigas da Comunidade Esperança II e 14 (catorze) famílias residentes na orla de Coari há pelo menos 20 anos; b) Não houve restrição de gênero e/ou de grau de escolaridade para a aplicação das entrevistas semiestruturadas e/ou formulários ou qualquer outra abordagem; c) Não participaram da pesquisa sujeitos menores de 18 anos, exceto no caso de elaboração de mapas mentais quando orientados pelos pais ou responsáveis; d) Somente moradores residentes e domiciliados na comunidade citada e da orla da cidade foram partícipes da pesquisa.

CAPÍTULO I

“A humanidade não está na natureza como um império dentro de outro. Não está fora, nem acima, mas dentro”

(Baruch Spinoza)

3. O PERCURSO DA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO NO MUNDO: DA GÊNESE À CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO E DE ESTOCOLMO À RIO+20

3.1. A inclusão da sustentabilidade na agenda mundial: aspectos históricos, sociais e políticos

Para propiciar um melhor entendimento do conceito de sustentabilidade do desenvolvimento e sua vinculação com o processo de exploração de recursos ambientais, especialmente os fósseis na Amazônia, particularmente em Coari, torna-se imprescindível, primeiramente, rememorar todo o processo histórico e sociopolítico que abarca a construção e discussão da sustentabilidade, bem como de sua trajetória.

A gênese da noção de sustentabilidade refere-se à expansão da hegemonia europeia nos continentes asiático, africano e americano. Esse processo não representa um marco na atenção às necessidades humano-culturais e ecológicas dos países periféricos, mas é marcada por crescimento desigual, célere degradação ambiental, desumanização dos espaços, destruição de memórias e histórias dos lugares, denominações depreciativas em relação às nações precarizadas, fundadas por ideologias binárias (Norte-Sul, Desenvolvido-Subdesenvolvido, Responsável-Irresponsável, Central-Periférico), etnocentralizadas e discriminatórias, demarcando a linha divisória entre os beneficiários e não-beneficiários da sustentabilidade (FREITAS, 2003).

O nascedouro da sustentabilidade ocorre na conjuntura da globalização a partir de um limite e símbolo que se propõe a reorientar o processo civilizacional da humanidade, de modo a questionar a racionalidade e parâmetros que sustentam e estabelecem o crescimento unimodal econômico, rejeitador dos processos ecológicos (LEFF, 2005).

Já segundo Nascimento (2012), a noção da sustentabilidade origina-se de duas esferas – da biologia, por intermédio da ecologia, e da economia. Quanto à primeira, alude à

capacidade de regeneração e reprodução dos sistemas ecológicos (resiliência) diante das ofensivas humanas (no uso excessivo dos bens naturais, desmatamento, fogos, dentre outros) ou ecológicas (terremoto, tsunamis, fogo e outros). Em relação à segunda, refere-se à adjetivação de desenvolvimento, diante da percepção no decorrer do Século XX de que o paradigma produtivo e de consumo em larga expansão não pode persistir. Para isso, surge a sustentabilidade sob a ótica da limitação dos recursos ecológicos e sua gradual e ameaçadora redução. Esse entendimento palmilhou um longo percurso até chegar o que é hoje, e as suas origens mais recentes foram germinadas na década de 1950, quando a humanidade percebe o risco ecológico planetário, a saber, a poluição nuclear.

A temática da sustentabilidade ganha centralidade desde o final do Século XX e da passagem para o Terceiro Milênio, que é a passagem da modernidade mutilada e não concluída para uma pós-modernidade de incertezas, caracterizada pela diferenciação, pela diversidade, democracia e pela autonomia, tecnologização da vida e da natureza economizada. (LEFF, 2005).

As retóricas políticas das últimas décadas do Século XX e, sobretudo, a contar da gênese Terceiro Milênio, possibilitaram a conclusão do pensamento de que a proteção ao meio ambiente representa um problema fortemente vinculado com a ideação de futuro melhor e mais promissor para a humanidade. Esse pensamento existe desde os primeiros arautos alertantes do crescimento populacional e foi se fortalecendo por significativas pressões sobre os recursos ambientais há quatro décadas, o que possibilitou a adesão crescente de atores societários nesse campo sociopolítico de luta (BURSZTYN e BURSZTYN, 2006).

Nesse sentido, é somente em 1960 que o movimento de consciência e inquietação ambiental no nível global ganha destaque. Mesmo assim, ocorreram diferentes percepções e formas de enfrentamento da questão ambiental. Nos países centrais, a ênfase foi dada ao controle e regulação de substâncias contaminantes advindas dos altos níveis de produção e consumo de mercadorias. Em outras palavras, as versões mais críticas das políticas ambientais nesses países tinham caráter apenas instrumentais, com intuito de apenas controlar as consequências provenientes do modelo de desenvolvimento em curso, num intuito de refuncionalização ambiental. Já nos países empobrecidos do Terceiro-Mundo, em especial os tropicais, apresentam um contexto complexo e ampliado no processo de desenvolvimento, onde a questão ambiental requer além do controle de contaminação e seus custos econômicos, há nesses países potenciais prospecções para uma estratégia do desenvolvimento sustentável

diferente do que temos hoje (LEFF, 2000).

Assim, as discussões desse período estavam fortemente influenciadas pela experiência dos países industrializados, privilegiando os danos sobre o ambiente biofísico, em detrimento do estudo das questões socioeconômicas relacionadas aos problemas ambientais. Dois aspectos merecem destaque nesse período: o aumento constante da demanda por matérias primas e de energia nos países industrializados e a explosão populacional nos países em desenvolvimento (BIWAS e BIWAS, 1984 apud KITAMURA, 1994, p. 11).

A partir dos anos de 1960, vários documentos como a “Tragedy of the Commons” de Hardin (1968), “The population bomb” de Ehrlich (1968)⁴ (apud KITAMURA, 1994), e na década de 1970 ocorre a Convenção de Bruxelas a respeito da constituição de um fundo internacional de indenização por danos devidos à contaminação por hidrocarburos (1971), a Convenção de Ramsar sobre a conservação de zonas úmidas de relevância internacional (1971), a Convenção de Londres cujo fito foi a proteção das focas da Antártida (1972) (MAIA FILHO, 2010), o documento “Blueprint for survival” editado pela revista *The ecologist* (1972) e “Os limites do crescimento”, conhecido também por Relatório do Clube de Roma⁵ ou do Massachusetts Institute of Technology, do professor Denis Meadows et al (1972) explicitam as ênfases das discussões tomadas (apud KITAMURA, 1994).

Apesar disso, para Leff (2005), a consciência ambiental só emerge com a obra de Rachel Carson, *a Primavera Silenciosa*, nos anos de 1960, e ganha força nos anos 1970, a partir da Conferência de Estocolmo.

Sobre as publicações, especialmente, o relatório do Clube de Roma prepara o pano de fundo para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em 1972⁶, em Estocolmo (BURSZTYN e BURSZTYN, 2006), que significou o primeiro passo a fim de discutir e resolver a problemática ambiental e institucionalizar a questão na agenda política em nível internacional (WENCESLAU, ANTEZANA e CALMON, 2012).

⁴Em 1970 os pensamentos de Ehrlich ganham notoriedade, pelo quais se cria que nos anos de 1970 e 1980 enormes contingentes populacionais morreriam de fome em função da superpopulação. Defendia, dessa feita, práticas marcadas por autoritarismo e centralizadorismo, como o estabelecimento de limites ao crescimento populacional (WENCESLAU, ANTEZANA e CALMON, 2012).

⁵O Relatório vendeu 30 milhões de exemplares e colaborou para o despertar da atenção sobre a importância dos recursos ecológicos em nível global, padrões de consumo e crescimento demográfico.

⁶Destaca-se que a gênese sintomática da crise ambiental da década de 1970 manifestou-se já nos anos de 1950 e 1960, a contar dos casos de poluição do ar em Londres e Nova Iorque, e nos casos letais de intoxicação com mercúrio oriundo de peixes infectados na Baía de Minamata (KEHRIG et al 2009 apud BRAGA e EL-DEIR, 2012). Entre 1953 e 1965 os efeitos secundários do DDT e outros pesticidas provocaram nos EUA significativas mortes de aves em várias regiões, sendo estes e outros fatos divulgados pela imprensa os responsáveis pelo surgimento de preocupações com o futuro da humanidade (BRAGA e EL-DEIR, 2012).

[...] Neste contexto foi elaborado, ainda sob a égide da ecologia radical, o estudo *The Limits to Growth*, coordenado por Meadows (1972) e patrocinado pelo Clube de Roma, uma associação de empresários, e não de ecologistas. O estudo, de inspiração neomalthusiana, partia de uma preocupação com os níveis de produção e consumo e chegava à conclusão de que a sua continuidade acarretaria, em poucos anos, uma crise econômica sem precedentes e que a própria vida na Terra estaria em perigo de extinção. O alerta ensejou a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo em 1972 [...] (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 56).

Particularmente sobre o Clube de Roma, Machado (2005) apud Nascimento (2012) diz que se trata de uma formação composta de um conjunto de 30 pessoas de dez países diferentes que se reuniram em 1968 e a iniciativa do encontro foi liderada pelo empresário Aurélio Pecei. Em síntese, pode-se dizer que esse período de discussões foi marcado pela preocupação mais global acerca dos problemas ambientais, apesar das diferenças ideológicas existentes entre as nações.

A Conferência de Estocolmo, Suécia, em 1972, como marco da moderna formulação da questão do meio ambiente global e como objeto de políticas públicas, é realizada sob a influência do Relatório do Clube de Roma. Assim,

Uma das consequências mais duradouras da Conferência de Estocolmo foi a *passagem de uma concepção socioeconômica bidimensional para a noção tridimensional de eco-sócio-economia* – comparável em certo sentido à passagem da geometria plana para a espacial (CF. SACHS, 2006 apud SACHS, 2012, p.8).

Nesta conferência, ficou claro que a ideia do desenvolvimento econômico era inconciliável com a conservação do meio ambiente, bem como: 1) a proteção do meio ambiente já estava prejudicando o bem-estar humano e os processos de desenvolvimento econômico; 2) o crescimento natural das populações humanas coloca em xeque a preservação ambiental; 3) os problemas ambientais mais importantes dos países do Norte eram os de poluição ambiental e dos países do Sul eram o uso inadequado e o esgotamento da base de recursos ecológicos (DEVELOPMENT DIGEST, 1972 apud KITAMURA, 1994).

Em outras palavras, é na Conferência de Estocolmo que são salientados os limites da razão econômica e os desafios da depleção ecológica ao projeto civilizacional da sociedade moderna (LEFF, 2005).

Dois trabalhos e um evento vão causar impactos sobre o terreno da sustentabilidade, embora não tenham influência sobre a Reunião de Estocolmo, terão influência sobre a

reflexão da economia: o primeiro em 1971, de Georgescu-Roegen (1999)⁷, que trata da economia como subsistema da ecologia, baseado na entropia; o outro trabalho é de Arne Naess (1973), publicado na revista *Inquiry*, tornando-se celeremente o estandarte dos ambientalistas mais radicais, com a diferenciação da ecologia superficial (preocupação com a poluição nos países ricos) e ecologia profunda (preocupação com problemas ecológicos em todo o mundo); e a primeira crise do petróleo de 1973 (NASCIMENTO, 2012).

Os anos seguintes, marcados pelo primeiro grande choque do petróleo de 1973-1974, fizeram com que as previsões do Clube de Roma e de outros documentos fossem concretizadas pela falta da principal fonte de energia global, cujos impactos foram severos nas economias dos países. Essa realidade evidenciou outra questão não menos importante: a necessidade de cooperação internacional, em função das interdependências entre as economias mundiais. A contraditoriedade desse período traduz da seguinte forma: diversos países começam a adotar mecanismos de regulação dentro dos limites geográficos nacionais, apesar de haver tímidas preocupações com as questões ambientais globais, na prática suas políticas ambientais são meramente nacionais.

Os governos, então, começam a se mobilizar para a construção de agências de atenção das questões ambientais, tais como nos Estados Unidos foi criada a Environmental Protection Agency (EPA), e no Brasil se cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), em 1973 (NASCIMENTO, 2012).

A segunda crise do petróleo de 1979, e mais tarde no início dos anos 1980, conseqüentemente, marcada pela alta dos preços do barril de petróleo, a crise econômica global e a crise da dívida externa dos países não industrializados minou as prospecções de cooperação entre Norte-Sul. Os países ricos detinham-se a tentar escapar do gargalo da recessão às suas economias, não restando atenções e apoio aos países mais precarizados (KITAMURA, 1994).

As duas crises do petróleo na década de 1970 evidenciaram o quão frágil é a economia industrial capitalista e mostrou, ainda, outro tipo de inquietação vinculada à ameaça do paradigma econômico em razão da depleção progressiva dos recursos ambientais do mundo, bem como esse processo pode comprometer a sustentabilidade socioambiental planetária.

Em 1979, foi realizada a Convenção de Berna, um instrumento chave sobre a conservação da vida selvagem e do meio natural na Europa, assinada pelo Conselho da

⁷Aqui a economia seria orientada pelas leis da termodinâmica que governam o processo degradativo de energia no processo produtivo e de consumo (GEORGESCU-ROEGEN, 1971 apud LEFF, 2005).

Europa (SILVA, 2009) e a Convenção de Genebra, no mesmo ano, que instituiu o quadro europeu de cooperação em matéria de poluição atmosférica de longa distância (SILVA e DIAS, 2012).

Na década seguinte, em 1982, a UNEP⁸ realiza a Conferência de Nairóbi, ocasião em que se deliberou a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU), cuja presidência foi exercida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Como resultado desta comissão, foi publicado em 1987 o relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório de Brundtland, em várias línguas (ROMEIRO, 2012).

Vale lembrar que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada em 1984 a fim de realizar avaliação dos avanços da depleção ambiental e a eficácia das políticas ambientais para o seu enfrentamento. E após 3 anos de pesquisas, deliberações e audiências públicas, a comissão publicou o *Nosso Futuro Comum*, conhecido também como Relatório Brundtland ou Informe Brundtland (LEFF, 2005).

É nesse contexto que se divulgou a definição do desenvolvimento sustentável, a saber,

[...] a publicação do livro relatório *Nosso Futuro Comum* é considerado como um marco formal dessa mudança de atitude, onde se definiu o conceito de desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de futuras gerações atenderem às suas” (WCED, 1987 apud RODRIGUES FILHO et al, 2009, p. 124).

A definição do relatório apresenta duas faces, sendo uma de força e outra de fraqueza. Fraca, pois apresenta uma forma vaga sem determinar quais seriam as necessidades humanas atuais e as futuras. Forte porque insere a intergeracionalidade no conceito de sustentabilidade, vinculando-a à noção de justiça social, que seria a declínio das disparidades sociais e direito de acesso aos bens e serviços indispensáveis a uma vida digna, e aos valores éticos, que são o compromisso com as gerações vindouras (NASCIMENTO, 2012).

É, pois, em 1987 quando foi divulgado “Relatório de Brundtland”, fruto dos trabalhos da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) das Nações Unidas que surge uma visão mais globalizante e transnacional dos problemas ecológicos. Este documento denuncia a insustentabilidade dos paradigmas de desenvolvimento econômico vigente, explorando e degradando os recursos ecossistêmicos, pondo em risco a própria

⁸United Nations Environment Program.

possibilidade vindoura de desenvolvimento. Outras questões relevantes relatadas são que a pobreza, a ausência de desenvolvimento e a superpopulação humana tem vinculações muito estreitas com as questões ambientais globais.

O Informe Brundtland confirma as dissemelhanças e desigualdades entre os países e o modo como essas se exacerbam com a crise da dívida externa dos países do Sul. Também persegue consenso político para suprimir as diferenças de ótica e interesses particulares de países, povos e classes sociais, presentes no campo de conflito da sustentabilidade. Nesse processo, inicia a configuração de tática política para a sustentabilidade ecológica da globalização como condição de sobrevivência humana em nível global, por meio de cooperação conjunta de todas as nações (LEFF, 2005).

Destaca-se que o “Relatório de Brundtland” consegue, dentre outras coisas, dar notoriedade mundial ao termo desenvolvimento sustentável, colocando-se a necessidade urgente de revisão dos modelos econômicos de desenvolvimento, que deveriam passar a basear-se num outro modelo, a saber, o desenvolvimento sustentável, colocando uma visão antropocêntrica e negando o ecocentrismo. Para isso, tornam-se fundamentais ações conjuntas e abrangentes de países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que ultrapassem o estreitismo biofísico, incluindo aspectos socioeconômicos e suas inter-relações nas questões ecológicas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi uma evolução do conceito de ecodesenvolvimento. [...] o relatório, destacou em seu prefácio que as funções da comissão transcendiam as questões ambientais, o que lhe conferia um caráter mais político e diplomático do que meramente técnico. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável encerra uma proposta mais moderada do que a do ecodesenvolvimento e essa proposta é estrategicamente mais fácil de ser negociada nas conferências mundiais (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 60-61).

Pode se dizer, que substituição do conceito do ecodesenvolvimento pelo desenvolvimento sustentável acaba por confirmar a inserção do segmento empresarial no movimento ambiental mundial, onde fica nítido as razões políticas, econômicas e ideológicas para se negar o primeiro e aceitar o outro, embora ambos possuam o mesmo conceito normativo – manutenção do crescimento econômico eficiente (sustentado) em longo prazo, com melhoramento das condições de vidas e sociais (com distribuição de renda) e respeito aos ciclos e limites ambientais.

Em fins da década de 1980 (1989) a convocação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) para 1992 foi aprovada pela

Assembleia das Nações Unidas. O evento mais tarde ficou conhecido como a Rio-92 ou Eco-92.

A década de 1990 foi fortemente marcada pelo receituário e empreitada neoliberal, pelo aprofundamento das desigualdades sociais intra e internacional, a crescente preocupação acerca da qualidade ambiental, aceleração dos processos de expansão agrícolas, industrialização e urbanização não planejada, questões climáticas, contaminação hídrica e a perda da biodiversidade, enfim, a degradação socioambiental global, que conspirou contra a governança mundial (RODRIGUES FILHO et al, 2009).

Este cenário mundial foi o palco para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, que contou com a presença de 178 países. Neste evento, foram aprovados alguns documentos, dos quais se destaca cinco: Declaração do Rio de Janeiro, Agenda 21, Convenção sobre biodiversidade, Convenção sobre alterações climáticas e Declaração sobre florestas.

Conforme Nascimento (2012, p. 55), “[...] os efeitos mais visíveis foram a criação da Convenção da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas – que resultou no Protocolo de Kyoto –, a Declaração do Rio e a Agenda 21”.

Particularmente sobre a Agenda 21, trata-se de um programa de cunho mundial instituído para regulamentar o desenvolvimento fundado nos princípios da sustentabilidade. Assim foi se prefigurando uma política para a mudança global a fim de suprimir os antagonismos havidos entre ambiente e processos de desenvolvimento (LEFF, 2005).

Naquela ocasião, as atenções se prenderam ao meio ambiente e aos processos de desenvolvimento, como se percebeu nos discursos sobre a conciliação entre qualidade ambiental e o paradigma de desenvolvimento da economia. Além disso, a Eco-92 ratificou a disseminação e consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável, que contou maciçamente com a colaboração dos instrumentos midiáticos. É nesse sentido que Leff (2000, p. 16) acrescenta: “O discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992”.

Todavia, uma grande confusão ocorreu, pois se acreditava ilusoriamente que todos os males societários e ambientais seriam resolvidos uma vez evocado o desenvolvimento sustentável. Neste cenário, a Rio-92 constituiu-se num marco internacional importante para a confirmação de compromissos dos governantes quanto ao desenvolvimento sustentável.

Evidentemente, as divergências políticas e conflitos decorrentes de interesses econômicos não trouxeram o cumprimento dos acordos no patamar esperado e necessário.

Resumindo, pode-se dizer que nas duas principais conferências – de Estocolmo (1972) à Rio (1992) – surge a ideia de que o desenvolvimento possui, além de uma face de depreciação ecológica, um aspecto societário inerente. Haja vista que a pauperização é causadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida das gerações atuais e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética (NASCIMENTO, 2012).

Dez anos mais tarde, 2002, ocorre em Johannesburgo, na África do Sul, a

[...] Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Cúpula da Terra 2 (Rio + 10), com o objetivo de realizar um balanço dos compromissos firmados na Rio 92. Ficou claro que, apesar das intenções manifestadas na Rio 92, houve no período decorrido entre as duas conferências uma piora nos indicadores socioambientais e uma redução percentual da ajuda dos países ricos ao desenvolvimento dos países pobres. [...] a Conferência de Johannesburgo concentrou-se no objetivo prioritário da redução da pobreza, adquirindo assim um caráter marcadamente socioambiental (JOTABÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 59).

Neste evento, chegou-se à conclusão de que houve pouca evolução nos países signatários da Agenda 21 em relação às Políticas Públicas, evidenciando que pouco avançou na preservação do ambiente e na sustentabilidade do desenvolvimento (NOGUEIRA e CHAVES, 2005).

[...] muito pouco foi efetivamente realizado após a Rio + 10. As inúmeras conferências sobre mudanças climáticas (COPs) e outros encontros realizados para discutir problemas como o aquecimento global, aumento da desertificação, perda da biodiversidade, impactos ambientais em populações vulneráveis, apresentaram poucos avanços (WENCESLAU, ANTEZANA e CALMON, 2012, p. 596).

Vinte anos depois da Conferência Rio 92, a Rio+20 foi realizada com a finalidade de suplantar o impasse dos anos anteriores e definir a agenda ambiental para os próximos decênios. Nomeadamente, o objetivo foi o de revigorar o comprometimento político com o desenvolvimento sustentável, de modo a avaliar o progresso e as brechas na implementação da agenda ambiental, e ainda discutir e tratar novas e emergentes temáticas. Como fruto da Rio+20 temos o relatório “*The Future We Want*”, (UNITED NATIONS, 2012 apud WENCESLAU, ANTEZANA e CALMON, 2012).

Em sua análise comparada do discurso entre “*The future we want*” da Rio+20 e as retóricas ambientais prévias à conferência, Wenceslau, Antezana e Calmon (2012) sinalizam

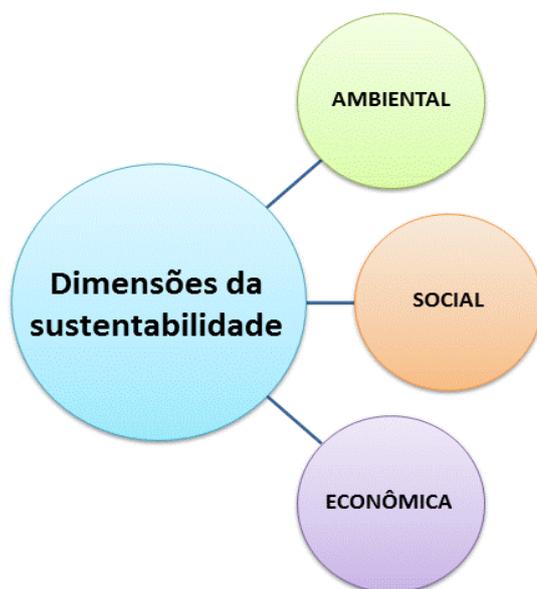
que o primeiro está baseado no desenvolvimento sustentável, mas contraditoriamente, os indícios de ação conduzem à retórica do racionalismo econômico. Além disso, com a Rio+20 ficou patente a hipótese de submissão da natureza na interação com o homem, ou seja, o antropocentrismo; houve o esvaziamento da criticidade do *status quo*, não questionando, portanto, os fundamentos que dão sustentação à sociedade capitalista.

Segundo os autores, o conceito da economia verde serviu para fundamentar a racionalidade das Nações Unidas de que é possível existir crescimento econômico e proteção ambiental, concomitantemente, e por fim, durante todo o evento, nações e empresas protegeram-se contra proposituras onerosas, especialmente as que lidavam sobre direitos humanos e responsabilidades ambientais. Sendo a minimalização das atribuições de responsabilidades futuras e seu financiamento a maior e principal decepção da Rio+20.

Como se vê, nessa trajetória, o conceito da sustentabilidade do desenvolvimento tem sido exaustivamente teorizado, discutido e analisado, recebendo distintas classificações, denominações e qualificações, e longe se ser um conceito consensual e unânime entre os especialistas e instituições políticas. E são essas contrariedades e concepções antagônicas que tem marcado tanto as teorizações quanto as práticas da sustentabilidade ao redor do mundo.

3.2. Outras notas a propósito da sustentabilidade

Embora a literatura especializada majoritariamente aborde o Desenvolvimento Sustentável de natureza tridimensional – ambiental, social e econômica –, Sachs (2007) aponta outras dimensões. O problema central dessa abordagem tridimensional não reside no fato das diferenciações existentes na literatura científica sobre cada uma dessas dimensões, mas que ao escolhê-las como elementares o faz no sentido de suprimir a dimensão do poder. Como se fosse possível mudar as estruturas de produção e padrões de consumo sem as decisões políticas e as instâncias de poder. O que ocorre é um processo de despolitização do Desenvolvimento Sustentável, como se a política não fosse relevante e necessária no processo de mudança (apud NASCIMENTO, 2012).

Figura 5: Dimensões clássicas da sustentabilidade

Dois pontos merecem destaque sobre a “invisibilidade” da politização da sustentabilidade, segundo Nascimento (2012):

O primeiro alude ao processo de supressão do campo político nas discussões do DS ocorre em parte pelo fato de que as discussões da sustentabilidade colocam no cerne interesses globais e não de classes e grupos sociais exclusivos, que possam aproveitar-se em detrimento de outrem.

Outro toca ao descolamento do foco da transformação social via política e nas lutas sociais defendidas nos Séculos XVIII ao XX. Já em meados deste século, a sociedade passa por uma série de metamorfoses sociais que substituíram a dimensão política pela social, especialmente pela produção de um mundo e economia globalizados, pelo surgimento de novos atores sociopolíticos planetários, reforçado pelo enfraquecimento do Estado-Nação e fortalecimento da economia cultural e simbólica e emergência de novas ciências e tecnologias.

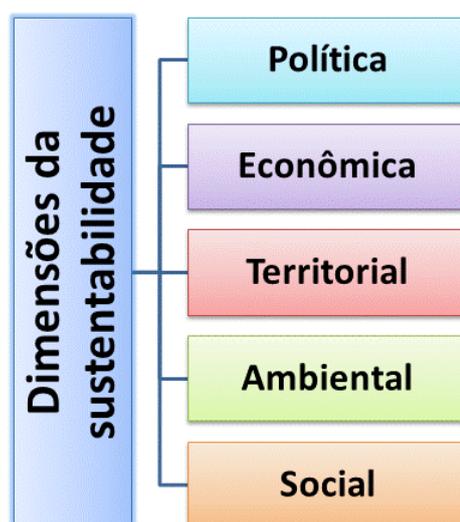
A questão, todavia, não se centra no uso da tecnologia uma vez que constitui um aspecto relevante, mas ao se tentar velar o caráter político da sustentabilidade, sobrepondo as mudanças via tecnologia, esquece-se que as transformações sociais devem passar imperativamente pelas decisões de espaços políticos e econômicos.

A cultura também constitui um campo indispensável para o DS, que não pode ser ignorado, mas que recorrentemente tem sido esquecida, pois não será possível uma mudança

no estilo de vida e paradigma de consumo se não ocorrer uma mudança de valores e comportamentos, individuais e coletivos, que seria sair do *ter mais* para *ter melhor* e sair de *consumir* para *usufruir*. Em outras palavras, a sustentabilidade requer uma reforma moral e intelectual onde teria de ter ao invés de três dimensões, apresente cinco (NASCIMENTO, 2012), a saber, a econômica, ambiental, social, política e cultural.

Na mesma racionalização se situa Sachs (2004), ao indicar que o desenvolvimento sustentável⁹ deve contemplar cinco dimensões ou pilares: social, ecológica, territorial, econômica e política. Sem, contudo, negar imprescindibilidade da inclusão da sustentabilidade cultural.

Figura 6: Dimensões ampliadas da sustentabilidade



Para este autor, a sustentabilidade social seria motivada por questões “intrínsecas” e “instrumentais” em face da problemática de disrupção societária presente em vários lugares do mundo.

Quanto ao aspecto ambiental, deve contemplar duas dimensões de sistemas de sustentação da vida e provedores de recursos” e “depositário” para o recebimento de resíduos.

Outro, refere-se a uma melhor distribuição espacial dos recursos e das populações e das atividades econômicas entre os meios urbano e rural, de forma a evitar a excessiva concentração nas áreas urbanas.

⁹A primeira denominação para o termo desenvolvimento sustentável foi feita pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

A sustentabilidade econômica seria a “viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam”.

O último, mas não menos importante, alude à sustentabilidade política¹⁰, onde a governança democrática e a liberdade são peças fundamentais (SACHS, 2004, p. 15-16).

Viederman (1993 apud PROOPS et al, 1997) sinaliza para outra questão, defende que a sustentabilidade é uma questão ética. Em seu discurso aponta que para se atingir um desenvolvimento sustentável, além da implementação de medidas de política ambiental adequada, deve haver um sistema político e econômico estável que torne possível a participação de toda a sociedade.

A participação social, nesse processo, está presente também em Nogueira e Chaves (2005). Já Pereira (2008, p. 95) sugere a adoção do termo “controle democrático”, que seria a soberania popular como vontade geral, em contraposição ao “controle social”, formulado originalmente por Durkheim para expressar o controle do Estado sobre o povo.

[...] o conceito de sustentabilidade não pode ser reduzido ao “esverdeamento”, ao ecologicamente correto e, tampouco, ao economicamente viável (para quem?). Há uma dimensão social e ética que deve ser priorizada, assegurando os direitos humanos e a justiça social para todos (RATTNER, 2009, p. 1971).

Uma retórica diz que o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como o equilíbrio entre as vertentes econômica, social, política e ambiental do desenvolvimento, contrapondo-se ao pensamento de se associar apenas a fatores de crescimento econômico, dada a mais que comprovada incapacidade deste modelo unívoco em atender aos anseios e necessidades humanas para o desenvolvimento pleno do ser social enquanto sujeito histórico.

Afinal o desenvolvimento sustentável deve atender a um “duplo imperativo ético” alicerçado na “solidariedade com as gerações presentes e futuras”, devendo apenas o desenvolvimento econômico, social e ambiental no mesmo nível e que seja mutuamente positivo receber a denominação de desenvolvimento sustentável (SACHS, 2004, p. 36). Em outras palavras, esse imperativo ético pode ser entendido como “solidariedade sincrônica” (geração atual) e “diacrônica” (geração futura), com vistas ao respeito e comprometimento com todas as formas de vida da Terra (SACHS, 2008, p. 49).

No entanto, o desenvolvimento sustentável pode também, portanto, apresentar uma

¹⁰Stahel (1995) propõe como condição para um corpo societal sustentável uma recomposição política total da sociedade atual porque considera que essa dimensão foi destruída. Igualmente, em Lefebvre (1991) ao analisar o Terrorismo e Cotidianidade, temos uma propositura de uma revolução cultural permanente e total da sociedade que passa necessariamente pelos níveis econômicos, políticos e culturais.

dualidade de intenções. Uma voltada para a ética e a outra com profundas caracterizações de dominação (RODRIGUES FILHO et al, 2009).

Outros autores defendem que o desenvolvimento sustentável possui “um caráter moderador ou apaziguador”, diferentemente do ecologismo radical e da ecologia política, sendo ainda uma “proposta idealista” e utópica de desenvolvimento, que se demonstra fracassada por não haver objetivamente alcançado suas propostas, ficando meramente na retórica (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 61-62).

Desta feita, o conceito de desenvolvimento sustentável para uns é “tão ambíguo quanto usual” (GODAR, 1997 apud NOGUEIRA e CHAVES, 2005, p. 99), “é polissêmico” apresentando apreensões e leituras diversas, que vão desde a biologia até à economia (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 62), “vazio” (STAHHEL, 1995). Outros autores acrescentam que se trata de um conceito “recente” e que “[...] padece de ambiguidades e incertezas [...]” (BURSZTYN e BURSZTYN, 2006, p. 55). Já para Nascimento e Costa (2010) apud Nascimento (2012) o desenvolvimento sustentável é como um campo de embates, no sentido defendido por Bourdieu, com diversos discursos ora discordantes, ora complementares.

Ainda sobre os mais diversos entendimentos sobre o desenvolvimento sustentável, Redclift (1987) o apreende como uma “[...] ideia poderosa, enquanto Richardson (1997) chama-o de fraude, pois tenta esconder a contradição entre a finitude dos recursos naturais e o caráter desenvolvimentista da sociedade industrial” (apud NASCIMENTO, 2012, p. 51-52).

Já O’Riordan (1993), apoiado por Dryzeh (1997), é de opinião que o DS traz em si a ambiguidade de conceitos, como os de justiça e democracia, e que não por isso eles deixam de ser relevantes. Por sua vez, Baudin (2009) vai concebê-lo como uma nova ideologia. No Brasil, Machado (2005) defende que o DS é um discurso, conforme a proposição de Foucault; enquanto Nobre & Amazonas (2002) afirmam que é um conceito político-normativo, noção que já estava presente no Relatório Brundtland. Veiga (2010), no entanto, fará uma defesa interessante – de que se trata antes de tudo de um novo valor. Na sua assimilação pela sociedade, encontra-se a possibilidade da adoção de medidas que venham efetivamente a mudar o rumo do desenvolvimento, levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades (Sen, 2000) (apud Nascimento, 2012, p.52).

Já na concepção de Sachs (2002 apud RODRIGUES FILHO et al, 2009), a sustentabilidade do desenvolvimento passa necessariamente pela apropriação efetiva dos direitos humanos, sociopolíticos, culturais e econômicos, bem como ao direito societário em relação ao meio ambiente.

[...] O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que conduzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais (LEFF, 2005, p. 57).

Apesar de a sustentabilidade ter apreensões diversas e antagônicas, adere-se ao entendimento do Desenvolvimento Sustentável como um novo valor, vinculando-o às prospecções de um novo modelo de desenvolvimento com respeito a todas as formas de vida, ou seja, o surgimento de outra racionalidade que leve em conta questões de prudência ambiental, eficiência econômica atrelada à justiça social no processo de desenvolvimento, qual seja, que contemple ao mesmo tempo a tríade da sustentabilidade: as esferas econômica, social e ambiental, sem contudo, desprezar o campo político-cultural e territorial.

Assim, pensar a sustentabilidade do desenvolvimento, numa visão meramente ecológico-ambiental, dissociada da “tessitura social”, isto é, não considerando correlação natureza x cultura, constitui “[...] uma das mais instigantes questões políticas contemporâneas” (FREITAS, 2003, p. 116; 124).

O pensamento da ecologia radical, que defendia a sobreposição dos aspectos naturais sob os aspectos socioeconômicos, foi importante para o surgimento de uma “consciência ecológica”, no entanto mostrou-se “[...] pouco simpática aos esforços políticos que buscavam uma aproximação entre objetivos econômicos, ecológicos e sociais” (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009, p. 55). Em outras palavras, não se pode considerar a sustentabilidade levando apenas em consideração um aspecto – a natureza -, nem tampouco fixá-la numa âncora econômica, mas importa considerar o papel fundamental das atividades humanas nesse processo, quer no campo econômico e/ou no contexto sociopolítico.

Sachs, Lopes e Dowbor (2010, p. 138), referindo-se aos 4 bilhões de excluídos dos “benefícios da globalização” (vitimizados pelo drama de distribuição desigual de renda, riqueza e oportunidades dignas de inserção produtiva), eloquentemente, alegam que “[...] um PIB que cresce mas não inclui as populações não é sustentável. Estamos falando de quase dois terços da população mundial a quem se trava o acesso ao financiamento, às tecnologias, ao direito de cada um ganhar o pão da sua família”.

Assim, a globalização, entendida como fenômeno composto de variadas dimensões e com graves implicações políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais, não se apresenta uniforme e nem beneficia a todos os cidadãos dos Estados Nacionais inseridos nesse

processo, uma vez que algumas nações avançam mais celeremente, enquanto que regiões inteiras ficam para trás, atrasadas, portanto, em muitos aspectos. Essa diferenciação estrutural e assimétrica de integração pode representar e explicar outra diferença a ser adicionada entre países industrializados do Primeiro Mundo e os países pobres e atrasados do Terceiro-Mundo (SANTANA, 1999). O processo globalizatório é marcado por conflitos de duas óticas: uma de cunho econômico dirigido pelo capital e outra de natureza humanista, emergente, onde a pessoa é o centro e que se ancora também no bem-estar social (BRUM, 2005).

Stahel (1995, p. 124) nos presenteia ao acrescentar sobre essa mesma questão quando afirma que o Produto Interno Bruto (PIB):

[...] apenas indica o fluxo de bens e serviços produzidos pela atividade humana, jamais o total de riquezas disponíveis. Essa distinção se torna ainda mais importante se considerarmos que o que caracteriza a produção humana é justamente uma série de externalidades negativas, cujo custo em termos de bem-estar frequentemente suplanta o seu valor. É essa mercantilização crescente da sociedade moderna, às custas dos equilíbrios naturais, das relações sociais e da autonomia individual, que tem de ser revista, antes de tudo, se quisermos pensar em uma sociedade sustentável e, mais do que isso, se nossa preocupação não se limita a uma simples questão de sobrevivência física, mas sim a uma busca constante de qualidade de vida.

O PIB que não colabora para o melhoramento da qualidade de vida da maioria das populações, e isto, portanto, não se resume apenas à vida material do homem, uma vez que este se constitui de múltiplas faculdades que requerem a sua conjugada atenção e satisfação, já se mostra fracassado e por isso mesmo inviável.

Vale salientar que a qualidade de vida representa também um conceito central nas discussões e objetivações da gestão ambiental, surgindo num momento de profundo consumismo e concentração de abundância produzida, degradação ambiental, dentre outros. Essa ênfase nos processos qualitativos das condições de vida explicitam degradação do ambiente, dos instrumentos e serviços público-sociais básicos e do igualitário acesso ao consumo, bem como da própria condição humana acerca da atenção de suas necessidades elementares. Na contramão da homogeneização da produção e satisfação das necessidades sociais, surge a qualidade de vida que deverá está atendida com as multivariadas particularidades e circunstâncias que repercutem sobre o indivíduo (LEFF, 2001).

Referindo-se a algumas contradições existentes no desenvolvimento sustentável, Kitamura (1994) vai afirmar que é equívoco pensar o mercado como um bom mediador nos processos de manejo dos problematizações ecológicas, quer para os países ditos industrializados ou mesmo para os países do Terceiro-Mundo ou pobres.

É essa impossibilidade de consideração de outras vertentes que transcendam os curtos prazos e a lucratividade e alocação de recursos nos moldes *smithiano* que demonstra a miopia e cegueira dos mercados econômicos globais, bem como a nítida insustentabilidade do desenvolvimento sustentável global (SACHS, 2008).

A história brasileira é profundamente marcada por desigualdades das mais variadas formas. Essa configuração antagonica e complexa presentes na essência do capitalismo expressa dualismos: luxo e miséria, moderno e arcaico, legal e ilegal, acesso aos direitos de cidadania e exclusão social, coexistindo num mesmo ambiente e contexto, tornando-se elementos contrários ao estabelecimento da cidadania e sustentabilidade dos sujeitos sociohistóricos.

Particularmente sobre as situações de exclusão social, Rogers (1995) apud Fraxe et al (2011), ao analisar o índice de cidadania das comunidades pesquisadas pelo PIATAM¹¹, defende que o termo representa essencialmente uma configuração multidimensionada, que diz respeito não apenas a situações de privação e negação a acesso de bens e serviços essenciais, incluindo-se ainda o não acesso “à segurança, à justiça, à cidadania”. Em outros termos, referem-se as disparidades sociais, políticas e étnico-culturais.

A exclusão social representa, portanto

[...] um fenômeno moderno [...] que no bojo do processo de globalização da economia e da desregulação do trabalho, da produção e da proteção social, vem impondo um novo tipo de clivagem entre nações e entre indivíduos e grupos dentro de uma mesma nação. Essa clivagem não aponta tão somente para a tradicional divisão entre ricos e pobres [...], mas indica principalmente a separação entre os que estão *dentro* e [...] *fora* do circuito das possibilidades de acesso e usufruto de bens, serviços e direitos que constituem patrimônio de todos (PEREIRA, 1998, p 124).

Já Nascimento (1995, p. 25) apud Wanderley (2004, p. 129) refere-se à exclusão de modo que se torna “[...] apartação quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando outro é considerado “não-semelhante”, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano”.

Ainda se tratando desse assunto, apesar das multifacetadas interpretações, definições, dimensões e da complexidade da exclusão social, surge a necessidade de analisá-la a partir das especificidades dos locais e regiões onde este fenômeno se produz e reproduz.

¹¹Trata-se de um “projeto interinstitucional que envolve quatro instituições de ensino e pesquisa, e tem como principal meta a caracterização socioambiental da inteligência socioambiental estratégica da indústria do petróleo na Amazônia” (CAVALCANTE e TOCANTINS, 2011, p. 21).

O processo de formação histórica, social, política e econômica brasileira possibilitou uma caracterização perversa e dúbia porque

A mesma nação industrializada e moderna conta com situações sociais, políticas e culturais desencontradas. Talvez se possa dizer que esse desencontro entre sociedade e economia seja um dos segredos da prosperidade dos negócios. As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade (IANNI, 1991, p. 10).

Nesse movimento, a pobreza, indignação e desigualdade social acompanham os meios de produção, dada a ideologia e realidade cravada historicamente no contexto brasileiro que contrapõem sujeitos, modos e histórias de vida.

Numa relação de coexistência de variadas conjunturas – moderno e atrasado – (IANNI, 1991), que surge como resultantes de um único processo excludente, proveniente de políticas ligadas a esferas de cunho nacional, alicerçada na lógica acumulativa e centralizadora do capitalismo, exerce influência sobre as formas de existência dos sujeitos humano-culturais.

Desta feita, é necessário apreender a realidade brasileira a partir de reflexões que considerem a sua dialeticidade, pois na história do Brasil, “a lei, ao invés de garantir e universalizar direitos, destitui indivíduos de suas prerrogativas de cidadania e produz a separação entre a figura civil do trabalhador e a do pobre incivil” (TELLES, 1994, p. 93). As experiências da inexistência de respeito aos direitos repercutem incisivamente na sociabilidade, identidades e condições de vida das pessoas.

Takashima (2005, p. 79) em trabalho realizado sobre repercussões no cotidiano de famílias empobrecidas no Brasil, faz a seguinte declaração: “As milhares de famílias em condições de miserabilidade adquirem [...] dimensões complexas e desumanas e constituem uma verdadeira violência social, onde os seres humanos não passam de números descartáveis ou considerados biodegradáveis”.

Portanto, as condições de vida estão associadas a uma complexidade social construída nas múltiplas formas de domínio e de poder na sociedade. Esse processo constitutivo influencia profundamente nos setores de trabalho, educação, saúde, segurança e outros bens públicos essenciais.

O objetivo principal da sustentabilidade, portanto, seria a construção de uma cidadania humana possibilitadora de melhores condições de vida a todos, bem como o respeito a outras formas de vida igualmente importantes para a Gaia, conforme proposto por Lovelock (2006),

incluindo-se a supressão da miséria e pobreza humana.

Como se percebe, encontros internacionais para tratar da temática ambiental e aprofundar acordos internacionais são cada vez mais frequentes e maiores, como a recente Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorrida ano passado, no Rio de Janeiro.

Com a crise socioambiental global surgiu a necessidade inadiável de resolução da problemática, como objetivo planetário central, e esta encruzilhada histórica por que passa a humanidade longe de apresentar uma via resolutiva fácil, mostra-se como uma das mais sérias e complexas questões e dilemas a serem enfrentados na modernidade, no qual todos, indistintamente, têm papel fundamental para a consecução da sustentabilidade mundial.

Entender as dinâmicas envolvendo a sustentabilidade planetária permite realizar uma leitura mais lúcida a respeito da sustentabilidade brasileira e, particularmente, da Amazônia no contexto dos interesses de mercado sobre seus recursos ambientais, conforme se verá no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

“A M A Z Ô N I A
A M A
A Z O N A
I A”
(Simão Pecher)

4. A INSERÇÃO DA AMAZÔNIA NA ECONOMIA MUNDIAL E AS IMPLICAÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE REGIONAL

4.1. A Amazônia no período colonial

Contextualizando a problemática ambiental à luz da realidade amazônica, há três grandes Eldorados no mundo: a Antártida, os fundos marinhos e a Amazônia. Destes, o único a figurar sob a soberania de Estados Nacionais é a Amazônia. Tal configuração geopolítica suscitou interesses mundiais pela soberania conjugada e poder de gestão da Amazônia, ao passo em que são ampliadas as objetivações de valoração da biodiversidade em sobreposição ao aspecto cultural (BECKER, 2005).

Embora não seja propriamente objetivo deste trabalho abordar o processo histórico de intervenções sobre a Amazônia Brasileira, faz-se fundamental realizar uma abordagem concisa da ocupabilidade humana na região e da inscrição do Brasil à economia mundial deste a temporalidade colonial, a fim de uma melhor compreensão dos atuais processos de desenvolvimento e exploração dos recursos ambientais amazônicos.

A invasão da Amazônia se deu inicialmente por conta da influência do mercantilismo europeu. O mercantilismo pode ser entendido como o notório fundamento político-econômico da modernidade, haja vista que significou a consolidação do comércio como atividade humana econômica mais rentável. O regime mercantilista alude, pois, a um processo em que o europeu sobrevivia à custa da circulação de mercadorias compradas no Oriente e vendidas na Europa a um preço superior, de onde se extraía o lucro (PONTES FILHOS, 2000).

Como Portugal foi o primeiro Estado Moderno a se formar consistentemente, seguido pela Espanha, França, Holanda, Inglaterra e outros, justifica-se o fato de ter sido pioneiro na arte das grandes navegações. Mas a real motivação para as grandes navegações era a necessidade de obtenção de riquezas com o comércio. Havia, porém um problema: os comerciantes das cidades italianas de Gênova e Veneza, bem como dos mercadores turcos e árabes detinham o monopólio do comércio pela rota do Mar Mediterrâneo (PONTES

FILHOS, 2000).

O empecilho de chegar ao Oriente e às Índias pelo Mediterrâneo levou a Portugal e Espanha a buscar outras rotas que lhes permitissem chegar àquelas regiões sem precisar estar sujeitos às intervenções intermediárias turcas ou italianas, podendo negociar e comercializar diretamente com os produtores das especiarias, de modo a obter maior lucratividade (PONTES FILHOS, 2000).

Esse processo, todavia, começa em 1492 quando o Novo Mundo (Continente Americano) e o Velho Mundo (Continente Europeu) se encontram e o primeiro sofre a sua primeira intervenção pelo Tratado de Tordesilhas¹² (em 1494), onde Portugal e Espanha dividiram o território em América Portuguesa e América Espanhola. E a Amazônia recebe as suas primeiras denominações de Lusitânia (parte portuguesa) e Nova Andaluzia (parte espanhola) (WITKOSKI, 2010).

A nova busca mercantil foi iniciada e em 1492 quando a expedição de Cristóvão Colombo, a serviço da Coroa Espanhola, encontrou novas terras a oeste do continente europeu. E em 1500, a expedição liderada por Pedro Álvares Cabral chegaria ao litoral brasileiro e, mais adiante, diversas expedições foram realizadas ao Brasil e, por conseguinte, à Amazônia (PONTES FILHOS, 2000).

A partir desse momento, a Amazônia passa a ser alvo de disputa entre espanhóis e portugueses, motivados pelo poder de posse das novas terras, surgindo alguns tratados para a garantia do poder sobre os territórios.

A ocupação da Amazônia Brasileira correspondeu a um processo histórico não regular e dentro do contexto de inserção do Brasil à economia mundial. A região foi considerada exótica pelos colonizadores em função de sua complexidade biológica e foi sendo povoada e delimitada de acordo com as preocupações geopolíticas, no período colonial. Num primeiro momento, a sua exploração correspondeu às exigências do mercado voltado para o mercantilismo português. O uso da mão-de-obra escrava indígena, que promoveu a dizimação de significativos povos ameríndios, marcou esta etapa colonial de afirmação do modo de produção capitalista comercial na Região Amazônica (HAOXOVELL-LIRA e COSTA, 2012, p. 7).

¹²Com o Tratado de Tordesilhas, foi conferido à Espanha maior parte das terras amazônicas. O fato de na Amazônia não terem encontrado fontes de riqueza imediata como ouro e prata, pouca atenção foi dada à região durante todo o Século XVI. Os interesses em relação à Amazônia crescem, sobretudo, por parte dos holandeses, franceses, ingleses e irlandeses somente a partir de 1580. Portugal, percebendo o aumento da presença estrangeira na região e motivado pela posse dessas terras, realiza uma expedição a fim de aniquilar a exploração, comércio e contrabando na região feitos pelos europeus invasores. Estava decidido: Portugal não mediria esforços para ocupar a Amazônia (PONTES FILHO, 2000).

No movimento de conquistas e colonização, chegam os jesuítas portugueses à Amazônia por volta de 1615 e em 1652 chega o Pe. Antônio Vieira. Em 1686 já existia a presença de jesuítas espanhóis ao longo do Rio Solimões, realizando trabalhos de cristianização (WITKOSKI, 2010).

A chegada do colonizador e o seu contato com o índio amazônico marca o encontro de duas civilizações contrastantes, com diferentes óticas de mundo sobre o que vem a ser desenvolvimento, que só poderia ser resolvida com a morte dos ameríndios. A constituição do Território Amazônico ocorre por um processo histórico de exploração e apropriação de novos recursos naturais em nível global. Por isso, era necessário loteá-lo e depois tomar posse e conquistá-lo (WITKOSKI, 2010).

Desde as temporalidades coloniais a Amazônia tem sido o centro de preocupações de vários governos (1530 a 1822), ocasião em que os portugueses intentavam manter outros países europeus distantes do Amazônia. Durante a maior parte do período colonial a região amazônica tinha uma estrutura administrativa própria chamada de Grão-Pará, separado do restante do Brasil (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004).

Depois do Século XVII, os povos indígenas amazônicos tiveram suas populações marcadamente decrescidas em razão de seu contato com o europeu colonizador. As razões para isso foram: doenças introduzidas pelo homem branco, escravização, genocídio fruto de lutas entre índios e colonizadores e das missões religiosas (Idem).

Nas margens desse grande rio foram formados os primeiros núcleos de ocupação dos portugueses que vieram para a Amazônia no século XVII. A população indígena que habitava as margens do Amazonas foi a primeira a sofrer os piores efeitos da colonização. As doenças, as guerras, o extermínio e a escravização rapidamente dizimaram a maioria dos grupos indígenas da várzea (LIMA, 2005, p. 11).

Como estratégia adotada pelo europeu era necessário, pois, imperativamente

[...] homogeneizar a sociodiversidade amazônica [...]. [...] transformar o comportamento dos ameríndios, normalmente nômades, em sedentários, modificando os agrupamentos tribais em núcleos com características urbanas; preparam os ameríndios para o mundo do trabalho [...]. tendo a língua portuguesa como a nova forma de comunicação obrigatória [...] (WITKOSKI, 2010, p. 73-74).

Além disso, as consequências da fase colonial para os ameríndios nacionais foram o forçoso abandono às suas culturas e simbologias, tradições, valores e saberes, pois foram considerados inferiores, atrasados, bárbaros e satânicos, razão pela qual eram os homens

nativos impedidos de alcançarem a civilização do mundo moderno e desenvolvido. Em outros termos, eles foram impelidos a acreditar na única via resolutiva para o futuro próprio e de seus filhos: esquecer suas tradições e submergir numa realidade não-indígena sem poder olhar para o passado (LUCIANO, 2006).

Os povos indígenas, ao longo dos 500 anos de colonização, foram obrigados, por força da repressão física e cultural, a reprimir e a negar suas culturas e identidades como forma de sobrevivência diante da sociedade colonial que lhes negava qualquer direito e possibilidade de vida própria. Os índios não tinham escolha: ou eram exterminados fisicamente ou deveriam ser extintos por força do chamado processo forçado de integração e assimilação à sociedade nacional. Os índios que sobrevivessem às guerras provocadas e aos massacres planejados e executados deveriam compulsoriamente ser forçados a abdicar de seus modos de vida para viverem iguais aos brancos (LUCIANO, 2006, p. 41).

Essa realidade não foi diferente para o ameríndio amazônida. Uma estimativa afirma que havia só na região por ocasião da chegada do europeu entre 500.000 a 5.800.000 índios na Amazônia Brasileira (DENEVAN, 1976 apud FRAXE, 2010). E foram a escravidão, as guerras, as doenças nunca antes conhecidas pelos nativos, etno e genocídios e outros males a que foram submetidos os povos indígenas os responsáveis para que hoje esse quantitativo seja pouco mais de 700.000 pessoas em nível nacional (LUCIANO, 2006).

Os povos indígenas no período de colonização portuguesa europeia estavam inseridos num projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e bélica do mundo, isto é, num projeto político dos europeus. Como os indígenas apenas conheciam conflitos locais entre as tribos e seus territórios, não foram capazes de entender a racionalidade das disputas como componente de um projeto político civilizatório mundial e centralizador (LUCIANO, 2006).

Tomando por exemplo o povo ameríndio *Omágua*, que habitava a Região do Médio Solimões (e Alto Solimões), na área geográfica atual da cidade de Coari, de acordo com Witkoski (2010), nas primeiras décadas do Século XVIII o povo *Omágua* já se encontrava quase extinto em resultado das doenças introduzidas, das empreitadas para prendê-los e dos ditames das Missões.

O povo *Omágua*, residente na antiga Vila de São Paulo de Olivença, conhecido também por *cabeça chata* (prática cultural realizada na cabeça do recém-nascido a partir da compressão por 2 pedaços de madeira para dar a aparência alongada, tal qual à mitra de um bispo), em razão do contato histórico com os espanhóis, tiveram paulatinamente os seus costumes de achatar o crânio extinto. O abandono dessa prática trouxe grande desgosto aos

que já possuíam a cabeça achatada, ao visualizar a nova geração crescer com a cabeça natural, os adultos e idosos amaldiçoavam a si próprios por não poderem livrar-se de suas cabeças fora de moda, com as quais teriam de suportar até a morte (MARCOY, 2006).

Esse fato foi acompanhado pelo drástico decréscimo populacional, que uns atribuíram tamanha mortalidade em razão do abandono do antigo costume e outros em razão da epidemia de varíola. Somam-se a isso a forçosa confraternização liderada pelos portugueses na qual os Omáguas teriam de associar-se aos povos Cocama, Juri, Ticuna e Mayorunas, estes dois últimos históricos inimigos dos Omáguas (MARCOY, 2006).

Em 1743, as coroas espanhola e portuguesa aumentaram os interesses de mercado e administrativos pela presença de pesquisadores naturalista, como Charles Marie de La Condamine (francês) que naquele ano esteve em Tefé. Outros pesquisadores como Johann Baptist von Spix, zoólogo, e Carl Friedrich Phillipp von Martius, botânico figuram como os mais famosos que igualmente estiveram na região de Tefé. As viagens desses pesquisadores lhes renderam condecorações nas academias da Europa, como Academia de Ciências de Berlim, o Royal Society, de Londres, e a Academia Francesa (NEVES, 2005).

Em 1819, a partir de escritos desses pesquisadores viajantes, sabe-se da existência de Ega, como era conhecida Tefé, e já era um empório comercial, onde circulavam mercadoria europeias e saíam cacau, salsaparrilha, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, pirarucu seco, favas de pixurim, café, algodão, urucu e madeiras para construção. Outras incursões foram realizadas por Alcides Dessalines d'Orgigny, representando os interesses do Museu de História Natural de Paris, passando pela região em 1831 e em 1850 Henry Walter Bates esteve na região atendendo aos interesses do Museu Britânico. Resumindo, as objetivações eram o conhecimento da flora, fauna e do tamanho da bacia hidrográfica com fins comerciais sobre a região (NEVES, 2005).

Além dos exploradores e naturalistas Charles Marie de La Condamine, Spix, Martius e Bates, Batista (2006) cita outros que estiveram realizando pesquisas na Amazônia: Alexandre Rodrigo Ferreira (pesquisando no campo da história natural, antropologia, etnografia e geografia), Castelnau (entomologista de renome mundial, dedicou-se a entender a meteorologia da Amazônia), Wallace, Chandless, Frederico Hartt, Agassiz e diversos outros.

Por tudo isso, o período de colonização da Amazônia brasileira revela-se como uma temporalidade em que os seus recursos ecológicos e humano-culturais foram postos a serviço do mercantilismo europeu, sobretudo o português. Em outras palavras, a Amazônia foi

saqueada. Onde os maiores prejuízos recaíram sobre os povos indígenas regionais ao terem sua cultura material e imaterial, simbologias, mitos, modos de vida e existência física tratados como lixo. Ademais, ao sofrerem genocídio e etnocídio e outras atrocidades por meios mais cruéis possíveis, ficam evidentes os prejuízos sociais impagáveis desta triste e obscena etapa histórica nacional e regional.

As atrocidades e exploração humana e ecológica da região, portanto, ocorreram em três fases: na Primeira Fase Econômica desde a colonização, de 1616 até 1750, caracterizada pelo uso da força de trabalho indígena para coleta de “drogas do sertão” liderada pela Coroa Portuguesa; na Segunda Fase, a partir de 1750 e chegando até perto de 1830, na fase do ciclo agrícola. Nesse período, além de coletar as drogas do sertão, o colono deveria concomitantemente plantar espécimes nativas e alienígenas, também sob o domínio predominante da Coroa Portuguesa por meio de Diretório dos Indígenas; e por último, a fase gomífera, entre 1880 e 1913 (PONTES FILHO, 2000) (sem mencionar aqui os grandes projetos da fase gomífera, de integração, colonização e desenvolvimento da Amazônia, sob os auspícios do governo brasileiro) que será tratado a seguir.

4.2. A economia da borracha

Sob o prisma econômico, a borracha foi o principal produto extrativista da Amazônia entre as décadas de 1900 e 1940. O centro dos enfoques econômicos, especialmente do capital internacional, estava direcionado para a seringueira da Amazônia, considerada a “[...] árvore da fortuna [...]” (ANTONIO FILHO, 2010, p. 187).

Segundo Furtado (2005), em fins do Século XIX e começo do XX, a borracha estava designada a ser a matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. A borracha da Amazônia foi considerada como produto comercializável somente a partir das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa nos Séculos XVIII e XIX com a Revolução Industrial (CHAVES, 2011).

Antonio Filho (2010) comenta que apenas em 1808 com a abertura do comércio internacional é que a borracha da Amazônia atingiu seu lugar no cenário comercial e industrial mundiais. O principal impulso se deu por três razões: o aperfeiçoamento e montagem da primeira fábrica de impermeáveis de borracha por Mackintosh em 1823, o desenvolvimento do processo de vulcanização por parte da Goodyear em 1839 e a descoberta do pneumático em 1888 por John Boyd Dunlop; e Loureiro (2008) cita também as mudanças

de fase de utilização da borracha de pneus de bicicletas para de automóveis, pelos irmãos Michelin, cujo auge ocorre a partir de 1895.

Anteriormente, não havia tecnologia suficiente para tornar a borracha comercializável, pois, após o tratamento com solventes inapropriados, se tornava quebradiça com baixas temperaturas do inverno e pegajosa no calor de verão. Essa condição veio a mudar somente com descoberta de vulcanização (mistura de goma elástica ao enxofre, pela ação do calor) pela Goodyear, nos Estados Unidos, que tornou a borracha mais estável, de modo a permitir a sua utilização em diversos objetos, razão pela qual cresceu as intenções e interesses de produção diante do consumo mundial cada vez em crescimento (LOUREIRO, 2008).

A despeito das oscilações dos preços internacionais da borracha, as exportações e os preços figuravam em expansão em fins do Século XIX, atingindo seu ápice produtivo em 1912 e declinando em 1932, explicitando o fim da prevalência da economia da borracha na Amazônia Brasileira (ANTONIO FILHO, 2010).

O problema que se pôs foi o seguinte: Como ampliar a produção de borracha diante da crescente demanda internacional em fins do Século XIX se o estoque de seringueiras estava na Bacia Amazônica? E como resolver o problema da força de trabalho para as atividades?

A solução foi sugerida em longo prazo, haja vista a nítida dificuldade de aumento da produção de borracha amazônica, pela dificuldade de mão-de-obra disponível. Uma vez constatado que algumas espécies de plantas produtoras de látex adaptavam-se a regiões de clima semelhantes, a saída foi instaurar imperativamente a produção em locais onde a mão-de-obra fosse mais disponível a fim de financiar o seu longo período de gênese. Mas a celeridade com que a procura de borracha crescia nos países industrializados demandou uma solução em curto prazo. Nesse sentido, a primeira fase da economia da borracha, de caráter emergencial, se dá integralmente na Amazônia e a segunda é marcada pela produção organizada em bases racionais, de forma a permitir que a oferta tenha o crescimento à altura das aspirações e da rápida expansão da procura mundial (FURTADO, 2005).

Apesar das dificuldades à produção, a Amazônia foi a fonte primária de produção de borracha para os países do centro econômico (CHAVES, 2011). No entanto, o despovoamento da região e o custoso deslocamento humano para a Amazônia e o longo tempo necessário para isso foram empecilhos para investimentos no plantio, exploração e conservação dos seringais. Estavam lançadas as razões para a aniquilação da economia da borracha amazônica. E,

posteriormente, sob os ditames ingleses¹³ se iniciaram as plantações racionais de seringueiras no Oriente. Assim, Índia, Ceilão, Malásia e Indonésia, colônias de potências europeias, tornaram-se capitais necessárias à implantação dos “estates” (LOUREIRO, 2008).

Portanto, a economia da borracha, em atenção às necessidades de ampliação da produção mundial, introduziu na Amazônia Brasileira um cenário de intensa exploração de seus recursos humanos e ecológicos, em detrimento de atenção às dinâmicas socioculturais e ambientais regionais, incluindo-se as formas precárias e opressivas a que subjugou as populações ameríndias e nordestina usadas na sua sustentação econômica.

4.2.1. E as mãos para o trabalho nos seringais?

No que tange à ocupação humana na região amazônica, torna-se elementar mencionar três períodos: 1) A exploração das drogas nos Séculos XVII e XVIII, voltada exclusivamente para o comércio com a metrópole portuguesa; 2) O ciclo agrícola, dos Séculos XVIII a XIX, incluindo o cacau, o café e o algodão; e 3) O ciclo da borracha. Como resultado desse período, surgiram Manaus e Belém como centros comercial e cultural da Região Amazônica. É nesta fase que houve maior dinamismo econômico regional, iniciado na segunda metade do Século XIX e cujo *boom* ocorre no primeiro decênio do Século XX (TEIXEIRA, 2009).

Certamente a ocupabilidade humana amazônica sob a iniciativa da economia gomífera foi mais incisiva do que a provocada pela coleta de “drogas do sertão” (ANTONIO FILHO, 2010). O fator determinante para isso vincula-se à progressiva demanda por borracha na Europa e Estados Unidos (PONTES FILHO, 2000).

Segue o autor defendendo que um motivo em especial concorreu para o uso de mão-de-obra nordestina na produção de borracha: a dificuldade de se estruturar o sistema produtivo a partir de braços de trabalho indígena local e a escassez de mão-de-obra. É, todavia, a forte pressão internacional de mercado que forjara uma resolução em curto prazo para a questão da produção da borracha amazônica.

Toda mão-de-obra necessária à produção amazônica era então suprida pela população indígena, de número reduzido, ante os massacres e o escravismo predominantes nos métodos de exploração extrativista da época colonial. A partir de 1855, porém, ela tornou-se insuficiente para atender aos reclamos mundiais de maior produção gomífera [...] (LOUREIRO, 2008, p. 17).

¹³Os ingleses com suas organizadas plantações de borracha no Oriente, particularmente Malásia e Indonésia, logo conseguiram superar a produção extrativa amazônico-brasileira no mercado internacional, competindo tanto em preço quanto em qualidade (BRUM, 2005).

A decadência da exploração da mão-de-obra indígena ocorreu a partir os anos 80 do Século XIX, quando foi substituída por braços nordestinos. Os ameríndios e caboclos se tornaram um quantitativo insuficiente para atender a grande e crescente demanda de produção de borracha a partir de meados do Século XIX (TEIXEIRA, 2009). A herança mais cruel herdada pelos ameríndios foi a dispersão de distintos povos em meio aos imigrantes, conduzindo a extinção física e cultural de vários grupos e tribos (PONTES FILHO, 2000).

A pressa com que foi perseguida uma solução para as questões envolvendo a produção de borracha na Amazônia, especialmente pelo crescimento da procura de borracha nos países industrializados, no final do Século XIX, é confirmada por Furtado (2005).

Com o crescimento populacional significativo no Nordeste Brasileiro na primeira metade do Século XIX, a desestruturação da economia de subsistência de que se valia a população, o crescimento vegetativo a partir da segunda metade do Século XIX conjugado com a pressão sobre a terra e, sobretudo, pela grande seca 1877-1880, que resultou a mortandade quase completa do rebanho nordestino e de 100 a 200 mil pessoas, culminou numa massa de flagelados nas cidades litorâneas da região. O governo em atitude de socorro aos retirantes instituiu políticas de emigração para outras regiões do país, sobretudo para a Amazônia (ANTONIO FILHO, 2010).

[...] A onda humana nordestina [...] após 1877 [...] invadiu a Amazônia, carente de braços, modificando sua constituição étnica, pela mistura ou substituição da primitiva população, possibilitando a sua posse definitiva (LOUREIRO, 2008, p. 17).

Inclusive, até os Estados Amazônicos financiaram as propagandas de atração de nordestinos para a região, sob os interesses de alistar soldados da borracha. Estava se configurando a mão-de-obra para os seringais da Amazônia para atender aos interesses do capital, ou seja, os nordestinos acossados pela seca e em busca de melhores condições de existência (ANTONIO FILHO, 2010). Desse modo, “[...] a grande seca de 1870 no Nordeste brasileiro, foi causa da migração de centenas de milhares de sertanejos dessa região para a Amazônia, atraídos pelo fascínio da borracha” (WITKOSKI, 2010, p. 23).

Verifica-se, pois, no Brasil no último quartil do Século XIX e na primeira década do Século XX um fluxo populacional da Região Nordeste em direção à Amazônia, totalizando um quantitativo não inferior a 500 mil pessoas (FURTADO, 2005). Apesar dos fatores ambientais, como a grande seca de 1877, a análise do grande fluxo humano para Amazônia

não pode se operar sem a devida consideração dos múltiplos eventos ocorridos no interior da sociedade industrial capitalista (TEIXEIRA, 2009).¹⁴

As condições adversas e penosas sob as quais o processo de ocupação humana na Amazônia foi instaurado nesta época revelam as variadas formas de desigualdade e desrespeito à condição humana das populações em foco.

Furtado (2005) elenca as principais questões envolvendo o nordestino que aqui chegava: iniciava o trabalho endividado; tinha de reembolsar parte ou totalidade dos gastos com viagem, com instrumentos de trabalho e despesas de instalação; sua alimentação era comprada junto ao seu patrão, de quem já estava endividado; mergulhava num regime servil em face das longas distâncias e a sua precarização financeira; as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rupestres minavam a sua vida, mergulhando-o numa situação em que talvez nenhuma outra organização econômica tivesse imposto ao ser humano.

O modelo mais acabado do extrativismo se constituiu em torno do sistema seringal, forma violenta de imobilização da força de trabalho, gravitada em torno do princípio de troca de aviamento, base institucional da consolidação do capitalismo mercantil (NEVES, 2005, p. 118).

O aviamento era caracterizado por uma complexa e extensa rede relacional econômica, política e social entre os setores envolvidos no processo extrativo da borracha. A economia gomífera possuía uma característica de tramas de relações materiais e ideológicas dos homens com os entornos naturais e dos homens entre si (CHAVES, 2011). Esses processos eram permeados por intensa exploração econômica, social e ambiental.

Especificamente sobre as condições de trabalho, o seringueiro tinha uma jornada de trabalho cruel e desumana. Sua jornada começava de madrugada quando saía pelas “estradas” na mata para cortar a seringueira e extrair o látex, até o final do dia e depois retornava para o *tapiri*, barraco feito de material extraído da floresta, para operar a “defumação” do leite extraído da seringueira (ANTONIO FILHO, 2010).

A opressão a que era submetido o seringueiro se complexificava porque os produtos que lhes eram vendidos pelo patrão estavam sempre acima do preço da tabela, sendo inclusive proibido ao seringueiro comprar produtos para sua subsistência a não ser do seu patrão, a

¹⁴A imigração para a Amazônia se deu de três formas: 1) Dirigida: com intuito de facilitar a vinda de tanto brasileiros quanto estrangeiros para a colonização agrícola, primeiramente; 2) Induzida: marcada por aliciamento de trabalhadores nordestinos para trabalhar nos seringais por meio de promessas que jamais se cumpriram; e 3) Espontânea: os trabalhadores por conta própria iam para os seringais e outros segmentos de serviço e comércio regional. Ao longo do Século XIX, pode se ver o salto populacional em razão disso: em 1820 a população era de 137.000 habitantes; e em 1910 era de 1.217.000 habitantes (PONTES FILHO, 2000).

entrega da produção de borracha era imperativa ao patrão (monopólio) por preço baixo, a maioria dos trabalhadores dos seringais era analfabeta, o que facilitava serem ludibriados nas contas referente a saldos e dívidas. Essa relação perversa de trabalho tornou a exploração do seringueiro natural (CHAVES, 2011). Dessa feita, “a perversidade do sistema implantado pelo capitalismo internacional, por meio do extrativismo da borracha, impôs ao homem, na Amazônia, uma das mais ignóbeis formas de exploração das condições de trabalho nesse século” (ANTONIO FILHO, 2010, p. 195).

Adicionalmente, as ameaças da floresta e a insalubridade comprometiam o tempo de vida útil de trabalho, encurtando-o. Os planos do nordestino, quer motivado pela propaganda fantasiosa dos agentes da borracha ou pelo sucesso de poucos que logravam êxito na atividade e retornavam com dinheiro, estava alicerçado nos altos preços alcançados pelo produto na economia mundial (FURTADO, 2005).

Por fim, Furtado (2005) comenta que a situação se complexificou quando houve o declínio da economia da borracha, ocasião em que a miséria se generalizou, sem sequer que os soldados da borracha tivessem conhecimento e entendimento das alterações na economia mundial, e foram ficando pela Amazônia, sobrevivendo nas atividades de extrativismo animal de caça e pesca, regredindo às formas mais primitivas de economia de existência.

O fim da economia da borracha foi o principal motivo para o surgimento do ser social conhecido como ribeirinho.

[...] E assim, torna-se reconhecida uma das versões da história social dos ribeirinhos: categoria que [...] abarcaria amplo segmento de ex-seringueiros (e seus descendentes). Nesse contexto, migraram das colocações (unidades individuais de extração integradas ao sistema produtivo do seringal), tanto para atividades de subsistência e mercantis, sob a condição de produtores agrícolas nas beiras ou beiradões dos rios [...], quanto para residência nas periferias das cidades, sob condição de assalariados (NEVES, 2005, p. 119)

O grande fluxo populacional de nordestino para a Amazônia significou fundamentalmente um grande desgaste humano, a exceção das implicações políticas e do segmentário enriquecimento de poucas pessoas. Esse período marca também uma etapa em que a questão central da economia nacional era aumentar a oferta de mão-de-obra para atender os interesses do mercado internacional (FURTADO, 2005). E na ocasião em que a borracha amazônica e as populações aqui introduzidas e as nativas não foram mais interessantes ao mercado global, foi deixada uma herança de desgraça, privação e

esquecimento, numa demonstração clara de insustentabilidade na região com custos socioculturais e ambientais de grande monta.

4.3. O Estado Brasileiro como promotor de intensas dinâmicas socioambientais: de 1960 a 1990

Com o declínio das atividades gomíferas, houve a necessidade de diversificação das atividades produtivas, como elemento processual da expansão capitalista na Amazônia, concorrendo para a redistribuição de mão-de-obra por outras atividades econômicas no interior amazônico, em face da crise no extrativismo (CHAVES, 2011).

No Século XX, a partir de projetos intervencionistas ministrados pelo Estado Ditatorial Brasileiro, é que a Amazônia vai passar por importantes metamorfoses sociais, ambientais e econômicas de modo a repercutir incisivamente sobre o seu bioma e sobre os povos locais.

O recente desenvolvimento da Amazônia Brasileira, está dividido em dois períodos: o primeiro se dá a partir de meados de 1960 e o segundo no início de 1990 (SERRA E FERNÁNDEZ, 2004).

Em 1966, teve início uma nova etapa dos programas estatais de desenvolvimento com vista à exploração econômica da Amazônia. A ênfase do planejamento nacional proposto para o desenvolvimento regional foi orientado para a região relativamente distante do país, a Amazônia Legal, que comportava aproximadamente 5 milhões de km², com florestas tropicais da planície amazônica e da encosta do Brasil central, que significa 59% da área total do país. Essa estratégia conseguiu mobilizar fundos públicos e privados, porém foi organizada e liderada pelo regime ditatorial (KOHLHEPP, 2002).

A contar dos anos de 1960 a Região Amazônica foi marcada por importantes projetos de mineração, de energia e de industrialização. Houve a construção da Transamazônica, bem como projetos de colonização. Nos últimos decênios, estes projetos foram fomentados por vultosos créditos internacionais de instituições financeiras. Porém, em lugar de proverem alternativas de resolução dos males sociais, esses projetos serviram de aprofundamento das questões sociais, nos quais as populações tradicionais, normalmente, tiveram de sofrer os custos desses projetos (GAWORA, 2003).

Na segunda metade do século XX, dentre outras atividades econômicas mais específicas, a Amazônia foi vítima dos projetos intervencionistas da ditadura militar,

nos quais sobressaiu a visão de “integrar para não entregar”. Sem qualquer consideração pelas peculiaridades locais, o Estado patrocinou e financiou a criação de rodovias (a exemplo da Transamazônica), fazendas agropecuárias, projetos de exploração mineral e espalharam-se assentamentos agrícolas a serem trabalhados por agricultores de outras regiões sem nenhuma identificação com a realidade local, dentre outras medidas que partiam igualmente do pressuposto de que o modelo de desenvolvimento responsável pelo crescimento urbano e a industrialização do restante do país deveria ser adotado na Região Amazônica. A experiência gerada pela Zona Franca de Manaus, no final dos anos 1960, viabilizou uma industrialização restrita à capital amazonense baseada em incentivos fiscais e promoveu uma expressiva migração de muitos interioranos amazonenses e de trabalhadores de outras regiões do Brasil para Manaus (HAOXOVELL-LIRA e COSTA, 2012, p. 7).

Um efeito da implantação da Zona Franca de Manaus é apontado por Chaves (2011, p. 32), ao assinalar que é responsável por “[...] contribuir terminantemente para a desarticulação econômica do interior do Estado do Amazonas”.

Uma estratégia adotada para o desenvolvimento da Amazônia foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM)¹⁵, em 1967. Freitas (2004) assinala que a ZFM, linha e montagem e corredor de exportações dos maiores grupos eletro-eletrônicos transnacionais situados no Brasil, persiste em mediar os interesses econômicos de uma parcela da elite brasileira e sua contribuição para o desenvolvimento dos povos regionais tem sido inexpressivo.

[...] em 1967, criava-se a Suframa, instituindo-se a Zona Franca de Manaus. O sistema de incentivos fiscais, basicamente centrado na isenção total ou parcial do imposto sobre a renda, para subsidiar o investimento privado no Nordeste, a partir da criação da Sudene, seria estendido, em 1963, à região amazônica, tutelada pela Sudam (CANO, 2000, p. 105).

Segundo Pontes Filho (2000), a Zona Franca de Manaus surge, em 1957, atrelada aos reclamos do capitalismo internacional e à proposta nacional para modernizar a economia brasileira e resolver as dessemelhanças regionais por intermédio de políticas de incentivos fiscais. Esta primeira fase é marcada pela por características comerciais. Na segunda fase, dez anos depois, em 1967, é que ocorre uma mudança nas suas configurações econômicas e legais, passando a ter natureza industrial.

Para Bacelar (2000), a Zona Franca de Manaus possui um caráter importante na economia nacional, sendo o segundo polo produtivo de eletroeletrônico e de transporte, atrás

¹⁵Mesmo que a criação da ZFM tenha ocorrido em 1967, com forte migração para a capital amazonense na época, esse processo atrativo hoje ainda exerce forte significação em relação a outras cidades interioranas do Estado (BRASIL e TEIXEIRA, 2011). O processo migratório, em face da Amazônia se “constitui uma imensidão despovoada e o deslocamento [...] era custoso e sacrificante” para esses quantitativos relevantes de populações (MIGUEZ, FRAXE e WITKOSKI, 2011, p. 69).

apenas do polo de São Paulo. A criação da ZFM modificou a dinâmica da região e tem peso nacional, sendo, portanto, produto do Estado Brasileiro por meio de políticas regionais e não da iniciativa privada. Os incentivos fiscais são exemplos claros de tais políticas. A existência da ZFM só ocorreu graças aos significativos incentivos para a Região Amazônica concedidos pelo Estado Brasileiro.

Na década seguinte, com o célere aumento de conflitos sociais no nordeste brasileiro, fruto da negligência diante da urgente e indispensável reforma agrária, a situação agravou-se após a grande seca, conduzindo o governo nacional em 1970 a tomar a posição de estratégia geopolítica, que conjugava programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia com um projeto de colonização com fins de assentamento de nordestinos sem terra. Nesse contexto, a Amazônia foi entendida como opção de solução socioespacial para as tensões não-solucionadas de outra região. As novas terras na Amazônia foram disponibilizadas a enormes contingentes populacionais, como um Plano B para a reforma agrária (KOHLHEPP, 1979 apud KOHLHEPP, 2002), sobretudo para as populações precarizadas do nordeste, que diante das diversas condições de privação, aceitaram migrar em busca de melhores condições de vida.

Com o Programa de Integração Nacional (PIN), em inícios de 1970, foram construídas diversas estradas de longa distância como a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho-Manaus e a Transamazônica¹⁶, que serviram de fluxos migratórios e de forte pressão humana sobre a Amazônia (KOHLHEPP, 2002).

É por meio do PIN que o governo nacional assume de vez o processo de ocupação humana na Amazônia, propondo-se a resolver duplamente imbróglio de “gente sem terra” (do Nordeste) e de “terra sem gente” (da Amazônia).

Nesse contexto, é instituído o I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972 a 1974), cujas implicações para a Amazônia foram a manutenção dos objetivos de integração nacional, a ocupação amazônica e aceleração do crescimento (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004). Este plano se mostrou muito pretensioso apesar de os critérios ou prioridades não estarem bem determinados quando foi definido o conjunto de estratégias.

As ações para o desenvolvimento econômico amazônico naquele contexto podem ser subdivididas e elucidadas de duas formas: estatal e privada. Quanto à primeira, refere-se especificamente ao desenvolvimento infraestrutural para atender o setor de transporte

¹⁶Particularmente sobre a Transamazônica, o governo usou com um dos argumentos a necessidade de facilitar a saída de contingentes humanos do Nordeste Brasileiro (FURTADO, 1998).

rodoviário, como estratégia central para integração da Amazônia, projetos de colonização rural e redutibilidade de encargos para empresas com intuito de atrair investimentos privados para os projetos de desenvolvimento aprovados e liderados pelo Estado. Sobre a segunda, toca a investimentos em todos os campos econômicos por meio de incentivos fiscais e redutibilidade de encargos tributários, a fim de serem usados como capital de investimento, sobretudo acerca da criação bovina, indústria e projetos de uso do solo na mineração (KOHLHEPP, 2002).

Os projetos de desenvolvimento da Amazônia, implementados pelo Estado brasileiro cuja objetivação se prendeu apenas no aspecto econômico e com intuito de integração e sob a concepção de desenvolvimento de “cima para baixo”, sem incluir os principais interessados no processo, que são as populações humanas de região, demonstram a visão equívoca e distorcida da região.¹⁷

Com o II PND (1975 a 1979), na gestão de Geisel, ocorreu uma maior transformação na economia brasileira, haja vista que houve a necessidade

[...] de se expandir tanto a infra-estrutura – particularmente nas áreas de energia, transporte e comunicações – quanto a exportação de produtos específicos, além de se investir na expansão de indústrias básicas, as quais estariam localizadas em áreas selecionadas da Amazônia (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004, p. 112.113).

No conjunto, pode-se dizer que o II Plano Nacional de Desenvolvimento concretiza e consolida o projeto nacional territorial de acordo com o projeto geopolítico.

O III PND (1979 a 1985) reiterou as preocupações dos planos anteriores, a saber, integração e ocupação nacional. Mas centrava sua ênfase no crescimento das exportações para amenizar a crise da dívida externa agravada pelo segundo choque do petróleo de 1979. Este planou ressaltou a relevância do POLAMAZÔNIA para a Amazônia (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004).

Para os autores, os polos de desenvolvimento foram considerados elementos primordiais para a integração do desenvolvimento amazônico e para o processo de ocupabilidade da região.

O fruto do Programa Polamazônia, antagonicamente, foi o aumento de desigualdades do desenvolvimento tanto intra quanto interregional. A periferia ficou mais dependente do

¹⁷A constituição da Amazônia como região foi permeada durante séculos de infundadas especulações, majoritariamente sobre adoção de modos de apropriação de seus recursos, geralmente entendida como infinitos (NEVES, 2005).

centro nacional e internacional e não se ergueram polos de desenvolvimento (KOHLHEPP, 1997 apud KOHLHEPP, 2002).

As políticas de desenvolvimento e integração nacional da Amazônia corresponderam a uma fase de modernização e expansão da economia nacional ligada à internacional, com intuito de exercício do controle do Estado a todas as atividades e em todos os lugares do Brasil. Ademais, a simbologia com que foi divulgado o discurso de integração tinha por objetivo a legitimação da ocupação da Amazônia como prioridade, de modo a suplantar os obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista na modernidade.

A década de 1990, marcada pela adoção dos ditames neoliberais no Brasil, encerra uma fase desenvolvimentista defendido pelo Governo Militar (1964 a 1985) e inscreve uma série de mudanças de atitudes em relação às políticas desenvolvimentistas nacionais (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004).

Sobre o evangelho neoliberal Brum (2005, p. 491) é demasiado elucidativo

Representa prioritariamente o interesse do empresariado e do capital privado em geral. Defende as liberdades individuais e a livre iniciativa no campo econômico. Quer a redução do Estado à sua dimensão mínima, tanto em sua estrutura como na sua intervenção na economia. Por isso defende a mais ampla privatização. Considera que o mercado se auto-regula pela liberdade de preços e salários. Prioriza o crescimento econômico (do capital), acreditando que só a partir dele é que a sociedade realiza, por sua própria dinâmica, isto é, sem a interferência do Estado, num momento posterior, a melhor distribuição dos frutos da riqueza produzida. Por isso, tem resistência a medidas de caráter social patrocinadas pelo Estado, exceto em áreas muito restritas ou em circunstâncias emergenciais [...].

É, pois, aqui que as preocupações com a degradação socioambiental amazônica vão chamar a atenção da mídia internacional, bem como de organismos internacionais, mas antagonicamente, os crescentes interesses sobre os recursos amazônicos, quer culturais ou ambientais, colocam desafios para a sustentabilidade regional enquanto estratégia da sustentabilidade planetária.

A constituição histórica amazônica, sobretudo a partir das investidas estatais desde a década de 1960 até a atualidade explicita uma gama de projetos humanos na região, e configura as atuais condições adversas, explicitadas no cotidiano das populações amazônicas, como empecilhos à sustentabilidade e ao exercício de direitos de cidadania.

Contextualizando à luz de tais eventos, tem-se como a principal *eyewitness* a história. História essa da intervenção governamental brasileira por meio de processos de ocupação e de desenvolvimento econômico da Amazônia marcada por abusos e ilegalidades, reforçada por

falsos planejamentos quase sempre desrespeitando as dinâmicas ecológicas e socioculturais regionais, de modo a rejeitar a ocorrência de relevância social e ainda sobre quem recairiam os principais custos sociais e ambientais de tais projetos a curto, médio e longo prazos.

Essa breve análise histórica da Amazônia, a partir da fase colonial do extrativismo das drogas do sertão, passando pelo ciclo agrícola, depois pela economia extrativista da borracha e, por último, pelas recentes intervenções estatais no sentido de “integração, colonização e desenvolvimento” da região são passos imperativos a todos os que se aventuram a entender as nuances, dilemas e desafios modernos que se opõem ao desenvolvimento desta terra. Terra está que é a mais nova e menos conhecida do mundo, nos dizeres de Batista (2006). Esse é um passo necessário para o melhor entendimento dos atuais interesses sobre a Amazônia e seus recursos, quer humanos ou ecológicos.

4.4. A nova investida capitalista na Amazônia: em busca de recursos fósseis

A Região Amazônica insere-se na contemporaneidade em grandes processos econômicos e ambientais, dada a relevância de sua riqueza natural, demonstrada por sua vasta biodiversidade, por sua importância geopolítica e centralidade para o processo de sustentabilidade brasileira e mundial (FREITAS, 2003; BECKER, 2004; FREITAS, 2004).

A Região como a detentora das maiores sociobiodiversidade¹⁸ do planeta. Quanto ao primeiro, menciona haver só na Amazônia Brasileira 163 povos ameríndios, correspondendo a 60% da população indígena nacional.¹⁹ Sobre o segundo, confirma existir na Região a maior fonte de biomassa²⁰ renovável mundial, maior bacia hidrográfica de água doce do mundo, significativo potencial petrolífero, químico-farmacológico, agroflorestal, extrativista, ecoturístico, biotecnológico, mineiro-metalúrgico, dentre outros, capazes de render ao Brasil, em médio prazo, uma projeção econômica anual de US\$ 3 trilhões de dólares, ou seja, 6 vezes mais o Produto Interno Bruto (PIB), tomando por referência o ano de 2000 (FREITAS, 2003).

¹⁸A sociobiodiversidade é apreendida como um conceito que expressa a inter-relação existente entre a diversidade biológica e a diversidade dos sistemas sociais e culturais (BRASIL, 2009).

¹⁹Pontes Filho (2000) confirma o percentual de ameríndios situados na Amazônia Brasileira e acrescenta que no Estado do Amazonas existem cerca de 50 povos que resistem às ameaças impostas pelos grandes projetos do homem branco.

²⁰Leff (2000) e Sachs (2008) afirmam que os países pobres, especialmente os de clima tropical, têm especificidades e potenciais que os fazem privilegiados na construção de um desenvolvimento alternativo. Para o primeiro, por possuir um vasto sistema de recursos na construção de uma estratégia alternativa de desenvolvimento sustentável. Quanto ao segundo, esses países possuem capacidade de pular etapas para chegar a uma moderna civilização de biomassa, de modo a atender relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica no processo de desenvolvimento. Só por hectare, Freitas (2004) defende haver cerca de 350 toneladas de biomassa.

Além disso, a Amazônia é entendida na contemporaneidade como uma das principais questões socioambientais do mundo e por isso se cria inúmeras especulações mundiais. E isto se dá em função de suas caracterizações: 3/5 do território nacional brasileiro; 4/10 do continente sul-americano; 1/20 da superfície terrestre do mundo; 3/1.000 da população planetária; 1/5 das reservas de água doce global; 1/3 da floresta latifoliada mundial; 1/10 da biota universal; congrega o número de indígenas numa ordem de 204 mil pessoas com 250 idiomas diferentes; mais significativo banco genético do planeta. Outrossim, exerce relevante função na estabilização mecânica, termodinâmica e química dos processos atmosféricos em nível global. Tudo isto exacerbam a significância geopolítica da Amazônia (FREITAS, 2004).

A floresta amazônica compõe uma reserva natural de valoração inestimável para o Brasil e para o mundo. Milhões de brasileiros dependem dos recursos naturais para sobrevivência, como agricultores e pescadores ameríndios e outras populações tradicionais. Além disso, a Amazônia Brasileira congrega 1/3 das florestas tropicais do planeta (BARRETO et al, 2005).

Essa biodiversidade é uma das caracterizações mais marcantes da Amazônia quer em diversidade de espécies, genes e ecossistemas. No entanto, existem outras riquezas que são traduzidas por sua diversidade cultural de populações nativas como as ameríndias e caboclas, com seu arsenal tecnológico, etnoconhecimento e valores peculiares, relevantes para a sustentabilidade do desenvolvimento local (KITAMURA, 1994), regional, nacional e para o processo de sustentabilidade em nível planetário.

Por esta razão, modifica-se a significância da Amazônia para o Brasil e para o mundo em face de seu inquestionável vínculo para a manutenção da vida humana e pelo seu vasto capital natural e social e para a consecução da sustentabilidade do desenvolvimento como alternativa de enfrentamento e resolução da crise socioambiental global. Essas características revelam a importância da Amazônia para os processos científicos, ecológicos, econômicos e políticos da sustentabilidade.

Tal configuração concorreu para que no início do Terceiro Milênio, ao contrário das décadas de 1970 a 1990, marcadas por uma forte preocupação ambiental, o desenvolvimento sustentável²¹ sinalizasse para a mercantilização mais acelerada da natureza, repercutindo

²¹ Aprofundando mais sobre essa temática, os conceitos desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento possuem diferenças ideológicas. O primeiro diz respeito a uma forma conveniente de continuidade do *status quo* (NOGUEIRA e CHAVES, 2005). Quanto ao segundo, Sachs (1986, p. 15) nos esclarece que se trata de “um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro-Mundo, o que não significa não se poder estendê-lo às cidades.” Esse segundo considera as variáveis técnica, política, econômica, culturais,

incisivamente sobre a Amazônia (BECKER, 2004) e, sobretudo, sobre suas populações.

Neste sentido, a Amazônia, com seus vastos recursos socioculturais e ecológicos, é vista apenas como uma Região cuja única destinação é a exploração de suas riquezas, a fim de dar sequências aos modelos cada vez mais insustentáveis de desenvolvimento.

O interesse pela Amazônia, segundo Mattos e Costa (1992, p. 119), representa um processo histórico e abrange questões pertinentes à liberdade de navegação com fins à facilitação comercial na Amazônia Brasileira e Pan-Amazônia (para os países da Alemanha, França, Inglaterra e EUA); “imperativos científicos” com vistas ao “desenvolvimento de terras incultas” para ocupação de estrangeiros na Região; e o recebimento de populações excedentes do mundo em forma de distribuição demográfica tentados pelo Japão, dentre outros, desde os séculos XIX e XX. As promissoras riquezas amazônicas fizeram reacender os interesses contemporâneos de potências econômicas e políticas para a utilização industrial e comercial da biodiversidade da região.

Especialmente quando se adentra na questão apontada por Pontes Filho (2000): de manter a Amazônia intocável ou preservá-la para usar mais adiante. Enquanto não se resolve o imbróglio, circula uma rede imensa de contrabandos dos recursos ambientais, que são enviados, beneficiados e comercializados no exterior, a despeito das proibições da legislação nacional. Esse fato histórico que mantém a Amazônia aprisionada a forças políticas e econômicas clientelistas e no bojo processo de degenerescência se deva, talvez, em razão de, na acepção de Freitas (2004, p. 12), “[...] ausência de um projeto brasileiro, nacional, popular e democrático, que incorpore as potencialidades naturais e culturais a um processo de desenvolvimento independente e soberano [...]”.

O modelo de consumo exagerado e do uso contínuo de recursos naturais da sociedade industrial e tecnológica, sobretudo dos países centrais, resultou uma deterioração ambiental que põem em risco a vindoura existência da vida na Terra. A adoção de políticas energéticas e de tecnologias de desenvolvimento alternativos, de caracterização autossustentadas, não se demonstra efetiva e célere para conter o quadro de degradação dos principais ecossistemas planetários. Com a importância energética da Amazônia, por seu maior potencial hidrelétrico nacional, projeta-se uma marcante pressão de instituições transnacionais na construção de hidrelétricas na região, o que pode acarretar aceleração de desbalanço do ciclo de CO₂, favorecendo o surgimento de variados problemas ambientais em nível planetário (FREITAS,

2004). Mas não é somente o potencial hidroelétrico que chama a atenção de interesses nacionais e internacionais sobre a Amazônia, os recursos do ciclo fóssil também tem recebido atenção.

Apesar das preocupações das últimas décadas sobre a escassez de recursos finitos, como é o caso dos recursos do ciclo fóssil – carvão, petróleo e gás –, pouco se tem avançado no sentido de romper com esse ciclo a fim de chegarmos ao nível da “ecoeficiência [...] e ampliar a desmaterialização da economia” (SACHS, 2012, p. 55).

A diversificação das matrizes ou de fontes energéticas alude a uma questão prioritária no planejamento dos países, abarcando diferentes setores – tecnológico, econômico, ambiental, geopolítico e social. Todavia, o processo para a consecução de fontes alternativas de energia demonstra-se complexo haja vista que há várias cadeias diferenciadas, com limites muito bem determinados, com produtos, bases técnicas e mercados distintos, fazendo com que investimentos nesse setor sempre se realizem em longo prazo, pois “[...] qualquer mudança nos combustíveis implica investimentos ao longo de toda a cadeia produtiva. Mudar de combustível sempre significou mudar de equipamento” (PIQUET e MIRANDA, 2009, p. 54).

Ademais, uma das bases sob as quais se erige a sustentabilidade econômica de uma nação está na capacidade de provimento logístico e energia que atendam ao seu desenvolvimento produtivo, com segurança e em situações competitivas e demonstrem sustentabilidade ecológica (TOLMASQUI, 2012).

Esse é um problema de alcance global, em razão da escassez de recursos energéticos e por sua crescente demanda. No contexto amazônico, em face da criação da Zona Franca de Manaus, e do aumento da necessidade de fornecimento de energia para atender a indústria e o comércio algumas alternativas foram implementadas, como a Usina Hidrelétrica de Balbina. Esse empreendimento, além dos danos de grande monta ao ambiente (fauna e flora nas regiões adjacentes ao Rio Uatamã), trouxe prejuízos inestimáveis aos povos ameríndios desterritorializados e reterritorializados e nem sequer foi capaz de gerar 1/3 das objetivações técnicas propostas (PONTES FILHO, 2000).

Os grandes projetos vinculados à exploração de recursos fósseis como petróleo e gás natural em todo mundo tem recebido fortes críticas em virtude das guerras internacionais (Guerra do Golfo) e conflitos nacionais internos (Nigéria), bem como pela degradação socioambiental. A outrora riqueza nacional medida pela quantidade desses recursos numa determinada nação ou região, atualmente tem se convertido no discurso mais direcionado aos

alvos de prejuízos e consequências negativas pelas atividades de extração e beneficiamento do petróleo e gás natural. Existindo ao lado dessa preocupação mundial, com esses projetos de exploração de matérias-primas estratégicas, há anos debates sobre tais projetos em solo Amazônico, devido a suas repercussões sociais, econômicas e ambientais negativas (GAWORA, 2003).

No contexto global, existem provas suficientes que confirmam “[...] que a simples existência dessa riqueza natural não permite garantir que a sociedade que a possui usufrua ou se aproprie dos benefícios que dela podem ser gerados” (TOLMASQUI, 2012, p. 225).

A história da exploração de petróleo e gás natural na Amazônia é precedente à própria criação da Petrobras (em 1953) e data de 1917, com o primeiro poço perfurado. As primeiras descobertas não-comerciais ocorreram em Nova Olinda, Autás Mirim e Maués (AM) em 1954. Mas é somente em 1978 com o descobrimento de uma reserva de gás natural localizada no Juruá, mesmo não apresentando viabilidade econômica na época, concorreu para o crescimento e incentivo pela busca de recursos estratégicos na Bacia do Rio Solimões (LEYEN, 2008).

A princípio as procuras centraram-se a oeste da cidade de Carauari. Outras descobertas foram feitas no mar (na plataforma continental do Pará) e em terra (campos de Igarapé Cuia e Lago Tucunaré, no Amazonas), sem haver, contudo, viabilidade comercial. O êxito veio quando as extensões das buscas chegaram à região próxima do Rio Urucu, em 1986, com a descoberta de reservas de óleo e gás natural em níveis comerciais (Idem).

A província de Urucu foi descoberta em 1986, isolada em centenas de quilômetros dos grandes rios amazônicos. Localiza-se nas margens do Rio Urucu, no município de Coari, Amazonas, a 650 Km de Manaus. A produção de petróleo teve início em 1988, com pequenas balsas navegando no sinuoso e estreito Rio Urucu. Em 1998, com a conclusão de um oleoduto até as Margens do Rio Solimões, a produção de petróleo atingiu o patamar atual, de 55 mil barris por dia. Já o gás natural, associado ao petróleo, é hoje produzido, separado e reinjetado nos poços, num volume de 10 milhões de metros cúbicos por dia, aguardando a conclusão do Gasoduto Coari-Manaus (BRASIL, 2007, p. 11).

Particularmente sobre o Projeto Nacional de Urucu, alude à continuidade da abertura da Região Amazônica por meio de um modelo de produção e consumismo das nações industrializadas do Primeiro Mundo. Este paradigma de desenvolvimento não considera as formas de vida e modos de produção das populações tradicionais, opondo-se às formas de desenvolvimento da Região (GAWORA, 2003). Este autor defende, ainda, a ideia de que esses grandes projetos frente ao sistema ecológico amazônico será sempre marcado por

repercussões socioambientais degradativas, incluindo-se aí sobre aqueles que imprimem, historicamente, modos de vida mais sustentáveis na Região.

Ademais, pela Amazônia ser considerada como o último depósito mundial de energia, quer de gás natural e, principalmente, de biomassa renovável²² (WITKOSKI, 2010), e de recursos mineiro-metalúrgicos e petrolíferos (FREITAS, 2004), crescem os interesses de mercado sobre os seus recursos ambientais, especialmente os estratégicos como petróleo e gás natural. A compreensão dessa racionalidade requer a necessária análise histórica de intervenção econômica sobre a Amazônia, a fim de experienciar inovados conhecimentos às teorizações científicas em dada temporalidade, tornar seus recursos em *riqueza*, em *produção* e em *fonte de desenvolvimento*. E isto se deu por práticas escravocratas, desestruturação da cultura, teses de inferioridade dos segmentos humanos regionais e na negativa do outro no processo de posse do colonizador (FREITAS, 2004).

Romper com as “velhas” e “recentes” estruturas e práticas sociais para a região aponta para uma nova forma de desenvolvimento onde os processos humano-culturais do ser amazônico sejam incorporados na sustentabilidade do desenvolvimento. Está se falando, neste momento, da indivorciável relação do *habitus* e a sustentabilidade amazônica, especialmente no caso da Petrobras em Coari-AM e suas repercussões variadas, como se verá no capítulo posterior.

²²As biomassas de cana-de-açúcar, para a produção de bioenergia e bioeletricidade são exemplos do potencial energético brasileiro, corroborando o fato de parte predominante do país está situada na região mais favorável à produção de biomassa do mundo (TOLMASQUI, 2012).

CAPÍTULO III

“Tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”

(Karl Marx e Friedrich Engels)

5. O CASO DA PETROBRAS NA MESORREGIÃO DO AMAZONAS

5.1. Coari: breve histórico e caracterização

A cidade está situada na mesorregião do Estado do Amazonas, a 363 Km em linha reta e 463 Km por via fluvial de Manaus, capital amazonense (FRAXE, 2011), é banhada pelo Rio Solimões a leste e é maior que 7 Unidades Federativas (GAWORA, 2003). A população de Coari de 75.965, segundo o último censo demográfico é distribuída por 49.651 na zona urbana e 26.314 na zona rural, ou seja, 65% residem no perímetro urbano e 35% residem em áreas rurais da cidade (BRASIL, 2010), caracterizando-se como uma cidade com maior concentração populacional urbana, porém conservando fortes características rurais.

As origens do nome da cidade são bastante controversas, entretanto segundo Fraxe (2011) Coari quer dizer no vocabulário indígena “Rio de Ouro” e “Rio dos Deuses”, é proveniente da Missão Eclesiástica Santana de Coari, constituída pelos jesuítas no final do Século XVII. No ano de 1758, a aldeia foi elevada à categoria de lugar, chamada de Alvelos, e em 1833 passou à denominação de freguesia, atrelada a Tefé. Somente com a Lei Provincial de 1º de maio de 1874 foi criado o município de Coari, desvinculando-se de Tefé. A elevação da Vila de Coari à categoria de cidade ocorreu no dia 2 de agosto de 1932, com a edição da Lei Estadual nº 1.665. A cidade está situada à margem direita do lago Coari, a 40 metros acima do nível do mar, comportando uma área de 57.230 km². Ao norte limita-se com o município de Codajás, ao sul com Tapauá, a leste com o município de Anori e a oeste com Tefé.

Já de acordo com Soler (2009), ao referir-se sobre a etimologia da cidade em questão, a partir do livro “Brasil Pré-histórico”, de Ulysses Pennafort, alega que Coari viria das palavras Huau, que quer dizer “Rio de Ouro”, em que o nome do rio poderia ter origem nas palavras ameríndias “Coaya Cory” (originárias do quíchua, fala inca) ou “Huary-yu”, que representa, respectivamente, “Rio do Ouro” e “Rio dos Deuses”. Ainda, o cônego dá ao rio a

denominação de CORENA, representando o mesmo que Cory, Coya, sem, contudo, afirmar qual a origem da palavra. Já em Nheengatu, o nome do Rio quer dizer espelho, podendo ser descrito como “Rio Brillhante de Água que Espelha”.

Outra explicação nega a origem quíchua e afirma que a origem da palavra Coari é Nheengatu, que quer dizer: “Pequeno Buraco”, “Buraquinho”. Viria da palavra Cuara, o nome real do rio, que significa “buraco”, “furo”, conjugado com “Miri”, que se reduz em “Ri” (diminutivo Nheengatu e Tupi). Logo, nesse raciocínio, Cuara (buraco, furo) + Ri (diminutivo Nheengatu e Tupi) = Coari.

Situa-se na margem sul do Rio Solimões, na foz do lago de Coari. A cidade emerge suavemente das margens do Lago Coari. No ponto mais alto foi construída a igreja matriz. Se a observa desde o lado do rio, ela se ergue majestosamente por sobre o Rio Solimões. Graças a este panorama, a cidade recebe o título de “Rainha do Solimões” (GAWORA, 2003, p. 107-108).

Figura 7: Igreja Católica Matriz, monumento que representa a Centralidade de Coari



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Os principais rios da cidade são o Solimões, Coari, Mamiá, Copeá e Urucu. O clima é tropical chuvoso e úmido, com temperatura média de 21° C. Além disso, Coari apresenta uma configuração natural privilegiada e de rara beleza e diversidade sociocultural peculiar. Tal

qual à capital amazonense, Coari também possui um “encontro das águas”²³ (figura 8) e sua diversidade humana pode ser expressa pelo maior número de comunidades rurais do Estado do Amazonas, composta por 287 comunidades rurais.

Figura 8: Vista área do Encontro das Águas de Coari.



Fonte: www.coari.com

Os rios de águas escuras são ácidos e recebem de suas áreas de captação, normalmente pantanosas ou podsólicas, substâncias húmicas que lhes conferem caracteres de tons pretos. Já os rios de águas claras, em parte, são compostos por águas e sedimentos oriundos de territórios andinos e pré-andinos que são, geoquimicamente, mais ricos que as áreas previamente mencionadas (BRAGA et al, 2011).

As principais festas religiosas da cidade são a Festa de São Sebastião (10 a 20 de janeiro), Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Festa do Divino Espírito Santo (29 de maio), Festa de Sant’Ana (26 de julho). Os santos padroeiros da cidade são Sant’Ana e São Sebastião. Existem também diversas igrejas evangélicas, como: Adventista do Sétimo Dia, Presbiteriana, Assembleia de Deus Tradicional e a Renovada, Testemunha de Jeová, Batista, Universal do Reino de Deus, Deus é Amor, dentre outras.

Os aspectos infraestruturais de transportes da cidade em relação a trechos intermunicipais prendem-se a apenas transportes aéreo e fluvial, não havendo transporte rodoviário em virtude da grande malha hidroviária regional. O maior empregador da cidade é

²³Trata-se de um fenômeno natural onde os Rios Negro (água escura) e Solimões (água barrenta) se encontram e, no ponto de junção, não se misturam e correm por alguns quilômetros paralelos e dissociados.

a Prefeitura de Coari, havendo ainda comércios e muita atividade informal e desprotegida que se percebe em breve observação pela cidade.

5.2. A Comunidade Esperança II

Está localizada na zona rural da cidade de Coari a aproximadamente uma hora da sede da cidade e foi fundada nos anos de 1970. A comunidade está situada em área de várzea baixa e possuía 17 famílias há alguns anos. As atividades econômicas de onde as famílias obtêm renda e manutenção física principalmente é a agricultura, extrativismo animal de pesca e criação de animais de grande porte. Para a comunidade, um dos principais pontos de referência é o Igarapé Poraquê, tido pelos comunitários como uma extensão do seu território (FRAXE, MIGUEZ e WITKOSKI, 2008). Atualmente a comunidade dispõe de 19 famílias cujo total de pessoas é representado por 73 indivíduos, entre crianças, adolescentes e adultos.

Por sua localização aproximada em relação ao Terminal Solimões – TESOL – (margem direita do Rio Solimões), é uma das comunidades que se situa no trecho de construção do gasoduto Coari-Manaus (Idem), tendo inclusive seu território comunitário cortado pelo gasoduto, como mostra figura 9.

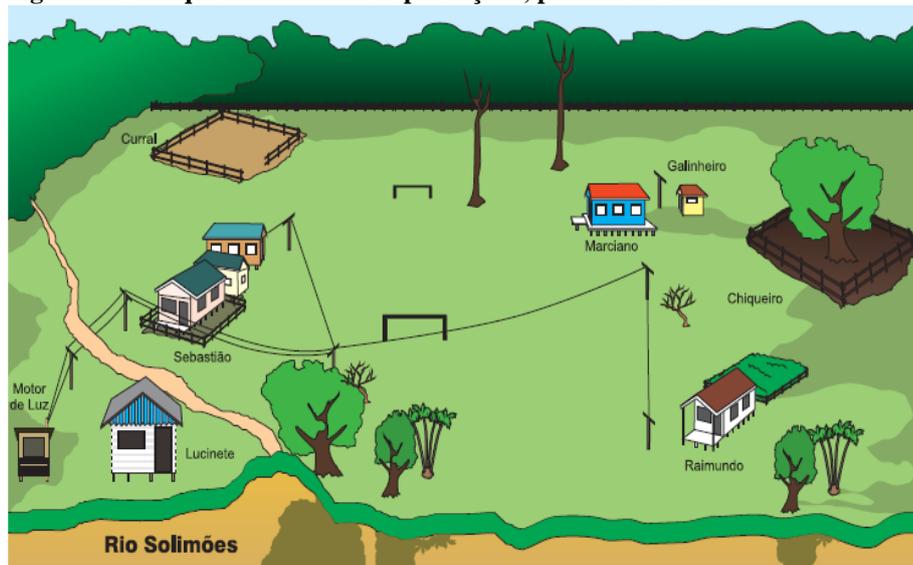
Figura 9: Casa de morador perto do trecho de construção Gasoduto Coari-Manaus, Comunidade Esperança II



Fonte: NUSEC/UFAM (2006) apud Miguez, Fraxe e Witkoski (2011).

Segundo Braga et al (2011), a Comunidade Esperança II da Costa da Santa Rosa está localizada em área de várzea baixa, na margem direita do Rio Solimões, sendo a primeira comunidade abaixo do Terminal Solimões, em Coari.

Figura 10: Croqui Comunidade Esperança II, período de seca.



Fonte: NUSEC/UFAM (2005) apud Witkoski, Miguez e Fraxe (2011).

No aspecto religioso, a comunidade é composta em sua maioria por católicos. Apesar de não haver igrejas evangélicas no local, algumas famílias se apresentam como evangélicas. Todos os domingos, seus moradores se encontravam no culto realizado na capela da comunidade e se reuniam anualmente para o festejo do Menino Deus (FRAXE, MIGUEZ e WITKOSKI, 2008). Hoje, a comunidade não possui mais a Igreja Menino Deus, que fora desconstruída, apenas uma pequena Igreja de São Sebastião (Figura 11), erigida a partir de uma promessa de uma pessoa da comunidade a um santo católico apostólico romano.

Figura 11: Igreja São Sebastião Comunidade Esperança II (à esquerda)



Fonte: Haoxovell-Lira (2013).

A centralidade da comunidade é composta pela Igreja São Sebastião (na cor verde e branca), onde os comunitários assistem às missas e fazem reuniões comunitárias, uma vez que o antigo templo de Menino Deus foi desfeito. A comunidade atualmente não dispõe de centro comunitário, nem de escola de educação básica formal.

5.3. Petrobras: a chegada

Apesar de a história da exploração de recursos energéticos na Amazônia remontar inícios do Século XX, inclusive antes mesmo da criação da própria Petrobras, a descoberta desses recursos em níveis comerciais vai ocorrer quase 70 anos depois, na década de 1980.

No entanto, de acordo com Almeida e Souza (2010, p. 2)

A exploração de hidrocarbonetos em Coari foi iniciada, na década de 1970, pela fase de pesquisas de jazidas no solo, utilizando métodos de prospecção sísmica, que abriram clareiras em florestas e utilizam cargas explosivas para análise das ondas sísmicas que penetram camadas sub-superficiais do solo.

Descoberta no ano de 1986, a reserva petrolífera de Urucu, mais tarde se tornou o primeiro campo comercial de petróleo e gás natural da Amazônia Ocidental Brasileira, tem como suporte o denominado Polo Arara usado para coleta e processamento de gás natural e óleo. O polo possui como estrutura: aeroporto, portos, estradas, alojamentos para funcionários, instalações administrativas, de telecomunicações e outros (NEVES, 2005).

Garcia (2008) ratifica que, embora a descoberta de petróleo e gás natural tenha ocorrido em níveis comerciais em 1986, a produção no Rio Urucu teve sua gênese em 1988.

A chegada da Petrobras e de outras empresas nacionais que se instalaram em Coari, bem como o processo de migração populacional intramunicipal (rural-urbano) e de outros Estados atraídos pelo “Eldorado do Petróleo e do Gás Natural” resultou num novo dinamismo socioambiental jamais antes experimentado pela população local, impondo novos desafios e dinâmicas à população local.

Estava, portanto, se consolidando na Região do Médio Solimões um empreendimento de ampla envergadura e de grandes repercussões econômicas, sociais, culturais e ambientais. A despeito dos prejuízos anunciados, a justificativa era de que os benefícios para a realização do projeto eram suficientes para torná-lo viável. E assim se fez.

Figura 12: Solda do Gasoduto Coari-Manaus



Fonte: MPOG (2012).

A iconografia acima mostra importantes representantes políticos do cenário brasileiro: ao centro Luiz Inácio Lula da Silva (então Presidente da República do Brasil) e Eduardo Braga (então governador do Amazonas), à extrema direita Adail Pinheiro (prefeito de Coari-AM) e José Sergio Gabrielli de Azevedo, ex-presidente da Petrobras (de maior estatura na foto) e ao fundo diversos funcionários da Estatal do Petróleo, selando os interesses dos governos central, estadual e municipal sobre o empreendimento da Petrobras em Coari.

5.4. Consequências das atividades petrolíferas em Coari

As discussões em torno da sustentabilidade em Coari ganham ênfase por meios de denúncia e demandas reivindicatórias em face das imposições de limites de riscos de degradação oriundos da implantação de atividades petrolíferas em Urucu e Solimões. De acordo com os agentes sociais, os riscos se ampliam diante da construção de um gasoduto cujo fito é a escoação da produção de recursos fósseis (NEVES, 2005).

A importância econômica, social e política do gasoduto Coari-Manaus foi tanta que se iniciou uma série de interferências nos territórios urbano e rural da cidade, de modo a atender a propositura de escoamento de gás natural, tanto no sentido de desenraizamento de populações tradicionais, fragilidades identitárias, invenção de tradições, dentre outras repercussões introduzidas pelas atividades do petróleo.

Figura 13: Porto e Polo Industrial de Urucu (da esquerda para a direita)



Fonte: MPOG (2012), paralelo fotográfico realizado pelo pesquisador.

A cidade vem nos últimos anos sofrendo importantes mudanças econômicas, sociais e ambientais alavancadas pela exploração de recursos fósseis da Bacia do Rio Urucu, iniciada em 1988. Porém, a alteração mais significativa ocorre a partir de 1996, com a gênese da construção do Poliduto Urucu-Coari e do depósito de petróleo no Terminal do Solimões (GAWORA, 2003).

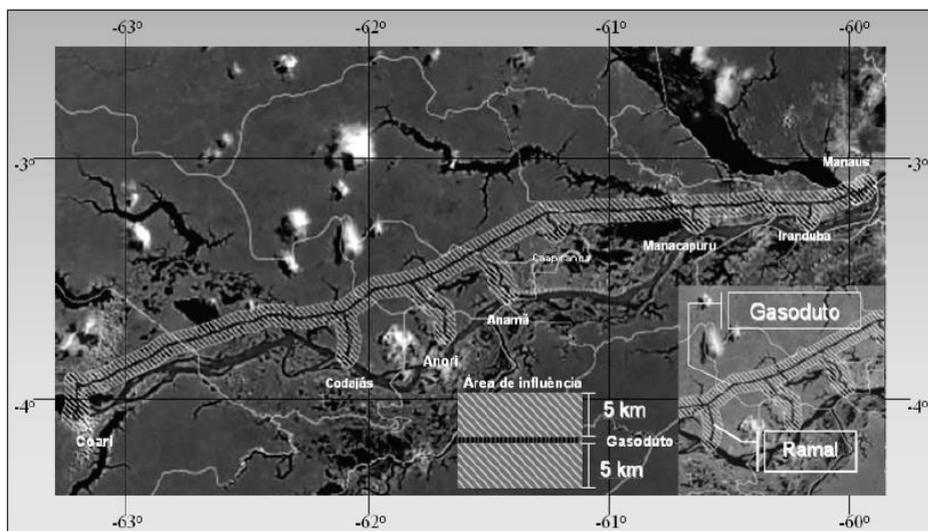
A história do gasoduto Coari-Manaus se inicia no ano de 1985, quando a Petrobras anunciou a descoberta de uma reserva de petróleo e gás natural na região do rio Urucu, próximo à cidade de Coari, bacia do médio Solimões. As primeiras explorações dessas reservas datam o final dos anos 80 [...] (PETROBRAS, 1991 apud HAAG, 2009, p. 278-279).

Para Sousa (2008), o gasoduto Coari-Manaus resultaria pelo menos os benefícios a seguir: 1) condução do gás natural aos centros consumidores, dos quais Manaus é o principal; 2) redutibilidade dos impactos ambientais em face do uso de óleo diesel nas termelétricas; e 3) o melhoramento da qualidade do sistema de geração de energia elétrica com preços mais acessíveis. Além destes impactos positivos, esperava-se que com as vantagens previstas houvesse a implantação de empresas ou outros empreendimentos nas cidades abrangidas pelo gasoduto.

Segundo este mesmo autor, o percurso por onde se instalou o gasoduto Coari-Manaus traria impactos diretos na área de abrangência da obra aos municípios de Coari, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Manacapuru, Iranduba e Manaus, numa faixa de 10 km,

distribuídos por 5 km de cada lado (direito e esquerdo), conforme bem ilustrado pela figura abaixo:

Figura 14: Área de alcance do Gasoduto Coari-Manaus (LANDSAT-7/ETM+, 2003)



Fonte: Sousa (2008)

A emergência e o desenvolvimento das economias petrolíferas acarretam efeitos múltiplos sobre a organização do espaço que, no caso do da Província Petrolífera de Urucu (PPU) no município de Coari/AM, são marcadas pelo surgimento de um enclave de exploração comercial de hidrocarbonetos em plena floresta amazônica. Coari, como exemplo marcante desse tipo de exploração econômica, tornou-se um ambiente regional desarticulado, com desequilíbrios na gestão do território municipal e com profundas modificações e desagregações nos sítios locais, principalmente em suas áreas rurais (ALMEIDA e SOUZA, 2010, p. 2).

Acerca da importância econômica da cidade para o Estado do Amazonas e para o Brasil, Viana (2006, p. 85; 97) diz que

A Província Petrolífera de Urucu é a segunda maior produtora de gás natural do país; possui 48 dos 75 maiores poços produtores terrestres, colocando o Estado do Amazonas como o terceiro maior produtor de petróleo em terra, que abastece a região Norte do país, Maranhão e parte do Nordeste; maior unidade de processamento de gás natural (UPGN) do país, que fará do Estado do Amazonas o maior produtor de gás natural em terra com metade da produção nacional. O empreendimento da Petrobras no município de Coari-Amazonas é a terceira bacia sedimentar em produção de óleo no Brasil, com uma reserva de 132 milhões de barris de petróleo, embora toda a expectativa seja em relação à exploração de gás natural [...], uma reserva estimada em 44,5 bilhões de metros cúbicos, a segunda maior do Brasil.

Adicionalmente, a Província Petrolífera de Urucu é atualmente uma das maiores do país em produção comercial de óleo, tendo, inclusive reservas de gás natural suficientes para

suprir as necessidades de abastecimento de energia elétrica de toda a Região Norte e, provavelmente, de outras regiões. A demanda de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) do Norte e Nordeste brasileiro são totalmente satisfeitas pela produção no Rio Urucu (GARCIA, 2008).

Segundo informações disponibilizadas pela Petrobras, em Urucu, município de Coari-AM, está a maior Unidade de Processamento de Gás Natural do Brasil – UPGN do Brasil. Sua produção média de gás natural é de 10,36 mil metros cúbicos por dia. O processamento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, por exemplo, supera 1,5 mil toneladas diárias, quantia esta equivalente a 115 mil botijas de 13 kg e tem abastecido os Estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Tocantins, Acre, Amapá e parte do Nordeste (SOUSA, 2008, p 83).

Se as reservas de recursos fósseis dos Rios Urucu e Juruá (ambas na Bacia do Rio Solimões, e no município de Silves) forem somadas podem suprir as necessidades de óleo e gás natural no Brasil por 80 anos. Daí a justificativa de tamanho interesse e destinação de significativos recursos financeiros a este megaprojeto na Amazônia, que dos R\$ 7,7 bilhões previstos para a Região Norte pela União para o ano de 2007, R\$ 800 milhões o eram para custeio e investimentos da Eletronorte, que tinha o gasoduto Coari-Manaus como a principal destas obras (Idem).

Tais efeitos repercutem diretamente na dinâmica de vida da população urbana do município e sobre os sujeitos de comunidades tradicionais situadas às beiras dos rios, os denominados ribeirinhos, bem como imprime pressão humana sobre as outras formas de vida.

A construção do gasoduto, investimentos em infra-estrutura e demandas de mercado, em meados de 1990, é apontada como um dos fatores que colaboram para o aumento de pressão humana na Amazônia Brasileira (BARRETO et al, 2005).

Gawora (2003) relata, elencando as repercussões sociais, econômicas e ambientais negativas do Projeto Urucu da seguinte forma:

1) Consequências sofridas pelos ribeirinhos:

Sumiço de 2 (duas) famílias nas imediações do projeto, sendo 1 (uma) no Rio Solimões ou outra no Rio Urucu, que até o ano de 1999 não se tinha conhecimento do paradeiro dessas famílias; Diminuição da quantidade de pesca²⁴ e de tartarugas; Decréscimo no quantitativo de caça; Perda da mandioca posta em canoas à margem dos rios para

²⁴No contexto Amazônico mais abrangente da história social da pesca, Batista (et al, 2004) apud Pereira, Souza e Ramos (2011) destacam que a reestruturação da atividade pesqueira regional se deu pelas seguintes razões: a introdução e acessibilidade do isopor (como isolante térmico), a criação da ZFM, a popularização das redes de arrastão e espera do pescado. Além disso, o crescimento populacional significativo, sobretudo na capital amazonense, demandou alterações nas atividades de pesca comercial, com fortes rebatimentos socioeconômicos, político-culturais e ecológicos.

fabricação de farinha-d'água por ocasião das ondas vindas das lanchas e grandes navios, que levavam os tubérculos nas águas; Derrubada de castanheiras e outras árvores frutíferas, que eram usadas pelos extrativistas locais; Interdição e obstrução de vários igarapés por parte da Petrobras (prejuízos na economia local e para o exercício do direito territorial); Falha no pagamento de verbas indenizatórias às famílias afetadas pelo projeto; Enfrentamento pontual da malária e de temporalidade limitada (com objetivo claro de proteger apenas operários e engenheiros).

2) Para a cidade de Coari²⁵:

Crescimento desordenado pela migração de populações para a cidade e mudança da caracterização típica de cidade amazônica; Aumento da prostituição, inclusive da prostituição infantil (o termo correto hoje é exploração sexual infantil); Aumento e agravamento de DST's, AIDS e outros agravos de saúde; Aumento significativo do crime organizado de drogas psicotrópicas e de criminalidade e violência; Incapacidade de absorção de toda a mão-de-obra atraída à cidade, instabilidade de emprego e demissão em grandes contingentes de trabalhadores.

Com a oferta limitada de emprego conjugada pela impossibilidade de absorção de todos os trabalhadores advindos do campo e de outras cidades resultou numa configuração de sobrantes²⁶ e inseridos em atividades inferiores e desprotegidas, que vivem sob a crença que são partícipes do “progresso”, mas na verdade não passam de sujeitos privados dele.

Além disso, este cenário no campo e na cidade concorreu para uma alteração da Topofilia, sentimento pelo lugar, ou em outras palavras se refere ao “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5). Segundo este teórico, “[...] o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais” (p. 129).

É, pois a partir dos órgãos sensoriais e experiências vividas que é possível aos seres humanos estabelecerem sentimentos fortes pelo espaço e pelas qualidades espaciais, quais sejam, por meio da cinestesia, visão e tato. Usa-se os sentidos para obtenção de noções de: tato para percepção de volume e massa; olfato para distância; audição para tamanho, volume e distância; e visão para nitidez, tamanho e forma (TUAN, 1983).

²⁵Vale destacar que Gawora (2003) não nega que o projeto de Urucu trouxe benefícios para a cidade de Coari, no entanto se comparados aos prejuízos ambientais e sociais, afirma que estes foram mais profundos.

²⁶Essa configuração e outras próprias da sociedade de mercado leva Santos (2000, p. 20) a propor uma outra globalização, uma “mais humana”, fundada na solidariedade como processo de intercâmbio pacífico entre os povos do mundo.

A cidade de Coari nas últimas décadas, quando iniciaram as atividades de exploração de petróleo e gás natural, passou pelo *boom* econômico e importantes metamorfoses socioespaciais (ALENCAR, 2005), demonstrada pelo surgimento de novos bairros e outros assentamentos urbanos na periferia da cidade:²⁷ Liberdade, Ciganópolis, Grande Vitória, Vila Progresso e Nazaré Pinheiro. A afirmativa sobre as alterações socioespaciais é corroborado por Cáuper (2000 apud SOUSA, 2008, p. 82): “As mudanças socioespaciais, em função do processo da implantação de um gasoduto no interior do Amazonas, já puderam ser experienciadas [...] no município de Coari”.

[...] mas ao atrair continentes humanos em busca de uma suposta melhora na qualidade de vida proporcionada pela indústria petrolífera, acarretou uma ocupação do espaço desordenada, caracterizada por ações de desmatamento na área peri-urbana no município de Coari (ALMEIDA e SOUZA, 2010, p. 2).

Ao analisar o processo demográfico que se instaurou em Coari e redondezas com a atividade petrolífera do Rio Urucu, Brasil e Teixeira (2011) defendem que o *boom* atrativo populacional ocorreu especialmente na década de 1990, superando inclusive o crescimento demográfico de Manacapuru, que outrora, em décadas precedentes, apresentava crescimento populacional maior neste conjunto de municípios: Anori, Coari, Codajás, Iranduba e Manacapuru. O crescimento populacional total de Coari no período de 1991 a 2000, especialmente o crescimento anual percentual foi de 6,31%, superou, inclusive, o do Estado do Amazonas que teve crescimento de 3,28% nesse período.

Importantes empresas nacionais, dentre as quais se destaca a Petróleo Brasileiro S.A, denominada Petrobras (responsável pela produção e distribuição de petróleo e seus derivados) conhecida mundialmente como uma das maiores do ramo de exploração de petróleo, se instalaram na cidade.

Nesse processo, surge a oferta crescente de emprego, o que favoreceu a vinda de pessoas de diferentes pontos do Amazonas e do território nacional (GAWORA, 2003), dentre

²⁷A significativa migração para Coari representou a expansão da cidade, que na década de 1980 contava apenas com cinco bairros: o Centro, e os bairros Espírito Santo, Chagas Aguiar, Santa Helena e Tauá-Mirim. Com a construção de conjuntos habitacionais populares do Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado do Amazonas (IPASEA) e Sociedade Habitacional do Estado do Amazonas (SHAM) em 1990 surgiram os bairros SHAM, União, Duque de Caxias, Santa Ifigênia e Itamarati. Em 1996 surgiram os bairros Amazonino Mendes e Pêra. E mais recentemente, os bairros Pêra II e III, totalizando mais 9 (nove) bairros novos. A criação destes bairros ocorreu sem planejamento apropriado (SOLER, 2009). Já em 1999, segundo Lucas et al (2000) havia em Coari os seguintes bairros em 1999: Centro, Pêra, Chagas Aguiar, Santa Helena, Itamarati, Duque de Caxias, Santa Ifigênia, União, Urucu, Espírito Santo e Tauá-Mirim.

os quais ribeirinhos e a instauração de uma nova era econômica alicerçada no “desenvolvimento” da cidade que fora alavancada por investimentos em infraestrutura social, como: proteção ao meio ambiente, criação de instituição de ensino superior federal (Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari – ISB, órgão vinculado à Universidade Federal do Amazonas - UFAM) e estadual (Extensão da Universidade do Estado do Amazonas – UEA) e de instituto de educação técnica federal (IFAM), ampliação do quantitativo de escolas de educação básica, ginásios poliesportivos, praças e unidades básicas de saúde, hospital regional (convênio entre Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SUSAM e Prefeitura de Coari), dentre outras ações públicas das três esferas governamentais.

Todavia, como todo processo de desenvolvimento econômico brasileiro orientado pelo grande capital, não se verificou uma equivalência entre a modernização econômica e modernização social, ambos sempre estão postos em lados antagônicos. Talvez seja esse um dos grandes segredos de sucesso do capitalismo (IANNI, 1991).

O progresso econômico excludente e centralizador nos moldes do capitalismo nunca representou a equivalência entre desenvolvimento econômico e social. O caso brasileiro, vivenciado na década de 1960 – da crença no “vamos fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”–, em que o governo acreditava que com o progresso econômico as disparidades sociais seriam *naturalmente* resolvidas é emblemático porque nos clareia a compreensão de que ambos pertencem a dois polos distintos, embora complementares.

Mendes (1994), discursando sobre os processos de desenvolvimento atuais, aponta que o desenvolvimento econômico constitui um elemento importante, mas demonstra-se insuficiente no sentido de promoção do desenvolvimento pleno do homem. Aliás, Sachs (1986) faz uma dura crítica à importância dada ao estreitamento de visão economicista das teorizações do desenvolvimento feitas no pós-guerra, quando sistematizou de forma coerente o pensamento acerca do desenvolvimento sustentável.

Sobre essa questão inquietante Almeida (2005) apud Leyen (2008) comenta que a despeito dos projetos sociais e dos recursos financeiros dos *royalties* repassados pela Petrobras e tributos recebidos pelo município devido às atividades de exploração, produção e transporte de petróleo e gás, Coari é caracterizada por baixos índices de qualidade de vida e poucas alternativas de sustentabilidade.

O IDH de Coari em 2000 (0,627), segundo o PUND, o coloca entre as regiões de médio desenvolvimento humano (entre 0,5 e 0,8). Comparado aos municípios do Brasil, a

cidade situa-se na posição 4.176^a, sendo que 4.175 municípios (75,8%) estão em situação melhor e 1.331 municípios (24,2%) estão em situação pior ou igual. Acerca da comparação com outros municípios do Amazonas, Coari ocupa uma mesoposição, 33^a, uma vez que 32 municípios (51,6%) estão em situação melhor e 29 municípios (48,4%) estão em situação pior ou igual (PNUD, 2003).

Givisiez e Oliveira (2006) apud Viana (2006, p. 117), que analisaram o Indicador de Pobreza Humana Municipal (IPH-M), constaram há alguns anos

[...] que a falta de um direcionamento nas receitas dos *royalties* se repete na maioria dos municípios produtores de petróleo, onde grandes somas entram nos cofres públicos, porém sem um retorno na qualidade de vida da população. Coari é classificado como um município de alto grau de arrecadação de *royalties* e com um indicador de pobreza médio alto.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013, Coari em 2010 apresentou 0,586 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Este índice coloca a cidade na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano (IDHM entre 0,5 e 0,599), evidenciando uma piora em relação ao IDHM anterior. Nas últimas duas décadas Coari apresentou crescimento na renda per capita de 137,43%, passando de R\$146,23 em 1991 para R\$159,29 em 2000 e R\$347,20 em 2010. Apesar disso, a desigualdade aumentou, passando o índice de Gini²⁸ 0,54 em 1991 para 0,57 em 2000 e para 0,64 em 2010 (PNUD, 2013).

No que toca ao ranking do IDHM, Coari está ocupando a 4.495^a colocação em relação aos 5.565 municípios do Brasil, havendo 4.494 (80,75%) municípios em situação melhor e 1.071 (19,25%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos demais 62 municípios do Estado do Amazonas, Coari ocupa a 21^a posição, sendo que 20 (32,26%) municípios estão em situação melhor e 42 (67,74%) municípios estão em situação pior ou igual (PNUD, 2013).

Segundo Viana (2006), o IDH²⁹ considera além do aspecto econômico, os aspectos social, cultural e político, que repercutem a qualidade de vida do homem. Isto é, uma forma

²⁸É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar” (PNUD, 2013).

²⁹De acordo com Santos (2007), o IDH é explicado da seguinte forma: 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). IDH até 0,499 representa baixo desenvolvimento humano; com índices entre 0,500 a 0,799 são de médio desenvolvimento humano e com IDH maior que 0,800 são considerado com alto desenvolvimento humano.

de medir o desenvolvimento humano. Ainda sobre essa temática, Veiga apud Viana (2006, p. 93) o

IDH permite ilustrar com clareza a diferença entre rendimento e bem-estar, embora também padeça de limitações, o que provocou o aparecimento dos chamados outros índices, com destaque para o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e o DNA-Brasil.

Em contraposição, o PIB *per capita* leva em conta apenas o aspecto econômico do desenvolvimento, numa visão ainda arcaica, segmentária e ultrapassada, e por isso mesmo insuficiente de mensurar o desenvolvimento em todos os níveis necessários.

Sachs (2010, p. 33-34) salienta pontos centrais na discussão da teoria do desenvolvimento, que representa, de um lado, o crescimento

[...] do PIB, à acumulação de capital, ao progresso técnico, à produtividade crescente do capital, e, de outro, o enfoque que utiliza como porta de entrada o emprego e o autoemprego, e observa em que medida o processo de desenvolvimento favorece a inserção social pelo trabalho decente de todos os que sentem a necessidade e o desejo de trabalhar. Essas duas ópticas não são exclusivas uma da outra. Ao contrário, é indispensável articulá-las, combiná-las e conciliá-las graças ao planejamento flexível.

O primeiro refere-se ao desenvolvimento do núcleo de modernização. Já o segundo é a rede de serviços sociais e a sua universalização, de forma a garantir o bem-estar da população, especialmente das mais empobrecidas. Sendo equívoco o entendimento de que somente a partir do sucesso do primeiro pode-se reproduzir o Estado-Providência. Do contrário, as situações de baixos níveis de salários devem ser aproveitados como oportunidades para a criação de serviços sociais. Esse dois aspectos anteriores compõem um terceiro que seria o crescimento puxado pelo emprego digno (Idem).

Na verdade, a nova conjuntura introduzida pelo gasoduto desencadeou para Coari uma problemática perversa: junto com os benefícios do “progresso” vieram também inúmeras manifestações da questão social, dentre as quais se destacam o desenraizamento de populações ribeirinhas e o estabelecimento delas ocupando majoritariamente os bairros periféricos, ou parte delas indo para a orla fluvial, com insuficiente infraestrutura e saneamento básico, concorrendo para o aprofundamento de sua condição precarizada e da desigualdade social e de experiências de insustentabilidade socioambiental, bem como imprimiu mudanças no *habitus*.

O gasoduto Coari-Manaus e a nova conjuntura social, cultural, política, econômica e

ambiental introduzida pelo empreendimento inscreveu mudanças no *habitus* individual e coletivo das populações humanas nos campos rural e urbano em Coari-AM, uma vez que é pelos “[...] valores, crenças, costumes e necessidades materiais, enfim, por meio de seu *habitus* [...]” (HAOXOVELL-LIRA e COSTA, 2012, p. 9) que estas populações constroem e reconstroem a sua identidade amazônica.

A propositura do sociólogo Giddens (1991), ao mencionar que a modernidade é um fenômeno de dois gumes e que por isso urge a relevância fundamental de analisá-la no contexto de benefícios/oportunidades e de consequências negativas como duas faces do mesmo processo, mesmo se referindo ao contexto do final do Século XX, encontra pertinência à realidade de Coari.

Do mesmo modo em que se abriram as prospecções de oportunidades de melhores condições de vida, seja pela injeção de repasses financeiros ou por novas oportunidades de trabalho ou qualquer outra, concomitante a isso, surgiram os processos de desencaixe às populações em face de uma nova realidade, conjuntura e desafios.

Este contexto para Coari, quer nos territórios rural ou urbano, promoveu o que o sociólogo inglês Giddens (1991, p. 24) denominou de desencaixe como fenômeno dissidente da modernidade que promove um “[...] ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”.

A modernidade e o processo de desencaixe com seu distanciamento tempo-espço são aqui manifestos pelo gasoduto no Médio Solimões que ao interconectar o local ao global, e vice-versa, por meio da razão da sociedade do petróleo e que nega os costumes, os mitos, as simbologias, os hábitos, práticas locais, enfim a tradição como um componente intrinsecamente vinculado à cultura amazônica, desvinculou e alterou diversos aspectos da vida cotidiana a uma velocidade excepcional.

Assim, muitas populações nesse mesmo período passaram também a se concentrar na área urbana, migrando à procura de empregos trazidos pela atividade petrolífera, bem como buscando alternativas de superação de privação vivenciada no campo. De acordo com o censo 2000 (BRASIL, 2000), a população urbana já representava quase 60% da população do município. Dez anos depois, segundo dados do IBGE, a população urbana de Coari representa um pouco mais de 65% (BRASIL, 2010b).

Importante destaque deve ser dado ao fato de que, geralmente, as populações rurais amazônicas não apresentam pobreza vinculada à inexistência ou escassez de alimentos, quer vegetais ou animais, mas sua pobreza e desigualdade social está fortemente vinculada ao não-

acesso a bens e serviços público-sociais, haja vista que

[...] Excluídas das políticas públicas, em especial do acesso aos recursos e dos serviços básicos no campo ou nas cidades da região, as camadas mais pobres da população reproduzem no seu dia-a-dia as dramáticas condições de sobrevivência (KITAMURA, 1994, p. 60-61).

O uso indevido de recursos oriundos de participações governamentais concorre para o insucesso da cidade em estabelecer desenvolvimento local e regional. Pois os repasses dos *royalties*, cuja finalidade é a promoção de alternativas às atividades petrolíferas, que proporcionem a garantia de sustentabilidade social e econômica, são usadas para contratação de funcionários sem concurso público e para assistencialismo aberto (LEYEN, 2008) e para o fortalecimento clientelista da *cultura do apadrinhamento*³⁰ e da *cultura da dependência*³¹, com vistas a fins eleitoreiros.

[...] devido a uma conjuntura política e institucional que transcende as atribuições da Petrobras, essa exploração econômica, indiretamente, está sendo mais um elemento causador de processos migratórios antrópicos, de assentamentos precários e de desenraizamentos de comunidades rurais de seus sítios de origem (ALMEIDA, 2005 apud LEYEN, 2008, p. 136).

A conjuntura política local seria, portanto, a de uma sociedade em sua maioria despolitizada para fins de mobilização social em busca de bens e serviços e outros ganhos coletivos, encerrando-se num ciclo vicioso de politicagem, assistencialismo, atos de caridade e benemerência,³² que a partir da relação sociedade e representantes políticos se

³⁰Denomina-se “Cultura do Apadrinhamento” a prática paternalista *quase generalizada* (para não dizer generalizada) de representantes dos poderes executivo e legislativo municipal, referente a doações de cestas básicas de alimentação, kit gás, doações de dinheiro em espécie, passagens de viagens de barco por algumas empresas com os quais a prefeitura possui convênio (e até de aviões) e, sobretudo, a oferta de emprego (sem concurso público, inclusive deixando o servidores às vezes “à disposição”, que é ficar à disposição de um determinado político, mas que na verdade representa “ficar em casa sem trabalhar” e percebendo os vencimentos normalmente como se estivesse na ativa) nas instituições vinculada à prefeitura de Coari a certos grupos de pessoas que trocam votos por favores.

³¹Por “Cultura da Dependência” entende-se como um processo sociopolítico no qual grande parte da população local inscreve suas estratégias de sobrevivência vinculadas a uma forma de orientação e ordenamento a partir de intervenções de representantes do executivo e legislativo, sobretudo no que se refere à manutenção material e consecução de empregos e outras vantagens pessoais e segmentarizadas. Tal configuração se problematiza uma vez que em Coari a conjuntura social não permite a distribuição equitativa da riqueza do petróleo e oportunidades de vida digna, quer quanto a acesso de bens e serviços públicos, quer sobre acesso a inserção produtiva, que se dá majoritariamente via prefeitura da cidade. A grande problemática é que ao passo em que há uma troca de favores, o eleitor não-cidadão fica *preso* à figura política por quatro anos e geralmente firma um *pacto de fidelidade* até por décadas, não importando se o representante público trará benefícios à sociedade, mas somente que supra suas necessidades individuais e de sua família.

³²As ações de caridade e benemerência vão na contramão dos direitos, uma vez que estes fundam-se em legislações e dispositivos legais e os primeiros apenas no bem-querer de determina pessoa ou instituição em executar ou não uma determinada atividade. Na hipótese de não execução dos atos de caridade, não há

retroalimentam, de modo a perpetuar as relações de dominação, exclusão social e de insustentabilidade em diversos níveis.

A partir das reflexões de Elias e Escotson (2000), com base na realidade de três bairros distintos da comunidade Winston Parva, em Londres, na Inglaterra, no contexto do final dos anos 1950 e começo de 1960, tomamos emprestado o exemplo dos “estabelecidos” e “outsiders” e suas relações desiguais de poder e de acesso aos recursos sociais para entendermos a realidade coariense.

Dessa feita, em Coari, os “estabelecidos” seriam as minorias populacionais, independente de serem de origem local ou não, que conseguem se estabelecer a partir de uma melhor apropriação das oportunidades sociais, econômicas e políticas, proporcionando-lhes ainda melhor acesso aos Aparelhos de Estado (sobretudo o municipal) e, por conseguinte, tem vantajoso acesso aos bens, serviços e recursos sociais e oportunidades de vida mais digna.

Por outro lado, os “outsiders” coarienses referem-se ao segmento populacional mais expressivo. Mesmo não sendo propriamente estrangeiros ou peregrinos em terra estranha, como o termo sugere, são privados de condições dignas de existência pelas condições de não-acesso à satisfação de necessidades elementares à vida humana. Como em qualquer sociedade capitalista, as relações de dominação entre classes e de disputa e apropriação desigual pelos espaços de poder e distribuição desigual da riqueza socialmente produzida geram pessoas de “melhor virtude”, com “maior valor humano” que outras, isto é, “estabelecidos” (os beneficiários das melhores condições existenciais) e “outsiders” (os estigmatizados, excluídos e privados de diversas aspirações humanas).

Outro ponto refere-se às questões econômica e cultural. Anteriormente, o município de Coari era classificado como “[...] o maior produtor de banana do Estado do Amazonas” (FRAXE, 2011, p. 43), sendo a banana responsável por 2/3 da renda proveniente da atividade de agricultura, ou seja, era a principal fruta plantada cultivada na cidade. Isto pode ser confirmado pela Festa da Banana, que ocorria na primeira quinzena de dezembro de cada ano (GAWORA, 2003).

fundamentos jurídicos para que tais atividades sejam retomadas. Por esta razão é que se necessita de uma sociedade de direitos observados e nunca uma sociedade fundada em caridade ou atos de bondade.

Tabela 1: Lavoura permanente de banana de Coari - 2004 a 2011

ORDEM	DESCRIÇÃO	ANO							
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	ÁREA PLANTADA (hectare)	960	56	132	61	560	568	355	450
2	QUANT. PRODUZIDA (tonelada)	8832	707	1500	91	2800	3649	3840	540

Fonte: Brasil (2012).

A cidade outrora conhecida pela produção de banana, atualmente se destaca pela produção de recursos naturais oriundos do solo: petróleo e gás natural na Bacia do Rio Urucu.

[...] Almeida (2005) fez um diagnóstico da produção primária de Coari, em que a banana em geral foi a cultura que ofereceu o maior rendimento médio. Todavia, as comunidades rurais produtoras de banana tiveram uma diminuição da área plantada de 6.140 hectares, em 1998, para 960 hectares, no ano de 2002 (ALMEIDA e SOUZA, 2008, p. 82).

A razão preponderante para o declínio das áreas de plantações de banana na Região do Médio Solimões, sobretudo em Coari, se dá pelo fato da ocorrência da *Sigatoka Negra* descoberta em fins da década de 1990 na cidade.

Em fevereiro de 1998, pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental confirmaram a existência da Sigatoka-Negra, oriunda do fungo *Mycosphaerella fijiensis*, anamorfo *Pseudocercospora fijiensis*, na região. Tal ocorrência foi divulgada nos Anais do Congresso Brasileiro de Fitopatologia realizado em Fortaleza, em agosto de 1998. No ano seguinte, a doença já estava presente em Benjamin Constant, Tabatinga, Coari, Rio Preto da Eva e São Gabriel da Cachoeira. E entre 2001 e 2002 a doença estava presente todo o Amazonas, exceto em alguns municípios da calha do Rio Madeira. Até 2004, a exceção de Tocantins, a doença estava presente em todo o Norte Brasileiro (PEREIRA et al, 2007).

[...] Um relatório, elaborado por técnicos da Embrapa do Amazonas, acusa o aparecimento da doença nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Coari. A sigatoka-negra foi encontrada nos cem hectares vistoriados no Estado do Amazonas [...]. [...] A sigatoka-negra é considerada a doença mais grave das bananeiras, e já dizimou pomares na África, Ásia, América Central e América do Sul, deixando-os improdutivos (MELO e FONSECA, 1998, p. 24).

Pelo fato de a base alimentar das populações das áreas rurais da Amazônia ser representada pelo tripé mandioca, peixe e banana, com a introdução da doença na região, sobretudo nas várzeas, houve uma repercussão socioeconômica significativa, pois ocorreu uma perda expressiva na principal fonte de renda de muitas populações e no contexto regional

esse fato contribui para a redução do consumo *per capita* de 70 kg por habitante para perto de 30 kg (PEREIRA et al, 2007).

Por se tratar de um território afetado pela doença da bananicultura, Coari foi incisivamente afetada, conforme tabela supramencionada. Porém, por mais que nos últimos anos as áreas plantadas e a produção de banana estejam se ampliando ainda estão distantes dos quantitativos indicados em 2004.

Para além das questões vinculadas à ocorrência da doença em Coari, há indícios de que a introdução das atividades petrolíferas em Coari tenham “desincentivado” as plantações de banana, quer por meio de pregação de valores modernos, maciçamente difundidas nos instrumentos midiáticos locais e regionais e pela negação de práticas culturais tradicionais e da não assistência devida às populações afetadas pela praga, podem ter contribuído para o “abandono” e conseqüente declínio das atividades de bananicultura na cidade.

Desconhecem-se as reais conseqüências econômicas e sociais da entrada da doença na Amazônia, em especial no Amazonas, por parte dos agricultores tradicionais. Acredita-se que parte deles tenham abandonado suas terras e migrado para a capital Manaus ou cidades do interior do Estado (PEREIRA et al, 2007, p. 02).

A partir de então, passou a ser a cidade do petróleo e do gás natural. A produção de banana, que por muitos anos esteve na dianteira da economia local, fora “esquecida” em benefício do principal alicerce da economia atual.

Giddens (1991, p. 21), ao discutir sobre o caráter dinâmico da modernidade, defende que sua dinamicidade advém da

[...] *separação do tempo e do espaço* e de sua recombinação em formas que permitem o "zoneamento" tempo-espacial preciso da vida social; do *desencaixe* dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espço); e da *ordenação e reordenação reflexiva* das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos [...].

Os processos sociais em curso em Coari remetem a um ponto relevante e preocupante ao mesmo tempo: a cidade está imersa num contexto de fragilidade de preservação identitárias, da cultura e dos valores locais (SOLER, 2009).

Outro impacto sofrido pelos moradores da cidade de Coari refere-se ao alto custo de vida. A atividade petrolífera inseriu na realidade local um aumento significativo nos preços de produtos, serviços e de outros bens, tais como de cesta básica alimentar, aluguel de casa, preço de imóveis, dentre outros. Sem, contudo, haver condições objetivas de que as somas

vultosas injetadas na cidade pela atividade econômica fossem, de fato, distribuídas equitativamente ou mesmo proporcionasse benefícios diretos à maioria de seus cidadãos.

Outra questão não é exatamente um impacto, mas é um “não-impacto”. Contraditoriamente, Coari vivencia historicamente um “mal crônico” de fornecimento de energia elétrica de péssima qualidade. A promessa do melhoramento da qualidade do sistema de geração e fornecimento de energia elétrica (atualmente sob a competência da Eletrobras S.A, após a extinta Manaus Energia S.A ser federalizada) não se realizou até este ano de 2012.

O sobrestamento frequente do fornecimento de energia elétrica parcial em forma de racionamento e até total na cidade,³³ sobretudo em dias mais ardentes de calor e em horário de maior pico energético, ocasião em que os grupos-motores-geradores (GMG's) trabalham em seu limite de capacidade, é tido como “normal”.

Somam-se a isso como fatores complexificadores: insuficientes e arcaicos GMG's para suprir a demanda crescente de energia elétrica; más condições de trabalhos dos funcionários concursados e terceirizados (os maquinários são ainda operados a mão e geralmente 2 operadores de usina trabalham por cada turno de 6 horas, sendo 1 para leitura das máquinas e preenchimento de relatório interno e o outro para ligar, desligar, trocar o óleo, medir a temperatura e verificar o funcionamento dos equipamentos e outros procedimentos); a terceirização dos operadores de usina da Eletrobras-Coari, que desde o ano de 2008 não realizou mais nenhuma convocação por meio de concurso público para operadores de usina; e a má distribuição dos GMG's numa área ampla da usina, que atualmente requereria pelo menos 4 operadores por cada turno de trabalho³⁴ para que as condições operacionais fossem razoáveis.

Outro ponto pertinente toca ao sistema público de iluminação pública de Coari, que é atualmente precário e torna a vida dos cidadãos mais insegura e difícil, concorrendo para eventos de roubos e furtos, acidentes de trânsito, sem contar na perda de qualidade de vida.

É obscena a falta de investimentos em diversos setores à altura dos lucros, benefícios e da importância econômica que o projeto de Urucu proporciona por parte do governo federal (a

³³Soler (2009) afirma que o sobrestamento de energia elétrica tem prejudicado marcadamente a instalação de indústrias locais.

³⁴Trabalhou-se como operador de usina até fins de 2008 na extinta CEAM (cujo ingresso se deu via concurso público de provas), que meses mais tarde foi incorporada à Manaus Energia S.A, e esta pouco tempo depois foi federalizada e incorporada ao Sistema Eletrobras S.A. Pôde-se, ao longo de 8 meses de serviço prestado nas estatais (CEAM e Manaus Energia) conhecer empiricamente os principais dilemas e dificuldades no setor de geração e fornecimento em Coari. Desde lá, pouco ou nada mudou sobre essa questão.

quem cabe esta competência), que por meio da sua estatal do petróleo explora, produz e transporta de petróleo e gás de Coari (sem falar nos governos estadual e municipal pouco fazem para mudar essa realidade), sem, contudo, haver melhorias significativas na qualidade de vida para os seus moradores, como o IDHM e o Índice de Gini 2013 tristemente confirmam.

No conjunto, pode-se afirmar que o dualismo societal brasileiro apontado por Ianni (1991), em sua análise sobre a histórica questão social, encontra pertinência na sociedade coariense, conforme também corrobora Soler (2009, p. 19):

Há indícios da reprodução de uma sociedade dualista, com uma minoria beneficiada versus maioria cada vez mais marginalizada, fato que talvez seja consequência das mencionadas irregularidades administrativas de toda sorte, de corrupção, desvio de dinheiro público, licitações fraudulentas e obras fantasmas que frequentemente têm sido divulgados na imprensa local e estadual [...].

Toda essa configuração de acirramento das condições sociais, econômicas, culturais e ambientais, bem como de quase abandono e pobreza nos mais variados níveis repercute direta e incisivamente no *habitus*, na promoção de processos de desencaixe e nas formas de o homem amazônico viver e inserir-se na sociedade. Portanto, essas situações constituídas historicamente suscitam inquietações. Inquietações essas que nos levam a procurar entender as nuances e contradições desse processo em território amazônico, que muito tem penalizado o homem amazônico e sua relação intrínseca com a natureza, seu modo de vida e de existência e, sobretudo, a sua condição humana. E é neste contexto que a etnografia e a percepção ambiental contribuíram significativamente para este trabalho.

CAPÍTULO IV

“Uma das principais tarefas da cultura é fazer da necessidade, liberdade”

(Jacob Klatzkin)

6. ETNOGRAFIA E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE COARI (ZONAS URBANA E RURAL)

6.1. Etnografia dos moradores da orla central de Coari

A etnografia enquanto método de estudo descritivo e analítico de um modo de vida culturalmente estabelecido e a percepção ambiental como método que parte da psicologia ambiental considerando as dimensões afetivas e perceptivas que se constrói na interação homem e natureza são importantes para se entender as mudanças do *habitus* em Coari, especialmente dos moradores da área central da cidade, que puderam vivenciar diversas metamorfoses socioambientais no contexto da exploração de petróleo e gás natural.

A orla localizada no centro comercial de Coari comporta residências tanto de terra firme como fluviais (as chamadas casas flutuantes, espécie de casas erigidas sobre toras de madeira, geralmente de açacu, que dão sustentação sobre as águas, oscilando de acordo com os ciclos hidrológicos), comércio em geral, fluvial ou não, congrega ainda centralidades urbanas como a Praça Getúlio Vargas e a Instalação Hidroportuária de Coari, assim como se apresenta como um território bastante dinâmico de fluxo de pessoas, bens e serviços e também como comporta outros fixos.

É, por esta razão, um território bastante impactado pelas atividades petrolíferas, uma vez que os seus moradores puderam testificar muitas alterações sociais e ambientais e nas suas diversas formas de vida peculiarmente tradicional enquanto seres amazônicos. São, pois, a etnografia e a percepção ambiental métodos pertinentes para o estudo do fenômeno em foco neste trabalho.

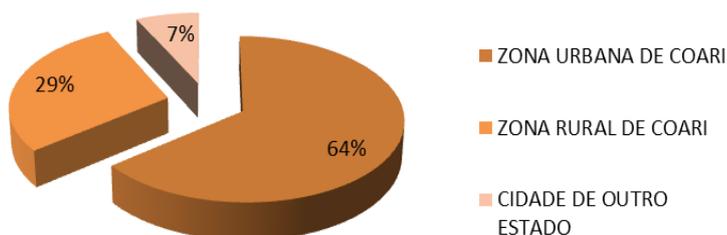
Figura 15: Caracterização da orla de Coari



Antes de qualquer tentativa descritiva etnográfica fina ou densa, deve-se tentar revelar e entender as origens de determinada população que se propõe a estudar, assim como a forma como se organiza seu núcleo familiar para que se tenha uma melhor lucidez interpretativa e analítica de um determinado fenômeno social.

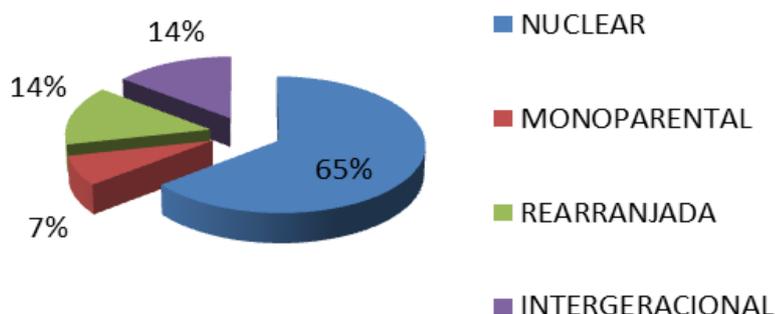
A figura abaixo revela que o responsável da maioria das famílias da orla central de Coari é proveniente da zona urbana de Coari (64%). Em segundo lugar figuram aqueles que vieram da zona rural da cidade com 29%, e de outros Estados da federação 7%. No acumulativo, temos 93% de pessoas da própria cidade de Coari (perímetro urbano ou rural).

Figura 16: Origem do chefe de família zona urbana de Coari-AM



A partir das informações dispostas na figura abaixo, pode-se dizer que a maioria das famílias (65%) é do tipo tradicional, isto é, nucleares, compostas por 2 parentes principais, sendo pai, mãe e filho (s), obrigatoriamente. As demais opções familiares, intergeracional, que são aquelas compostas por membros de diversas gerações, reconfigurada e monoparental se apresentam quantitativos inferiores ao tipo nuclear.

Figura 17: Configuração familiar orla de Coari



Entender a configuração familiar é importante uma vez que a partir de sua conformação pode-se apontar situações de maior ou menor vulnerabilidade socioeconômica ou mesmo condições de pobreza humana, conforme apontado por Vitale (2002), quando afirma que as famílias monoparentais estão associadas geralmente não apenas ao gênero feminino, mas também à noção de pobreza se comparadas a outras configurações familiares.

Esse fato, talvez, se dê em razão de que quando as amplas responsabilidades recaem sobre um único indivíduo ou chefe familiar as condições de vida do grupo humano sejam mais suscetíveis aos percalços e precariedades da vida em sociedade.

Para este estudo, elegeu-se cinco dimensões da sustentabilidade: social, ambiental, cultural, político-institucional e econômico e seus respectivos campos (saúde, educação e habitação; saneamento e recursos; incentivo e participação; organização social e informação; renda, energia e atividade produtiva).

1) Dimensão social

a) Saúde

Para o Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde é entendida como um direito do cidadão e dever do Estado. Tal fundamento encontra abrigo na Carta Magna de 1988 e na Lei 8.080/1990. Além disso, o SUS compreende a saúde como um conceito ampliado,

considerando-se a promoção, proteção e a recuperação da saúde. A saúde é influenciada pela configuração ambiental, da interação sociedade e natureza, da base de tecnologia dos processos de trabalho e das condições de vida. Estas condições de existência referem-se ao modelo de cidadania: acessibilidade à habitação, educação, emprego/salário e perfil de consumo (COUTO, 1999).

A inserção da categoria cidadania nos debates e discussões atuais sobre a sustentabilidade recebe central importância sociopolítica haja vista que se vivencia no contexto atual um panorama de retirada de direitos historicamente conquistados pelas classes subalternizadas, possibilitando a indicação de tendências ao aprofundamento das desigualdades sociais em todos os níveis e outras formas de precarização humana. O aparelho estatal se apresenta cada vez mais mínimo para os interesses dos trabalhadores e classes empobrecidas e, contraditoriamente, maximiza suas ações no sentido de atenção aos interesses do mercado hegemônico. Por isso, a cidadania representa um campo de luta de projetos políticos antagônicos entre as classes societárias, para obtenção da hegemonia e prevalência sobre o corpo da sociedade (CAVALCANTE, 2005).

Nessa racionalização, temos o eloquente discurso de Santos, (1997, p. 244) ao discorrer sobre o processo evolutivo da cidadania, afirma que esta

[...] é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Os direitos cívicos correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania; são os mais universais em termos de base social que atingem e apoiam-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplica. Os direitos políticos são mais tardios e de universalização mais difícil e traduzem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos em geral. Por último, os direitos sociais só se desenvolvem no nosso século e, com plenitude, depois da Segunda Guerra Mundial; têm como referência social as classes trabalhadoras e são aplicados através de múltiplas instituições que, no conjunto, constituem o Estado-Providência.

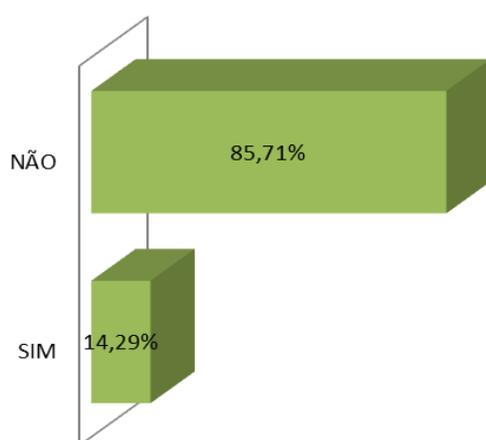
Por esta razão, pode-se afirmar que a cidadania é um constructo social, cuja ampliação ou redução inscreve no conjunto de lutas pelos diferentes grupos com intuito de assegurar seus interesses quer no campo político, social, econômico e ambiental.

A pesquisa de campo permitiu afirmar que 100% dos sujeitos possuem conhecimento sobre a existência de Unidade Básica de Saúde (UBS) próxima às suas casas. Porém, apesar desse indicativo positivo, 85,71% alegam não receber visita de agente de saúde, médico ou enfermeiro da família do Programa de Saúde da Família (PSF), e apenas 14,29% alegam

receber visita de profissionais de saúde em sua residência, de acordo com a figura 18. Tal situação pode indicar uma falha no acesso a essas populações a esses serviços de atenção básica de saúde.

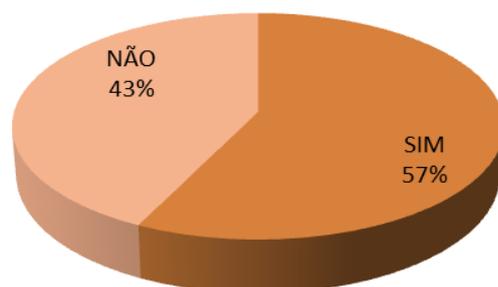
Mesmo que as condições de vida e de saúde tenham apresentado melhoras significativas (sustentadas e contínuas) em parte majoritária dos países, em razão dos progressos políticos, econômicos, sociais e ecológicos, assim como pelos avanços na área da saúde pública e na medicina no último século, é consenso persistir ainda profundas desigualdades nas condições existenciais de vida e saúde entre os países, dentro destes, entre regiões e segmentos sociais (BUSS, 2000) e o exemplo amazônico confirma essa condição.

Figura 18: Visita de agente de saúde, médico ou enfermeiro da família

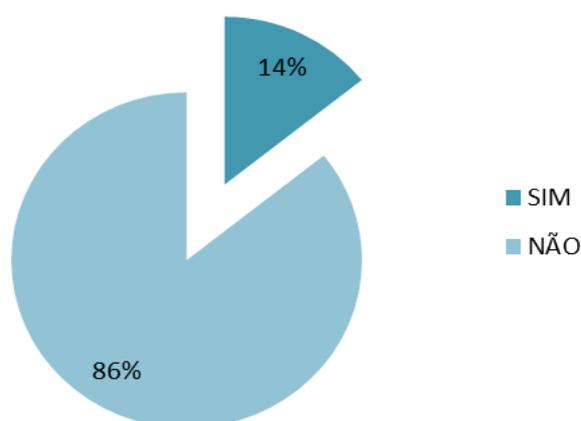


As condições de saúde na Amazônia em razão em grande parte da ausência do Estado e/ou da falibilidade acerca de suas políticas universais de saúde tem repercutido incisivamente sobre a qualidade de vida das populações. Não apenas isto, mas as condições econômicas, políticas, sociais e culturais também concorrem para que a qualidade de vida por meio da promoção da saúde sejam ainda um aspecto obscuro na história das populações amazônicas.

A figura 19 aponta que para 57% dos pesquisados existem campanhas de prevenção e combate a doenças e para 43% não existem tais empreitadas ou não têm acesso ou conhecimento sobre tais atividades. Este último percentual mostra um quantitativo significativo de pessoas excluídas das ações preventivas e de combates a doenças no perímetro urbano pesquisado.

Figura 19: Existência de campanha prevenção/combate a doenças

É, todavia, em relação a atitudes preventivas de saúde que temos outro dado alarmante (figura 20): 86% das famílias não procuram os serviços médicos anteriormente à manifestação sintomática de alguma doença, apenas o fazem quando surge um problema manifesto.

Figura 20: Consulta médica preventiva

Vale lembrar o que destacou Confalonieri (2005, p. 233), referindo-se às particularidades amazônicas quando se pretende trabalhar a saúde regional

O espaço Amazônico, formado pelas interações sociedade-ecossistemas apresenta, sob o ponto de vista epidemiológico, características diferenciadas em relação ao restante do país. Essa diferenciação é dada tanto pela base ecológica natural como pelas formas de sua ocupação e exploração.

A saúde deveria estar na pauta central de todo grande projeto de desenvolvimento implementado na Amazônia. O caso da Petrobras em Coari e todos os incrementos financeiros injetados na cidade não conseguiram melhorar significativamente os serviços de atenção básica de saúde e de média complexidade, nem tampouco proveu condições de acessibilidade a tais serviços, conforme indicado nas figuras acima.

O resumo da saúde revela que apesar de 100% dos sujeitos abordados terem conhecimento da existência das UBS's, mais de 85% não recebem visita de agente de saúde,

médico ou enfermeiro da família em suas casas. Do total, 43%, um número significativo não têm acesso a campanhas de prevenção-combate a doenças e 86% não procuram um médico ou serviços de saúde preventivamente. O que dá a entender que o acesso a serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde não estão nada promissoras em Coari.

b) Educação

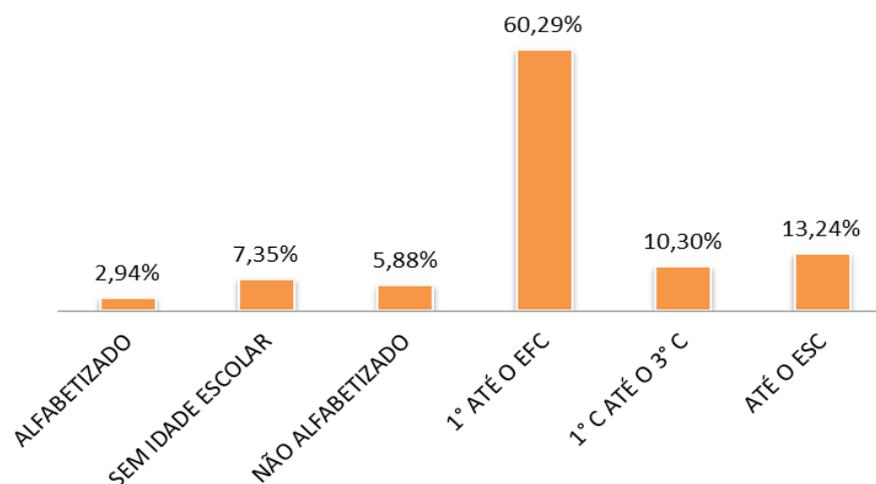
O texto constitucional de 1988, em seu artigo 205 e o artigo 208, parágrafo 1º, defende que a educação é um direito fundamental, de natureza de direito público subjetivo: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” e completa “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (DELEVATTI, 2006).

A educação básica, portanto, “Como direito, ela significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural” (CURY, 2008, p. 294).

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão *historicamente* porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 2000, pp. 50-51, grifo do autor).

A escolarização urbana mostra as seguintes informações:

O demonstrativo da figura abaixo aponta situações de baixo nível de escolaridade: 1) 60,29% até o Ensino Fundamental Completo; 2) 13,24% têm cursos superiores concluídos; e 3) 10,29% possuem até o Terceiro Colegial Completo.

Figura 21: Nível de escolaridade das famílias da orla central de Coari

Dessa forma, as 4 maiores percentagens de escolaridade contidas nos 60,29% tem até o ensino fundamental: a maioria possui a 4ª. série do ensino fundamental (13,24%), seguido por 11,76% com a 5ª. série, 10,29% com a 2ª série e, por último, 8,82% tem a 7ª série.

A educação não representa apenas um direito. Ela representa um instrumento imprescindível de inclusão social e de desenvolvimento da nação. Portanto, ela precisa ser moldada para que alcance uma caracterização capaz de prover uma finalidade de realizar a sua função social e valor. Do contrário, poderá ser inútil e até pernicioso para o Estado. O direito à educação básica (educação infantil e ensinos fundamental e médio) se inscreve como um direito fundamental, com amoldamentos de natureza profunda, capazes de instituir oportunidades aos que dele dispõem e tem acesso (DELEVATTI, 2006).

O não acesso a esse direito representa uma das formas mais cruéis e ignóbeis de desigualdade social, de oportunidades de trabalho decente, de crescimento e realização pessoal, pode significar às vezes até um dano irreparável, assim como privar de uma vida digna em sociedade.

c) Habitação

A habitação entendida como questão social nasce no Brasil em fins do Século XIX com o crescimento urbano maciço (MARICATO, 1997). Em Coari a problemática habitacional surge com a gênese das atividades petrolíferas, quando houve um incremento populacional de diversas partes do Brasil e ainda de ribeirinhos que migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Uma parte, em função do processo especulativo da

terra e do aumento do custo de vida, foi ocupar os bairros periféricos sem infraestrutura básica, e outra se dirigiu às áreas da orla fluvial, instalando-se em residências flutuantes.

A habitação representa na maioria das vezes o maior patrimônio material que uma família pode ter. Ela supre uma necessidade de abrigo que se inicia no momento de gestação quando o homem encontra o primeiro lar, o útero materno. Após o nascimento, todo homem necessita de um abrigo maior a fim de comportar-se a si e sua família, prover-lhe segurança e conforto e bem-estar humano, que é uma habitação. Na Amazônia, existem peculiaridades habitacionais interessantes que necessitam ser consideradas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal no processo de formação de políticas públicas, de modo a valorizar os aspectos culturais e as formas de vida do ser regional.

O direito à moradia corresponde a um direito humano básico e recebe singular relevância quando se quer trabalhar as condições de vida de populações em espaço urbano, especialmente as de menor poder aquisitivo. A habitação deve prover segurança e condições de sobrevivência digna, não podendo o direito à habitação realizar-se de maneira fragmentária ou incompleta (SANTOS, 1998).

Figura 22: Casas flutuantes da orla coariense, toca tanto à sazonalidade como a cultura ribeirinha



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Em relação ao acesso à moradia própria, 93% possui casa própria e apenas 7% não possuem casa própria, mas cedida. Porém, analisar as condições de habitabilidade requer ultrapassar o estreitismo da casa própria ou não. Importa verificar a relação quantidade de

pessoas por domicílio x quantidade de cômodos, bem como as estruturas físicas das casas a fim de se verificar alguma forma de vulnerabilidade socioambiental.

Os moradores da orla de Coari, particularmente, os situados em casas flutuantes (Figura 22) estão inseridos num grupo social que em sua maioria não dispõem de condições materiais para adquirir uma residência na terra firme da cidade. As casas, cuja sustentação são as toras grossas de madeira conhecida como açacu, não garantem segurança devida aos seus habitantes, pois ficam sujeitos às oscilações de ondas hídricas causadas por lanchas e grandes embarcações e demais danos temporais, sem falar no desgaste e depreciação natural, que é mais célere que outras estruturas. Portanto, não seria coerente afirmar que se a maioria das pessoas tem casa própria logo a questão habitacional está muito boa na cidade.

O ato de habitar, como essência, possui configurações variadas dependendo das formas de expressão das demandas por moradia e a atenção dessas necessidades por diferentes grupos humanos; o território onde ela se dá (urbano ou rural); e, por fim, o fenômeno da segregação espacial. Pode-se identificar as diversificações habitacionais num mesmo espaço: onde se vê bairros nobres, dotados de excelente infraestrutura urbana, convivendo com grandes favelas carregadas de submoradias com precárias condições de saneamento básico, infraestrutura, serviços coletivos e outros bens sociais. As situações aqui expostas explicitam que os antagonismos são constructos e determinados, principalmente, pelas situações socioeconômicas dos segmentos humanos que habitam os espaços e pela capacidade ou incapacidade de custear a moradia nos espaços urbanos (SANTOS, 1998).

A figura 23 trata do discurso imagético referente à percepção da ótica e do lugar e de fatores fundados na topofilia do ribeirão da orla coariense, sendo, pois, processos construídos historicamente na interação ser amazônico e entorno ecológica, numa relação de complementaridade ambiental e cultural.

Figura 23: Mapa mental orla central de Coari, representação imagética do território ocupado



Fonte: A.N. S, 16 anos (construído sob consulta e orientação dos pais)

O fenômeno de favelização flutuante é uma das manifestações da questão social em Coari, pois em face do alto custo de vida e do processo especulativo da terra, torna-se de difícil a aquisição de habitações aos moradores da orla para fixarem-se em espaços citadinos de terra firme.

Não lhes restando outra opção de moradia (são empurrados coercitivamente para o único lugar que lhes resta como opção e que não sejam obrigados a desembolsar nenhum valor do qual não dispõem), a orla flutuante da cidade. Apesar de que o alto custo que pagam seja a perda da qualidade de vida, falta de segurança e oscilações geográfico-espaciais diante das fases do ciclo hidrológico (ora estando mais perto da cidade, ora mais distantes) e outras formas de vulnerabilidade socioambiental.

A iconografia 24 revela famílias do tipo nuclear e intergeracional. As suas residências, geralmente, são muito pequenas e com pouca ou nenhuma segurança à família. A estrutura frágil das casas flutuantes de madeira, corrompida pelo tempo e pelas ações naturais, coloca em risco a saúde, a privacidade e as condições de vida dessas famílias. A maioria das casas flutuantes de orla central de Coari apresenta grande depreciação de sua estrutura, não possui sistema de coleta de resíduos sólidos, nenhuma casa possui sistema de esgoto ou destinação adequada de rejeitos humanos (tudo é lançado no rio ao redor da casa, conforme figuras B e B1 mostram os banheiros externos) e nem abastecimento público de água para consumo.

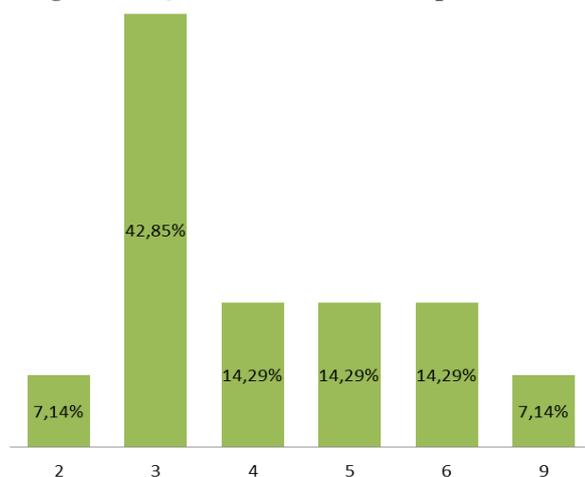
Figura 24: Casas moradores flutuantes (montagem em mosaico)



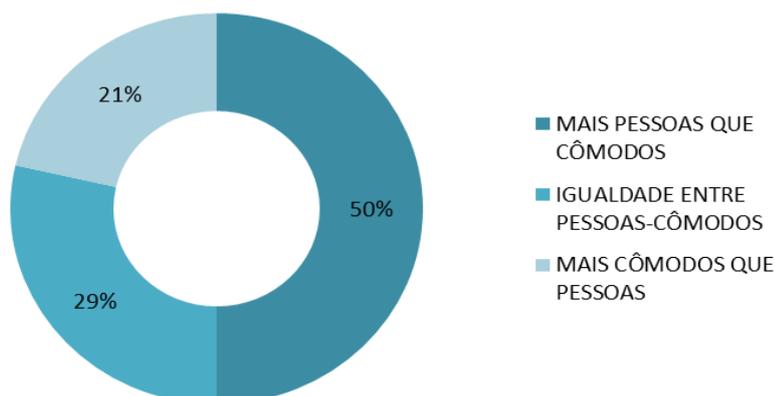
Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Diante da insuficiência de obras públicas e da quase completa ausência estatal pertinente à política habitacional, as sujeitos sociais vão ocupar normalmente os bairros periféricos ou áreas invadidas sem infraestrutura necessária, alojando-se em casebres insalubres, infectos e impróprios para moradia humana, explicitada pelas diversas manifestações da questão social, o que representa um verdadeiro desafio para as Políticas Públicas.

Quanto à quantidade de cômodos por domicílio (Figura 25), a pesquisa revelou: a maioria das pessoas pesquisadas, 42,85%, possui 3 cômodos em suas residências; 14,29% para cada uma das casas com 4, 5 e 6 cômodos, e por último 7,14% para cada uma das casas com 2 e 9 cômodos. Para fins deste trabalho, apreende-se por cômodo todo compartimento, coberto por algum teto e isolado por paredes, e que seja parte constituinte do domicílio particular permanente (não sendo considerado corredor, alpendre, varanda aberta, garagem, depósito e outros compartimentos ou ambientes utilizados para fins não-residenciais).

Figura 25: Quantidade de cômodos por domicílio (%)

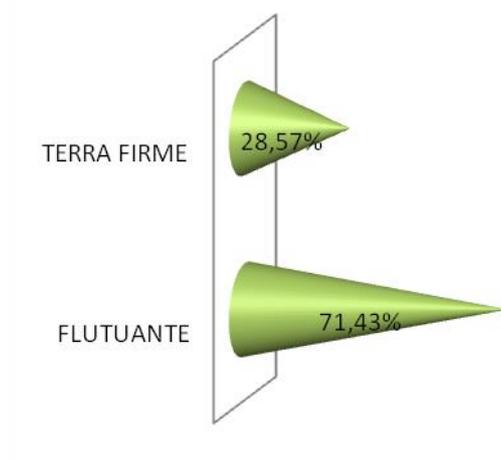
Todavia, quando se faz a relação pessoas-cômodos temos o seguinte dado (Figura 26): 50% dos domicílios têm mais pessoas que cômodos disponíveis; 29% têm o mesmo quantitativo pessoas-cômodos; e 21% têm em suas residências número de cômodos superior à quantidade de pessoas. Isso demonstra que há um *déficit* de cômodos por pessoas, de modo a repercutir sobre a qualidade de vida, a privacidade e condições de saúde e conforto dessas populações.

Figura 26: Relação pessoas-cômodos por domicílio

Quanto ao local sobre o qual foram erigidas as casas (Figura 27), 71,43% das famílias estudadas possuem suas casas erigidas sob base flutuante e 28,57% tem suas casas construídas em terra firme. Quanto ao primeiro segmento, por estarem em território hídrico estão sujeitos às oscilações de seca e cheia, assim como suscetíveis a intervenções governamentais de segregação sócio-espacial como ocorreu há alguns quando foram coercitivamente removidos

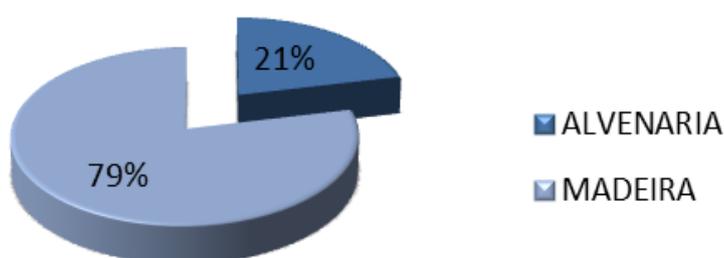
para a orla do bairro do Pêra e outro grupo de pessoas para a Costa da Santa Rosa, forçando-os desterritorialização e reterritorialização, perda de vínculos de vizinhança e alteração no *habitus* e da topofilia.

Figura 27: Base da casa dos moradores da orla de Coari



Quanto à estrutura das casas, 79% construíram suas casas toda em madeira e 21% o fizeram de alvenaria (Figura 28). Embora as condições históricas e térmicas regionais apontem para a escolha da casa de madeira como mais agradável e mais acessível em face da abundância de recursos madeireiros, em algumas condições como em ambientes fluviais, as casas flutuantes apresentam algumas desvantagens e vulnerabilidades ambientais.

Figura 28: Estrutura da casa



A questão habitacional, para além de constituir uma necessidade humana e se relacionar com o déficit, está configurada como fator de desigualdade social fundada nas relações sociais desniveladas estabelecidas na sociedade capitalista. A problemática da moradia, ao ser orientada pelas leis de mercado, entra em choque com a condição de cidadania desse direito, como abrigo e reclamos humanos por melhores condições de vida na cidade, tanto no nível infraestrutural e serviços como pela democratização e direito aos espaços urbanos (SANTOS, 1998).

Sobre essa questão inquietante, Kitamura (1994, p. 63) nos presenteia com a seguinte afirmação a respeito dos ambientes citadinos amazônicos

[...] nas áreas urbanas da Amazônia, dado o processo especulativo da terra, os pobres são alijados para as áreas periféricas, de condições naturais mais frágeis (áreas inundáveis, baixadas, ou próximas a área industrial, ou ainda sujeitas a todo tipo de contaminação: depósito de lixo doméstico, industrial ou mesmo de resíduos perigosos), ou ainda áreas com riscos de eventos e acidentes, desprezadas pelas classes mais ricas.

Referindo-se às péssimas condições de habitabilidade e de saúde nas grandes cidades amazônicas e nos pequenos núcleos de fronteiras, cerca de 60% a 80% da expansão urbana na Amazônia se dá em favelas desprovidas de saneamento e de meios de transporte. As moradias geralmente não dispõem de infraestrutura urbana, sistemas de saúde, educação, lazer (BROWDER e GODFREY, 2006). O caso da favelização na orla de Coari (e não apenas na orla central) corrobora essa afirmativa e inscreve uma nova modalidade de segregação socioespacial de populações amazônicas.

A figura 29 da orla da cidade revela que não havia tantas casas flutuantes como atualmente, assim como não existiam tantos resíduos sólidos poluindo o sistema ambiente e presença de vegetação aquático no local, o que a nosso ver surgiram com o crescimento populacional e aumento de consumo de recursos ambientais e industrializados e atração de pessoas à cidade em face da era do petróleo e do gás natural.

Figura 29: Iconografia antiga da orla de Coari



Fonte: autor desconhecido

Não se está afirmando que a história social e econômica de Coari é desprovida de dialeticidade própria, mas como as atividades do petróleo e do gás interferiram no interior das dinâmicas locais, alterando significativamente aspectos da vida cotidiana no território urbano.

2) Dimensão ambiental

a) Saneamento

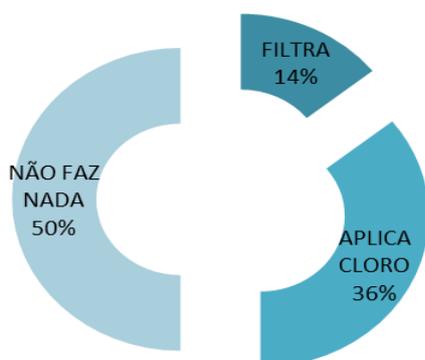
No que se refere ao saneamento, a população mostrou ampla preferência por água oriunda de poço artesiano, especialmente para consumo próprio (beber e cozinhar): parte preponderante das famílias disseram que abastecem suas casas com água para consumo provenientes de poço artesiano (85,71%) e apenas 14,29% disseram consumirem água de origem pública, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2: Formas de abastecimento de água por domicílio (%).

FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	N.º	%
Rede de abastecimento público	2	14,29
Poço artesiano	12	85,71
Total	14	100%

Sobre o tratamento da água para consumo, 50% disseram não fazer nada, 36% afirmaram aplicar somente cloro, sendo ambos os procedimentos inadequados para a saúde e tão-somente 14% alegaram filtrar a água antes de consumi-la, como explicita a figura abaixo.

Figura 30: Tratamento água para consumo humano

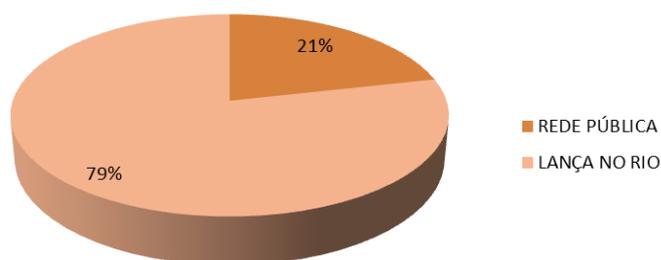


Cumprе destacar e desmistificar o equívoco discurso de que na Amazônia Legal a

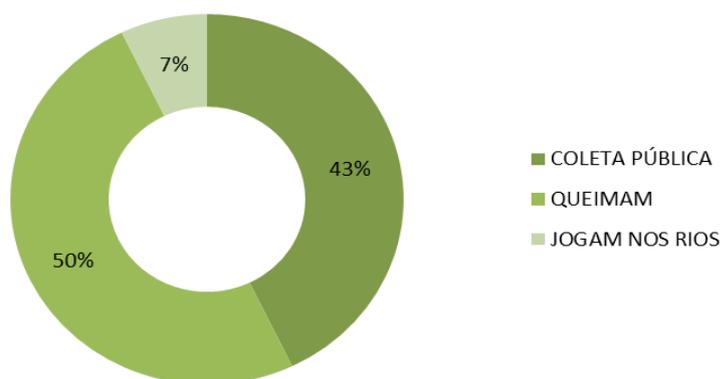
imensidão e abundância de recursos hídricos por si só supre as necessidades básicas por água potável para consumo humano. Pelo contrário, quando se põe a disponibilidade de recursos hídricos sob o enfoque de qualidade para consumo e atenção a necessidades humanas diárias, temos um estado de escassez. Além disso, é preciso abordagens adequadas para gestão de recursos hídricos e ações de saneamento básico para a Amazônia que melhorem a qualidade de vida e a saúde pública atentas a processos de estudos complexos envolvendo aspectos ambientais e socioculturais e promova a participação das sociedades interessadas, observando as particularidades locais e concorrendo para a adesão aos sistemas de saneamento e, por conseguinte, construindo a sustentabilidade humana (GIATTI e CUTOLO, 2012).

Quanto ao destino dos dejetos humanos (Figura 31), segmento majoritário, 79%, afirmou lançar diretamente nos rios e 21% disse usar a rede pública de esgotamento. Porém, se considerarmos que em Coari não existe estação de tratamento de esgotos a situação fica mais preocupante. Isto é, 100% dos sujeitos pesquisados lançam os dejetos e rejeitos humanos nos rios ou igarapés.

Figura 31: Destino dejetos humanos



No que se refere ao destino dos resíduos sólidos (lixo residencial), 50% disseram que queimam, 43% disseram destinar à coleta pública e 7% jogam nos rios, conforme consta na figura 32. A partir dessas informações pode-se dizer que existe um problema sério em relação à destinação dos resíduos sólidos produzidos na cidade, pois a queima de lixo promove a emissão de gases poluentes na atmosfera e o lançamento nos rios, além de promover a poluição e contaminação dos recursos hídricos, prejudica todas as formas de vida cujo *habitat* é a água e o solo.

Figura 32: Destino dos resíduos sólidos

[...] Para mim, era para ter um coletor de lixo na água, porque aí a pessoa pegava, juntava e colocava na sacola e para ter aquele horário. Muitas vezes as pessoas querem jogar na rua, mas não tem transporte para deixar lá na beira, não tem canoa, às vezes a canoa está ocupada e aí joga no rio mesmo. Para mim, tinha de melhorar nesse sentido, ter um lugar para jogar o lixo para não ter de jogar no rio, para não poluir. Pra mim tinha de melhorar nesse sentido, de ter um lugar pra juntar o lixo para não ter de jogar no rio, para não poluir (S. C. P., 35 anos).

O relato acima revela um anseio alternativo para coleta de lixo nas casas flutuantes. Embora 50% dos entrevistados tenham dito que queimam os lixos, 43% são recolhidos pela coleta pública e 7% lançam nos rios, a percepção visual mostra outra realidade. O significativo montante de lixo presente na área hídrica mostra que é lançado muito lixo nas águas com prejuízos tanto no nível social quanto ambiental.

Sobre essa questão, Prestes (2011), a partir de informações recentes divulgadas pelo IBGE sobre o saneamento básico no Amazonas, informa que 51 dos 61 municípios do Estado não dispõem de esgotamento sanitário. Isto representa 83% das cidades amazonenses. Outro ponto de carência refere-se à privação de acesso à água tratada, em que apenas 38 municípios do interior possuem esse serviço e em 39% dos municípios não realizam esse tratamento. Daqueles municípios onde há tratamento, apenas 7 em todo Estado realizam tratamento adequado para consumo (Autazes, Benjamin Constant, Careiro da Várzea, Lábrea, Manacapuru, Tabatinga e Manaus), os demais 31 municípios o fazem com apenas aplicação de cloro, o que não é adequado. Sem considerar os outros 24 municípios que não fazem tratamento algum na água de suas populações.³⁵

Essas carências de saneamento básico podem provocar dermatoses, verminoses e

³⁵Mello (2006, p. 51) referindo a informações atuais no nível nacional, afirma que a “coleta e a disposição de esgotos [...] cobrem apenas 15% da população urbana [...]”. Avançando-se para os sistemas de tratamento de esgotos, os dados são mais alarmantes, decrescem para apenas 8%.

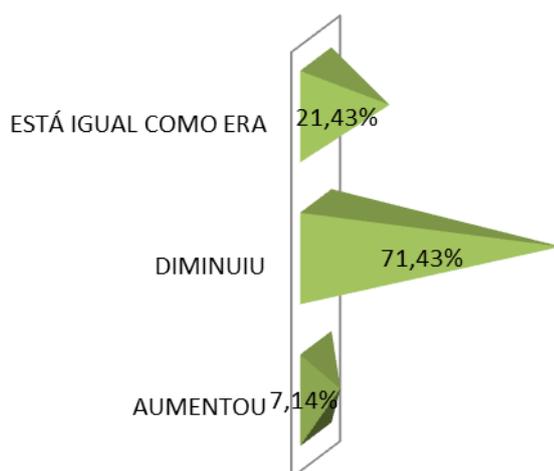
outras doenças como a hepatite A, o que representa um problema de saúde pública, com fortes rebatimentos sobre a qualidade e condições de vida das populações de Coari.

b) Recursos ambientais

Pertinente aos recursos ambientais (Figura 33), 71,43% afirmaram que o acesso aos recursos da natureza diminuiu, 7,14% disseram que aumentou e 21,43% alegaram que não mudou nada quanto ao acesso aos recursos ambientais.

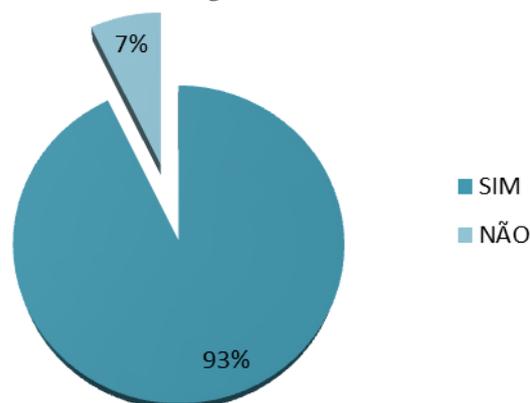
As duas principais causas de empecilho para a acessibilidade aos recursos ambientais devem-se a fatores socioeconômicos e ambientais, respectivamente. Quanto ao primeiro, alude aos altos custos dos recursos ambientais para sua aquisição e o segundo toca às cheias que tem sido muito frequentes e por isso mesmo devastadoras para as plantações rurais e a produção vegetal, dificultando, dessa forma, a acessibilidade de tais recursos.

Figura 33: Acesso aos recursos ecológicos



Para as populações amazônicas, cuja aproximação direta com os recursos ambientais representa o principal meio de reprodução da vida material e simbólica, o não acesso ou condições de impedimento a esses recursos por quaisquer causas econômicas, sociais, políticas e/ou ambientais os coloca em situação de privação de atenção de suas necessidades.

Quando perguntados sobre a existência de algum recurso ambiental que, na sua percepção, ficou mais escasso, 93% disseram sim e apenas 7% não haver alteração alguma quanto a isso, de acordo com a Figura 34.

Figura 34: Escassez de algum recurso ambiental

Dos que disseram sim, a maioria dos informantes indicou o recurso ambiental de maior escassez sendo o peixe, devido à pesca predatória e inadequada, em segundo lugar ficou a banana, devido ao alto custo de venda desse produto agrícola e por último a farinha de mandioca, em função do alto custo para sua aquisição e a castanha da Amazônia, produto extrativo. A frequência das menções dos recursos supera o número de pesquisados em virtude de que estes citaram mais de um recurso ambiental, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Recurso de maior escassez segundo a percepção dos informantes

RECURSOS AMBIENTAIS	N.º	%
Peixe	9	56,25
Banana	3	18,75
Farinha de mandioca	2	12,50
Castanha da Amazônia	2	12,50
Total	16	100%

Sabe-se que com o incremento populacional cresceu também a pressão humana sobre os recursos ambientais, uma vez que a reprodução material da sociedade só é possível mediante a exploração de recursos ecológicos. A racionalidade econômica que dá tom às práticas pesqueiras nos territórios da cidade tem concorrido para que esses recursos tenham seus estoques diminuídos a cada ano. Não só isso, mas as frequentes cheias tem também devastado sobremaneira as produções agrícolas das populações rurais em Coari, especialmente nas várzeas.

Além disso, por se tratar de um dos últimos Eldorados de recursos ambientais do

mundo (BECKER, 2005) a Amazônia tem sido alvo de fortes empreitadas de exploração ecológica e Coari não está isenta dessa realidade.

3) Dimensão cultural

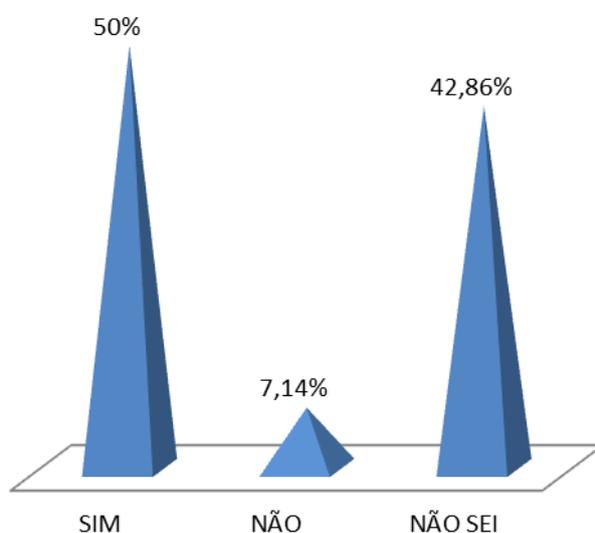
a) Incentivo

A noção da cultura é intrínseca à reflexão das ciências sociais. O ser humano é essencialmente um ser dotado de cultura. A natureza humana, nesse sentido, é decodificada pela cultura. Nenhum aspecto da vida humana é unicamente natural. Nem mesmo as funções vinculadas a necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual, dentre outros, deixam de ser informados pela cultura (CUCHE, 2002).

As referências à depleção humana na modernidade normalmente se prendem a aspectos físico-ambientais, tais como a poluição do ar, dos rios e do solo, fome e pauperização material, omitindo-se os geralmente os “prejuízos” socioculturais, as interferências e alterações nas dinâmicas simbólicas e modos de vida de tradicionais operados pela epistemologia de mercado.

Dos 14 pesquisados (Figura 35), 50% disseram saber que a cidade recebe incentivo para realização de atividades simbólicas, 7,14% afirmaram que não e 42,86% disseram não saber a respeito. Ou seja, para parte significativa dos informantes, 42,86%, não dispõe de informações necessárias sobre os incentivos para realização de atividades simbólicas, o que demonstra uma fragilidade política sobre as informações para a vida cidadã.

Figura 35: Conhecimento sobre incentivo para atividades culturais

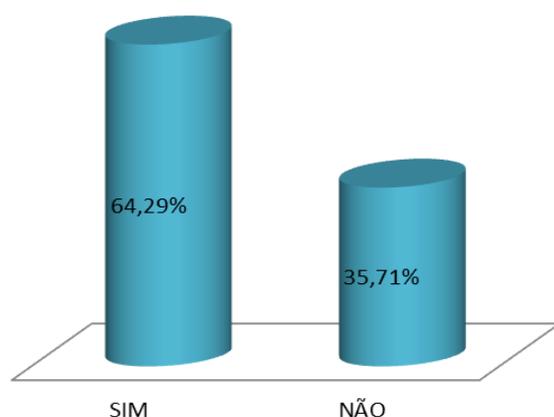


b) Participação

Se para Nascimento (2012) e Sachs (2004) a cultura constitui um pilar da sustentabilidade, sem a qual a sua consecução estará fracassada, para Leff (2005) a cultura deve ser a mediadora dos processos de desenvolvimento, em oposição aos modelos de desenvolvimento cujo mediador é o capital.

No que toca à participação ativa em atividades simbólicas na orla central da cidade, 64,29% pessoas disseram frequentar tais eventos e 35,71% disseram não fazerem isso, conforme mostra figura 36.

Figura 36: Participação em atividades culturais área urbana pesquisada



Esses demonstrativos nos permitem dizer que embora o aspecto cultural, particularmente das manifestações simbólicas, tenha recebido atenção no sentido de incentivo de algumas atividades e outras tenham caído no esquecimento (como o Festival Folclórico e a Festa de Banana), e nesse processo os sujeitos tenham passado por processo de aculturação, Coari ainda possui um nível majoritário de pessoas frequentando as manifestações simbólicas demonstrando a centralidade desse campo na vida societária.

c) Outros dados sobre as condições culturais

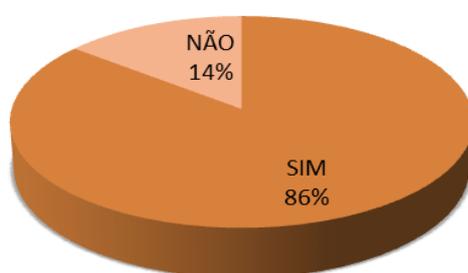
Quando questionados sobre as alterações ou mudanças de alguma manifestação cultural na cidade nos últimos 20 anos, 86% mencionaram a Festa da Banana e 14% disseram não haver tido nenhuma tradição cultural extinta, de acordo com a figura 37.

A aculturação, que seria uma fusão de diferentes culturas, de diferentes povos, que entram em contato, possibilitando uma transformação cultural (VILA NOVA, 2008) não representa um fenômeno ocasional de efeitos devastadores, mas uma das modalidades de

evolução cultural de cada sociedade. Antes, partia-se da cultura para se apreender a aculturação e hoje se faz o inverso (CUCHE, 2002).

Não existe cultura em “estado puro” (ou cultura mestiça), ou seja, que não tenha sido influenciada externamente. Toda cultura, em contato com outra, passa necessariamente por processos de desestruturação e posteriormente reestruturação, como condição do próprio princípio evolutivo de todo sistema cultural. Toda cultura apresenta dinamicidade processual de construção, desconstrução e reconstrução (CUCHE, 2002).

Figura 37: Extinção de manifestação simbólica



A cultura, portanto, não se apresenta imutável ou estática: podendo sofrer alterações por razões exógenas ou endógenas. Segundo Lakatos e Marconi (2009), o aumento ou diminuição de populações; migrações; contato entre povos de culturas diferentes; inovações científicas e tecnológicas; catástrofes (perda de safra, guerras, epidemias); crises econômicas; descobertas fortuitas; regimes políticos; e outros motivos podem implicar marcantes mudanças culturais.

Para os autores, a mudança cultural é qualquer modificação na cultura, quer em traços, complexos, paradigmas ou toda uma cultura, podendo se dá com maior ou menor facilidade devido à resistência ou aceitação, quer por fatores internos (descoberta, invenção, fome, crises, etc) ou externos (difusão cultural) ao grupo social.

Não foi somente a Festa de Banana que sofreu marcantes impactos, mas o festival folclórico de Coari também, uma vez que foi suprimido das manifestações imateriais da cidade desde o começo da década de 1990.

O enfraquecimento das estruturas de manifestações simbólicas em Coari se revelaram [...] na descontinuidade do Festival Folclórico que teve seu último evento (XVIII Festival Folclórico de Coari) em 1993, incluindo o declínio de uma das mais belas expressões culturais do município: a sistemática disputa entre os bois bumbás

adultos e mirins, e variadas danças e quadrilhas. Bem como a descontinuidade da festa da banana [...] (SOLER, 2009, p. 20).

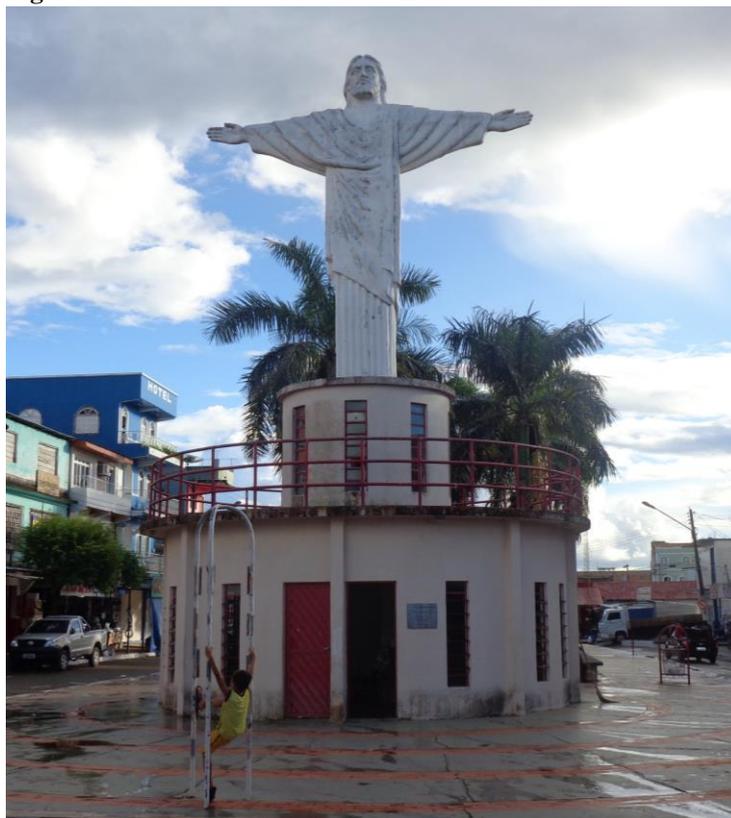
As miríades de informações e propostas ideopolíticas e socioeconômicas injetadas na cidade de Coari e da não realização do festival folclórico e da festa da banana, mas em sua substituição a promoção da festa do petróleo e gás natural, pode ser entendida como a negação da história cultural da cidade e aceitação de uma racionalidade moderna fundada em valores globais, mas que deslocam os povos no tempo e no espaço, pois interferem na forma organizativa e no ordenamento sociocultural e na própria forma de vivência do homem coariense.

O percentual acima explicita que a festa da banana extinta há mais de uma década ainda persiste no imaginário social como uma manifestação simbólica capaz de representar dano às estruturas imateriais na cidade. A antes conhecida “Festa da Banana”, símbolo cultural de louvor à relação do camponês com a terra e de grande relevância econômica local, fora esquecida não havendo nos últimos 12 anos nenhuma prática cultural referente a ela. Incorrendo também uma mudança de prática econômico-cultural na cidade, isto é, dano ao patrimônio cultural da cidade – quer no perímetro urbano ou rural.

Há várias décadas foi erigida na praça central da cidade de Coari uma estátua do “Cristo Redentor”, símbolo do líder maior da religião cristã, numa clara evidência oriunda do processo colonizador instaurado na cidade pela igreja católica. Esta estátua fora trazida à cidade como uma réplica do “Cristo Redentor” presente na cidade do Rio de Janeiro, conhecida também pelo nome de “cidade maravilhosa”, no Estado do Rio de Janeiro. Em outros termos, além da simbologia eclesiástica que lhe é peculiar, buscou-se com isso “clonar” uma realidade estranha à dinâmica local, a fim de tornar Coari uma “cidade maravilhosa” e abençoada.

Além disso, esse processo evidencia como a perversa colonização histórica europeia dentro de uma lógica econômica, política, cultural, social e ambiental (pois visava se apropriar também das riquezas ecológicas da região), que trazia de um lado da mão a cruz e de outro a espada e, dessa forma, significativas populações ameríndias Omáguas foram extintas da região de Coari, nas primeiras décadas do Século XVIII, como bem lembra Witkoski (2010), ainda persiste nas dinâmicas socioculturais da cidade.

Figura 38: Estátua do Cristo Redentor de Coari



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

É, porém, a partir do início do empreendimento do petróleo e gás natural em Coari, que se iniciou a propagação de outra ideologia alicerçada em valores de mercado – uma sociedade que deveria adotar não mais o modo de vida tipicamente de cidade tradicional amazônica, mas adotar um modo de vida, racionalidade e outro desenvolvimento onde a riqueza do “ouro negro” seria a força motriz que impulsiona a sociedade local.

Os valores simbólicos e ideológicos então injetados em Coari, permeados de ressignificações distintas da simbologia cristã citada anteriormente, estão presentes numa centralidade³⁶ social da cidade, a Praça Getúlio Vargas, a saber, a “Cruz do Petróleo”.

A “Cruz do Petróleo”, como ficou conhecido o monumento erguido sob a proposta da Petrobras e da Prefeitura de Coari na principal praça da cidade, substituiu os “as tábuas dos 10 mandamentos” da bíblia sagrada cristã, que foram retiradas para dar lugar ao novo símbolo econômico, político e social do petróleo. Esse fato, inclusive, causou descontentamento por parte de religiosos que não concordaram com a retirada do decálogo cristão, uma vez que isso

³⁶Para a Geografia Urbana, Cultural e Física, centralidade significa os fixos e fluxos de maior transitoriedade (tanto de pessoas que moram ou que estejam em trânsito) de uma dada vila, comunidade ou cidade. São exemplos de centralidade: feiras, mercados, igrejas, portos, dentre outros.

foi feito sem qualquer consulta à população.

Outra questão interessante alude ao fato de que numa extremidade da referida praça está o “Cristo Redentor” e noutra a “Cruz do Petróleo”, e ambos estão simetricamente alinhados, deixando a mensagem a todos que por ali passarem que as atividades do petróleo na cidade estariam abençoadas e, portanto, justificados estão os prejuízos sociais, culturais ambientais, culturais e políticos em Coari em face do novo “decálogo do petróleo”, tendo apoio formal da Petrobras e Prefeitura de Coari, conforme confirma a figura abaixo.

Figura 39: Monumento da “Cruz do Petróleo” (“Árvore de Natal”)



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A iconografia abaixo dá indícios de outra manifestação da questão social em Coari, reconhecido também como um problema de saúde pública: o etilismo crônico (conhecido também como alcoolismo). Há vários anos tem se verificado um quantitativo cada vez mais crescente de pessoas ocupando espaços públicos para se drogarem com álcool. O etilismo crônico, inclusive, hoje é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como doença, em que o álcool atua como agente causador da doença. E por serem acometidos pela doença os sujeitos vitimizados por tal “enfermidade” deveriam ter atenção dos gestores públicos para serem tratados como tal e não como pessoas em “vadiagem” ou racionalmente

dispostas ao vício. Os horários de ocupação dos “alcóolatrás” são pela manhã cedo, antes de o sol ficar muito ardente, e pela tarde, por ocasião do pôr-do-sol.

Figura 40: Monumento da “Cruz do Petróleo” e garrafa de cachaça.



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Esse problema social, de certa forma, incomoda e repercute sobre a percepção ambiental dos moradores do município, sobretudo daqueles que são da orla de terra firme. Do total de sujeitos de terra firme participantes do levantamento iconográfico, 75% mencionaram tristeza e sentimento ruim pelo fato de na Praça Getúlio Vargas estarem frequentemente grupos de alcóolatrás.

Contraditoriamente, os dizeres escritos no monumento dizem: “Equipamento que tem por finalidade permitir a produção de óleo e gás de forma segura e controlada em poços de petróleo”, não outorga a mesma segurança e controle à sociedade, uma vez que temos condições sociais e de saúde desencontradas.

Segundo Milani e Silva (2009, p.1), referindo-se ao significado, entendimento e importância da centralidade, nos esclarecem

O que define uma centralidade é o movimento pelas vias - os fluxos -, ou seja, a circulação contínua de consumidores, trabalhadores, automóveis, mercadorias,

informações e ideias; a presença desses elementos e suas dinâmicas dão função aos espaços e definem territórios.

Ora, se a cidade é um constructo social, permeado de historicidade, o seu reconhecimento deve ocorrer como condição para a prática de distintas ações socioeconômicas, que determinam os paradigmas produtivos, de circulação e de consumo nela presentes, sempre ligados à racionalidade de um determinado sistema produtivo, o capitalismo (BEZERRA e ARAÚJO, 2007), a análise acerca das centralidades ganha fundamental relevância em face das interferências forjadas nas vidas das pessoas e nas dinâmicas das cidades.

Tanto a criação da “Festa do Gás e do Petróleo”, como prática simbólica, quanto à manutenção da “Cruz do Petróleo”, numa centralidade social, refere-se a uma forma de legitimar não somente economicamente as atividades petrolíferas em Coari, mas intenciona, ainda, reafirmá-la ideológica e culturalmente por meio de uma tradição inventada oficialmente.

Aliás, essa questão fora apontada por Hobsbawm (1984), referindo-se ao contexto europeu de 30 a 40 anos precedentes à Primeira Guerra Mundial, quando afirmou que as tradições de massa inventadas podem ser de cunho oficial ou não-oficial. Para ele, as invenções distinguem-se por meio de

[...] as invenções oficiais - que podem ser chamadas de "políticas" - surgidas acima de tudo em estados ou movimentos sociais e políticos organizados, ou criadas por eles; e as não-oficiais - que podem ser denominadas "sociais" - principalmente geradas por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não eram específica ou conscientemente políticos, como os clubes e grêmios, tivessem eles ou não também funções políticas [...]. (p. 271).

Segue Hobsbawm (1984) defendendo que das duas formas de invenção das tradições, a político-formal foi a melhor sucedida, uma vez que fora feita deliberada e adotada por instituições com finalidades políticas. Tal sucesso ocorreu porque a transmissão ao público ocorreu de tal forma que pudesse ser decodificada de imediato. Em outros termos, o Estado determinava as dinâmicas de interferência nas dinâmicas das vidas das pessoas – por meio de criação de novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos e outras invenções de repercussão social.

Importante menção merece ser dado ao fato de que das três estratégias adotadas pelas instituições políticas na França, ao criarem novas tradições, conforme apontados por

Hobsbawm (1984), quais sejam, 1) a criação de um afim secular da igreja, a educação primária; 2) a invenção das cerimônias públicas; e 3) produção de massa de monumentos públicos –, duas foram implementadas em Coari, apesar das especificidades locais. A primeira, como dito anteriormente, é representada pela criação da “Festa do Gás e do Petróleo” (cerimônia pública) e a segunda pode ser entendida como o erguimento da “Cruz do Petróleo” (produção de monumento) em ambiente público, mesmo que não se tenha ocorrido em massa. Além disso, criou-se uma “Secretaria de gás e petróleo” no governo municipal, a qual até hoje não se tem uma definição clara acerca de suas atribuições no âmbito administrativo e de sua relevância social, dando indícios de que se trata mais de um cabide de empregos públicos para atender interesses de aliados políticos da administração.

As ações realizadas por meio de “tradições inventadas”, nesse contexto, não foram realizadas sem intencionalidade político-ideológico-cultural capaz de mobilizar e repercutir societalmente em amplos segmentos populacionais na cidade.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição [...]. [...] Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história (HOBSBAWM, 1984b, p. 9-10).

As análises da conjuntura societal na “cidade do petróleo” devem passar necessariamente pela questão das “tradições inventadas”, tanto por meio da “Festa da Banana” quanto pelo erguimento de outros símbolos capazes de interferir internamente no tecido social local, de modo a instaurar processos de desmantelamento de identidades culturais e de histórias de vida no contexto modernidade.

Não se pretende, de modo algum, afirmar que a história cultural humana é homogênea e desprovida de dinâmica e dialeticidade própria, mas importa o esforço de tentar evidenciar as formas como se vão engendrando as nuances e contradições no corpo social e como elas repercutem sobre os sujeitos históricos, isto é, como as estruturas estruturadas repercutem das estruturas estruturantes e vice-versa.

Apesar de a cultura ser apontada por teóricos como Sachs (2004), Leff (2000; 2001; 2005; 2006) e Nascimento (2012) como um pilar da sustentabilidade, nota-se que as

descontinuidades de diversas manifestações culturais imateriais instauraram em Coari um processo de insustentabilidade simbólicas e de fragilidade sociocultural e ambiental.

4) Dimensão político-institucional

a) Organização social

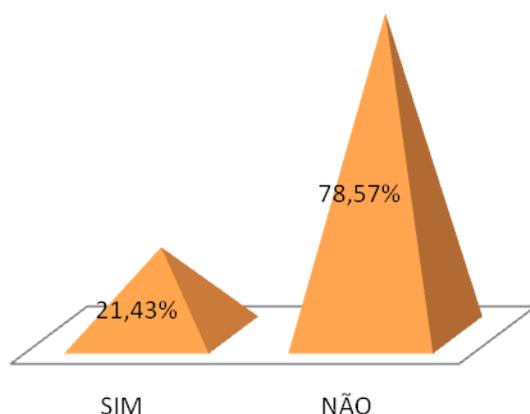
Em relação ao conhecimento de existência de organização social nas imediações do centro da cidade de Coari, 80% alegaram saber de sindicatos, associações e cooperativas e 20% disseram não ter conhecimento a respeito, de acordo com a tabela 4.

Tabela 4: Organização Social

ORGANIZAÇÃO SOCIAL	Nº.	%
Sindicato	6	30
Associação	8	40
Cooperativa	2	10
Não sei	4	20
TOTAL	20	100

Apesar do conhecimento majoritário de instituições de organização e mobilização social (Figura 41), 78,57% não participam de nenhuma instituição social e somente 21,43% são membros ativos de tais grupos sociais. O que demonstra o baixo poder de organização e mobilização desses sujeitos, dificultando a efetivação, ampliação e aquisição de direitos coletivos.

Figura 41: Participação em organização social



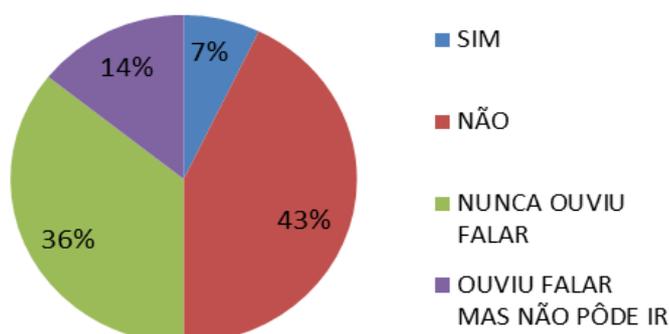
Numa sociedade que caminha para a retirada de direitos sociais, a mobilização via grupo social organizado é uma estratégia inteligente e efetiva para a ampliação e defesa de direitos sociais, políticos, ambientais, culturais e econômicos. Por outro lado, a não adesão ativa ou a falta dessas organizações numa determinada sociedade, sobretudo nas empobrecidas, como a brasileira e particularmente a coariense, constitui um fator de precarização e vulnerabilidade. A despolitização dos processos humanos contribui em grande medida para a reprodução das múltiplas condições de desigualdades.

b) Informação

Quando questionados a respeito da existência do gasoduto, 100% dos entrevistados afirmaram saber do que se trata, dando prova de como o empreendimento da Petrobras em Coari influenciou na dinâmica interna local.

No entanto, quando se menciona a participação nos processos de audiência ou consulta pública sobre o gasoduto, 43% alegam não ter participado de nenhuma dessas atividades, 36% nunca ouviram falar da ocorrência dos procedimentos obrigatórios (logo também não participaram), 14% ouviram falar, mas não puderam comparecer e apenas 7% dos entrevistados participaram das atividades em questão. No total, 93% não participaram de nenhuma das atividades sobre consulta ou audiência do gasoduto e apenas 7% foram sujeitos partícipes desse processo, como evidencia a figura 42.

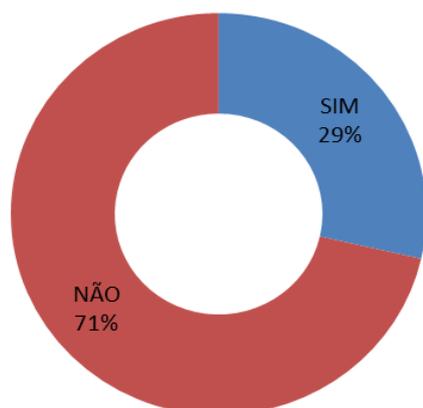
Figura 42: Participação em audiência ou consulta gasoduto



Referente à informação sobre o que vem a ser os *royalties* percebidos pela cidade de Coari, parte majoritária, 71%, disseram não saber do que se trata e 29% souberam dizer do que se trata, de acordo com figura 43. Mesmo no perímetro urbano onde os meios de

informações costumam ser mais frequentes e massivos, em Coari ampla maioria não dispõe de informações necessárias para o estabelecimento da vida cidadã, considerando-se que o conhecimento sobre os aspectos da vida social significam oportunidades de melhor inserção social assim como de exercício do controle social e democrático, evitando-se manifestações de uso indevido de recursos públicos e outras práticas lesivas para cidade.

Figura 43: Informações sobre os royalties



Que a cidade de Coari tem um alto nível de arrecadação de *royalties* isso é incontestável, mas quando a grande maioria da população não sabe o que são os *royalties* e nem tampouco qual a sua finalidade, aliado ao baixo poder mobilizatório, se torna dramática qualquer postura de controle social ou mesmo controle democrático sobre tais repasses, facilitando ações de corrupção e má gestão orçamentária.

A receita fiscal da cidade cresceu demasiado por conta dos *royalties* repassados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ao município, variando de R\$ 19.143.801,01 a 35.547.252,94, respectivamente entre 2001 e 2004 (ALENCAR, 2005). De janeiro a abril de 2011, Coari recebeu R\$ 16,3 milhões, enquanto que Manaus e Tefé, R\$ 6,27 e 1,13 milhões, respectivamente (GOMES, 2011).

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) [...] adotou novo método de cálculo de repasse das compensações financeiras pelas atividades de exploração, produção, operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural ao Estado. É uma remuneração mensal a sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não renováveis (ANP, 2007; SCHECHTMAN, 2001 apud RIVAS, MIRANDA e MOURÃO, 2011, p. 77).

Se somarmos os valores anuais repassados a Coari desde o ano de 1990 a 2012, temos lucidez da volumosa soma de recursos injetados na cidade, conforme abaixo:

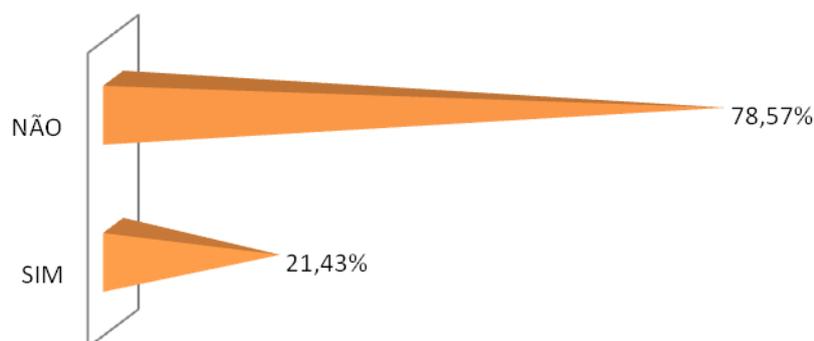
Tabela 5: Royalties repassados a Coari de 1990 a 2012 e total acumulado até dezembro de 2012 em R\$

ANO	R\$
1990	35.072,02
1991	90.071,98
1992	827.933,09
1993	868.751,55
1994	871.188,52
1995	1.428.708,77
1996	3.454.154,58
1997	7.146.859,54
1998	8.300.927,64
1999	6.460.919,75
2000	15.449.356,06
2001	19.143.801,10
2002	22.405.387,67
2003	29.018.847,10
2004	37.547.252,94
2005	46.608.715,17
2006	43.365.069,27
2007	38.845.088,10
2008	51.445.180,39
2009	39.739.769,25
2010	46.084.817,45
2011	58.079.653,42
2012	67.432.144,63
TOTAL GERAL	544.649.669,99

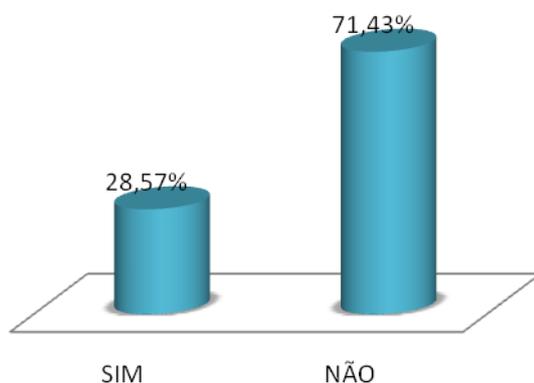
Fonte: elaboração própria a partir de dados da ANP (2013) e outros autores.

Como se verifica, os valores significativos somam mais de meio bilhão de reais em 22 anos de repasses de *royalties*. Contrastantemente, os indícios apontam para uma disparidade entre as grandes somas de recursos financeiros percebidos pela cidade e a melhora na qualidade de vida para grande parte da população. Basta uma breve visita observacional à cidade para se perceber que as disparidades entre riqueza econômica e desenvolvimento humano são realidades opostas.

Quando questionados acerca da finalidade dos *royalties* (Figura 44), 78,57% disseram não saberem e somente 21,43% afirmaram saber do que se trata.

Figura 44: Finalidade dos royalties

Segmento preponderante dos sujeitos pesquisados (71,43%) afirmaram que a cidade foi prejudicada com as atividades petrolíferas e 28,57% disseram que não houve nenhum prejuízo. A percepção dos moradores revela o modo como eles imaginam e sentem a vida no cotidiano, quase sempre marcado pela não-atenção a suas necessidades básicas e expectativas de vida, em conformidade com a figura abaixo:

Figura 45: Percepção sobre efeitos do gasoduto para a cidade

A percepção humana sobre um determinado fenômeno nem sempre condiz com a realidade objetiva e concreta disposta nos processos conjunturais. Todavia, essa construção se dá a partir das lentes histórico-culturais que cada um herdou e possui para enxergar o mundo, a si próprio, o outro e as relações humanas.

Apesar de haver nos diversos discursos e no imaginário das pessoas as diversas mazelas introduzidas pelas atividades petrolíferas, em determinadas situações algumas pessoas não são capazes de unir tais repercussões com um processo introduzido em Coari.

5) Dimensão econômica

a) Renda

Quanto ao quesito renda familiar mensal, 92,86% recebem até 2 salários mínimos e apenas 7,14% ganham entre 5 a 10 salários mínimos vigentes. O que deixa claro que existe uma obscena e perversa situação de desigualdade social, má distribuição de riqueza e falta de oportunidade de acesso à renda digna na cidade, com explicita a tabela 6.

Tabela 6: Renda familiar mensal dos moradores da Orla Central de Coari

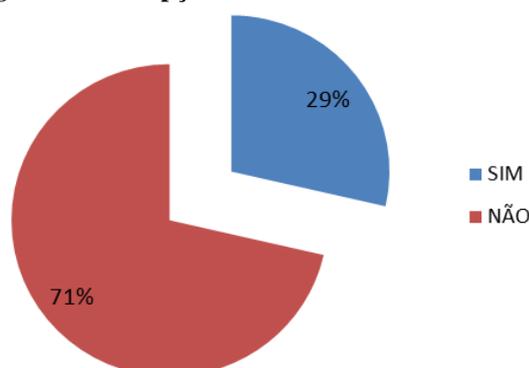
RENDA FAMILIAR MENSAL	Nº.	%
Até 1 sm	6	42,86
Mais de 1 a 2	7	50,00
Mais de 5 a 10	1	7,14
TOTAL	14	100,00

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em dezembro de 2012, o salário mínimo necessário para uma família deveria ser R\$ 2.561,47 e em abril de 2013 deveria ser R\$ 2.892,47 (DIEESE, 2013).

Levando em consideração o texto constitucional, que determina o salário mínimo capaz de suprir as necessidades do trabalhador e sua família com alimentação, habitação, serviços de saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer, previdência, o Dieese afirma que o valor ideal do Salário Mínimo referente a abril de 2013 corresponde a 4,17 vezes o salário mínimo vigente no país.

Quando questionados sobre a percepção sobre sua renda familiar (Figura 46), 71% alegam que sua renda familiar mensal é insuficiente para atenção de suas necessidades básicas e 29% defendem que a renda que recebem é suficiente para suas necessidades humanas.

Figura 46: Percepção sobre suficiência da renda familiar mensal



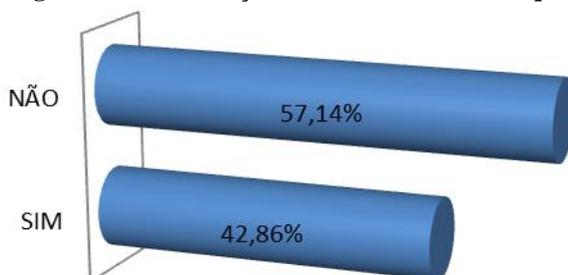
Apesar do alto valor arrecadado pelo município, particularmente sobre os incentivos pelas atividades extrativas de petróleo e gás natural, Coari se apresenta com um nível desigual de distribuição de renda e poder aquisitivo, conforme podemos concluir a partir das informações e percepções dadas pelos participantes da pesquisa.

Ademais, a ocupação na Amazônia tem seguido o mesmo rumo da economia nacional, sendo em essência concentradora de renda (SANTOS, 2002), sendo a renda um dos alicerces para uma vida cidadã, a baixa renda familiar impossibilita aos sujeitos precarizados uma perfeita atenção às necessidades mais elementares e o bem-estar humano.

b) Energia

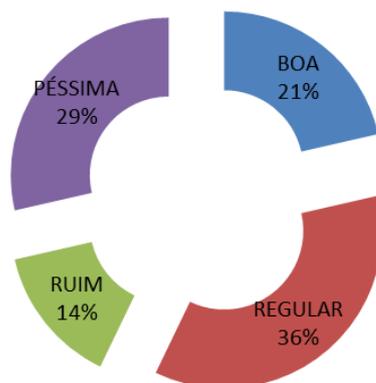
Quando indagados se o gasoduto trouxe algum melhoramento ou mudança positiva na geração de energia elétrica na cidade, 57,14% disseram que não e 42,86% posicionaram-se positivamente. A pesquisa empírica provou que mesmo após décadas da presença da Petrobras em Coari, apesar de sua inegável importância social e política para o Brasil e para a Amazônia, não houve grandes melhorias no setor energético no entendimento da maioria dos informantes, de acordo com a figura inframencionada.

Figura 47: Modificação ou melhoramento da qualidade de geração de energia elétrica



A geração de energia faz parte de um setor econômico de extrema importância para o desenvolvimento das sociedades. A distribuição de energia elétrica sendo uma das atividades mais essenciais na sociedade moderna, como causa e consequência de seu nível de desenvolvimento, é direito garantido na Constituição Federal (VALOIS COELHO e CARTAXO, 2004).

No que alude à avaliação da qualidade de fornecimento energético de Coari, 36% disseram estar regular, 29% afirmaram ser péssima, 21% disseram ser boa e 14% ruim, como explicita figura 48.

Figura 48: Avaliação das condições de fornecimento energia elétrica

A percepção parte da visão de mundo que se constrói nas múltiplas relações estabelecidas no cotidiano, a iconografia acima não deixa dúvida de que na avaliação perceptiva dos informantes sobre a qualidade de fornecimento energético não figura numa boa colocação, pois para 79% dos entrevistados a energia em Coari se situa até o nível regular e 21% alegam ser boa, não havendo menção ao nível ótimo.

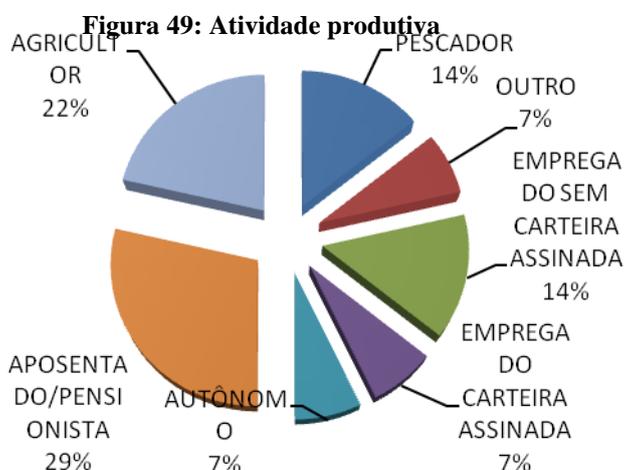
c) Atividade produtiva

A partir de Lukács, pode-se destacar 3 pontos importantes sobre o trabalho humano: 1) Trabalho de natureza fundante do ser social, entendido como atividade permanente e imanente da natureza humana motivadores da própria dinâmica da vida societária (modo decisivo de transição do homem com o meio natural); 2) Trabalho como relevante função relacional entre capacidade teleológica e causalidade, que possibilita o processo social, de modo mais diversificado e socializado; 3) Trabalho como fruto das mediações instituídas pela *práxis* social, capaz de conferir ao homem sociabilidades. Além disso, é o trabalho o produtor e reprodutor da vida social, elemento básico da capacidade criadora, abrindo-lhe novas oportunidades, tomadas de decisões e escolhas, assim como outorgando inovadas possibilidade emancipatórias e independentes do homem (SEMEGHINI, 2009).

Em outras palavras, para Lukács o trabalho é o ser do homem, é sua essência enquanto natureza socializadora, ou seja, diz respeito à sua capacidade criadora, é sua ontologia. Logo, o trabalho ocupa uma posição central na vida de qualquer sociedade, uma vez que representa um elemento básico de socialização e de produção e reprodução humana.

Quanto à atividade produtiva (Figura 49), a maioria pertence ao segmento aposentado/pensionista (29%), em segundo lugar são trabalhadores rurais (22%) e em terceiro

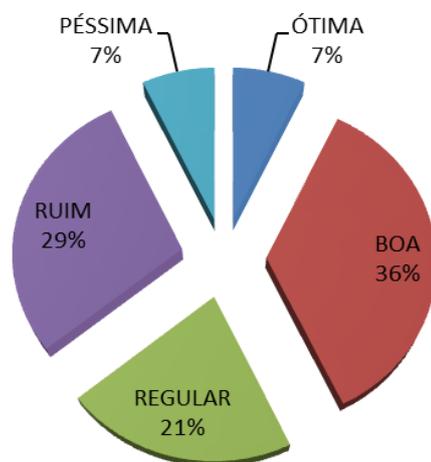
lugar estão empregados sem carteira assinada (14%) e pescadores com 14%, os demais, empregados com carteira assinada, autônomos e outras atividades totalizam 7% cada um.



O segmento social mais expressivo (aposentados e pensionistas), 50% recebe 2 salários mínimos e outros 50% percebem 1 salário mínimo junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), corroborando o baixo poder aquisitivo e de renda familiar, muito abaixo do que é indicado como renda ideal pelo DIEESE, em ambos os casos.

Por último, no que se refere à questão de como a população vê a exploração de petróleo e gás natural em Coari e como essas atividades contribuíram ou não para o melhoramento das condições de vida na cidade, 36% avaliam que essa relação foi boa, 29% disseram que foi ruim, 21% regular, 7% para cada uma das opções péssima e ótima, em conformidade com o que mostra a figura abaixo:

Figura 50: Relação exploração de petróleo e condições de vida



No conjunto, somando-se os percentuais péssimo, ruim e regular tem-se 57% e 43%

dos informantes avaliaram como boa e ótima. Em outras palavras, a maioria não vê a exploração de petróleo como tão positiva para o melhoramento das condições de vida na cidade, quer em termos de repasses e incentivos financeiros, quer sobre oportunidades de melhora na qualidade de vida.

6.2. Percepção ambiental e iconografia de Coari

A percepção ambiental representa um método de leitura e análise das interrelações, alterações e aspirações havidas entre sociedade-natureza em qualquer ambiente: urbano ou rural. Sua importância para entendimento das mudanças do *habitus* ocorre porque parte da noção das influências mútuas entre as estruturas estruturadas (campo social) e as estruturas estruturantes (mente) como fator de alteração das dinâmicas cotidianas da vida social.

Adicionalmente, porém, cabe citar o que fora eloquentemente levantado por Santos (2012, p. 68), quando discorre acerca da percepção e do conhecimento:

Nossa visão depende da localização em que se está, se no chão, em um andar baixo ou alto de um edifício, numa miradouro estratégico... A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, segundo o lugar onde estejamos, ampliando-se quanto mais se sob em altura, porque desse modo desaparecem ou se atenuam os obstáculos à visão, e o horizonte vislumbrado não se rompe.

Figura 51: Mapa mental casas flutuantes da orla de Coari



Fonte: A.N. S, 16 anos (construído sob consulta e orientação dos pais)

A iconografia acima mostra aspectos centrais no discurso imagético: os meios de transporte, a disposição das condições das casas e o quantitativo destas em pequeno espaço, o rio e sujeitos que humanizam o território.

No centro inferior e canto inferior esquerdo do mapa mental (canoas vermelha e amarela), visualizam-se duas crianças dirigindo canoas com motor rabeta (ou motor de popa), prática muito comum na orla de Coari. Essa imagem também pode ser interpretada a partir da importância que esse pequeno transporte fluvial ocupa no cotidiano familiar, uma vez que é o principal meio de transporte para curtas e até longas viagens. Não apenas a canoa movido a força humana com o remo (com duas menções) ou barcos maiores (uma menção), mas o rabeta (duas menções), cuja força motriz dá mobilidade pelos rios, coloca-se centralmente pois surge com caracterização bem mais saliente no discurso imagético. O acesso aos espaços do território se dá geralmente, pois, a partir de canoas pequenas com ou sem motor de popa.

O rio (pintado de azul pela informante) não apresenta qualquer impeditivo ou poluente natural ou de origem antrópica, significando, talvez, um anseio bastante apresentado por todos os sujeitos pesquisados quando demonstraram sentirem-se incomodados pela vegetação sobreaquática (capim) e resíduos sólidos lançados no local.

Nota-se também algo sobre as condições de habitabilidade. As casas cuja base são as toras flutuantes de açacu (segundo moradores tem vida útil de cerca de 20 anos) quando estão em tempo de vida útil mantêm a casa com uma certa estabilidade. Porém, quando já apresentam desgaste temporal e natural as casas começam a baixar o nível em relação as águas (afundarem) e a apresentar sérios riscos de imersão ou mesmo destruição das casas das famílias, chegando então a hora de se reformar a casa ou se fazer outra. Na imagem, apenas 35% das casas visualizam-se perfeitamente as bases flutuantes e 65% essa base não está explícita, talvez em razão de que na maioria das casas flutuantes as condições de moradia não sejam as mais promissoras e dignas, inclusive levando-se em consideração os próprios critérios dos informantes.

Por último, outro aspecto presente no discurso trata do quantitativo de casas flutuantes num pequeno espaço áquo-geográfico (17 frequências), o que mostra como o aumento de residências flutuantes interferiu na paisagem do lugar, na percepção ambiental e na topofilia dos atores sociais.

O estudo da percepção ambiental se justifica como uma condição primária para a constituição de atores sociais capazes de atuarem com criticidade e ampliação das

possibilidades de transformação de uma dada conjuntura de desconforto ou desencontro socioambiental.

Além disso, segundo Santos (2012), a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, a partir do que é recepcionado pelos sentidos. Nesse processo, a aparelhagem cognitiva exerce significância fundamental, uma vez que a nossa educação formal ou informal é realizada seletivamente, isto é, pessoas distintas demonstram explicações e entendimentos diversos sobre o mesmo fato.

A iconografia enquanto estratégia visual de levantamento de aspectos relevantes de um determinado segmento populacional vincula-se à historicidade, às condições de vida, aos aspectos culturais da percepção construídos no bojo das relações desiguais de poder estabelecidas na sociedade capitalista em curso, sendo, portanto, uma estratégia pela qual é possível dar voz aos atores sociais e de seu universo cultural, por meio da representação imagética e do seu *habitus*.

Nesse sentido, *habitus* pode ser entendido como

[...] um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada (Bourdieu, 1992, p. 101). Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam (SETTON, 2002, p. 63).

As disposições são resultado de uma série de condicionamentos próprios a determinados modos de vida específicos. O *habitus* é o que caracteriza uma classe ou um grupo societário em relação a outros que não partilham das mesmas condições sociais. Os distintos posicionamentos num espaço social determinado referem-se a estilos de vida que representam a manifestação simbólica de diferenças inscritas objetivamente nas condições existenciais (CUCHE, 2002). No entanto, para Araújo, Alves e Cruz (2009), a noção de *habitus* de Bourdieu confere ao agente uma característica ativa que, mesmo em razão de assimilar as influências das estruturas sociais (os campos), age sobre elas, não sendo, portanto, apenas resultado ou produto automático e imutável dos condicionantes das estruturas estruturadas.

Para Bourdieu, deve-se pensar a prática como algo distinto da pura execução de uma norma social, configurada em um sistema de relações objetivas determinantes de um modelo de organização social. Bourdieu busca, na idéia escolástica de *habitus*, a mediação que possibilita estabelecer a relação entre as estruturas objetivas e a prática que orienta as ações dos atores sociais (RESCHILIAN, 2011, P. 141-142).

Para um melhor entendimento do mundo social, dos seus espaços, suas estruturas hierárquicas e conflitos internos, os aspectos conflitantes dos campos distintos da vida societária e suas correlações de poder, é central a análise dos conceitos de *habitus* e campo de Bourdieu (ARAÚJO, ALVES e CRUZ, 2009) conjuntamente.

Inclusive, é o próprio Bourdieu (1992) que sugere a análise da vinculação havida entre *habitus* e campo, como condição necessária. Em outras palavras, pressupõe uma relação dialética entre o ser e o corpo social, uma mão dupla entre *habitus* individual e o campo, socialmente construído. Conforme essa ótica, as ações, comportamentos, escolhas ou desejos individuais são frutos da relação *habitus* e pressões, incentivos e estímulos de uma estrutura de um campo (apud SETTON, 2002).

Vale assinalar que todos os campos demonstram-se como espaços estruturados de posições ou de postos, que dependem de sua posição nesses espaços e podem ser estudados independentemente das caracterizações dos seus ocupantes. Em qualquer campo há a presença de lutas, que demandam modos investigativos específicos em cada exemplo, dos que dominam, tentando conservar e perenizar a sua condição prevalente, e os que são dominados, ao intentarem mudar a sua condição própria, buscam a subversão da *ortodoxia* por meio das *heresias*, a heterodoxia (BOURDIEU, 2003).

A estrutura do campo é um *estado* de relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou [...] da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orientas as estratégias posteriores. Essa estrutura [...] está ela própria sempre em jogo: as lutas cujo lugar é o campo tem por parada em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, quer dizer, em última análise, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico [...] (BOURDIEU, 2003, p. 120-121).

O capital específico alude a determinado campo, e por isso dentro dos limites desse mesmo campo, o que significa dizer que não é convertido numa outra forma de capital a não ser que esteja em certas condições de existência.

Se o agir antrópico sobre o ambiente e a intrínseca luta pelo controle do espaço produzido, inclusive como estratégia de dominação social e acumulação de capital, traduz-se

na materialização de formas e instrumentos de configuração do espaço construído, no que se refere à sua forma de organização e apropriação (RESCHILIAN, 2011), a dialeticidade relacional entre *habitus* e campo (estrutura estruturada) pode representar metamorfoses do *habitus* nesse constructo, de modo a imprimir mudanças de processos históricos, sociais e culturais em uma determinada conjuntura, como o caso de Coari revela.

O *habitus* proporciona uma socialização e individuação ao mesmo tempo. A socialização ocorre porque as categorias de juízo e de ação são vividas por todos os que foram sujeitos a condições semelhantes (*habitus* masculino, *habitus* nacional, *habitus* burguês, dentre outros). Já a individuação ocorre porque cada pessoa teve uma trajetória e se situa unicamente no mundo e internaliza uma combinação de esquemas incomparáveis. E por ser simultaneamente estruturado por processos passados e estruturantes por ações e representações presentes (WACQUANT, 2007) não pode ser considerado como mecanismo fatalista ou mecânico, uma vez que o *habitus* reúne ao mesmo tempo aspectos estruturados e estruturantes na sua conformação.

Por último, cabe mencionar concisamente outras características do *habitus* (estrutura estruturada disposta a ser estrutura estruturante), conforme eloquentemente situa Wacquant (2007) a partir de Bourdieu:

I) resume uma aptidão social e não natural, que varia com o tempo, lugar e distribuições de poder;

II) é transferível a diversos domínios de prática (vários domínios de consumo de música, desporto, alimentação etc) e nas escolhas e preferências políticas e matrimoniais entre sujeitos de uma mesma classe, de modo a imprimir formas de vida distintas (Bourdieu, 1984 [1979]);

III) é durável, mas não quer dizer imutável ou eterno: as disposições como constructos sociais podem ser destruídas, contrariadas ou desmontadas por influência de novas forças no campo;

IV) é carregado, contudo, de inércia incorporada, pois o *habitus* tende à produção de práticas delineadas após receberem influências do campo societário (estrutura estruturada) que as produziram e, ao passo em que cada uma de suas estruturas age como um prisma por meio da qual as mais recentes experiências são filtradas e os subsequentes estratos de disposição são superpostos, verifica-se o peso desproporcionado dos esquemas de disposições implantados na infância, por exemplo;

V) o *habitus* introduz uma discrepância e, muitas vezes, uma dissociação entre as determinações passadas que a engendraram e as determinações presentes que o interpelam.

[...] como “história tornada natureza”, o *habitus* “é aquilo que confere às práticas sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Esta autonomia é a do passado, ordenado e atuante que, funcionando como capital acumulado, produz história na base da história e, assim, assegura que a permanência no interior da mudança faça do agente individual um mundo no interior do mundo” (Bourdieu, 1990 [1980], p. 56 apud WACQUANT, 2007, p. 67).

Ao reformular o conceito de *habitus*, Bourdieu o entende como uma forma de interiorizar a exterioridade. Desta feita, o sujeito adquire as preferências e disposições ao passo em que agrupa a partir das estruturas dispostas na sociedade, isto é, interiorizando a exterioridade. Daí a ótica de que as estruturas seriam estruturantes, já que o ser social as interioriza, adquirindo preferências e desenvolvendo disposições para agir de uma determinada forma.

Figura 52: Residências flutuantes da Orla Central de Coari e crianças pescando para alimentação de suas famílias



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A maioria dos sujeitos dessa pesquisa, residentes e domiciliados na orla central de Coari, nasceram no perímetro urbano da cidade (64%), 29% nasceram na Zona Rural da cidade quer em comunidades ou localidades e 7% vieram de outros Estados. Isto revela que parte significativa, quase 30%, é oriundo de territórios rurais o que pode confirmar o fluxo

migratório rural-urbano de populações atraídas pelas atividades petrolíferas, conforme apontado em Gawora (2003) e Brasil (2011).

A proximidade com os rios os torna sujeitos híbridos, que mesmo morando na cidade, conservam certa ruralidade expressos nas suas atividades produtivas polivalentes de agricultura e pesca, como forma de sustento alimentar e aquisição monetária, nas relações de sociabilidade e de vínculos de pertencimento familiar e fraternal, assim como pela indissociabilidade em relação aos ambientes ecológicos promotores de topofilia.

O território societal mencionado por Bourdieu, como elemento distinto de classe, refere-se à forma pela qual cada indivíduo, sociedade ou agrupamento humano se localiza no mundo social, e, diante disso, pode resultar uma expectativa sobre a realidade mediada pelo posicionamento social assumido a partir desse ponto, que é um ponto de vista (RESCHILIAN, 2011). E, assim, em certas condições sociais a sustentabilidade do desenvolvimento em Coari se revela perversa ao segregar enormes contingentes e sociedades que são mais vítimas que beneficiários da era do petróleo na cidade.

Figura 53: Típica família nuclear orla fluvial de Coari



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A figura acima mostra que a sala da casa comporta não apenas os moradores, mas também instrumentos materiais do dia-a-dia do ser coariense fluvial como: remos, redes de pesca, baldes e tambor de armazenamento de combustível usado nas canoas rabeta ou lancha expresso ou deslizador. Além disso, à noite, este ambiente se converte em quarto, uma vez

que redes são atadas para descanso noturno.

A proximidade com a cidade garante aos moradores da orla fluvial certos benefícios que a cidade pode oferecer, possibilidade de melhor acesso a bens e serviços públicos, todavia nem todas as necessidades são satisfeitas pela cidade. Assim, as pessoas acessam os rios, principais celeiros alimentar que lhes concedem recursos pesqueiros (Figura 54), e a terra principalmente na zona rural para lhes proverem formas de alimentação e reprodução humana, por meio dessas atividades de trabalho rural na agricultura de diversos cultivos, quer por meio de consumo próprio ou para fins de comercialização.

Figura 54: Pescadores se preparando para o trabalho



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Muitas vezes, esses sujeitos se associam com moradores de terra firme e nessa parceria saem por algumas horas para pequenas pescarias, geralmente com fins de autossustentação, mas quando a pescaria é bem-sucedida vendem a parte excedente. Noutras ocasiões, realizam viagens mais longas e para isso usam embarcações maiores com melhores instrumentos de trabalho e meios de armazenamento e estocagem de peixes em ambiente climatizado com gelo, sobretudo quando os recursos pesqueiros são destinados à venda, quer no mercado municipal, para frigoríficos (quando se trata de peixes lisos, conhecidos como bagres) ou até realizada pelos próprios pescadores em diversos pontos da cidade, sem a interferência de atravessadores comerciais.

6.2.1. Aspectos positivos sobre a percepção ambiental

Quando questionados sobre uma paisagem nas proximidades de suas residências que inspiravam sentimento de felicidade e prazer, os informantes disseram majoritariamente (79%) que é ver o rio limpo, caudaloso, desprovido de contaminação de resíduos sólidos, e da vegetação que o encubra e sem impeditivo visual causado pelo crescente número de casas flutuantes, conforme figura 55. A memória cultural e ambiental dos informantes remete à historicidade de temporalidades pretéritas em que imperava um ambiente ecológico, social e cultural mais harmonioso e menos sujeito a alterações antropogênicas. Com o crescimento demográfico, expansão física da cidade, e o consequente aumento de consumo de recursos, atrelados à má gestão urbana e ingerência socioambiental, concorreram para alterações profundas na paisagem territorial.

Figura 55: Trecho do Rio em frente a Coari, um cenário que traz felicidade aos informantes



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Embora esta pesquisa tenha se focado na orla central da cidade, 7% afirmaram ser a vista livre do rio, só que a partir de outro bairro, que permite ver o rio sem casas flutuantes, sem lixo. Ou seja, o morador apontou um lugar que lhe traz felicidade é a orla nas proximidades do ISB-Coari porque ainda se pode ver o rio caudaloso, sem a presença de casas flutuantes, o que deixa transparecer que mesmo não morando nessa orla, mencionou como parte de seu território. A mesma percentagem foi direcionada para a Praça Getúlio Vargas e à Catedral Católica, assim como uma das escolas de educação básica mais antigas da cidade, a

Escola Lopes Braga, sendo lugares que inspiram sentimentos bons por sua beleza (7%); 7% o lugar onde moram pessoas conhecidas dela e de sua família e o bairro do Pêra, lugar para onde os moradores flutuantes foram removidos forçosamente pelo poder público local há alguns anos.

6.2.2. Aspectos negativos sobre a percepção ambiental

As alterações ambientais causadoras de desconforto ambiental e social ocorridas com a vinda da Petrobras a partir da percepção dos moradores são as seguintes: 64,29% representam o conjunto de informantes que disseram ser a poluição hídrica por resíduos sólidos, a presença crescente de vegetação sobreaquática (esta não como causa direta, mas a sua permanência como reflexo de desinteresse público e má aplicação de recursos financeiros) e a presença de muitos flutuantes que promovem impeditivos visuais e ambientais no local, de acordo com o que mostra a figura 56;

Figura 56: Casas flutuantes envoltas de vegetação aquáticas (concentração de casas em pequeno território)



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

21,43% disseram que é a Praça Getúlio Vargas devido à presença constante de doentes alcoólatras; 7,14% afirmaram que é a interdição das Instalações Hidroportuárias em razão de a ponte que ligava à balsa desprendeu-se há vários meses; 7,14% não tem algo que lhe cause incômodo. Acerca da grande presença de casas flutuantes, a maioria são de pessoas da zona

rural atraídas à cidade, mas se consegue localizar também pessoas que antes residiam em terra firme em casas alugadas, mas em função do grande aumento do custo de vida deslocaram-se para a orla fluvial, ficando-lhes, assim, mais acessível os recursos pesqueiros e os territórios rurais para agricultura e/ou extração de recursos da florestas, sem precisar pagar pelo alto custo da terra em Coari.

Importante destaque deve ser dado ao fato de que a percepção é influenciada dependendo do local de onde se situa no mundo o sujeito e de seu aparelho cognitivo (SANTOS, 2012). A partir desse entendimento, os atores sociais residentes na orla fluvial apontaram em sua maioria aspectos da percepção atrelados aos ambientes mais próximos de suas casas, a saber, sobretudo os em ambiente fluvial. Já os moradores da orla terrestre (Figura 57), mencionaram majoritariamente problemas socioambientais existentes em território de terra firme, como os vinculados à centralidade da Praça Getúlio Vargas.

Figura 57: Morador da orla terrestre de Coari sendo entrevistado



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

O principal meio de transporte dos moradores da orla, particularmente os fluviais, são as pequenas embarcações como canoas movidas a motor rabeta e outras lanchas expresso com motor de popa. Eles as utilizam para pequenas e longas viagens, assim como para acessar outros espaços citadinos em tempos de cheias, de acordo como o que mostra a figura 58. Quanto aos outros moradores da orla terrestre, além de usarem os transportes mencionados, quando precisam, usam em sua maioria as motocicletas, mais importante meio de transporte

da cidade, assim como carros, respectivamente.

Figura 58: Transporte fluvial de pequeno porte conduzido por catraieiro (tradicional condutor de canoas e botes)



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A aproximação entre os dois territórios urbanos pesquisados faz com que haja, de certa forma, uma relativa relação entre os moradores terrestres e fluviais, uma vez que quando perguntados sobre o conhecimento sobre quem são os moradores mais antigos, os informantes em reconhecimento societário, sabem dizer quem são e indicam as casas existentes há mais tempo, o que não ocorre em relação aos moradores mais recentes, o que altera a topofilia, interfere no *habitus* dessas populações e promove processos de desencaixe.

As figuras abaixo (montagem) revelam que, tal qual Manaus, a cidade de Coari cresceu de costas para o rio. É a prova de que o crescimento urbano não planejado fez com que diversas residências e prédios comerciais fossem erigidos num espaço que deveria ser livre, mas quem abriga centenas de prédios.

Figura 59: Trechos da orla de Coari



A: Trecho da orla central com muitas casas flutuantes e de terra firme
Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

B: Trecho da orla central com casas de alvenaria e madeira
Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

6.3. Etnografia dos moradores da Comunidade Esperança II

Para se entender os processos causadores da exclusão social e qualificar as diferenças que possam existir sociedades é preciso realizar pesquisas qualitativas que apresentem informações não inteligíveis apenas em demonstrações numéricas. E esta, acredita-se, que seja a contribuição desse estudo, pois conjuga análises e resultados quantiqualitativos.

Figura 60: Distribuição de casas Comunidade Esperança II



O modo peculiar vida na várzea de Esperança II une laços estreitos de afetividade, vínculos de pertencimento, de dependência parental e de solidariedade entre os sujeitos sociais. Além disso, as pessoas estão intimamente atreladas ao território cultural e historicamente humanizado. A distribuição das casas na comunidade revela uma aproximação físico-geográfica que torna capaz a sociabilidade entre os moradores, ficando distante apenas poucos minutos de canoa a remo, lancha movida a motor de popa ou a pé, dependendo do período sazonal de seca ou cheia.

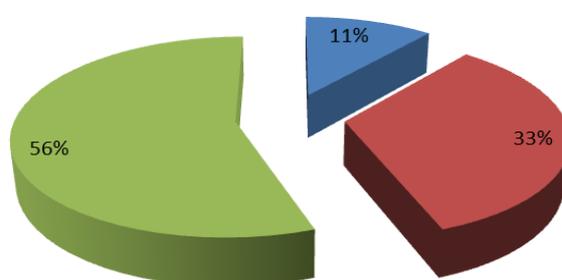
A disposição próxima das casas se dá em razão de que todos os comunitários da área pesquisada são parentes e por esta razão o território pesquisado da Comunidade Esperança II é o que possui maior concentração de residências, sendo as demais casas não pesquisadas

amplamente distribuídas na área comunitária.

A figura subdisposta mostra que a maioria dos chefes de família nasceu em outras cidades do Estado do Amazonas (56%) e 33% nasceram na própria zona rural de Coari e 11% afirmaram ter nascido na Zona Urbana de Coari. Da maioria (56%), 100% afirmou ser proveniente da zona rural de suas respectivas cidades. No total, trata-se de 89% de pessoas que pertencem originalmente às zonas rurais, o que pode explicar o forte vínculo afetivo com o entorno ecológico do território rural e as estratégias de resistência de vida no local.

Figura 61: Origem chefe de família zona rural

■ ZONA URBANA DE COARI ■ ZONA RURAL DE COARI ■ OUTRA CIDADE

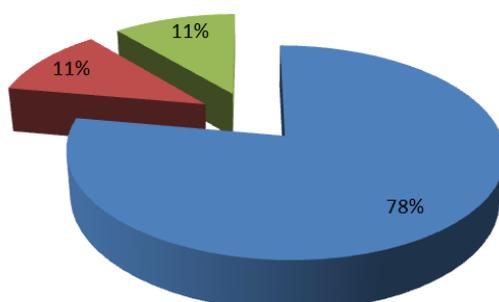


Quanto à caracterização familiar, as respostas centraram-se em famílias nucleares, intergeracionais e monoparentais. As nucleares representam 78% das famílias e intergeracionais e monoparentais com 11% cada uma, conforme mostra a figura 62.

Desse demonstrativo, pode-se dizer que as famílias pesquisadas conservam em seu interior modelos de família tradicionais, apesar de na modernidade existirem uma reconfiguração das formas e apresentações familiares, o que permite afirmar que as relações sociais na comunidade em foco não passaram por esse processo de metamorfoses sociais. Apresentando apenas as três formas básicas de famílias, não havendo menções de outras tipologias.

Figura 62: Configuração familiar

■ NUCLEAR ■ MONOPARENTAL ■ INTERGERACIONAL



Não se trata, pois, de simplesmente dizer as tipologias familiares, mas que a partir delas se pode explicitar situações vinculadas à pobreza, exclusão social e situações de vulnerabilidade socioambiental, tal qual defendeu Vitale (2002).

Para este estudo, estabeleceu-se dimensões sociais, ambientais, culturais, político-institucionais e econômicas que, no conjunto, compuseram um dos fios condutores deste trabalho. As dimensões do desenvolvimento sustentável abaixo, em todas as suas esferas, mostram os níveis de atual e conjuntural de desenvolvimento da Comunidade Esperança II.

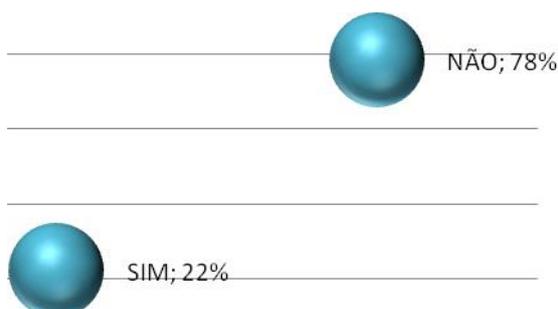
1) Dimensão social

a) Saúde

A Comunidade Esperança II não possui instalações de Unidade Básica de Saúde (UBS). O posto mais próximo da comunidade fica cerca de 45 minutos de viagem de motor rabetá, no centro de Coari, na Rua Independência. Conforme os próprios moradores, quando são acometidos de doenças menos complexas, 67% fazem o tratamento em casa com remédio caseiro e sem orientação médica e 33% tomam remédio caseiro e com orientação médica. Já quando surgem doenças mais graves, os comunitários optam em ir diretamente ao Hospital Regional de Coari – HRC. Os remédios caseiros são estratégias étnicas e históricas repassadas culturalmente diante da frágil presença do Estado Brasileiro referente a Políticas de Saúde na região. Raízes, cascas de madeira, folhas, sementes e outros produtos da natureza são usados nesse processo curativo tradicional secular.

Quanto à atitude preventiva de doenças (Figura 63), 78% afirmaram não fazê-lo e somente procuram auxílio e orientação médica curativa quando surge uma doença e apenas 22% disseram serem prevenidos quanto a doenças, procurando médico e serviços de saúde anteriormente à manifestação de doenças.

Figura 63: Consulta médica preventiva



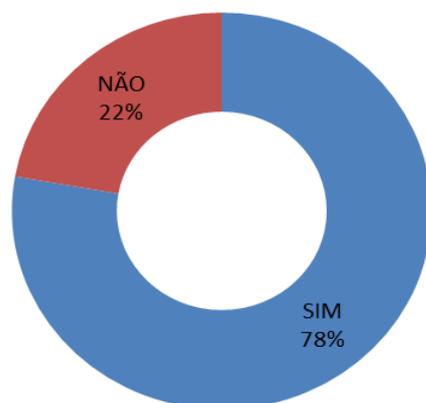
As condições de saúde estão entre as que colocam as populações amazônicas das zonas rurais entre as populações mais precarizadas do mundo. Não basta criar serviços de saúde tanto em nível curativo/remediativo ou preventivo, importa antes disso que tais populações tenham acesso, informações necessárias e condições objetivas para que possam ser beneficiárias desse direito elementar.

Referente à visita de profissional de saúde (médico, enfermeiro ou dentista), 100% disseram receber unicamente visita de agente de saúde, sendo que a maioria alega receber visita uma vez por semana. Médicos, enfermeiros e odontólogos, portanto, não figuram na lista de profissionais de saúde que atendem a comunidade.

A prefeitura de Coari contrata em cada comunidade reconhecida um agente de saúde, geralmente morador próprio do local, e este funcionário fica encarregado de visitar semanalmente as residências dos moradores para verificar se existe algum problema de saúde que careça de maior atenção, bem como é por meio do agente de saúde que muitos serviços de saúde são disponibilizados para os saem adoentados da comunidade e chegam à cidade.

No quesito existência de campanha de prevenção e combate a doenças, para parte majoritária (78%) inexistente ou não tem acesso a tais empreitadas e para somente 22% tem acesso a tais atividades, como bem demonstra a figura abaixo:

Figura 64: Campanha prevenção/combate a doenças



Historicamente, as populações rurais amazônicas estabeleceram com seu entorno natural interações de complementaridade onde as estratégias de uso de folhas, raízes, sementes, cascas e outros extraídos da natureza atendem as suas demandas por saúde em face da ausência ou ineficiência do Estado (em todas as suas esferas). Todavia, é preciso conciliar as práticas culturais com os modernos serviços de saúde disponibilizados para que esses segmentos humanos tenham melhoras significativas em sua qualidade de vida e bem-estar.

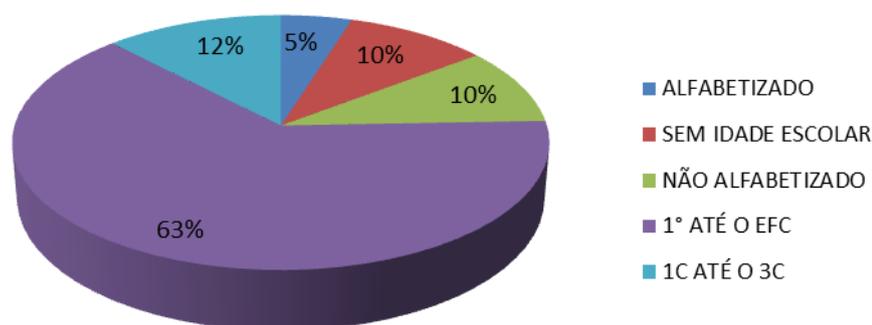
Não se pode desconsiderar no processo de desenvolvimento da Amazônia os conhecimentos que os ribeirinhos possuem sobre o ambiente, sendo, portanto, imprescindível para a política de desenvolvimento levar em conta as particularidades locais e regionais (FRAXE *et al* 2011), bem como não se pode ignorar as especificidades das cidades tipicamente tradicionais como é o caso de Coari (GAWORA, 2003), e de suas populações citadinas e rurais, como se verificou nas atividades de extração de recursos fósseis.

A constatação acima, por certo, conduz ao entendimento de que na sociedade complexa como a que temos, a cidadania deve ser exercida conjuntamente por todos os atores sociais, pois uma vez havendo uma sociedade que destitui os sujeitos de direitos mais elementares, como a saúde, por meio de estruturas marcadamente desiguais que injeta as populações a condições sociais e políticas obscenas e, por isso mesmo, promotoras das mais variadas formas de desrespeito à condição humana, não se pode ousar em falar de sociedade igualitária e democrática, haja vista a indissociabilidade da cidadania com os direitos de democracia e de controle popular é parte fundamental no processo de sustentabilidade.

b) Educação

Quanto ao grau de escolaridade (Figura 65), parte preponderante (63%) das famílias possuem do primeiro ano do Ensino Fundamental até o ano conclusivo desse nível; 12% possuem do primeiro ao terceiro ano do colegial; não alfabetizados e pessoas sem idade escolar tem 10% cada um; e 5% refere-se a pessoas alfabetizadas.

Figura 65: Nível escolaridade das famílias



É ponto pacífico que a educação de um indivíduo ou dos cidadãos de um país é o indicador mais forte de capital humano, assim também como são indiscutíveis os benefícios individuais e sociais advindos da acumulação do mesmo. A educação é tão importante para o desenvolvimento pessoal e social e para a melhoria do bem-estar do indivíduo que é reconhecida mundialmente como um direito humano

(SÁTYRO e ESTRELLA, 2011, p. 107).

É amplamente aceito na academia que condições de inserções produtivas precárias e desprotegidas, bem como uma série vulnerabilidades de condições de vida são maiores em populações com níveis de escolaridade baixas, devido aos amplos benefícios para vida social que esse direito outorga aos ser social. Logo, a privação de condições dignas e oportunidades de preparo para o trabalho, via educação com qualidade, mergulha o homem nunca situação perversa de desigualdades múltiplas. E na zona rural amazônica esse processo manifesta a sua face mais perversa.

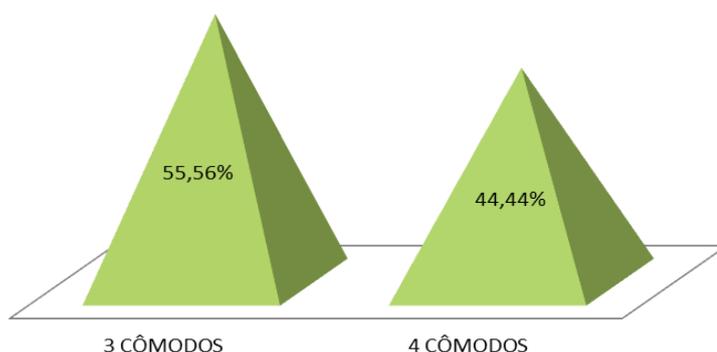
A educação abrange *ensinar* e *aprender* e, ainda algo mais concreto, contudo mais profundo: o constructo do conhecimento, bom julgamento e sabedoria para a vida. A educação tem nas suas objetivações básicas a transmissão de traços culturais de geração a geração (TEIXEIRA e RIVAS, 2011), cabendo, inclusive, as possibilidades de uma vida fundada em princípios emancipatórios e de liberdade humana.

c) Habitação

As condições de moradia apontam que 100% dos lares são de posse própria dos moradores. Isso representa um bom indicador, mas se observarmos as condições físicas das estruturas, assim como pela insegurança de não possuírem a titularidade das terras ocupadas logo se poderá ter leituras bem diversas das condições de habitabilidade.

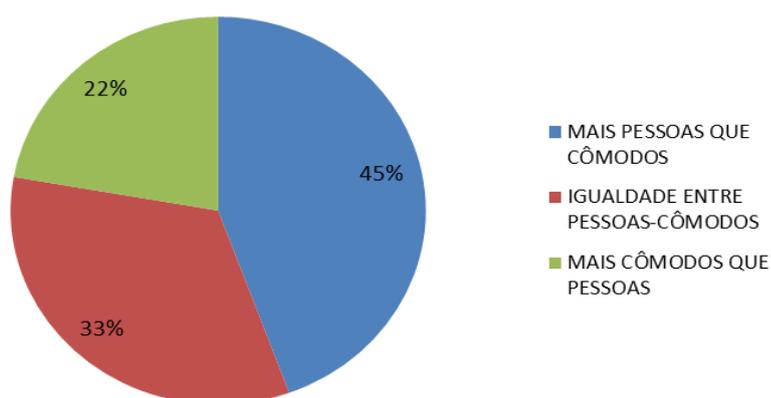
Há um fato controverso anunciado: os moradores afirmam serem proprietários das casas, porém as terras onde foram erigidas as residências não lhes pertencem. Essa condição precarizada coloca grande parte das populações rurais amazônicas em condição de vulnerabilidade a respeito do direito agrário-territorial, e o exemplo da Comunidade Esperança II não é diferente.

O quantitativo de cômodos por domicílio na Comunidade Esperança II varia entre 3 e 4 cômodos. Para 55,56% das famílias existem 3 cômodos por domicílio e 44,44% tem 4 cômodos por residência, como bem evidencia a figura infraexposta.

Figura 66: Quantidade de cômodos por domicílio

Acerca das caracterizações das residências de diversas comunidades rurais, dentre as quais a Comunidade Esperança II, as casas pequenas e simples congregam a família que cresceu e, geralmente, se tornam impróprias e desprovidas de conforto para os moradores. Os cômodos das casas, geralmente, três, em que apenas a cozinha sustenta uma função particular. Os demais compartimentos, como sala de estar e outros, em certas ocasiões tornam-se ambientes de dormir. Por isso, os bens eletrônicos e eletrodomésticos terminam sendo postos em lugares nada convencionais por toda a casa (CARVALHO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2011, p. 64).

Quando se faz a relação quantidade de pessoas e cômodos por domicílio, 45% das famílias têm mais pessoas do que cômodos disponíveis; 33% têm números de pessoas iguais ao valor de cômodos e 22% têm mais cômodos que pessoas, de acordo com a figura 67.

Figura 67: Relação pessoas-cômodos

A partir dessas informações pode-se dizer que existe um *déficit* expressivo de cômodos residenciais em relação ao quantitativo de pessoas na maioria das casas pesquisadas, o que repercute no bem-estar e na qualidade de vida das famílias rurais.

Todas as casas são construídas sobre fundamento em palafitas (100% casas de

madeira) suspensas por toras de madeira estrategicamente postas com vista a prover fuga das cheias cíclicas anuais comuns na região.

Todas as casas dos moradores são construídas em madeira (100%), que são retiradas das florestas nas imediações da comunidade. As toras de madeira são retiradas em pequena escala à medida que a casa é depreciada, quer pelas forças das cheias ou por outros fatores climático-ambientais, assim como por desgaste temporal. Assim, as necessidades de abrigo e proteção familiar são supridas pela renovação de assoalhos, paredes e outras estruturas de madeira diante da necessidade anunciada e vivenciada. Como estratégia sociocultural, por exemplo, quando as cheias são severas, são construídos novos assoalhos acima do nível normal da casa e das águas e, após isso, com a vazante e seca o trabalho é desfeito.

Sobre o uso de recursos madeireiros em diversas comunidades amazônicas, dentre as quais a Comunidade Esperança II, Mourão, Rivas e Fraxe (2011, p. 155) alegam que o uso ocorre por duas razões: “[...] tanto para o consumo, na construção de habitações e auxílio à produção, quanto para a comercialização, aparecendo nessa relação a figura do *marreteiro*, do *patrão* ou do *atravessador*, presentes em formas de comercialização [...]”

Na dimensão social, sobre os campos eleitos (saúde, educação e habitação) é pertinente falar sobre o estudo realizado por Rivas e Mourão (2011) na Região do Médio Solimões, que defendem ainda serem persistentes as condições precárias na Amazônia nas esferas habitacional, saúde e educação, indispensáveis para a qualidade de vida, corroborando este trabalho. A saúde, educação e habitação compõem a esfera da cidadania que é imprescindível a todos os sujeitos humanos.

Portanto, não pode haver cidadania numa sociedade onde todas as pessoas não o são, onde para uns é outorgado direitos e privilégios e para outras a negação de direitos elementares, uma vez que a noção e objetividade da cidadania vincula-se à ideia soberania popular, democracia e de direitos. A cidadania, portanto, se exaure quando os direitos se convertem em privilégios para poucos, reforçada, por outro lado, por manifestações de privação para muitos.

Num plano macro, a cidadania planetária a que se referiu Morin e Kern (2002) seria mais que um desejo, seria uma necessidade existencial diante da encruzilhada por que passa a humanidade. Essa associação no nível planetário seria imprescindível para que a geopolítica possa se sujeitar aos interesses globais associativos e não aos interesses econômicos e elitistas como ocorre hoje. Sachs (2012) reitera a ideia de cidadania planetária/ambiental global no sentido de oportunizar condições justas de existência a todos os habitantes e tripulantes da

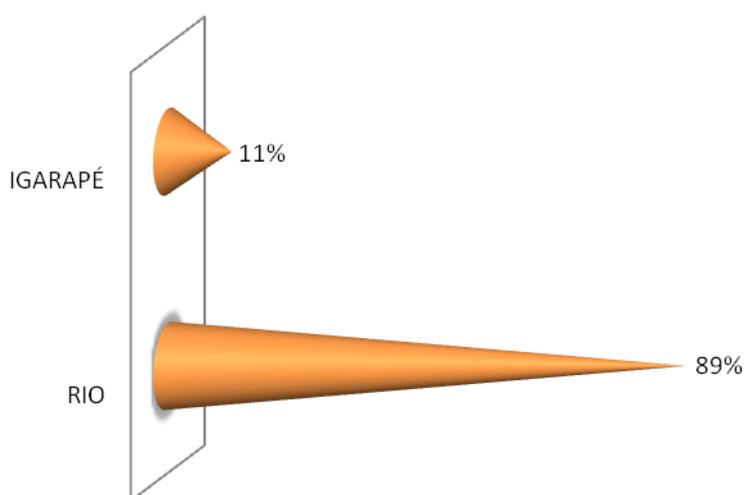
espaçonave Terra.

2) Dimensão ambiental

a) Saneamento

Quando questionados sobre a forma de abastecimento hídrico, 89% disseram retirar do rio água para consumo próprio tal como beber e cozinhar e 11% afirmaram que retiram água para consumo do igarapé, em conformidade com a figura 68.

Figura 68: Abastecimento Hídrico



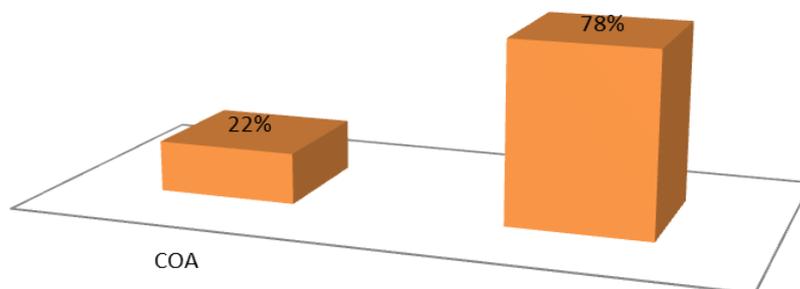
Um dos problemas mais sérios das populações amazônicas, sobretudo daquelas das zonas rurais, toca aos precários acessos aos recursos hídricos com qualidade para consumo. A abundância de água tão prontamente disposta em razão de aqui estar situado o maior rio em volume d'água do mundo não significa haver abundância de água potável para consumo. Considerar essa particularidade regional é fundamental quando se quer analisar as condições de saúde em razão do consumo e/ou tratamento inadequado de água.

Um “mal crônico” da Amazônia é, apesar da abundância hídrica, a falta de água potável para consumo. Para a maioria das famílias (78%), a água retirada do rio ou igarapé recebe apenas tratamento com cloro e 22% apenas com a água com pano (Figura 69). O hipoclorito de sódio (conhecido vulgarmente com cloro) com que a maioria dos comunitários trata a água é disponibilizado pela secretaria de saúde municipal e repassado por intermédio do agente comunitário de saúde.

Mas para um segmento não existe acesso a essa substância “purificadora” da água,

fazendo com que ao ingerir a água sem tratamento estejam mais vulneráveis a manifestarem agravos de saúde por contaminação da água.

Figura 69: Tratamento da água para consumo



Sabe-se que a água quando não tratada devidamente, com raras exceções, estão contidos microorganismos nocivos à saúde, causadores de verminoses dos mais diversos tipos, dermatoses e um conjunto de doenças que, associados ao consumo inadequado, repercutem negativamente na saúde e na qualidade de vida.

Sobre a destinação dos dejetos e lixo humanos, todos os informantes (100% em ambos os casos) disseram que lançam em fossa séptica e queimam os lixos, não havendo outras menções em seus respectivos campos.

Sobre o primeiro, cabe mencionar que as residências possuem instalação sanitária desvinculada das casas, normalmente nos quintais, em pequenos banheiros com um buraco no chão e construídos e assoalhado com madeira, com uma abertura por onde são lançados os dejetos em períodos de seca. No entanto, nas épocas de cheias, todos os banheiros são alagados e os rejeitos humanos são submersos, entrando em contato com a água que serve para consumo próprio, banho e pesca. Nesta época, portanto, pela consequente inutilização dos sanitários alagados, as famílias quando necessitam suprir suas necessidades de excreção humana, pegam as canoas e vão para um lugar escondido, entre as árvores, e lançam os dejetos diretamente nos rios.

Quanto ao destino dos resíduos sólidos, 100% queimam por não disporem de um sistema de coleta de resíduos sólidos no local. A comunidade está a cerca de 45 minutos da cidade de Coari e a poucos minutos do Terminal Solimões e ainda assim não foi atendida com serviço de coleta de resíduos sólidos e tratamento de rejeitos humanos.

A destinação incorreta de resíduos sólidos e outros rejeitos humanos são fortes fatores de perda da qualidade de vida e bem-estar humano, uma vez que concorrem para a

contaminação do solo, dos recursos hídricos e do ar, sem contar na transmissão de diversas doenças igualmente nocivas.

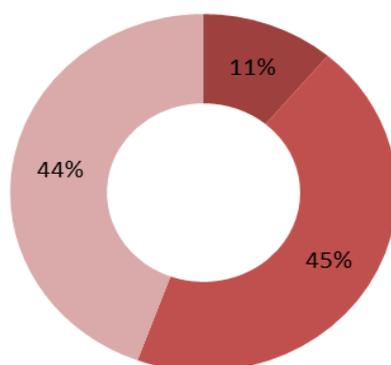
b) Recursos ambientais

Quando perguntados da disponibilidade de algum recurso ambiental, 45% afirmaram que diminuíram, 44% disseram que está como era e 11% defenderam que aumentaram, de acordo com a figura 70.

Se para as populações rurais, o acesso direto aos recursos ambientais (da terra, água e floresta) constitui a principal forma de manutenção e reprodução social material e imaterial, qualquer empecilho de acesso a tais recursos compromete marcadamente a capacidade existencial das famílias.

Figura 70: Acesso recursos ecológicos

■ AUMENTOU ■ DIMINUIU ■ ESTÁ IGUAL COMO ERA



Nesse sentido, os maiores problemas na Amazônia estão vinculadas ao desflorestamento, à ampliação da fronteira agrícola, às questões de cunho fundiário e concentração de terras, bem como as contradições espacial e territorial relacionadas a corredores infraestruturais e corredores de preservacionistas da biodiversidade (MELLO, 2006), assim como por projetos de desenvolvimento estranhos à realidade local, sobretudo. Cada vez mais, os ambientes naturais imergem num processo de humanização, metamorfoseando-se em ambientes mais culturalizados, artificializados e mais humanizados (SANTOS, 2012).

Contraditoriamente, os modelos de desenvolvimento para a Região sempre estiveram dissociados de objetivações da atenção às necessidades humanas e ambientais e se inscrevem

mais no sentido de corresponder aos anseios do mercado global da sociedade do consumo da modernidade.

Apesar de a maior aceitabilidade do discurso da sustentabilidade do desenvolvimento levar em consideração a centralidade do equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, outra questão deve ser considerada - a equidade.

No conceito de desenvolvimento sustentável a ideia de equidade se enquadra nesse conjunto de categorias “limpas e neutras”, podendo ser considerada como um conceito vazio. [...] Como se pode ver na maioria das experiências de implementação do modelo de Desenvolvimento Sustentável, não há indícios de produção de equidade em termos concretos (FERNANDES, 2006, p. 130).

A equidade pode ser entendida como um estado em que as pessoas independente de religião, credo, cor, *habitus* e *ethos* conseguem adquirir uma posição igualitária no que diz respeito ao acesso dos dispositivos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Em outras palavras, onde todos têm a garantia do usufruto dos bens econômicos, ambientais e socialmente dispostos.

A equidade não pode ser definida em termos de um padrão homogêneo de bem-estar, da repartição do estoque de recursos disponíveis e da distribuição dos custos da contaminação do ambiente global. [...] é a condição para desarticular os poderes dominantes que atuam sobre a autonomia dos povos, e para possibilitar a apropriação dos potenciais ecológicos de cada região mediados pelos valores culturais e pelos interesses sociais de cada comunidade (LEFF, 2006, p. 467).

A grande problemática reside no fato de que na atual conjuntura da economia global as garantias e direitos, em todos os níveis da vida humana, passam a ser mais privativos e segmentários, dado o nível avançado de mercantilização da sociedade e dos recursos ecológicos imposto pelo regime capitalista, conforme o exemplo de Coari corrobora ao receber atenção econômica, sem contudo, haver atenção para os outros campos relevantes para a consecução da sustentabilidade.

3) Dimensão cultural

a) Incentivo

A tradição cultural é um constructo societário, um modo usado pelas populações humanas a fim de organizar sua vida social, econômica e política, levando-se em consideração crenças, valores e mitos repassados por várias gerações. A organicidade desses segmentos humanos a partir de paradigmas específicos de comportamento socioambiental é fundamental

para a elaboração das identidades culturais. O elo de pertencimento a um dado grupo e ser reconhecido por este significa a aceitabilidade de regras de lealdade e solidariedade mútua, significa ainda demandar, ser julgado ou julgar-se a si próprio em conformidade com os modelos importantes para identidade (MIGUEZ, FRAXE e WITKOSKI, 2011) cultural.

Um dado relevante trata dos incentivos para atividades simbólicas, 100% dos sujeitos pesquisados informaram que não recebem incentivo financeiro algum para realização de atividades como festejos, festa do padroeiro e arraiais, corroborando o que fora levantado por Soler (2009) quando apontou a fragilidade identitária, cultural e dos valores locais em Coari.

Em Coari, o emprego, análise e discussão do *habitus* no contexto ambiental, que é um constructo dialético, cultural e histórico, encontra forte ponto de ancoragem na categoria sustentabilidade, uma vez que *habitus* é

[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Na compreensão teórico/prática feita por Bourdieu, o *habitus* representa um sistema de disposições atravessado pela historicidade social humana que sobrevive no mundo contemporâneo, que, atualizando-se igualmente por meio das práticas sociais, tenciona a perpetuar-se na vida vindoura. Sendo um princípio generativo de estratégias que possibilitam fazer frente a situações inesperadas e sempre reconstruídas, cria práticas sociais que aparecem como determinadas pelo futuro, mas que estão determinadas pelas primeiras experiências, pelas condições passadas de sua produção (FRAXE e WITKOSKI, 2007).

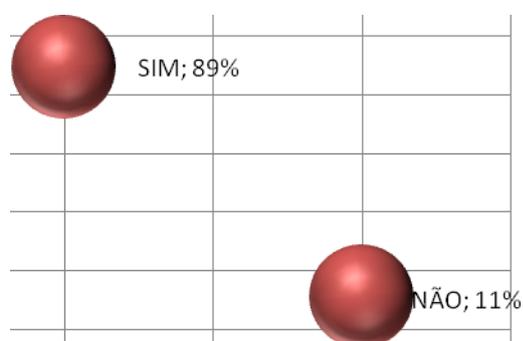
[...] o conceito de *habitus* não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; ao contrário, a ordem social constitui-se através de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história. A total coerência, ou melhor, a total reprodução das estruturas, não é uma perspectiva contemplada pelo *habitus*. O princípio que funda o conceito é o da relação dialética entre uma conjuntura e sistemas de disposições individuais em processo de interação constante com as estruturas. Assim, a perspectiva histórica, a interpenetração entre passado, presente (trajetória) e futuro (o devir) são dimensões constitutivas dos *habitus* individuais (SETTON, 2002, p. 65-66).

É amplamente aceito entre os estudiosos da sustentabilidade que esta não se prende a fatores tridimensionais clássicos (social, ambiental e econômico), mas importa ampliá-lo incorporando as dimensões política e cultural com igual importância para a consecução da sustentabilidade.

b) Participação

Apesar de não receberem apoio algum de órgãos públicos e privados, ainda assim 89% das famílias disseram que participam ativamente de festejos que são realizados em Comunidades vizinhas, como evidencia a figura abaixo. As principais festas onde os comunitário de Esperança II participam são o Festejo de Nossa Senhora do Carmo (Vila Boa Vista), Festejo Nossa Senhora Aparecida (Comunidade Esperança I), Festejo São José (Comunidade Saúba), Festejo de São Pedro (Comunidade São Pedro da Vila Lira); e 11% disseram não participar de nenhuma festividade.

Figura 71: Participação ativa atividades culturais



c) Outros dados sobre as condições culturais

Tal qual Coari, que realizava a Festa da Banana em dezembro de cada ano, a Comunidade Esperança II realizava o Festejo Menino Deus, em dezembro de cada ano por ocasião do Natal. A migração para outras festividades em comunidades vizinhas refere-se a uma tentativa de dar continuidade a uma necessidade imaterial suprimida do seio da comunidade há alguns anos. Nesse sentido, 100% das famílias disseram que a tradição cultural de Menino Deus fora extinta e relatam isso com saudosismo e vontade de, em breve, voltarem a realizar o referido festejo, de modo a se notar uma mudança no seu *habitus* social.

Convém, todavia, assinalar a relevante questão posta por Setton (2002, p. 66), ao indicar o *habitus* de um ser individual moderno, que é permeado pela interação de diferentes ambientes, cuja caracterização não dispõe de modelos de conduta fechados. Isto posto, vê-se a prospecção para se racionalizar acerca da criação identitária social do indivíduo moderno a contar de um “[...] *habitus* híbrido, construído não apenas como expressão de um sentido

prático incorporado e posto em prática de maneira “automática”, mas uma memória em ação e construção”. O *habitus* é cultural e é transmitido cultural e historicamente em determinado contexto, distinto da cultura imediata.

Se para Bourdieu, parte preponderante das ações dos agentes sociais é resultado de um encontro entre um *habitus* e um campo, que é a conjuntura social, as estratégias aparecem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica (SETTON, 2002).

A concepção introduzida por Bourdieu, ao mencionar a importância da noção de trajetória social, rompe uma ótica estática do *habitus*. O *habitus* não representa um sistema fixo e imutável de disposições que determinariam de maneira mecânica as representações e ações dos indivíduos e que garantiria a reprodução social pura e simples. As condições postas no campo social do momento não elucidam completamente o *habitus*, que é sujeito a modificações. A trajetória social de um grupo ou do indivíduo, isto é, a sua mobilidade social (ascensão, rebaixamento de nível ou estagnação), somatizada por muitas gerações e internalizada, deve ser considerada para se analisar as variações do *habitus* (CUCHE, 2002).

Daí a necessidade da ênfase da vinculação da categoria *habitus* no processo de sustentabilidade, em afirmação à diversidade cultural como condição e princípio indispensável do desenvolvimento sustentável e em oposição à visão homogeneizante, unívoca e estreita do *status quo*.

Ademais, considerando as categorias *habitus* e sustentabilidade e a sua estreita relação, rompe-se com os atuais discursos do desenvolvimento sustentável e, conforme Lima (2005), se afirma a sustentabilidade não apenas presa aos critérios de desenvolvimento humano e de conservação ambiental, mas ainda se enfatiza as noções de território e de processos identitários dos segmentos humanos.

Importante destaque deve ser dado à menção feita por 56% das famílias que lembraram da realização da Festa da Banana na cidade. Esse fato pode ser considerado em virtude da proximidade da comunidade em relação à área urbana, cerca de 45 minutos de viagem fluvial. Inclusive muitos deles disseram que participavam da referida festa suprimida há mais de uma década em Coari.

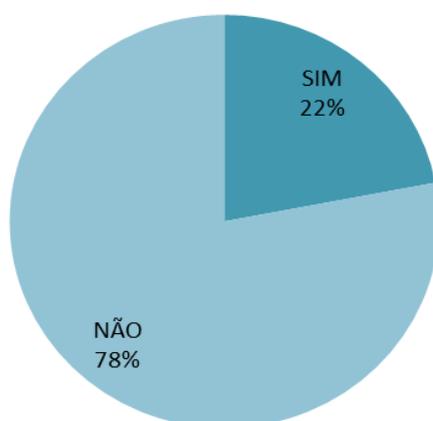
Tal fenômeno não pode passar despercebido dada a importância que representa na contemporaneidade, sobretudo porque englobam questões pertinentes à cidadania e sustentabilidade do homem amazônico enquanto sujeito histórico e de direito.

4) Dimensão político-institucional

a) Organização social

Quanto à adesão ou participação em instituição de mobilização social, a maioria das pessoas pesquisadas (78%) disseram não participar de nenhuma forma de organização social como sindicato, associação, cooperativa e outros; e somente 22% alegaram serem partícipes de colônia de pescadores, localizada na cidade de Coari, no perímetro urbano, conforme figura abaixo:

Figura 72: Participação grupo sociopolítico



Esse dado revela baixo poder mobilizatório, o que pode dificultar ações de reivindicações de melhorias das condições de vida na comunidade, tais quais: instalação de poço artesiano, liberação de energia elétrica, instalação de escola na comunidade e atendimento médico-odontológico na comunidade e até mesmo em questão referente aos recursos pesqueiros, principal meio de sobrevivência física da comunidade.

O fato da pouca adesão a movimentos organizativos, talvez, se dê em função de que essas formas associativas oficiais sejam estranhas às dinâmicas sociais do homem ribeirinho que imprimiu outros modos societários de cooperação no seu território político.

b) Informação

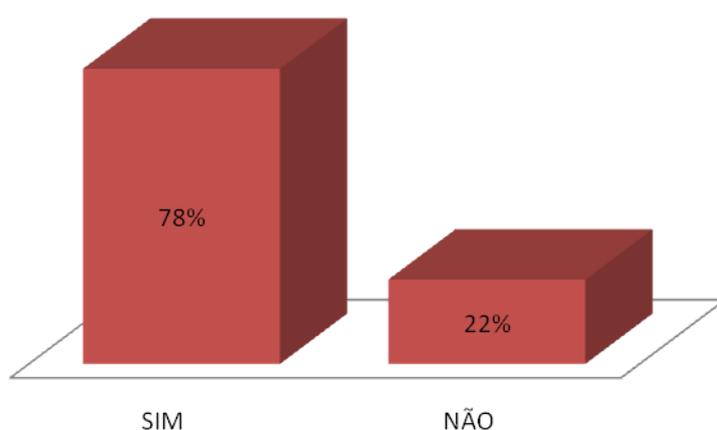
Referindo-se ao papel central do acesso a informações nos espaços públicos, Kant de Lima, Mota e Pires (2005) alegam que a informação concede valor e prestígios aos que dela se apoderam: quem sabe mais consequentemente pode mais e quem pode mais sabe mais também. No outro caso, os autores dizem que a informação desempenha papel normalizador

mobilizatório.

Quando questionados sobre o conhecimento da existência do gasoduto, a resposta de 100% revela quão fortemente a presença da Petrobras tem impactado o cotidiano comunitário, afinal cotidianamente têm sido influenciados pelas atividades petrolíferas.

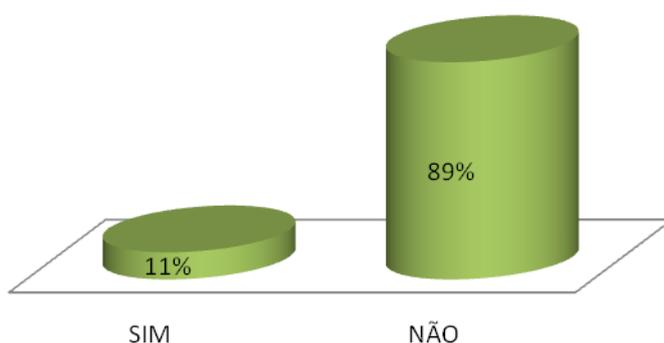
Referente à participação nas audiências sobre o gasoduto, conforme figura 73, temos um bom processo participativo, uma vez que para 78% alegaram ter participado em algum momento dessas atividades e 22% disseram que não. Dos que alegaram ter participado, 100% disseram não saber qual a finalidade das audiências e consultas públicas sobre o gasoduto.

Figura 73: Participação audiência ou consulta gasoduto



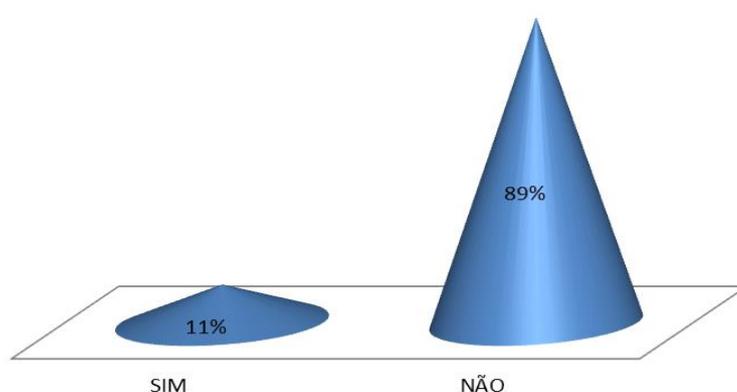
Outros dados preocupantes referem-se ao grau de conhecimento sobre um dos incentivos mais importantes percebidos pelo município em contrapartida das atividades petrolíferas, que são os *royalties*. Para 89% não sabem dizer do que se trata e somente 11% o sabem (Figura 74). Os mesmos valores percentuais se repetem quando se questiona para que finalidade a cidade recebe *royalties* (Figura 75). Mas objetivamente, ampla maioria sabe que a cidade recebe somas importantes de dinheiro, sem saber que recursos são esses e o que quer dizer *royalties*.

Figura 74: Conhecimento sobre *royalties*



O insuficiente conhecimento acerca de dos recursos recebidos em forma de *royalties* coopera para que as condições de mau uso do dinheiro público seja perpetuado na cidade, conforme amplamente noticiado nos últimos anos escândalos de esquemas de desvios de grandes somas de dinheiro público e toda sorte de corrupção. Além disso, quando não se tem nitidez informativa sobre assuntos de interesse público o controle democrático sobre a vida social fica amplamente prejudicado, concorrendo, por conseguinte, para condições de insustentabilidade socioambiental, como o caso na “Rainha do Solimões” mostra.

Figura 75: Conhecimento sobre propósito *royalties*



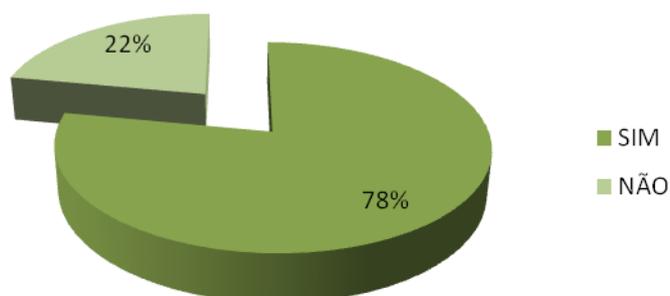
Vale lembrar, todavia, que a fiscalização e controle sobre os gastos dos valores de *royalties* repassados às cidades do petróleo não compete à ANP, mas, atualmente, aos Tribunais de Conta dos Estados produtores (RIVAS, MIRANDA e MOURÃO, 2011).

Neste caso, não se pode, todavia, prescindir de um instrumento importante: o controle social. O controle social introduzido pela Constituição Federal de 1988 inovou defendendo que a vida social deve ser administrada e controlada por toda sociedade por meio de processo participativo, quer pelos conselhos de representação paritária, que por instituições da sociedade civil organizada através da luta política. O controle social, dessa forma, constitui um valioso e indispensável instrumento para evitar situações de desigualdade social e que condições perniciosas em vários campos da vida humana se reproduzam e se perpetuem.

A falta de engajamento político, de participação consciente, de mobilização, de informação necessária e postura crítica nos espaços institucionais e diante da coisa pública é nada mais que um processo antidemocrático. No momento em que o processo decisório escorrega das mãos dos principais interessados (a sociedade em geral), poderá haver um pequeno grupo sociopolítico que atuará em benefício próprio ou de terceiros, concorrendo para que igualdade e a liberdade como princípios éticos fundamentais sejam apenas retórica.

No que tange à percepção dos prejuízos sofridos pela comunidade (Figura 76), ampla maioria (78%) disse que sofreu prejuízos diversos e 22% alegaram não haver nenhum percalço com as atividades extrativas de recursos fósseis nas imediações da comunidade.

Figura 76: Percepção sobre prejuízos à comunidade



Muitas vezes, as amarras sociopolíticas não permitem às pessoas visualizarem as razões pelas quais determinadas conjunturas lhes são impostas. A percepção, neste caso, toca a processos vivenciados no seu cotidiano, onde se estabelecem disposições diversamente desiguais nas relações societárias de poder e conflitos.

5) Dimensão econômica

a) Renda

A maioria (45%) recebe por meio das atividades de pesca e agricultura o valor de 3,5 a 7 mil reais anuais; 22% acima de 7 a 12 mil reais por ano; 22% até 3,5 mil reais e 11% não soube informar quanto acumula por ano por meio dessas atividades produtivas (Figura 77).

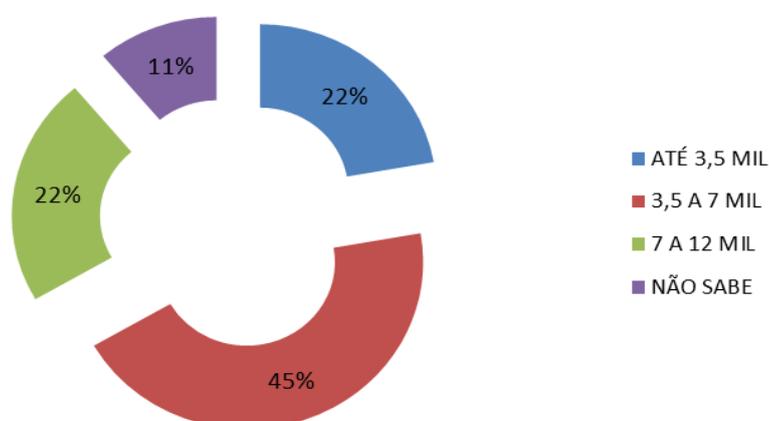
No acumulativo, 89% recebe até 12 mil reais anuais por meio de venda de produtos pesqueiros e agrícolas. Se tomarmos por base o que diz o Dieese (2013) como renda anual familiar ideal para uma vida digna, eles deveriam receber pelo menos R\$ 30.737,64 anuais. Ou seja, quase 90% das famílias têm renda familiar anual muito aquém ao que defende o Dieese (sem contar no caso da informante que não soube dizer quanto consegue obter de renda anual).

Por mais que os principais produtos alimentares dessas populações sejam extraídos do solo (agricultura), da água (extrativismo animal da pesca) e da floresta (extrativismo vegetal e animal), existem necessidades humanas como saúde, educação, segurança, lazer, previdência e outras que podem ser acessadas mediante aquisição monetária e a baixa renda familiar

compromete essas possibilidades.

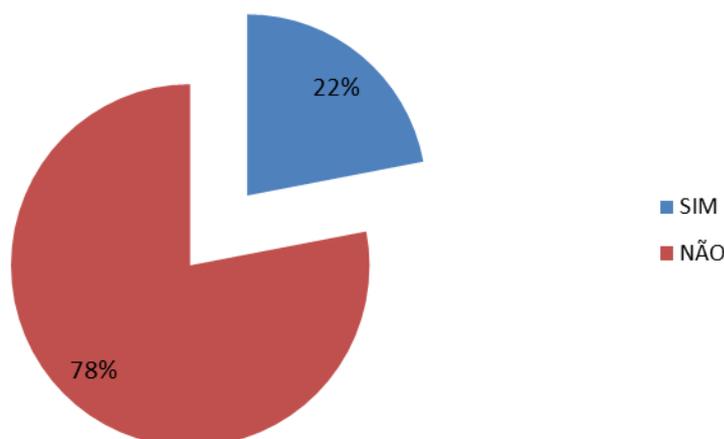
Fato mais preocupante ainda toca ao fato de estarem tão próximos de uma fonte enorme de riqueza natural e que gera somas volumosas de dinheiro e serem diariamente tão fortemente impactados negativamente que nem sequer conseguem melhorias no campo da renda familiar anual. Quanto à renda de várias comunidades, dentre elas a da Comunidade Esperança II, “[...] é muito baixa a renda monetária [...] seja ela provinda do trabalho assalariado ou não-assalariado, de aposentadorias ou de diferentes programas de transferências de renda [...]” (MOURÃO, RIVAS e FRAXE, 2011).

Figura 77: Renda anual familiar



Quando se compara a renda objetivamente recebida e a percepção que as famílias têm sobre a renda familiar anual temos uma noção grave da situação: ampla maioria, 78%, disse que a renda familiar não é suficiente para as necessidades do lar e 22% disseram que sim (Figura 78). A triste realidade é mais angustiante para as populações rurais amazônicas, que geralmente, são agricultores familiares, extrativistas vegetais e animais majoritariamente para sua subsistência e em menor escala para comercialização dos excedentes.

Cumpram destacar sobre a parte excedente das atividades produtivas o que bem apontaram Mourão, Rivas e Fraxe (2011, p. 152) “[...] quando há um excedente de alguma cultura, este é comercializado ou é trocado entre os vizinhos por outros produtos, havendo assim um sistema de troca entre as famílias de agricultores [...]”, de modo a ser estratégias de enfrentamento das condições adversas e de sobrevivência por meio da cooperação comunitária.

Figura 78: Percepção sobre suficiência de renda anual familiar

Num país onde a desigualdade social é uma marca histórica, a desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida e de renda familiar *per capita* injeta a maioria das famílias brasileiras numa condição de perversidade e injustiça social, repercutindo sobremaneira sobre todos os outros campos da vida, quer no plano objetivo ou simbólico.

As condições de pobreza, desigualdade social e precarização da vida das populações são instrumentos de empecilhos aos usufrutos dos benefícios da vida em sociedade, quer sociais, econômicos, políticos e ambientais. Especificamente sobre a pobreza³⁷, entende-se como um fenômeno multidimensional e multifacetado atrelado a fatores econômicos, sociais, políticos, ambiental e educacional, podendo existir isoladamente um ou mais desses fatores associados.

Machin, Fortunato e Morales (2010) assinalam que na maioria dos países na Região das Américas está situada parte considerável de pessoas vivendo em condições de pobreza. Mesmo que nos últimos anos tenha se verificado importantes avanços na redução desse quadro de pobreza e extrema pobreza, pesquisas prospectivas que usam o coeficiente de Gini sugerem, se porventura algo não for realizado, as condições de vida da população da região persistirá sendo a mais perversa do mundo em 2015.

O pauperismo e miséria, entendidos como uma das faces da questão social³⁸, como condições existenciais que comprometem a capacidade construção de condições de vida digna

³⁷Stahel (1995) citando Gorz (1978, p. 6), todavia acrescenta “[...] cumpre lembrar a distinção feita por Gorz entre pobreza e miséria. Enquanto a miséria representa um estado de privação que põe em xeque a própria sobrevivência física do indivíduo, a pobreza é necessariamente uma questão relativa, frente aos valores socialmente aceitos do que seja necessário. Assim, no exemplo de Gorz, um camponês andino sem sandálias, um cidadão chinês sem bicicleta ou um operário alemão sem condições de comprar um automóvel do ano, sentem a mesma frustração e experimentam o mesmo sentimento de privação e de pobreza”.

³⁸ Sobre a questão social vide Ianni (1991).

e cidadã dos sujeitos devem ser analisados a partir de sua constituição sociohistórica e política de um determinado grupo social.

Isso ocorre porque “[...] O pauperismo não se reproduz do nada, mas da pauperização. [...] A miséria, a pobreza e a ignorância, são ingredientes desses processos [...]”, frutos da relação entre capital e sociedade, convertendo-se em pauperização das pessoas, conforme as orientações presentes na própria estrutura do capital global (IANNI, 1991, p. 6). E na Amazônia as tramas que dão tom, sentido e funcionamento à sociedade demonstram a sua face mais cruel e perversa.

b) Energia

A Comunidade Esperança II não dispõe atualmente de energia elétrica pública, apesar de todo o posteamto de alta e baixa tensão e ramais residenciais estarem devidamente instalados. Os comunitários possuíam um gerador comunitário que há vários meses está inoperante por problemas mecânicos. Como estratégia, as famílias que puderam adquiriram um gerador a gasolina de pequeno porte para assistirem a programações televisivas das 18h até às 22h, diariamente. As famílias que não têm motor de luz, comumente, vão ao entardecer assistir a TV na casa de vizinhos, lá permanecendo algumas horas.

Nesse sentido, quando questionados sobre alguma modificação ou melhoramento de energia elétrica com o gasoduto para a comunidade, todos os informantes (100%) disseram que não houve nada disso. Esse fato se complexifica, pois na margem esquerda do rio, em frente à comunidade, já possui energia elétrica e os moradores da Comunidade Esperança II estão há 3 anos vivendo diariamente a expectativa de liberação da energia elétrica por parte da Petrobras, conforme dito por muitos informantes.

Isso faz com que a totalidade dos sujeitos abordados (100%) tenham revelado desejo profundo por existência fornecimento de energia elétrica no local, tendo em vista os diversos benefícios para sua cotidianidade e melhoramento de suas condições de vida.

Muitos moradores almejam ser beneficiários da transmissão de energia elétrica e em razão disso e diante da privação a que até hoje são submetidos, compram gelo nos frigoríficos na cidade para a conservação de alimentos e para beberem água gelada, assim como para preparo de sucos e outras bebidas.

A corrida civilizatória por energia via combustíveis do ciclo fóssil trouxe uma série de repercussões para a história humana, conforme abaixo:

A civilização atual chegou ao limite da vaidade ao acreditar na própria auto-suficiência a partir do momento em que descobriu a existência dos combustíveis fósseis e passou a utilizá-los, provocando, assim, a separação entre a humanidade e a natureza (CARVALHO, 2007, p. 60-61).

Para a Comunidade Esperança II, mais que isso, houve um processo de reflexividade, desencaixe de deslocamento tempo-espaco e, sobretudo, alteração na topofilia, que é o elo afetivo-emocional havido entre homem e entorno ambiental, em resultado da exploração de recursos fósseis na Bacia Petrolífera de Urucu e, especialmente, da instalação do Terminal Solimões nas imediações da comunidade.

c) Atividade produtiva

Sobre as atividades produtivas das comunidades do Médio Solimões, “a economia das populações da várzea está intimamente ligada ao regime das águas, determinando práticas tradicionais de produção agroflorestral e da pesca, oriundos dos antecedentes indígenas e ribeirinhos e embasadas na mão-de-obra familiar [...]” (MOURÃO, RIVAS e FRAXE, 2011, p. 167).

As principais atividades de trabalho dos moradores da comunidade se dividem no uso da terra e da água (agricultura e pesca). Na terra, 100%, quer nos sítios ou em terra-firme por serem trabalhadores rurais, plantam os produtos necessários para sua sobrevivência e a parte excedente comercializam tanto diretamente na Feira do Produtor Rural de Coari ou vendem para os marreteiros, que são compradores que adquirem os produtos a um preço menor e os vendem na cidade por valores bem acima dos preços adquiridos junto aos produtores rurais. A farinha de mandioca ocupa uma posição centralizada na produção e na dieta alimentar dos comunitários da Comunidade Esperança II. A interação homem-natureza revela uma relação de complementaridade forjada na história que se construiu nessa aproximação, e nesse bojo o ser amazônico inventa técnicas de manejo e se reinventa a si próprio a partir do etnoconhecimento.

Nas várzeas de trabalho, o ribeirinho e sua família desenvolvem de modo precípua (embora não exclusivo) atividades agrícolas em que o cultivo de mandioca ocupa lugar central. Em razão da natureza do trabalho agrícola, na várzea, o sítio (áreas cultivadas em volta da casa) e o pousio (terras que os ribeirinhos deixam descansar para a recuperação da fertilidade) são lugares de produção extremamente importantes em suas vidas. O sítio é um território importante porque ajuda a alimentar a família ribeirinha e é capaz de produzir alguma renda na forma de moeda. Por meio da prática do pousio [...] nota-se que o ribeirinho possui uma visão muito particular do tempo, o que implica buscar compreender a racionalidade

econômica que permeia as suas atividades, na reciprocidade tempo de trabalho *versus* tempo de produção e seu comportamento em função da tirania cíclica na natureza (WITKOSKI et al, 2011, p. 179).

Nas propriedades rurais do Médio Solimões em sua maioria verifica-se manejo por agricultores familiares. No contexto amazônico, a agricultura familiar é predominante. Essa atividade se distingue daquela empregada pelos grandes empreendimentos empresariais dos agronegócios uma vez que sua forma de organização e exploração não se prendem aos critérios de produção/rentabilidade econômica, mas, principalmente, é voltada para o atendimento das carências e objetivos das famílias e sua reprodução sociocultural (PEREIRA, FRAXE e CASTRO, 2011).

Especialmente porque na Amazônia os modos de vida e a forma de produção material dos povos tradicionais, apesar de serem influenciadas pela sociedade urbano-industrial capitalista, demonstram relevantes formas de acesso e apropriação de recursos ecológicos, onde se visualizam exemplos de função reativa desses povos numa perspectiva de defesa de espaços ecológicos voltados ao uso comum (WITKOSKI, FRAXE e MIGUEZ, 2011), que longe de uma visão romantizada e utópica vazia, embora se reconheça serem promotores de degradação, são modos existenciais de interação cultural e socioambiental mais sustentáveis.

Em que pese o caráter histórico e consolidado do modo de vida das populações tradicionais, vale destacar que, nos últimos anos, as suas organizações sociais vêm sofrendo certos abalos, em função do crescimento das exigências de mercado e alimentado pelos preceitos da razão arrogante. Cabe destacar que o legado e lição que as populações tradicionais, dentre as quais destacamos as amazônicas, dão à sociedade moderna mundial é a possibilidade de compatibilidade entre desenvolvimento e conservação ambiental. A experiência destas sociedades e populações permite afirmar, na verdade, que o capital não pode sujeitar os demais aspectos da vida social como hoje ocorre. Não pode o capital submeter a cultura, a epistemologia tradicional, os biomas e ecossistemas, bem como as escolhas tecnológicas para cada realidade, enfim, a dignidade humana (HAOXOVELL-LIRA et al, 2012, p. 122).

Na água (Figura 79), 89% obtém o outro principal alimento usado durante todo o ano, que é o peixe de escama ou liso. Aqui novamente, uma parte significativa da captura é destinada para autossustentação familiar e outra é vendida para marreteiros, na Feira do Produtor Rural ou diretamente para os frigoríficos que destinam os peixes para Tabatinga, no caso de peixes lisos.

O padrão de consumo alimentício do ser amazônico de várzea é formado basicamente por consumo diário de peixe (liso e/ou de escama), farinha de mandioca e complementado por verduras diversas e frutas (NEVES, 2005), assim como a banana.

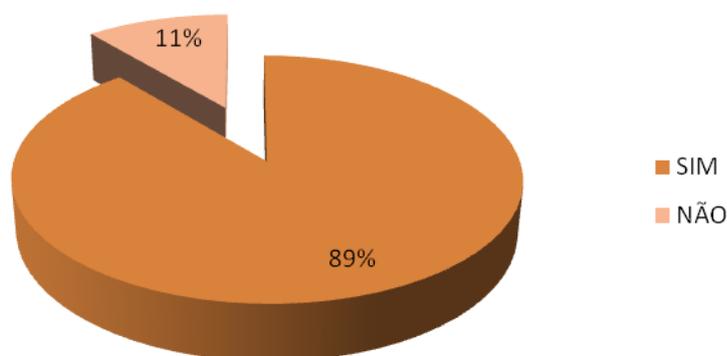
Cabe mencionar que para os moradores das várzeas, além das particularidades do uso da terra e as definições de propriedade e dos recursos ambientais, a pesca constitui relevante fonte de renda e de alimentação (LIMA, 2005).

O peixe é a mais importante fonte de proteína animal para as sociedades ribeirinhas. Estas praticam a pesca de subsistência durante o ano inteiro, mas no período de maior fartura pesqueira (na vazante/seca) dedicam seus esforços à pesca comercial, de modo que existem diferenciações na variação e no quantitativo de espécies capturadas no transcorrer dos ciclos sazonais dos rios (FRAXE et al, 2011). Não havendo pesca comercial em grande escala na Comunidade Esperança II (MOURÃO, RIVAS E FRAXE, 2011).

Tal é a importância alimentar do peixe para o morador das comunidades de várzea que a citação abaixo elucida perfeitamente essa questão:

[...] é comum a família permanecer esperando o filho e/ou o esposo que se dirigiu à pesca, para começar a servir o almoço para os que permanecem em casa. E, se houver grande demora ou pouca chance, os familiares que aguardam alegam estar sem comida, mesmo que permaneçam todo o tempo ingerindo alguma fruta, comendo farinha ou algum tubérculo (NEVES, 2005, p. 143).

Figura 79: Atividade produtiva pesca



A pesca de subsistência explora, de maneira mais equitativa, um maior número de espécies. Os instrumentos e meios de captura dos recursos pesqueiros, por exemplo, são diversos na ilha da paciência (Amazônia Central): malhadeira, caniço, tarrafa, flecha, espinhel, anzol, linha de mão, arrastadeira, zagaia, arpão e redinha (FRAXE, et al, 2011), mas que também serve de parâmetro para a Comunidade Esperança II, de acordo com os informantes.

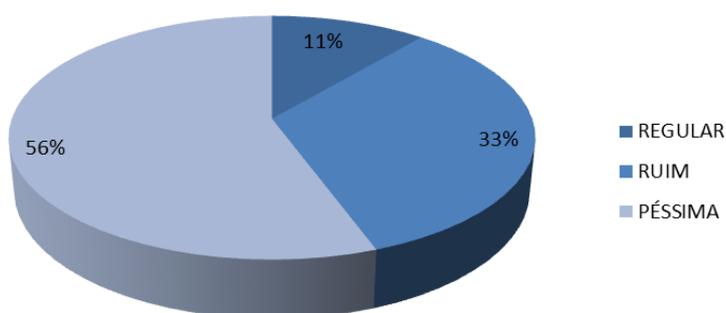
Juntos, farinha de mandioca e peixe são responsáveis por combater a subnutrição humana por falta de proteína, devido ao alto consumo de pescado e farinha na região (RIVAS e MOURÃO, 2011).

As formas de organização do trabalho e de apropriação da renda nas populações amazônicas são complexas e diferem, em alguns aspectos, do que se verifica no sistema capitalista tradicional. Com a produção, em sua maioria, é voltada para a sobrevivência da família, o produtor ou o pescador não tem por hábito elaborar a contabilidade financeira – despesas e receitas realizadas na produção. Esse fato dificulta enormemente a separação entre os gastos com a família – subsistência – e o que é propriamente comercializado (MOURÃO, RIVAS e FRAXE, 2011, p. 157).

Dentre as várias respostas que se possa dar para diferenciar o homem de outras formas de existência na natureza (dentre as quais a possibilidade de fala, a posição ereta que o coloca de pé, ou até por se tratar de o único a ter capacidade de pensar e refletir), o fator diferencial determinante é o trabalho e a capacidade produtiva para reproduzir a vida (SANTOS, 2012). Por esta razão, o trabalho humano significa uma categoria analítica central na vida do homem de Esperança II.

Por fim, para 56% as atividades petrolíferas foram péssimas para as condições de vida na comunidade, 33% as consideraram ruins e 11% regulares. No conjunto, não houve alusão de que a relação tenha sido ótima ou boa, conforme corrobora a figura abaixo:

Figura 80: Relação exploração de petróleo e condições de vida



Vale lembrar que quando se pretende mensurar a sustentabilidade de uma sociedade é importante levantar dados que abordem a multidimensionalidade dos campos social, ambiental, cultural, político-institucional e econômico. Apesar dos benefícios preconizados pela Petrobras em forma de compensação (construção de ramais de gasoduto para todos os municípios do traçado; lançamento de fibra ótica ao longo de todo o traçado, incluindo os municípios interior para sua inclusão digital com a capital; convênio de R\$ 42 milhões com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável, que incluem perfuração de poços de água potável, edificação de escolas e salvamento de sítios arqueológicos e projetos de capacitação da mão-de-obra) (BRASIL, 2007), Coari, foi imersa numa problemática perniciososa em virtude de que o gasoduto certamente causou diversos impactos

socioambientais negativos em virtude do empreendimento em Urucu.

6.4. Percepção Ambiental e iconografia da Comunidade Esperança II

Da percepção entende-se como um processo seletivo de apreensão da realidade. Se esta realidade é apenas uma, as pessoas a visualizam de maneira diferente. A tarefa que nos cabe é transpor a paisagem entendida como aspecto e alcançar o nível do significado (SANTOS, 2012), de modo que o aparente seja desvelado a partir dos múltiplos fatores determinantes de alterações da percepção ambiental e na paisagem de um território ambiental.

As imagens registradas podem representar apenas um recorte de uma realidade dinâmica, mas antes de ser isso, são um recorte carregado de felicidades, reclamos, insatisfações, sonhos, histórias de vida, privações, decepções e expectativas que são construídos a partir das subjetividades e objetividades, e demonstrada por meio das lentes culturais de determinado segmento populacional.

São, pois, as formas pelas quais determinada população ou grupo humano se expressam por meio da espacialização de aspectos relevantes e centrais num discurso imagético e por isso não pode ser ignorado ou dado pouca importância quando se trabalha os métodos percepção ambiental e etnográfico.

Atualmente a Comunidade Esperança II possui 19 famílias com um total de 73 pessoas, considerando adultos, adolescentes e crianças. Na área pesquisada da comunidade, estão situadas 9 famílias, distribuídas por 9 domicílios.

As principais atividades econômicas da comunidade são a agricultura, a pesca e extrativismo vegetal, assim como a criação animal de gado bovino, porco, carneiro e pequenos animais (galinha e pato). Essas atividades são realizadas tanto para autossustentação alimentar quanto para venda na cidade a fim de aquisição de recursos econômicos capazes de prover outras necessidades humanas não satisfeitas.

Figura 81: Típica casa de ribeirão da várzea com marcantes traços culturais



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Nas cheias, os quintais ou sítios (área ao redor das casas), anteriormente usados para plantio de diversas espécies vegetais em tempos de seca ou vazante, se tornam territórios para captura de recursos pesqueiros, sendo comum se observar o ateamento e armação de espinhel e malhadeira, especialmente, e outras formas de captura de peixes ao redor das casas, conforme figura acima explicita.

Além dos subsistemas de roças existem os subsistemas de quintais. Estes são áreas ao redor da residência onde são criados animais e cultivadas árvores frutíferas, grãos, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, sob os cuidados das mulheres e crianças especialmente. As culturas servem como complementação da produção obtida em outras áreas da propriedade, como a roça, a floresta e as capoeiras melhoradas, de forma a servir tanto para subsistência quanto para a comercialização (MOURÃO, RIVAS E FRAXE, 2011, P. 152).

Todas as casas dos caboclo-ribeirinhos pesquisados foram erigidas em madeira e suas bases são as palafitas, espécie de sustentação elevadas do solo para proverem refúgio das águas nos tempos de cheias, que vão normalmente de começo de março até fins de julho; e as vazante e/ou seca ocorre, normalmente, entre agosto e fevereiro. Trata-se de estratégias criadas culturalmente por essas populações que convivem anualmente por tempos alternados de seca/vazante e cheias, severas ou não (Figura 82).

Figura 82: Anciã e seu neto em casa palafita ribeirinha



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

No entorno do médio rio Solimões [...] o ciclo das alagações e vazantes/seca configura dois modelos de organização da vida social e produtiva. O das cheias [...] entre março e junho/julho; e o da vazante/seca, entre agosto/setembro e fevereiro, com repiquete esperado por volta de dezembro (NEVES, 2005, p. 105).

Todas as residências dos caboclo-ribeirinhos possuem em seu quintal pequenas plantações de hortaliças, geralmente cebolinha (também conhecida também como cebola de palha), pimenta doce (pimenta cheirosa), pimenta ardente, cheiro verde e chicória normalmente em canteiros suspensos (Figuras 83 e 94) e outras árvores frutíferas resistentes às cheias. Parte da produção de hortaliças é para próprio consumo e outra parte é vendida na Feira do Produtor Rural em Coari e em outros locais na cidade, o mesmo se repete em relação a outros produtos.

Os agricultores de várzea dedicam-se a cultivos de ciclo curto: mandioca e macaxeira, cará, milho, feijão, verduras (cariru, maxixe, couve, repolho, coentro, chicória, tempero verde e pepino. Mantem algumas árvores frutíferas [...] dado dos efeitos maléficos da alagação (limão, jenipapo, jambo, manga, pupunha, cupuaçu, caju, jaca etc) (NEVES, 2005, p. 141).

As populações residentes nas Várzeas Amazônicas apresentam condições de vida mais difíceis em comparação com os sujeitos das terras firmes. Eles dispõem de um tempo menor para preparo da terra para agricultura e por isso estabeleceram interações culturais e

ambientais distintas com o entorno ambiental em relação ao ser amazônico de terra firme (LIMA, 2005).

Figura 83: Canteiro suspenso de cebola de palha (cebolinha)



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Os canteiros suspenso representam um sistema de continuidade produtiva numa época que para muitos significa ser até mais nocivo e devastador que a própria seca, a época das cheias. Se para o Nordeste e Sul Brasileiro as secas significam um fenômeno natural de grande lesão socioambiental, na Amazônia as cheias tem sido mais frequentes, seus efeitos mais extraordinários e destrutivos que as secas, conforme nos lembram Taddei e Gambogi (2010).

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearão a sua organização social em um sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto desenvolveram-se o homem e a sociedade amazônica, ao longo de um secular processo histórico e institucional (MENDONÇA et al, 2011, p. 94).

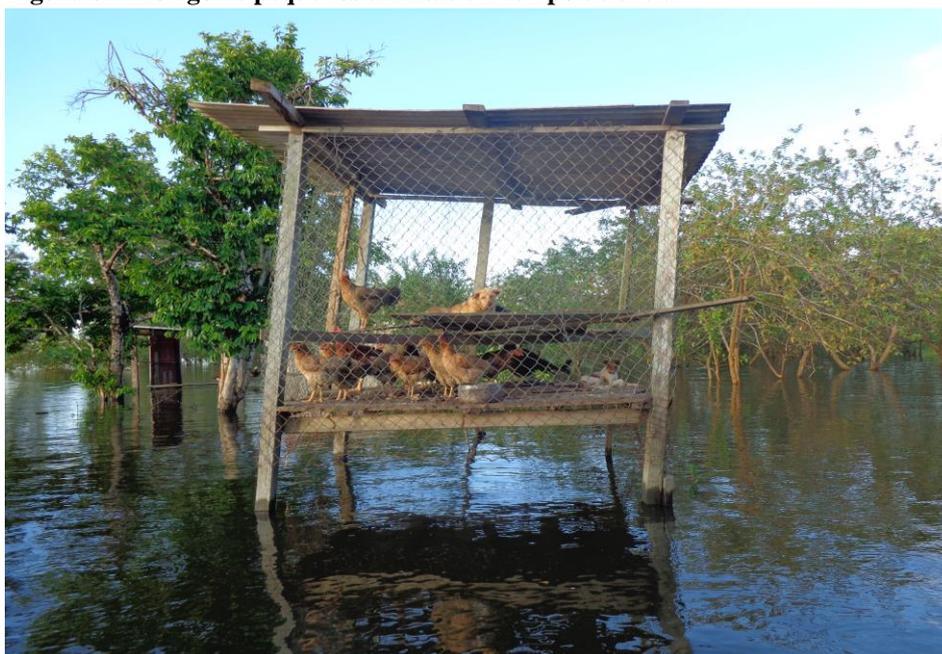
Figura 84: Canteiro suspenso de hortaliças



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

As condições ambientais impostas pelas cheias aos moradores de várzea suscitaram noções e práticas de adaptabilidade do homem amazônico construídas secularmente (Figura 85). São sujeitos que não dispõem de terra seca o tempo todo, mas ainda assim, nas cheias, elaboram racionalmente estratégias inteligentes para garantir sua produção e formas de alimentação e aquisição monetária e, portanto, produção e reprodução simbólico-material.

Figura 85: Abrigo de pequenos animais em tempo de cheia



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A alternância entre períodos de águas baixas e altas define o calendário das atividades econômicas na várzea. Há variações nos padrões de renda, na disponibilidade de recursos naturais e nas condições de saúde, alimentação dos moradores que respondem ao ritmo das águas do rio (LIMA, 2005, p. 12).

Há muitas evidências tanto históricas quanto antropológicas que a interação clima, natureza e sociedade é mediada pelos aspectos culturais e sociais. Isso quer dizer que os significados que damos ao clima estão intimamente unidos à ótica de mundo que possuímos e às conjunturas políticas e econômicas (TADDEI E GAMBOGI, 2010).

Os homens anfíbios, usando a expressão de Fraxe (2011) para designar os ribeirinhos que utilizam os territórios Terra-Água-Floresta, dispõem de ferramentas alternativas diante das metamorfoses impostas pelo ciclo hidrológico. As águas são suas estradas, delas também eles retiram seu principal alimento, os recursos pesqueiros.

Na terra, praticam a agricultura para obterem alimentos para sua sobrevivência e para vender os excedentes. Na floresta, realizam o extrativismo vegetal por meio de obtenção de lenhas, cascas, sementes, folhas, óleos, raízes, seivas, de frutos e outros, e o extrativismo animal, por meio da caça de animais como paca, tatu, cotia, caititu (porco do mato), aves, dentre outros para complementar sua alimentação.

A caça animal nas florestas por situar-se como atividade secundária para suprir as necessidades de alimentação das famílias e não para comércio, embora mencionada por parte majoritária dos informantes, não é uma atividade econômica tão importante para a Comunidade Esperança II, confirmando a pesquisa de Neves (2005) quando estudou os agricultores do Médio Solimões.

A caça, uma das formas de extrativismo animal, é uma prática usual entre os ribeirinhos e trata-se de uma fonte de proteína complementar à proteína da ictiofauna. Os ribeirinhos caçam na cheia e/ou na seca, num conjunto diversificado de ambientes – floresta de terra firme, lago de várzea, sítio, restinga, rio, paraná –, mamíferos e aves terrestres e aquáticas, répteis terrestres com o claro intuito de complementar a sua dieta alimentar. A caça, diferentemente dos produtos oriundos das águas de trabalho (os peixes), como extrativismo animal, é praticada essencialmente para subsistência, sendo comercializada uma parte insignificante (WITKOSKI et al, 2011, p. 180).

Figura 86: Família ribeirinha nuclear, formada pelo patriarca, matriarca e sua prole



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Abordando sobre a etnografia do homem de várzea do Médio Rio Solimões, Neves (2005) diz que se trata de sujeitos polivalentes e policultores uma vez que usam ao mesmo tempo a agricultura principalmente e complementarmente o extrativismo animal e vegetal. Na várzea o processo de adaptabilidade humana conferiu ao homem amazônico estratégias e etnoconhecimento para gerir o seu ambiente a partir de disposições específicas sujeitas a inundações e oscilações hidrológicas de maior ou menor intensidade. Além disso, para a agricultura em curto prazo o amazônida dispõe de um inteligente uso do curto período agriculturável que dura cerca de cinco a seis meses, entre uma e outra alagação.

Figura 87: Pesquisa de campo Comunidade Esperança II, Coari-AM



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A Comunidade Esperança II não dispõe de escola de educação básica própria. A explicação apresentada pelos informantes é que não há alunos suficientes que justifique a instalação de uma escola comunitária no local. O número mínimo para isso é de 25 alunos. Dessa forma, os estudantes todos os dias se deslocam pela manhã e à tarde descendo o Rio Solimões até a Comunidade Esperança I por barco de madeira fretado pela Secretaria de Educação de Coari, conforme figura 88.

Em épocas de cheias, a escola da Comunidade Esperança I, onde os estudantes da Comunidade Esperança II frequentam, fica parcialmente submersa fazendo com que os alunos tenham de se locomover para outro lugar a fim de estudarem.

Existem grandes diferenças entre a estrutura educacional existente de escolas urbanas e rurais no que tange a acesso a biblioteca, sala de estudo e qualificação docente, por exemplo. As escolas das zonas rurais são mais precárias. E se considerarmos que em ambos os territórios (urbano e rural) o financiamento educacional é equivalente (com mesmo valor *per capita*) a passividade diante dessa discrepante configuração é inadmissível (SÁTYRO e ESTRELLA, 2011).

Figura 88: Transporte fluvial de estudantes da Comunidade Esperança II



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A Comunidade Esperança II possui um sistema de posteamto elétrico com rede de alta e baixa tensão, assim como ramais residenciais instalados há mais de 3 anos, como mostra a figura 104. No entanto, segundo informações de todos os comunitários, ainda não há energia elétrica no local devido ao suposto fato de carecer de autorização da Petrobras, temendo que tal instalação possa comprometer os dutos que perpassam a área da comunidade. As retóricas infraexpostas demonstram uma reivindicação coletiva da comunidade por liberação de energia elétrica no local.

É o sonho de todos aqui (J. O. S., 36 anos).

Facilitaria a vida: daria para comprar geladeira, ligar e ver TV e outras coisas (A. G. R. S., 33 anos).

Facilita a vida: tomar água gelada, guardar alimento na geladeira e ver TV a qualquer hora (J. L. S., 43 anos).

Dava para armazenar alimentos: peixes e frutas. Energia é fonte de vida (M. O. M., 49 anos).

Outra questão sobre esse assunto, que causa constrangimento e inconformismo aos sujeitos da pesquisa é o fato de que na outra margem do Rio Solimões (lado esquerdo e em frente à Comunidade Esperança II) já existe energia elétrica. Por mais simples que possa parecer às populações urbanas ou àquelas que dispõem de acessibilidade à energia elétrica, o

não acesso aos benefícios do fornecimento de energia ainda figura como uma forma de exclusão social, sobretudo nas áreas rurais amazônicas, como o exemplo focal corrobora.

Figura 89: Rede de alta e baixa tensão instalada



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

6.4.1. Aspectos positivos sobre a percepção ambiental

O conhecimento das caracterizações e a percepção societal e ambiental de um segmento humano rural permite a identificação e descrição de problemas ecológicos, assim como a captação instantânea de um discurso construído coletivamente, suas aspirações, observações e expectativas de obtenção de uma determinada demanda (MENEZES e BERTOSSI, 2011).

Como a percepção ambiental se orienta pelas subjetividades humanas, ainda que não seja descolada das condições objetivas e concretas, os sentidos sensoriais da visão, tato, olfato, audição e paladar permitem a construção e elaboração de uma ótica de mundo que se dá a partir de uma lente cultural de determinada sociedade, que nem sempre corresponde ao ambiente, suas nuances e contradições tal como é, mas significa a ótica de mundo daqueles sujeitos sociais.

Quando questionados acerca do local que suscita alegria, felicidade ou outro sentimento bom, parte majoritária disse ser o seu roçado ou sua plantação, a saber, 33% (Figura 90), 11% fora atribuído à vista interna da comunidade e em frente à comunidade 22%,

11% declarou que é uma Samaumeira, 11% o local onde viveu perto de um Apuizeiro e 11% disse ser a casa da mãe, por representar seu vínculo de pertencimento.

Figura 90: Plantação de goiaba alagada nas proximidades das casas



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Por se tratar de agricultores, a imagem que traz alegria é o roçado tanto de banana, macaxeira, mandioca ou mesmo a plantação graviola ou de goiaba (chamado pelos informantes de goiabal) nos fundos e ao lado de grande parte das casas. Essa iconografia demonstra quão relevante é esse cultivo agrícola para essas populações, quer porque representa fruto de seus trabalhos na terra, quer por significar um dos principais meios de reprodução física e imaterial.

A percepção ambiental está vinculada a fatores atuais e passados. Se a percepção ambiental acessa mecanismos sensoriais, indicadores biológicos e a historicidade social num determinado território cultural humanamente construído, incluindo-se aí a topofilia, importa destacar, neste caso, o que a iconografia abaixo tem a revelar:

Figura 91: Samaumeira (ao centro)



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Segundo I. L. S., 44, a Samaumeira, típica árvores da região amazônica, (figura 91), ao lado de sua casa atual, já existia na comunidade antes de sua chegada há 15 anos. A árvore de cerca de 80 metros (cálculo visual e informal feito pelo próprio morador) antes ficava a 200 metros da margem do Rio Solimões, devido às frequentes embarcações (lanchas expresso, navios petroleiros e outras), que causam ondas e provocam aceleração das quedas dos barrancos à margem do rio, a árvore hoje está a cerca de 40 metros do barranco e afirmou temer que daqui a pouco tempo a Samaumeira venha a sucumbir, caindo nas águas. Inclusive, apontou e mostrou outra árvore (jambeiro) igualmente antigo que está caindo no barranco e morrendo. E conta isso com grande preocupação e tristeza.

Isso porque uma árvore não representa meramente uma estrutura material para o homem da várzea. Além disso, pode ser um ponto de referência e elo de pertencimento ambiental, um elemento de sua simbologia e cosmologia, um elemento natural que lhe dá segurança, felicidade, carregada de signos e ainda lhe provê as necessidades objetivas, enfim que compõe a sua topofilia enquanto ser intrinsecamente unido ao entorno ecológico.

Em esperança II, as intervenções causadas pelas obras do Gasoduto Coari-Manaus são mais acentuadas que em outras comunidades, causando alguns transtornos no modo de vida das famílias que habitam o lugar. Entretanto, o que se observa é que essas famílias apresentam uma relação de identificação com o lugar, com os vizinhos e ambientes, o que garante a permanência dessas famílias na comunidade [...] (MIGUEZ, FRAXE e WITKONSKI, 2011, p. 116).

Figura 92: Morador ribeirinho e Samaumeira



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A samaumeira, mencionada acima, para o morador em evidência, além das importâncias supraelencadas, serve em tempos de seca como abrigo, proteção e controle de pequenos animais, geralmente na criação de suínos, conforme bem ilustrado na iconografia.

A percepção ambiental nesse sentido, como método de pesquisa qualitativa, consegue transpor os limites de análise e demonstração tradicionais de dados e evidencia aspectos que não seriam elucidados de outra forma. Dar voz aos sujeitos sociais para que expressem seus sentimentos, quer de alegria, tristeza, medo, preocupação e anseios e demandas de vida é uma das formas mais promissoras de considerar o elo afetivo que se constrói entre homem e natureza, como o caso do morador bem mostra, ao anunciar uma árvore como centralidade social de seu discurso imagético-cultural.

6.4.2. Aspectos negativos sobre a percepção ambiental

Quando solicitados a indicar um local ou ambiente na comunidade que lhes trouxessem sentimento de descontentamento, infelicidade ou desconforto, 44% dos entrevistados responderam ser não propriamente um local ou ambiente, mas o fluxo de lanchas o fato causador de tristeza, medo e revolta (Figuras 93, 94 e 95). O restante dos entrevistados, 22% afirmaram ser a estrada aberta no território da Comunidade pela Petrobras para colocação dos dutos de gás (Figuras 97 e 98), e 33% representa os que disseram ser a cheia, e a derrubada de sua plantação de goiaba e 1% disse não haver nada que trouxesse tristeza na comunidade.

Figura 93: Lancha expresso transportando trabalhadores do Terminal Solimões



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Para a maioria dos moradores da comunidade, não é um ambiente específico em si que promove incômodo ou algo ruim, mas o trânsito constante de navios, barcos e, sobretudo, as lanchas expresso que transportam pessoas a serviço da Petrobras. As três principais lanchas apontadas, particularmente, passam diariamente em frente à comunidade pela manhã às 7h, quando vão deixar os trabalhadores no Terminal Solimões, e ao final da tarde às 17h, quando retornam com os trabalhadores para a cidade.

O efeito do fluxo de navegações na maior parte do dia é citado como algo que causa transtornos, preocupação e medo, sem contar, é claro, nos prejuízos materiais já vivenciados. Nas épocas de cheias, as embarcações originam banzeiros fortes, que afetam as estruturas frágeis das residências de madeira, fazendo-as tremer e, quando a água está muito alta, causam alagações nas residências mais próximas à margem do Rio Solimões. Nas épocas de secas, os moradores contam de canoas, o principal meio de transporte dos comunitários, que foram desprendidas pela força do banzeiro e levadas pelas águas, quer com mandioca ou não, causando-lhes prejuízos econômico-materiais, e quando isso não ocorria os meios de transportes deles quase “se quebravam” todas pela violência das ondas. O rio que outrora representava alegria e tranquilidade se contamina pela presença das embarcações que persistem em alterar a topofilia.

Figura 94: Lancha expresso transitando perto das casas



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

As falas abaixo descrevem uma preocupação de 89% dos entrevistados, os quais expuseram reincidentemente em seus discursos os termos lanchas, barcos e embarcações e banzeiros provenientes daqueles meios de transporte usados pela Petrobras em suas atividades como fatores modificadores da tranquilidade outrora vivenciada na comunidade e inserindo condições e dinâmicas estranhas à normalidade do local.

[...] aqui era tudo lá mesmo lá, tudo lá fora. Aqui a terra aí com a chegada da Petrobras, aí o banheiro, aí o navio, lancha direto começaram a derrubar os barrancos, começaram a derrubar, aí a gente até parou de plantar porque está próximo de repente derruba aí, demora o barranco cai de uma vez, aí deixamos essa área de terra para segurar a nossa terra aqui. Os caras da Petrobras [...] não respeitam ninguém quando a gente vai no rio querem passar por cima da gente. Antes dessa Petrobras, a gente vivia tão legal, tão bacana, não corria tanto do risco, agora a gente corre um risco tão grande de repente ser acidentado na beirada do rio desse daí por uns cara desse daí. De repente como aconteceu que mataram um rapaz lá de dentro do lago de Coari, dali do São Francisco mataram o rapaz, até hoje ninguém achou nem o cadáver do cara, ninguém sabe o que aconteceu com esse piloto também, não se sabe se mandaram ele embora, não sei nem se a família do cara está recebendo benefício que era para ele receber, também não sei. E é assim por diante (D.L. S, 34 anos).

Ah! Antes era melhor porque antes nós não tínhamos tanta destruição das lanchas da Petrobras, destruindo o nosso terreno, era mais calmo não tinha o cheiro da poluição lá do terminal, o cheiro que chega até aqui das balsas foge o gás que sente aqui a poluição e antes não era assim, era totalmente calmo, você podia ir para Coari sem risco de se alagar de perder nada porque não tinha tanto banheiro [...]. [...] É que eu já perdi bastante, tanto como vasilha, roupa e eu já ia perdendo até um filho com o banheiro que levou e na volta eu consegui pegar, que era o meu de oito anos, que na época ele tinha três anos. (A. G. R. S., 33 anos).

Antes da Petrobras chegar assim para mim era mais calmo, pelo menos na beira do rio não tinha o movimento que tem do banheiro, a gente deixava a canoa da gente e alaga tudo e na época a gente deixava e não alagava e não tinha esse horror de banheiro que tem hoje (J. L. S., 36 anos).

Como se pode perceber nos discursos acima, as lanchas da Petrobras interferiram profundamente na tranquilidade antes vivida naquele território rural. E não apenas isso, causou transtornos e danos materiais e subjetivos aos comunitários, de modo a interferir na topofolia e no *habitus* local, pois antes se olhava para a paisagem com grande felicidade e tranquilidade, hoje em grande medida se tem preocupação, medo e incômodo, sem tampouco sequer haver melhorias ou formas compensatórias diretas para a comunidade.

O biomonitoramento quantiquantitativo aqui usado, a partir de indicadores biológicos, ou seja, que usam os sistemas biológicos, no caso o humano, quer nos níveis de tato, olfato, visão e audição em Esperança II foram elucidativos, pois evidenciou aspectos pouco discutidos nas intervenções das atividades petrolíferas em Coari, como atividade estressora antropogênica promovida pela Petrobras S.A.

Os navios abaixo fotografados foram indicados pelos comunitários como se estivessem a serviço da Petrobras. São embarcações de grande porte que surgiram a partir da vinda das atividades petrolíferas no local e sua presença na área são muito frequentes nos dias atuais.

Figura 95: Navios trafegando em frente à Comunidade Esperança II



A: Navio com logomarca da Petrobras capturado na pesquisa de campo
Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

B: Navio identificado pelos comunitários como a serviço da Petrobras

Tal situação se complexifica porque a grande maioria de ribeirinhos usam para suas viagens (a partir de 500 metros de distância por cada deslocamento) e transporte diário de curto deslocamento canoas com motores rabeta de estrutura frágil (Figura 96) e, portanto, suscetíveis a alagações em virtude das ondas provocadas pelas embarcações maiores que hoje circulam pelas imediações da comunidade e no trecho historicamente percorrido pelos moradores de várzea.

Figura 96: Família ribeirinha viajando em transporte típico



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Os processos de desterritorialização e reterritorialização (22%) imposto pelas atividades petrolíferas são a segunda causa apontada de infelicidade e tristeza. Segue abaixo, as imagens que mostram uma placa de advertência/exigência por parte da Petrobras a todos da comunidade para que não toquem fogo, nem acendam nada que cause chamas em virtude do risco iminente de explosão pela proximidade dos dutos de gás.

Por desterritorialização, neste caso, entende-se como um fenômeno de perda total ou parcial de um território culturalmente humanizado, onde as populações estabeleceram por gerações relações e interação de complementaridade material e simbólica, de modo a comprometer a sua existência enquanto sujeitos históricos. Quanto à reterritorialização, alude a uma estratégia forçosa em face de um processo primeiro de desterritorialização, onde determinadas populações inscrevem estratégias adaptativas diante de uma perda do direito agrário-territorial, como o caso de Esperança II bem exemplifica.

Figura 97: Placa de advertência posta pela Petrobras na Comunidade Esperança II.



Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

A “estrada” aberta pela Petrobras no território comunitário impôs a todos da comunidade a impossibilidade declarada de realizar qualquer cultivo agrícola que careça de ateamento de fogo ou qualquer outra atividade agrícola no local por onde passam os dutos. A placa supraexposta, no início da estrada na comunidade, é igualmente citada como uma força de proibição da liberdade de produção enquanto agricultores e trabalhadores rurais, forçando-os a se deslocarem para áreas mais distantes de terra firme para realizar suas roças, impondo-lhes maiores esforços humanos para dar conta de sua reprodução social por meio da agricultura.

O que mudou aqui dentro da nossa comunidade porque é onde a gente plantava não pode plantar mais, que não pode roçar e tocar fogo porque vai prejudicar a tubulação do gasoduto, isso aí já é uma tristeza para nós, que onde a gente plantava não consegue plantar. Aí tivemos esse abalo (A. G. R. S., 33 anos).

Além disso, esse cerceamento significou a privação de melhores condições de adquirir os meios mais elementares de existência humana na comunidade, que são o de trabalhar e produzir a sua alimentação e reproduzir-se materialmente por meio dessa atividade. Se para essas populações, as principais atividades produtivas que dão sustentação a sua forma de viver são a agricultura e o extrativismo animal e vegetal, a proibição de uma dessas atividades impõe condições severas de privação e dificuldades existenciais.

Figura 98: Estrada aberta pela Petrobras por onde passam os dutos de gás



A: Placa de alerta para não atear fogo

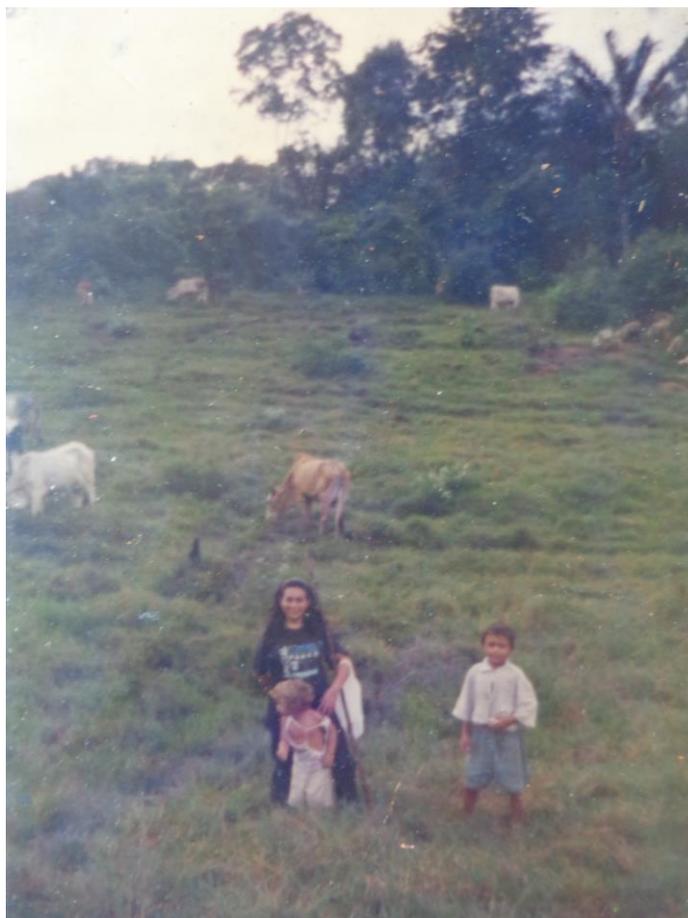
B: Estrada aberta por controlada pela Petrobras



C: Margem esquerda do rio em frente à Comunidade Esperança II, por onde passam os dutos

Fonte: Haoxovell-Lira (2013)

Figura 99: Área atual do Terminal Solimões (TESOL)



Fonte: morador M. O. M., 49 anos (2013)

A figura 99, segundo o informante, refere-se ao atual lugar onde se situa o Terminal Solimões (TESOL). Era o local onde morava, plantava vários cultivos e tinha criação de gado anteriormente à chegada da Petrobras na região.

[...] eu vim para cá foi depois que ela (Petrobras) chegou lá comprando e queria comprar área. Como nós tínhamos o campo, aí eles foram negociar e fizeram negócio, mas na época que o velho (pai) era meio carrasco e pediram para eu sair e não tendo direito a nada. E disse que eu tinha de sair, e os homens de primeiro eram assim mandavam e foi o jeito eu sair da área e ele (papai) saiu com dinheiro ficou numa boa e ficou no cantinho dele. E eu fiquei numa situação ruim. E eu fiquei lá desabrigado. Nós plantávamos banana e os bois e está aqui o campo de prova (mostrou a foto acima), aqui para trás que nós fazíamos o nosso plantio. Quando tinha o açaiçal (referindo-se a foto), o açaiçal já tinha tipo um canto aqui do campo e tirou assim para o fundo, tiramos muitas fotos, o que ficou aparecendo foi árvore de tucumazeiro que ficou aparecendo. Essa aqui é a árvore de castanheira, isso aí tudo foi derrubado, meu amigo, isso está tudo diferente que só a gente que conhece [...] (M. O. M., 49 anos).

Além disso, o morador relatou não possuir o título de definitivo do antigo território e

hoje ocupado pela Petrobras, sendo apenas moradores e cuidadores do local, em razão disso conta que um valor desconhecido fora dado ao seu pai (mas diz que não foi um montante significativo) e um valor maior ao proprietário de direito das terras onde moravam. Esse fato confirma um problema sério dos povos e comunidades rurais da Amazônia: apesar de habitarem por gerações num determinado território, grande parte dessas populações não dispõem da titularidade das terras, o que fere o direito agrário-territorial desses segmentos populacionais.

Em outros termos, as populações tradicionais que não se enquadram nos critérios ameríndios e quilombolas (os quais dispõem de melhor amparo jurídico-formal do Estado Brasileiro) figuram numa condição fragilizada em relação ao direito territorial (HAOXOVELL-LIRA et al, 2013). Ademais, essa realidade da sobreposição da escrita sobre a oralidade fora apontada por Lefebvre (1991) quando analisou a escrita e terrorismo. Para ele, ao se analisar criticamente as opressões revela-se o papel da coisa escrita, de natureza opressiva e não violenta, e como fundamento do terror no mundo moderno.

A escrita na acepção lefebvriana diz respeito ao um fator de terrorismo na sociedade por sua capacidade de impor verdades, vontades, concepções de mundo de um pequeno grupo de pessoas a muitos, sustentando-se menos num mundo de realidade sensível, travestida materialmente, conferindo à escrita a precedência sobre as coisas que se constroem no cotidiano, a partir dos acervos documentais e bibliográficos. “A coisa escrita tende a funcionar como metalinguagem, a rejeitar o contexto e o referencial, a se instituir como referencial (p. 166). [...] A força da coisa escrita ultrapassa as fronteiras, derruba os entraves, não conhece mais limites [...] (p. 169)”.

Cabe citar, porém, o que fora levantado por Miguez, Fraxe e Witkoski (2011), que mesmo essas populações não possuindo documentos e títulos que lhes confira direito de propriedade sob amparo jurídico, eles estabelecem com o território cultural e historicamente ocupado uma relação simbólica e identitária presente na memória coletiva e nas interações de complementaridade humano-ecológicas, o que lhes confere maior abrangência, consistência e profundidade que qualquer título público poderia outorgar. O território nesse caso é mais que extensão físico-geográfico, é um território marcado constructos culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais; é um território carregando de histórias de vida, de privações e de afetividade pelo *locus* resultante desse processo dinâmico e dialético.

Quando nos referimos aos processos acumulativos do capitalismo em território

amazônico, referimo-nos, primeiramente, às formas precárias de inserção de trabalho, condições de saúde, educação e de habitabilidade e aos escassos ou inexistentes acessos a outros bens e serviços público-sociais e, sobretudo, marcante degradação ambiental, assim como desrespeito às formas tradicionais e peculiares de existência humana. Tal configuração segrega sujeitos dos benefícios societários, mergulhando-os numa condição existencial de negação do direito e de profunda apartação da condição humana digna e o caso de Coari não se mostrou diferente.

Tanto Kitamura (1994) e Viana (2006) comentam que apesar da grande riqueza natural, existe na Amazônia uma questão antagônica posta, pois a maioria da população vive em situações de extrema pobreza.

No caso da Amazônia, a pobreza pode ser caracterizada pela situação de fome (desnutrição e subnutrição) das populações (as condições de indigência são sinônimos de fome) e pela susceptibilidade a doenças, dada a falta de saneamento básico, os deficientes atendimentos de saúde, a precariedade e superpopulação das moradias, além da falta de acesso aos bens de consumo e outros serviços básicos e de informação em geral [...], das condições para uma vida digna, produtiva e sadia (KITAMURA, 1994, p. 61).

Tal situação se complexifica porque tanto a diversidade cultural e étnica sob ameaça quanto o quadro da pobreza tem sido pouco alterados na Amazônia nos últimos anos, o que exige urgência de um novo posicionamento ético-político para alternativas economicamente corretas e socialmente justas (CASTRO, MARIN e COUTO, 2002). Desse modo, os efeitos políticos e econômicos associados a consequências desumanas em curso na Região concorrem para a crença de que os direitos de cidadania a essas populações ainda são ilusórios, dada a quase inexistência do respeito aos direitos inerentes aos seres humanos. Por isso, a organização econômica e social fundada na lógica do desenvolvimento desigual, excludente e perversa tem explicitado variados modos de subordinação social das desigualdades, bem como a difusão de cadeias ideológicas manipuladoras e alienantes no decorrer da história (RANCIARO, 2004).

Entender os processos que se engendram no plano macro, quer internacional e nacional e que repercutem na Amazônia, é uma tarefa elementar para a compreensão dos processos em curso de mudanças do *habitus*, alteração da topofilia, processos de desencaixe e reflexividade e precarização das condições de vida em Coari-AM em face da introdução das atividades do petróleo e gás natural, de fácil decodificação e inteligibilidade a partir dos métodos etnografia e a percepção ambiental.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A derrubada da opressão foi sancionada
pela humanidade, e é a maior aspiração de
cada homem livre”*

(Nelson Mandela)

7.1. Para não concluir: breves reflexões e recomendações

Dos teóricos Taddei e Gambogi (2010) emprestamos e adaptamos os conceitos de: 1) “mediação dos significados” (das percepções do vínculo entre ambiente e sociedade, como o ambiente é pensado e entendido a partir de construções temáticas e metafóricas que se percebe no contexto cultural, social e político); 2) “escalas de ação” (formas e escalas de enfrentamento com graus de eficácia distintos ocorre a partir a percepção do ambiente diante dos problemas socioclimáticos); e 3) “processos histórico-institucionais” (conceitos de sociedade e meio ambiente e o entendimento de como estes interagem com as relações econômicas, configurações institucionais e identidades regionais e sua variabilidade ao longo da história), todos compondo a antropologia do clima, que foram importantes para análise das mudanças do *habitus* pelas seguintes razões: No contexto amazônico, sobretudo nas zonas rurais, o universo simbólico, as cosmologias, a subjetividade e as disposições postas no campo social, cultural e político dão sustentação às práticas sociais e significam a própria sustentação do ser amazônico enquanto sujeito histórico.

A introdução das atividades de exploração, produção e distribuição de petróleo e gás natural em Coari, de certa forma causou um rompimento com as antigas (tradicionais) formas da organização do cotidiano, introduzindo e mudando dinâmicas como jamais vivenciado em épocas pretéritas na cidade (territórios rural e urbano). Isto é, interferiu tanto nas estruturas estruturadas (social) e nas estruturas estruturantes (mentes) dos sujeitos – no seu *habitus*.

1) A mediação dos significados tem concorrido para que o Estado Brasileiro implemente grandes projetos de exploração de recursos ambientais e humanos desde a fase colonial, onde a Região Amazônica era posta a serviço do mercantilismo da Coroa Portuguesa e pela obscena dizimação de populações ameríndias, tanto material quanto simbólica. Depois, a Amazônia foi posta para atender os reclamos do capital global por ocasião do Ciclo da Borracha, onde novamente os recursos ambientais e humanos (indígena e nordestino) foram

cruelmente explorados. E, por último, na fase ditatorial nacional, sobretudo a partir de 1970, quando se toma como estratégia geopolítica a conjugação programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia com um projeto de colonização com fins de assentamento de nordestinos sem terra. Não seriam, pois, as intervenções dos grandes projetos para a Amazônia uma questão preocupante, mas os efeitos avassaladores que causaram e continuam causando nas dinâmicas internas das sociedades e, sobretudo, comprometendo a capacidade dos povos se reproduzirem material e imaterialmente nesse processo, como é o exemplo do caso de Coari. Resumindo, a relação sociedade e natureza foi mediada a partir das percepções de construções temáticas e metafóricas que se percebe no contexto cultural, social, político e econômico nacional. E Coari não fugiu a essa regra.

2) “As escalas de ação” nos ajudam a pensar que embora a exploração de recursos do ciclo fóssil em Coari ocorra localmente, o paradigma energético global hegemônico (carvão, petróleo e gás) possui sua sustentação, sobretudo nos ditames produtivos do capitalismo global. Logo, as mudanças locais e regionais por esta atividade econômica não podem ser pensadas e enfrentadas como se estivesse dissociada do contexto macro. Por se inscrever no contexto de problemas complexos vinculados à sustentabilidade (em todas as suas dimensões ampliadas: social, econômica, política, institucional cultural, ambiental e territorial), o caso do petróleo em Coari deve ser analisado e as suas mazelas socioambientais enfrentadas de formas, escalas e graus distintas a partir da percepção e da realidade objetiva e concreta que se vivencia (local, regional, nacional e internacional).

3) Os processos histórico-institucionais nos fazem entender que qualquer fenômeno advindo de atividades antropogênicas, quer na esfera ambiental, social ou cultural além de apresentarem em si próprios, são informados pelas relações econômicas, configurações institucionais e identidades regionais variáveis no transcorrer da história. Existem situações de vulnerabilidade social e econômica que advém unicamente de ausência de sincronia entre os modelos econômicos atuais e a base institucional de proteção social criada em tempos pretéritos. O caso de Coari evidencia bem essa questão quando os governos federal (principalmente), estadual e municipal optaram por uma forma de “desenvolvimento” desconsiderando em grande medida as dinâmicas próprias da cidade e, portanto, negando as suas especificidades socioculturais frente os empreendimentos do petróleo tanto na zona rural quanto da zona urbana da cidade.

As perturbações socioambientais, a relação homem-natureza se inscreve também no

contexto de relações sociais e econômicas e de percepções, significações que mediam a relação pelas estruturas de disputa e de poder político fortemente imbricado pelos elementos étnicos e da imaginação geográfica nacional. A Amazônia historicamente tem sido alvo de percepções e imaginários políticos, sociais e econômicos equivocados de “maior celeiro de recursos naturais abundantes e de fácil acesso”, “pulmão do mundo”, “vazio demográfico”, “território improdutivo e não integrado ao contexto nacional”, “terra selvagem”, dentre outros, que em parte ainda atualmente orientam os projetos regionais.

Apreender a Amazônia e os seus históricos projetos de intervenção requer fundamentalmente partir dessa premissa analítica que contrapõe sujeitos, formas de vida e estruturas marcadamente diferenciadas no cenário nacional e internacional. Talvez essa seja uma das razões pelas quais, a despeito das perturbações socioambientais e tantas outras que possam existir, os projetos desvinculados das dinâmicas regionais ainda persistem em ter na Amazônia um solo fértil para suas realizações, como é o caso da exploração de petróleo na Região do Médio Solimões.

Como se pode perceber até este momento, com base nas informações disponibilizadas pelos informantes desta pesquisa, assim como por diversos dados oficiais e de outros pesquisadores que analisaram o contexto em foco, as intervenções das atividades extrativas de petróleo e gás natural na Bacia de Urucu, em Coari-AM, particularmente a partir de 1990, revelam situações desencontradas para a maior parte de suas populações.

7.2. Recomendações

Eis algumas recomendações e proposições alternativas nos campos social, político-institucional, econômico, cultural e ambiental, que julgamos ser relevantes para a consecução da sustentabilidade do desenvolvimento da cidade do petróleo do Médio Solimões e, além disso, para que no futuro possam ser transformadas em Políticas Públicas de Estado, em resposta e enfrentamento ao quadro apontado pelo IDHM 2013 do PNUD ao indicá-la com baixo desenvolvimento humano.

Campo Social:

- Melhor acesso aos bens e serviços de saúde na zona urbana, de forma que as estruturas físicas, os materiais médico-odontológicos e químico-cirúrgico, assim como

profissionais qualificados comportem a necessidade dos usuários, tanto nas Unidades Básicas de Saúde quanto no Hospital Regional de Coari, nos serviços de atenção básica e média complexidade;

- Criação de Unidades Básicas de Saúde em áreas estratégicas da zona rural para atendimento médico-odontológico permanente para facilitar o acesso das populações tradicionais a esse direito elementar;

- Retomada das empreitadas de viagem do Barco da Saúde para atendimento médico-odontológico às Comunidades Rurais mais distantes da cidade e por isso mesmo de pior acesso, sobretudo no sentido de estabelecer um calendário anual de atividades e seu perfeito cumprimento;

- Instituição de uma política municipal habitacional para fins de assentamento das famílias residentes na orla flutuante (e todas as demais em áreas de risco e com vulnerabilidade socioambiental e não para “alistar aliados políticos”) e seu estabelecimento em área terrestre (ampla maioria dos informantes da pesquisa afirmaram estarem na orla fluvial por não disporem de condições de ter residências em terra firme), para que as famílias tenham melhor qualidade de vida e bem-estar (parcerias com o governo do Estado do Amazonas e o Governo Central³⁹ são opções interessantes para enfrentamento da questão social em foco);

- Ampliação e melhoramento da estruturação física e de recursos humanos para a educação básica na cidade, bem como de outros materiais necessários ao bom andamento das atividades escolares. Geralmente, por exemplo, a instabilidade política municipal afeta a oferta de merendas nas escolas municipais, o que dificulta a permanência de muitos alunos que não raras vezes vão à escola motivados unicamente porque lá vão encontrar alimento.

Campo Ambiental:

- Se a população urbana apresentou predileção por água de poço artesiano e parte significativa não faz tratamento algum com água consumida, importante seriam ações de controle e acompanhamento da qualidade da água, por se tratar de uma questão de saúde pública. Na zona rural de várzea baixa não é muito diferente, e por questões óbvias, as

³⁹Está em curso em Coari, na Estrada Coari-Mamiá, a construção do “Residencial Caracol”, de 540 casas tipo multifamiliar pelo Governo Federal, via Programa Minha Casa, Minha Vida, o que representa um passo relevante para Coari, havendo, pois, a necessidade de se ampliar ações nesse sentido.

populações ainda persistem em consumir água de pouca qualidade, com tratamentos inadequados com cloro e filtragem com pano por não disporem de melhores condições de abastecimento, geralmente coletando água dos rios e igarapés.

- Nos dois territórios pesquisados, em sua maioria, a destinação de resíduos sólidos é inadequada. Na zona rural, 100% é queimado. Já na cidade, 50% queimam e 7% lançam diretamente nos rios. Uma sugestão ambiental e economicamente viável e também socialmente útil seria a criação de sistema de coleta fluvial de resíduos sólidos, em atenção à proposição de um informante, que passasse diariamente (ou a cada 2 dias), tal qual ocorre com os carros de coletores de resíduos sólidos urbanos.

- Em os ambos territórios, os informante alegaram majoritariamente terem maior dificuldade de acessar os recursos ambientais, quer por razões socioeconômicas ou ecológicas. Se todos os fenômenos objetivos ou não são informados pelas relações econômicas, posições de poder, configurações institucionais e identidades regionais, deve-se pensar uma estratégia política a fim de suprimir as condições que comprometem a existência dos atores em pauta.

Campo Cultural:

- Apoio às manifestações tradicionais na cidade e no campo. Sugere-se a retomada da Festa da Banana e do Festival Folclórico na cidade, criação de políticas municipais de apoio para a continuidade das festividades imateriais no campo, como festejos de santos e padroeiros, arraiais, aniversários de comunidades, de modo a restituir-lhes o dano sofrido por supressão dessas manifestações simbólicas.

Campo político-institucional:

- Fortalecimento e treinamento para criação de associações, cooperativas, sindicatos e outras formas de organização e mobilização social. Por se tratar de um dos mais promissores mecanismos de aquisição, ampliação e defesa de direitos, essas formas de mobilização social devem ser incentivadas e assistidas devidamente pelo poder público.

- Canais de publicização e acesso às informações acerca dos repasses e destinação dos *royalties* e outras participações recebidas pelo município. Um setor na prefeitura com pessoas qualificadas para atender a qualquer cidadão que busque informações e um endereço

eletrônico atualizado mensalmente com todas as informações financeiras seriam formas de grande relevância para o exercício do Controle Social previsto na Constituição Federal (o que não ocorre atualmente).

Campo econômico:

- Alternativas de geração de emprego e renda via atração e instalação de empresas em Coari. Este processo teria uma dupla função: uma de dignificar a massa pedinte que vive às custas da benemerências, caridades e filantropias (com fins eleitoreiros) das figuras políticas e outra colaboraria para a mudança do atual cenário de aumento da desigualdade social, apontada pelo Índice Gini de 2013.

- Políticas de distribuição de renda. As amostras desta pesquisa evidenciaram que tanto as populações da cidade quanto as da zona rural estão vivendo com renda muito aquém ao padrão mínimo proposto pelo DIEESE e isso é preocupante para uma cidade que tem alto índice de arrecadação de *royalties*. Para o homem do campo, uma bolsa agricultura, por exemplo, serviria para a incentivo à manutenção de sua produção agrícola e outros auxílios para lhes garantir melhor condições de vida, evitando a sua desterritorialização por meio da migração intramunicipal rural-urbana. Por outro lado, a bolsa cidadã para os moradores da cidade, especialmente para os comprovadamente de baixa renda, atrelada a programa de capacitação profissional seriam opções viáveis e interessantes.

- Ao passo que se criam programas de distribuição de renda, deve haver assistência especializada condizente com a necessidade do produtor rural, tanto o que produz na terra, quanto ao que extrai nos *habitats* água e floresta, quer em termos de financiamento ou de treinamento. Além disso, um problema central dos produtores tradicionais toca ao escoamento de sua produção devido a longas distâncias, ou seja, fazer chegar os frutos da agricultura e do extrativismo animal e vegetal ao consumidor na cidade e uma política econômica decente deve atender a essa necessidade não satisfeita ainda.

- Efetivação do acesso à energia elétrica de qualidade na cidade e o seu acesso no interior coariense é uma necessidade inadiável. Os frequentes *blackouts* em Coari são inadmissíveis e vergonhosos. No campo, a situação ainda é pior. Aqui, a maioria das comunidades dispõe de gerador de energia geralmente a diesel e o ônus de sua manutenção recai sobre os comunitários parcialmente (50% da aquisição do combustível e a revisão,

conserto e demais serviços nos maquinários são feitos pela Prefeitura de Coari), que tem um curto espaço de tempo de energia por dia, normalmente das 19 às 22h. O problema é a burocracia e a demora quando ocorre um problema mecânico, normalmente os comunitários ficam por longo tempo sem energia elétrica. O caso de Esperança II comprova isso, pois está há vários meses com o gerador comunitário parado por problemas mecânicos e ainda não teve a liberação de energia elétrica, apesar de toda a instalação feita há 3 anos.

As ações supraelencadas, evidentemente, não são suficientes para promover o desenvolvimento sustentável de Coari, mas representam o início desse processo em face das nada promissoras condições de vida na cidade (que devem conjugar também ações regionais, nacionais e internacionais).

Com este trabalho, todavia, não se espera e nem tampouco se pretende dar uma última palavra a respeito da temática, mas colaborar para a produção de conhecimento científico que possibilite, primeiramente, uma reflexão e lucidez interpretativa por parte do poder público das três esferas e, principalmente, sirva de apoio e estruturação de Políticas Públicas para intervenções eficazes, a fim de superar as mazelas societárias e ambientais que se têm configurado e violentado enormes contingentes populacionais ao redor do mundo, no Brasil e, em particular, as populações amazônidas, a fim de a uns restituir e a outros gerar a dignidade humana, a qualidade de vida e o bem-estar, como propósito final da sustentabilidade do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Walquíria Ferreira. **A inadimplência de contas de água dos municípios de Coari e Manaquiri**. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Faculdade de Tecnologia, UFAM, Manaus, AM, Brasil, 2005.
- ALMEIDA Wagner Santos de; SOUZA, Newton Moreira de. A exploração petrolífera em Uruçu (AM) e seus impactos ambientais na cobertura do solo. In: **Informe Conjuntura & Informação**. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Número 48, Março de 2010.
- ALMEIDA, Wagner Santos de; SOUZA, Newton Moreira de. Coari: Petróleo e Sustentabilidade Um Exemplo Amazônico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 17, p. 69-92, 2008.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Riqueza e miséria do ciclo da borracha na Amazônia Brasileira: um olhar geográfico por intermédio de Euclides da Cunha. In: GODOY, Paulo R. Teixeira de (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- ARAUJO, Flávia Monteiro; ALVES, Elaine Moreira; CRUZ, Monalise Pinto da. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v. 1, p. 31-40, 2009.
- BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BARRETO, PAULO. **Pressão humana na floresta amazônica brasileira** = Human pressure on the Brazilian Amazon Forest Biome / Paulo Barreto et al; tradução de Glaucia Barreto e Tatiana Veríssimo. – Belém: WRI; Imazon, 2005.
- BATISTA, Djalma. **Amazônia: cultura e sociedade**. 3ª. Ed. Organização de Tenório Telles. Manaus: Editora Valer, 2006.
- BECKER, Berta K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 abr. 2012.
- BEZERRA, Josineide da Silva; ARAÚJO, Luciana Medeiros de. Reestruturação e centralidade: breves notas sobre a cidade de João Pessoa. Urbana - **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, v. 2, p. 01-16, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Ed. Fim de Século – Edições, sociedade Unipessoal, Ltda. Lisboa, 2003.
- BRAGA, Elisabete Carneiro Batista; EL-DEIR, Soraya Giovanetti. Educação Ambiental como tema para a extensão rural. In: EL-DEIR, Soraya Giovanetti (org). **Educação ambiental no semiárido: propostas metodológicas de extensão rural**. Recife: EDUFRPE, 2012.

BRAGA, Pedro Ivo Soares et al. **A vegetação das comunidades da área de influência do projeto Piatam e do gasoduto Coari-Manaus**. 2. ed. rev.– Manaus: Instituto Piatam, 2011.

BRASIL, Marília; e TEIXEIRA, Pery. A demografia das comunidades rurais estudadas pelo projeto piatam. In: RIVAS, Alexandre Almir Ferreira et al (orgs.). **Produzir e viver na Amazônia rural: estudo sociodemográfico de comunidades do médio solimões**. 2ª ed. rev. Manaus: Rego Edições, 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2001. **Censo demográfico**, [S.l.: s.n.], 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. **Gasoduto Coari-Manaus e província petrolífera de Urucu: um marco no desenvolvimento do país / Câmara dos Deputados, Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional**. — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. 28 p. — (Série ação parlamentar; n. 352).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2010. **Coari**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=130120&search=amazonas|coari>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2010b. **Censo demográfico 2010: sinopse**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=130120&idtema=1&search=amazonas|coari|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2012. **Coari: Lavoura permanente 2004-2011**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=130120&search=amazonas|coari>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. 1. Ed. Trad. Gisele Vieira Goldstein com colaboração de Joscilene Souza. Manaus: EDUA, 2006.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida; BURSZTYN, Marcel. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo S. (orgs). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mai. 2013.

CONFALONIERI, Ulisses E. C.. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, Jan/Abr. 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mai. 2013.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARVALHO, Luiz de Oliveira. Amazônia emergente: as bases programáticas para um modelo de desenvolvimento sustentável. In: BASTOS, Élide Rugai e PINTO, Renan Freitas (orgs.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007

CARVALHO, Maria Aparecida de; CARNEIRO, Elizângela de França; e RODRIGUES, Beatriz Furtado. Condições de habitabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia. In: In: TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília; e RIVAS, Alexandre Almir Pereira (orgs.). **Produzir e viver na Amazônia rural: estudo sociodemográfico de comunidades do Médio Solimões**. 2. ed. rev. – Manaus: Instituto I - Piatam, 2008.

CASTRO, Edna Ramos de; MARIN, Rosa Acevedo; COUTO, Rosa Carmina Sena. A pesquisa em ciências sociais e as relações entre trabalho, saúde e meio ambiente. In: COUTO, Rosa Carmina; CASTRO, Edna Ramos de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs). **Saúde, trabalho e meio ambiente: políticas públicas na Amazônia**. Belém: NAEA, 2002.

CAVALCANTE, Kátia Viana; TOCANTINS, Cláudia A. O sistema de indicadores do PIATAM. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referência para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

CAVALCANTE, Margarete Pereira. A cidadania como campo de disputa das classes subalternas. Agosto de 2005. **II Jornada internacional de políticas públicas**. São Luís – MA. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Margarete_Perereira_Cavalcante.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2012.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **De “cativo” a “liberto”**: o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Manejo de recursos naturais por populações ribeirinhas no Médio Solimões. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia**, ano 7, n. 1, jan./jun. 2007, Manaus: Edua, 2007.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, Rosa Carmina de Sena. Saúde e projetos de desenvolvimento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. vol. 2, nº 2, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/118/171>>. Acesso em: 20 de mai. 2013.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, mai/ago. 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

DELEVATTI, Alex Faturi. **A educação básica como direito fundamental da constituição brasileira**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica), Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, UNIVALI, Itajaí, SC, Brasil, 2006.

DIEESE, **Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**. 2013. Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. Ed. Rev. Belém. Associação de Universidades Amazônicas, UFPA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FORTUNATO, Maria Alice Barbosa; MACHIN, Diego Gonzalez; e SPERANDIO, Ana Maria Girotti (orgs.). **Políticas integradas em rede e a construção de espaços saudáveis**: boas práticas para a iniciativa de rostos, vozes e lugares. Organização Pan-Americana da saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

FRAXE, Jaiza Maria Pinto; FRANÇA, Suzelei de Castro. Situando a Amazônia entre a biotecnologia, o direito e a geografia. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs.). **Amazônia**: cultura material e imaterial. Volume 1. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. Índice de cidadania das comunidades estudadas pelo PIATAM. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referencia para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. Índice de atividades pesqueiras de comunidades ribeirinhas do Médio e Baixo Rio Solimões In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referencia para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (et al). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Manaus: Edua, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; MIGUEZ, Sâmia Feitosa; e WITKOSKI, Antônio Carlos. Comunidades ribeirinhas: representações socioculturais na área de atuação do projeto PIATAM. In: TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília; e RIVAS, Alexandre Almir Pereira

- (orgs.). **Produzir e viver na Amazônia rural:** estudo sociodemodemográfico de comunidades do Médio Solimões. 2. ed. rev. – Manaus: Instituto I - Piatam, 2008.
- FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos. A noção de *habitus* em O desencantamento do mundo. **Somanlu:** Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 7, n. 1, jan./jun. 2007. Manaus: Edua, 2007.
- FREITAS, Marcílio de. Nuanças da sustentabilidade: visões fantásticas da Amazônia. **Caderno do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS)**, São Paulo, n. 207, set/out. 2003.
- _____. **Amazônia e o desenvolvimento sustentável:** um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer. (Com colaboração de Walter Esteves de Castro Júnior). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GARCIA, Etelvina. **A petrobras na Amazônia:** a história da pesquisa de combustíveis fósseis. Manaus: Editora Norma, 2008.
- GAWORA, Dieter. **Urucu:** impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás de Urucu no Estado do Amazonas. Manaus: Valer, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed. IS. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GENZUK, Michael. **A Synthesis of Ethnographic Research.** Occasional Papers Series. Center for Multilingual, Multicultural Research (Eds.). Center for Multilingual, Multicultural Research, Rossier School of Education. Los Angeles: University of Southern California, 1993.
- GIATTI, Leandro Luiz; CUTOLO, Silvana Audrá. Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal. **Ambiente e Sociedade**, vol. 15 no. 1 São Paulo Jan./Abr. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2012000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 mai. 2013.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** trad. de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. -12. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, Beatriz. **Royalties de petróleo e gás no Amazonas somam R\$ 52 mi no ano. Diário do Amazonas,** Manaus, 29 mai. 2011. Disponível em:<<http://jornal.d24am.com/noticias/economia/royalties-de-petroleo-e-gas-no-amazonas-somam-r-52-mi-no-ano/24948>>. Acesso em: 22 jul. 2012.
- GUALDA, Dulce Maria Rosa; HOGA, Luiza Akiko Komura. Pesquisa etnográfica em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 31, n. 3, Dez. 1997. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341997000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2012.
- HAAG, César de Oliveira. Participação pública na avaliação de impacto ambiental do gasoduto Coari-Manaus. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (et al). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente.** Manaus: Edua, 2009.

HAOXOVELL-LIRA, Sandro et al. Epistemologia e diversidade epistemológica do mundo: prospecções para a construção de uma racionalidade alternativa para o desenvolvimento na Amazônia. In: I Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, 2012, Manaus, AM, **Caderno de Resumos**. Manaus: EDUA, 2012.

HAOXOVELL-LIRA, Sandro et al. O direito agrário-territorial e as implicações sobre a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais amazônicos: breves considerações à luz das leis federais nº. 9.985/2000 e nº. 11.284/2006 e do decreto federal 6.040/2007. In: Giovanni Seabra. (Org.). **Terra: qualidade de vida, mobilidade e segurança nas cidades**. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013, v. IV, p. 511-522.

HAOXOVELL-LIRA, Sandro; COSTA, Daniel Carneiro. Sustentabilidade e territorialidade humana: desafios, tendências e possibilidades para as populações rurais amazônicas. In: III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental – CONGEA, 3, 2012, Goiânia, GO, **Anais (online)**. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/XI-061.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Calvacanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (orgs). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Calvacanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984b.

IANNI, Octávio. A questão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v. 5, n. 1, jan/mar. São Paulo, 1991.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 16, n. 45, Ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Nov. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI. **Sociologia geral**. 7. ed. rev. e ampl. 9. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4. ed. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. Racionalidade ambiental, produtividade ecotecnológica e manejo integrado de recursos. In: LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora FURB, 2000.

_____. O movimento ambiental pela reapropriação social da natureza: seringueiros, zapatistas, afro-descendentes e povos indígenas na América Latina. In: LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento. In: LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LEYEN, Bianca de Castro. **Eco-eficiência na exploração e produção de petróleo e gás em regiões de florestas tropicais úmidas: o caso da Petrobrás na Amazônia**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético), UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2008.

LIMA, Deborah. Introdução: apresentação do estudo. In: LIMA, Deborah (org.). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fábio Reis; PIRES, Lenin. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. In: LIMA, Deborah (org.). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. 2. Ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

LOVELOCK, James. Prefácio: algo de sórdido na estufa e Introdução. In: LOVELOCK, James. **Gaia: cura para um planeta doente**. Trad. Aleph Teruya Eichemberg e Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

LUCAS, Ana Cyra dos Santos et al. **Levantamento sobre o uso de psicotrópicos entre estudantes da rede pública de ensino fundamental (5ª à 8ª série) e médio em Coari-AM**. Manaus, 2000.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACEDO, Renato Luiz Grisi et al. Pesquisas de percepção ambiental para o entendimento e direcionamento da conduta ecoturística em unidades de conservação. In: II Encontro interdisciplinar de ecoturismo em Unidade de Conservação – EcoUC e Congresso Nacional de Ecoturismo - CONECOTUR, 2007. Itatiaia, RJ. **Anais (online)**. Disponível em:<http://www.gapis.psicologia.ufrj.br/redetapis/images/Acervo/ECOUC/2007/TURISMO_EM_AREAS_PROTEGIDAS/TRABALHOS_COMPLETOS/ESTUDOS_TEORICOS/PESQUISAS_DE_PERCEPCAO_AMBIENTAL_PARA_O_ENTENDIMENTO_E_DIRECIONAMENTO_DA_CONDOTA_ECOTURISTICA_EM_UCS.PDF>. Acesso em: 1 out. 2012.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade: famílias**. São Paulo, SP, Ano XXIII, n. 71, set. 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, Jun. 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jan. 2013.

MAIA FILHO, Romero Gonçalves. **Conflito entre as determinações da Convenção sobre Diversidade Biológica e as regras do Acordo TRIPS**. Brasília: FUNAG, 2010.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas: tradução, introdução e notas de Antonio Porro**. 2 ed. Manaus: EDUA, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. Coordenação: Wanderley Loconte. São

Paulo: Ed. Atual, 1997.

MATTOS, Adherbal Meira et al; COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso** (Coord.). Belém: CEJUP, 1992. – (Coleção Amazoniana, 2).

MELLO, Neli Aparecida de. Desenvolvimento Sustentável no Brasil: dilemas e desafios. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; João Nildo S. (orgs). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MELO, Agnes; FONSECA, Tatiana Flores da. Pragas: ameaça constante. **Revista Biotecnologia, Ciência e Desenvolvimento. Ano I, No. 5, Março-Abril de 1998**. Disponível em:<<http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio05/pragas.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MENDES, Armando Dias. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

MENDONÇA, Maria Silva et al. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; e WITKOSKI, Antonio Carlos (orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso de recursos naturais**. Manaus: Rego Edições, 2011.

MENEZES, João Paulo Cunha de; BERTOSSI, Ana Paula Almeida. Percepção ambiental dos produtores agrícolas e qualidade da água em propriedades rurais. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 27, julho a dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3189/1853>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGUEZ, Samia Feitosa; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos. Caracterização sociocultural das comunidades da área focal do Piatam. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; e PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memórias, ethos e identidade**. Manaus: Rego Edições, 2011.

MILANI, Patrícia Helena; ARANHA SILVA, Edima. Centralidade urbana: um estudo do centro principal de Três Lagoas-MS. **Geografia em Atos** (UNESP. Impresso), v. 1, p. 1, 2009.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: Sulinas, 2002.

MOURÃO, Renata; RIVAS, Alexandre; e FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. O estado da economia nas comunidades de várzea: atividades tradicionais e integração de mercado. In: RIVAS, Alexandre Almir Ferreira et al (orgs.). **Produzir e viver na Amazônia rural: estudo sociodemográfico de comunidades do médio solimões**. 2ª ed. rev. Manaus: Rego Edições, 2011.

MPOG, Ministério do planejamento, orçamento e gestão. **PAC fotos**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=5684&cat=264&sec=29>>. Acesso em: 11 dez. 2012.>

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 out. 2012.

NEVES, Delma Pessanha. Os agricultores de várzea no Médio Solimões: condições socioambientais de vida. In: LIMA, Deborah (org.). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

NEVES, Eduardo Góes Neves; MIRANDA, Fernando Pellon de; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira Rivas. **Gasoduto Urucu-Coari-Manaus: um corredor de interdisciplinaridade na Amazônia Central**. Disponível em: <<http://lba.inpa.gov.br/conferencia/apresentacoes/apresentacoes/633.pdf>>. Acesso em 25 set. 2012.

NOGUEIRA, Marinez Gil; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideológicas conceituais. **Somanlu: revista de estudos amazônicos**, Manaus, Ano 5, n. 1. jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Etnicidad y estructura social**. Trad. de Virginia Molina Ludy y Enrique Lemus Rodr. guez. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Universidad Autónoma Metropolitana: Universidad Iberoamericana, 2007.

OXLEY DA ROCHA, Álvaro Filipe; SILVEIRA, Gabriel Eidelwein. Estado e Democracia: esboço de uma interpretação do "*habitus*" político brasileiro. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 1, p. 9-15, 2009.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003>. Acesso em: 1 jul. 2013.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/coari_am>. Acesso em: 30 jul. 2013.

PEREIRA, Henrique dos Santos; SOUZA, Davyd Spencer Ribeiro de; e RAMOS, Márcia Melo. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto piatam. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; e WITKOSKI, Antonio Carlos (orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso de recursos naturais**. Manaus: Rego Edições, 2011.

PEREIRA, Henrique dos Santos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira de. Indicadores de atividade agrícola familiar. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referencia para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

PEREIRA, José Clério Rezende et al. **História e impacto da entrada da sigatoka-negra no Brasil: 10 anos da identificação da doença**. 2007. Disponível em: <<http://www.cpa.embrapa.br/imprensa/artigos-na-midia/Historia%20e%20impacto%20da%20entrada%20da%20Sigatoka-negra.pdf/view>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Centralização e exclusão social: duplo entrave à Política de Assistência Social. **Ser Social: exclusão social e situação de risco**. Brasília-DF, n.

3. jul/dez.1998.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PETERS, Gabriel. Humano, demasiado mundano: a teoria do *habitus* em retrospecto. **Teoria & Sociedade** (UFMG), v. 18, p. 8-37, 2011.

PIPPI, Luis Guilherme A.; LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes; LAZAROTTO, Gersa. Recursos para representação e análise da paisagem. **Paisagem e Ambiente**, v. 25, p. 105-126, São Paulo, 2008.

PIQUET, Rosélia; MIRANDA; Elis. A indústria de gás no Brasil: incertezas, implicações territoriais e perspectivas. **Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, p. 51-66, jun. 2009.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de história do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2000.

PRESTES, Mônica. **Interior quase sem esgoto**. Acrítica, Manaus, 20 out. 2011. C2, caderno cidades.

PROOPS, John et al. Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

QUARESMA, Valdete Boni e Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), jan./jul. 2005, p. 68-80. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais**. Manaus: Edua, 2004.

RATTNER, Henrique. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2009, vol.14, n.6, pp. 1965-1971. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 fev. 2012.

RESCHILIAN, Paulo Romano. A constituição do habitus na produção do habitat. **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 18, p. 136-153, 2011.

RIVAS, Alexandre; MOURÃO, Renata. Renda e pobreza nas comunidades estudadas pelo Projeto Piatam. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referência para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

RIVAS, Alexandre; MIRANDA, Fernando Pellon de; e MOURÃO, Renata. Evolução dos royalties repassados aos municípios das comunidades estudadas pelo Projeto Piatam. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referência para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

RIVAS, Alexandre; CAVALCANTE, Kátia Viana; e FREITAS, Carlos Edwar. O sistema de

indicadores Piatam. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R (orgs). **Indicadores socioambientais e atributos de referência para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental.** – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

RODRIGUES FILHO, Saulo et al. Uma análise sobre indicadores de sustentabilidade e seus conceitos operacionais. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (et al). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente.** Manaus: Edua, 2009.

RODRIGUES, Luzia Celeste. **Abordagem etnográfica:** possibilidades e desafios na pesquisa de mercado. 2008. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Pesquisa de Mercado em Comunicações), Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, USP, SP, Brasil, 2008.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100006>. Acesso em: 05 nov. 2012.

SACHS, Ignacy. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mai. 2012.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2012.

_____. Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil: In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Desenvolvimento:** includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo, Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos; e DOWBOR, Ladislau. Crises e oportunidades em tempos de mudança. **Economia Global e Gestão** [online]. 2010, vol.15, n.1 [cited 2012-10-12], pp. 133-154. Disponível em:

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2012.

SANDRI, Sandra Mara D'Avila. Decifra-me ou devoro-te: limites e possibilidades do uso da iconografia: um estudo hermenêutico de imagens para a sala de aula. **Congresso de história UFG-Jataí** – GO, 2009. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2009/doc%20\(60\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2009/doc%20(60).pdf)>. Acesso em: 21 set. 2012.

- SANTANA, Gleuciliz Magalhães. **Como funciona a globalização**. Manaus: Valer, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Para um novo senso comum).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, Mai/Ago. 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2013.
- SANTOS, Carolina Cássia Batista. Direito à moradia na cidade de Manaus. **Ser Social**: exclusão social e situação de risco. Brasília-DF, n. 3. jul/dez.1998.
- SANTOS, Luiz Fernando de Souza. Sociedade e ambiente na bacia do Rio Negro. In: NASCIMENTO, Izaura Rodrigues et al. (org). **Água e cidadania**: comunidades rurais do Tarumã-Mirim em Manaus/Amazonas. Manaus: ACISAM, 2007.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. SANTOS, Millton; em colaboração com Denise Elias. 6. ed. 1. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, Roberto Araújo de. **História econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Silvia Aparecida Martins dos; RUFFINO, Paulo Henrique Peira. **Sensibilização**. Disponível em: <<http://www.cdcc.usp.br/bio/capPort.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.
- SÁTYRO, Natália; ESTRELLA, Juliana. Uma lupa sobre algumas comunidades rurais do Amazonas: um caso sobre a educação brasileira. In: RIVAS, Alexandre Almir Ferreira et al (orgs.). **Produzir e viver na Amazônia rural**: estudo sociodemográfico de comunidades do médio solimões. 2ª ed. rev. Manaus: Rego Edições, 2011.
- SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser social: uma reflexão da ontologia de György Lukács. **Contradictio**, v. 2 n. 1, 2009. Disponível em:<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/contradictio/article/viewFile/15414/10344>>. Acesso em: 1 jun. 2013.
- SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 13, n. 2, p. 1-25, 2004.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, Agosto. 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2012.
- SILVA, José Antônio Tietzmann e. A efetividade do direito internacional do meio-ambiente: a jurisprudência da CEDH. In: **A efetividade do direito internacional ambiental**. BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias (orgs.) Brasília: Ed. UNICEUB, UNITAR e UNB, 2009.

- SILVA, Marilene Corrêa da. Historicidade da globalização na Amazônia. In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Correa da. **Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas – EDUA, 2000.
- SILVA, Phillipe Cupertino Salloum; Dias, Viviane Borges. As mudanças climáticas na região amazônica e sua repercussão no direito internacional ambiental. **Revista Eletrônica C@LEA**, n.º. 1. V. 1. Novembro. 2012. Disponível em:<http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev1_artigo3.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2013.
- SILVA, Vini Rabassa da. O significado da cidadania no serviço social. **Sociedade em Debate** [online]. Ago. 1999. Disponível em:<<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/620/554>>. Acesso em: 16 jun. 2012.
- SOLER, Cláudia. A Cidade de Coari/AM e os Reflexos da Exploração de Petróleo e Gás Natural pela Petrobrás. **NAEA**, ed. 1, 2009. Disponível em:<http://www2.ufpa.br/naea/det_publicacao.php?id=435>. Acesso em: 21 out. 2012.
- SOUSA, Isaque dos Santos. O gasoduto Coari-Manaus e as perspectivas de desenvolvimento para o interior do Amazonas: algumas recomendações. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia**, ano 8, n. 1, jan./jun. 2008, Manaus: Edua, 2008.
- STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.
- TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. **Introdução**. In: TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura (orgs). *Depois que a chuva não veio: respostas sociais às secas no Nordeste, na Amazônia e Sul do Brasil*. Fortaleza: FUNCEME; CIFAS, 2010.
- TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis: uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 7ª. ed. Unicef/ Cortez: São Paulo, 2005.
- TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia de; e PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/EDUA, 2009.
- TEIXEIRA, Pery; RIVAS, Alexandre. Índice de desenvolvimento Piatam. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referência para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. – 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.
- TELLES, Vera da S. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: MARTINS, H. H. de S.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC; CEDI/NETS, 1994.
- TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 fev. 2013.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. (trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1980.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B.O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **Perspectiva**, Erechim. v. 34, n.125, p. 17-28, março/2010. Disponível em:<http://www.uricer.edu.br/new/site/pdfs/perspectiva/125_71.pdf>. Acesso em: 21 set. 2012.

VALOIS COELHO, Ilsa Maria; CARTAXO, Elizabeth Ferreira. Universalização da energia elétrica: uma análise política da distribuição de energia e da sua importância sócio-ambiental para o Amazonas. In: Encontro de energia no meio rural, 5, 2004, Campinas. **Proceedings online...** Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022004000200059&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 22 mai. 2013.

VIANA, Rejane da Silva. **O direito ao desenvolvimento sustentável:** os *royalties* de petróleo de Coari, Amazonas. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental), UEA, Manaus, AM, 2006.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** 6. ed. rev. e aum. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: indagações. In: Famílias. **Serviço social e sociedade.** Ano XXIII, 71, especial, São Paulo: Cortez, 2002.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *habitus*. **Educação & Linguagem.** Ano 10, Vol. 10, No. 16, jul.dez. 2007. Disponível em:<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo Wanderley; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2004.

WENCESLAU, Juliana; ANTEZANA, Natalia Latino; CALMON, Paulo du Pin. Políticas da Terra: existe um novo discurso ambiental pós Rio+20? **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, Sept. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2012.

WITKOSKI, Antonio Carlos et al. Memória, história oral e lugar: o surgimento das comunidades da área focal do piatam. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; e PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas:** memórias, ethos e identidade. Manaus: Rego Edições, 2011.

WITKOSKI, Antonio Carlos et al. O rio (não) comanda a vida: políticas de inclusão social nas comunidades da área de abrangência do Piatam. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; e PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas:** memórias, ethos e identidade. Manaus: Rego Edições, 2011.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2010.



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
 Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



Termo de Anuência

NUSEC/CCA/UFAM

Ilmo (a). Sr. (a) JOSE LIMA DE SOUZA

Líder da Comunidade Esperança II

Costa da Santa Rosa – Rio Solimões - Coari

Prezado (a) Líder Comunitário (a)

Cumprimentamos a Vossa Senhoria ao passo em que solicitamos autorização da realização de uma pesquisa junto aos moradores da Comunidade Esperança II. O principal objetivo é analisar as mudanças do *habitus* dos moradores de Coari-AM a partir da exploração de petróleo e gás natural e a relação com a sustentabilidade. O estudo será realizado pelo pesquisador Sandro Haoxovell de Lira, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), visando à elaboração da pesquisa de coleta de dados com a produção da dissertação de mestrado.

Manaus-AM, 13 / 02 /2013.

Atenciosamente,

Therézinha de Jesus Pinto Fraxe
 Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
 Orientadora

Diante da solicitação acima, informo que concordo com a realização da
 pesquisa.

13 / 02 /2013

Jose Lima de Souza
 Líder Comunidade Esperança II

TERMO DE ANUÊNCIA

Comunidade Esperança II – Costa da Santa Rosa
Rio Solimões – Coari-AM

Declaro que CONCORDO E AUTORIZO a pesquisa sob o título AS MUDANÇAS DO HABITUS A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM, de responsabilidade do pesquisador Sandro Haoxovell de Lira, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, a ser realizada na Comunidade Esperança II.

Na oportunidade, informo que os objetivos da pesquisa, riscos e formas de minimizá-los, bem como os benefícios provenientes da pesquisa me foram explicados e perfeitamente compreendidos por mim. E também tenho conhecimento de que poderei a qualquer momento desautorizar a referida pesquisa.

Coari-AM, Comunidade Esperança II, 13 /09 /2013.

Atenciosamente,

José Lima de Souza
Líder Comunidade Esperança II



Universidade Federal do Amazonas
 Centro de Ciências do Ambiente
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
 Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Apresentamos o pesquisador **SANDRO HAOXOVELL DE LIRA**, discente do **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA (PPGCASA)** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**, matriculado institucionalmente sob o número 2120014, autorizado pelo **COMITÊ DE ÉTICA** da Universidade Federal do Amazonas, **PARECER NÚMERO: 238.681** de 03/04/2013, a realizar a pesquisa intitulada: **“AS MUDANÇAS DO *HABITUS* A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM”**.

Para tanto, solicitamos a devida colaboração ao pesquisador no sentido de fornecimento de informações institucionais e/ou públicas e outros assuntos pertinentes para fins da elaboração do referido trabalho científico.

Sem mais, agradecemos.

Manaus, 15 de abril de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 Centro de Ciências do Ambiente
 Programa de Pós-Graduação em Ciências
 do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

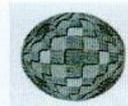

 Coordenador em Exercício

Henrique dos Santos Pereira
 Coordenador PPGCASA/UFAM



UFAM

Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

Carta de Responsabilidade do Pesquisador

Eu, **Sandro Haoxovell de Lira**, discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), assumo total responsabilidade pela elaboração e desenvolvimento da pesquisa para cumprimento do requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Tenho o compromisso de resguardar todos os aspectos referentes à Resolução do CNS 196/96 que trata de pesquisas com seres humanos, tanto na sua execução quanto na divulgação dos resultados. A pesquisa a ser desenvolvida tem como título: **“AS MUDANÇAS DO HABITUS A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM”**.

Manaus-AM, 22 de abril de 2013.

Sandro Haoxovell de Lira



UFAM

Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



218

PPG/CASA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Dados de identificação

Título do Projeto: AS MUDANÇAS DO HABITUS A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM.

Pesquisadores Responsáveis: SANDRO HAOXOVELL DE LIRA (mestrando) e THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE (orientadora)

INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE OS PESQUISADORES RESPONSÁVEIS: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS e DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA/DCFDA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.

Telefones para contato: (92) 8212-6521 - (92) 9371-3578

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

O Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “AS MUDANÇAS DO HABITUS A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM COARI-AM”, de responsabilidade dos pesquisadores SANDRO HAOXOVELL DE LIRA e THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE.

O estudo tem por objetivo geral: Analisar as mudanças do *habitus* dos moradores de Coari-AM a partir da exploração de petróleo e gás natural e a relação com a sustentabilidade. Objetivos específicos: Identificar a centralidade social, econômica e política das áreas da pesquisa em foco, por meio de mapas mentais, fotografias e croquis; Analisar as condições de trabalho e de vida das famílias na orla da cidade e na Comunidade Esperança II em torno das centralidades, a partir da categoria *habitus*; e Verificar a sustentabilidade social, econômica, ambiental, política e cultural da área focal estudada.

Os instrumentos de pesquisa a serem usados são formulários, entrevistas e levantamento iconográfico. Quanto aos formulários e entrevistas, terão a amostragem de 10 na Comunidade Esperança II e 20 na orla central da cidade de Coari. As entrevistas e levantamentos iconográficos (mapas mentais, fotografias e croquis) serão gravados em meio digital ou outro e transcritas, e será garantida a confidencialidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa, nas demais abordagens e em todo o caso.

Esta pesquisa é livre, não possui fins lucrativos ou aplicados, sendo o benefício gerar informações sobre a temática e possibilitar a instituição de políticas públicas propostas nas considerações finais desta pesquisa.

Os riscos para os sujeitos da pesquisa por ocasião da realização do estudo são mínimos. No entanto, poderá haver prejuízos de cunho psicológico-emocional em virtude de que lhes será solicitado para que se expressem para responder as questões das entrevistas, por ocasião da aplicação dos formulários, bem como quando forem colaborar para o levantamento iconográfico uma vez que vai buscar rememorar questões do cotidiano, de sua historicidade, de aspectos socioculturais, da percepção ambiental e sentimentos de felicidade e tristeza atrelados ao lugar de

suas vivências frente a uma determinada conjuntura.

No entanto, salientamos que para minimizar esses riscos, todas as informações sobre os sujeitos serão mantidos em sigilo, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 196 DE 10 DE OUTUBRO DE 1996, de modo que a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa seja preservada, bem como todas as informações sobre a pesquisa serão devidamente publicizadas. Ademais, serão tomados os devidos cuidados quanto à abordagem a fim de que a pesquisa respeite às dinâmicas socioculturais locais, no atendimento quanto às peculiaridades quer referentes à linguagem e aos modos de vida das populações da pesquisa, a fim de não constrangê-las nem tampouco causar em prejuízos de qualquer natureza.

Havendo dúvidas e/ou questionamentos, o senhor (a) tem toda liberdade de buscar esclarecimento nos endereços abaixo e as respostas serão dadas pelos pesquisadores acima mencionados, em tempo hábil.

Sandro Haoxovell de Lira: Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA-UFAM). Telefone para contato: (92) 8212-6521, (92) 3305-4068, e-mail: sandrohaoxovell@bol.com.br.

Endereço: Avenida Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 campus universitário, bloco F setor sul. Coroadó, Cep: 69.077-000, Manaus – AM.

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe: Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA-UFAM). Telefone para contato: (92) 9173-1273, (92) 3305-4068, e-mail: tecafraxe@uol.com.br.

Endereço (1): Avenida Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 campus universitário, bloco F setor sul. Coroadó, Cep: 69.077-000, Manaus – AM.

Endereço (2): Núcleo de Socioeconomia (NUSEC)/FCA/UFAM. Telefone para contato: 3305-4044, 3305-4050, 3305-4044. Avenida Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 campus universitário, bloco F setor sul. Coroadó, Cep: 69.077-000, Manaus – AM.

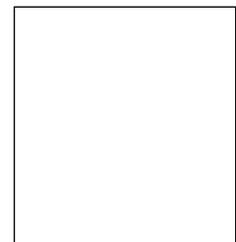
Outras informações poderão também ser obtidas também junto ao **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM.**

Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07
Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM
Fone: (92) 3305-5130 - (92) 9171-2496
E-mail: cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com

Fui informado (a) sobre a pesquisa e por que o pesquisador (a) precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar livremente da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e minha participação é *voluntária* e que este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo ou posso desligar-me quando desejar. Estou recebendo, também, uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Data: ____/____/____ _____
Assinatura do entrevistado

Data: ____/____/____ _____
Assinatura do pesquisador



Impressão polegar
Caso não saiba assinar



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem (fotografia) e o som da minha voz (gravação), na qualidade de participante/entrevistado (a) no projeto de pesquisa intitulado **“As mudanças do *habitus* a partir da exploração de petróleo e gás natural em Coari-AM”**, de responsabilidade do pesquisador **Sandro Haoxovell de Lira**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA.

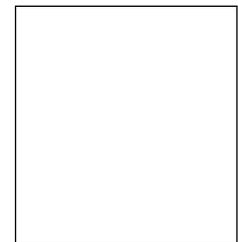
Minha imagem e som de minha voz serão utilizados apenas na sua dissertação de mestrado. Fui informado (a) de que não haverá divulgação da minha imagem nem o som de minha voz por quaisquer meios de comunicação, sejam televisão, rádio ou internet, exceto no caso especificado. Também me foi esclarecido que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do pesquisador, que se compromete a guardá-los em segurança para que não sejam utilizados indevidamente.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins da pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som da minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Data: ____/____/____ _____
 Assinatura do entrevistado

Data: ____/____/____ _____
 Assinatura do pesquisador



Impressão do dedo polegar
 Caso não saiba assinar



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Local onde mora: _____

Há quanto tempo o Senhor (a) mora aqui: _____

1) Como era este lugar antes da chegada da Petrobras? Conte a história.

2) Na sua ideia (percepção) o que mudou?

3) O senhor (a) acha que a vida está melhor ou pior agora? Por quê?

4) Qual o seu sentimento por este lugar antes e agora?

Antes:

Agora:



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



Levantamento iconográfico

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Local onde mora: _____

Há quanto tempo o Senhor (a) mora aqui: _____

1) O Senhor (a) poderia fazer um desenho à mão (mapa mental) de como era antes e depois este território – mostrando os lugares mais importantes?

2) O Senhor (a) poderia fotografar os lugares que lhe trazem grande felicidade e alegria e os que trazem tristeza, descontentamento ou outro sentimento ruim?



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

Formulário – População Ribeirinha

Chefe da família

A) Nome: _____ Local de nascimento: _____
 Mora na comunidade há: _____ Último local que morou: _____
 Número de pessoas que moram na casa: _____ Se não morava na comunidade por que veio morar? _____

B) Nome do cônjuge: _____ Local de nascimento: _____
 Mora na comunidade há: _____ Último local que morou: _____
 Se não morava na comunidade por que veio morar? _____

C) Configuração familiar:

Or d.	Nome	Parent.	Sexo		D. Nasc.	Prof.	Escol.*	Ainda estuda		Documentos que possui								
			M	F				Sim	Não	C. Nasc.	C. Cas.	RG	CPF	T. Elei.	Reg. Mil.	Insc. INSS	Cart. Trab.	
1																		
2																		
3																		
4																		
5																		
6																		
7																		
8																		
9																		
10																		
11																		
12																		
13																		
14																		
15																		
16																		
17																		
18																		

***Código escolaridade:**

NA – não alfabetizado	3 – 3ª série	7 – 7ª série	3C – 3º colegial	SI – Superior incompleto
A – alfabetizado	4 – 4ª série	8 – 8ª série	TI – Técnico Incompleto	SC – Superior completo
1 – 1ª série	5 – 5ª série	1C – 1º colegial	TI – Técnico completo	PGI – Pós-graduação incompleta
2 – 2ª série	6 – 6ª série	2C – 2º colegial	PT – Pós-técnico	PGC – Pós-graduação completa

Tipologia Familiar:

() nuclear () monoparental () reorganizada () ampliada () intergeracional () homoafetiva () homoparental

() outro: _____

♣ **CAMPO SOCIAL**

1) HABITAÇÃO:

1.1 – Essa casa é própria? Sim () Não ()

Se não: () alugada () cedida () outro: _____

1.2 – Quantos cômodos tem a casa? _____

1.3 – Estrutura da casa: () alvenaria () madeira () paxiúba () taipa
() mista () outra: _____

1.4 – Cobertura da casa: () telha de barro () telha de amianto () palha
() alumínio () zinco () cavaco () outra: _____

1.5 – Base da casa: () flutuante () palafita () terra firme
() outra: _____

1.6 – Quais eletrodomésticos possui? () TV () rádio () aparelho de som
() refrigerador () fogão a gás () antena parabólica () outro: _____

2) SAÚDE

2.1 – Existe posto de saúde na comunidade? () sim () não

2.2 – Se sim, possui instalação própria? () sim () não

2.3 – Se não, onde fica o posto de saúde mais próximo? _____ Quanto tempo de viagem? _____

2.4 – Existe coleta para exame de malária na comunidade? () sim () não

2.5 – Se sim, os exames são realizados na própria comunidade? () sim () não

2.6 – Se não, quanto tempo demora para chegar os resultados dos exames?
() dias () semanas () meses () outro: _____

2.7 – Existem atividades/campanhas de prevenção/combate às doenças?

() sim () não

2.7.1 – Se sim, quais?

<i>Atividade</i>	<i>Doenças</i>	<i>Frequência</i>
Vacinação		
Borrifação		
Palestras		
Cursos		

2.8 – Tem agente de saúde na comunidade? () sim Quantos _____ () não

2.9 – Tem parteira na comunidade? () sim Quantos _____ () não

2.10 – Tem benzedor (eira) na comunidade? () sim Quantos _____ () não

2.11 – Quais as doenças mais frequentes entre os adultos?

() malária () febre amarela () gripe () verminose

() escabiose () desidratação () hepatite () catapora

() sarampo () diarreia () cólera () problemas respiratórios

() acidente ofídicos () acidente de trabalho () DSTs () Outros: _____

2.12 – Quais as doenças mais frequentes entre as crianças?

() malária () febre amarela () gripe () verminose

() escabiose () desidratação () hepatite () catapora

() sarampo () diarreia () cólera () problemas respiratórios

() acidente ofídicos () acidente de trabalho () DSTs () Outros: _____

2.13 – Como são tratadas as doenças?

() remédio caseiro* () remédio com orientação médica

() remédio sem orientação médica () outros: _____

*Explicar o remédio caseiro: _____

2.14 – No caso de doenças graves, o que vocês fazem?

Qual o meio de transporte? _____
 Quanto tempo até chegar? _____

2.15 - Alguém na sua casa toma remédio todo dia ou faz tratamento?
 sim Para que doença? _____ não

2.16 – Há pessoas com deficiência na casa?
 não sim Qual?
 auditivo visual completo visual parcial físico
 mental múltipla outros: _____
 Recebe benefício junto ao INSS? não Sim Qual? _____

2.17 – Participação em projetos e/ou programas sociais

2.17.1 A sua família participa de algum projeto social do governo (bolsa família, auxílio gás, outros)?

Sim Não Se sim, quais?

2.18 – Recebe visita do agente de saúde (médico ou enfermeiro)? não sim
 Com que frequência? _____

2.19 – Onde fazem os partos? casa hospital posto de saúde
 outros: _____

2.20 – As crianças, adultos e idosos estão com vacina em dia?
 sim não Por quê? _____

2.21 – Vai ao médico antes de apresentar alguma doença (atitude preventiva)?
 sim não Por quê? _____

2.22 - Longevidade

2.23 - Quantos filhos nasceram?
 Homens _____ Mulheres _____

2.24 – Quantos filhos nasceram vivos?
 Homens _____ Mulheres _____

2.25 – Dos filhos que teve quantos estão vivos?
 Homens _____ Mulheres _____

2.26 – Qual o sexo do último filho nascido vivo?
 Masculino Feminino

2.27 – Qual a data de nascimento (ou idade) do último filho nascido vivo?
 Mês _____ Ano _____ Idade _____

2.28 – Este filho está vivo hoje?
 sim não

2.29. Considera os serviços de saúde da comunidade/cidade:
 ótimo bom regular ruim péssimo
 Por quê? _____

3) EDUCAÇÃO

3.1 – Tem escola na comunidade? não sim

3.2 – Se sim, Até que série? _____

3.3 – Qual o número de pessoas em idade escolar que estão na escola?

3.4 – Qual o número de pessoas em idade escolar que não estão na escola?

3.5 – Qual a razão para não estarem na escola?

3.5.1 – Qual o meio de transporte e tempo usado para irem à escola?

() canoa _____ h () a pé _____ h

() barco _____ h () outro: _____ h

3.6 – Recebe material escolar?

() não () sim O quê? _____

3.7 – A escola oferece merenda escolar? () não () sim

Periodicidade: _____

3.8 – Considera a estrutura física da escola:

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____

3.9 – Considera os recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos:

() ótimo () bom () regular () ruim () péssimo

Por quê? _____

3.10 – Problemas Sociais

3.10.1 – Quais os principais problemas sociais existentes na comunidade?

Descrição	Quant. (casos)	Frequência*	Envolvidos	Causas e Consequências
Prostituição				
Assédio, abuso, exploração sexual de menores				
Galeras				
Alcoolismo				
Suicídios				
Assassinatos				
Furtos				
Roubos				
Violência doméstica				
Drogas				
Exploração trabalho infantil				
Conflito de pesca				

*1 – Já houve, mas não ocorre mais. 2 – Ocorre de vez em quando. 3 – Ocorre bastante

3.10.2 – Na sua opinião, por que esses problemas ocorrem?

♣ CAMPO AMBIENTAL

4) SANEAMENTO

4.1 - Água

4.1.1 – Onde coleta a água para consumo?

() rede de abastecimento comunitário () rio () igarapé () lago () poço artesiano

() cacimba () chuva () outro: _____

4.1.2 – O que faz com a água para beber?

() filtra () ferve () coa () aplica cloro () não faz nada () outro: _____

4.2 - Sanitário

4.2.1 – Possui sanitário/privada? () não () sim, Onde fica?

() na casa () separado da casa

4.2.2 – O que faz com os dejetos sanitários/esgoto?

() lança a céu aberto () lança no rio () fossa aberta ou negra

() fossa com pedra sanitária () fossa séptica () outro: _____

4.3 – Lixo

4.3.1 – O que fazem com o lixo doméstico?

() queimam () enterram () jogam no mato () jogam nos rios

() reaproveitam () outro: _____

5) – RECURSOS AMBIENTAIS

5.1 – Para o senhor (a), como avalia hoje o acesso aos recursos da natureza?

() aumentou () diminuiu () está igual como era há anos

Por quê? _____

5.2 – O senhor (a) já viu algum recurso que era abundante ficar escasso ou difícil de se conseguir?

() não () sim Qual? _____

Por quê? _____

♦ CAMPO CULTURAL

6) – INCENTIVO À CULTURA

6.1 – A comunidade recebe algum incentivo público ou privado para a realização de atividades culturais (festas do padroeiro, arraiais, etc)?

() não () sim Com que frequência? _____ () não sei

6.2 – Existe alguma tradição cultural que mudou ou deixou de existir nos últimos anos?

() não () sim Qual? _____ () não sei

7) – PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES CULTURAIS

7.1 - O senhor (a) participa ativamente de alguma atividade cultural?

() não () sim Qual? _____

Por quê? _____

♥ CAMPO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

8) – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

8.1 – Participa de algum grupo, associação, cooperativa, sindicato na comunidade ou outra organização social?

() não () sim Qual? _____

8.2 – Paga taxa? () não () sim Qual o valor? R\$ _____

8.3 – É afiliado a alguma instituição social? () não () sim

Qual? _____

8.4 – Participou de alguma audiência ou consulta pública sobre o gasoduto Coari-Manaus?

() sim () não () nunca ouvi falar () ouviu falar mas não pôde ir

Se sim, saberia dizer qual o propósito da audiência? sim () não ()

* 1 – roça. 2 – quintal. 3 – floresta primária. 4 – capoeira. 5 - outro

10.2.1 - Deixa a terra descansando? () não () sim

Quanto tempo mínimo e máximo o senhor (a) deixa a terra descansando?

Mínimo _____ Máximo _____

Atividades agroindustriais

(monocultura de plantações em grande escala e/ou extensiva para fins comercializáveis. Ex: soja, arroz, grandes áreas destinadas à plantação de capim, etc.).

10.3 – O senhor (a) pratica monocultivo?

() não () sim

10.4 – Qual? _____

10.4.1 – Quem compra na Região? _____

10.4.2 – Alguém já lhe convidou ou ofereceu alguma espécie para plantio em grande escala? () não () sim

10.4.3 – Quem? () vizinho () fazendeiro () patrão () outro: _____

10.4.4 – O que o senhor (a) usa para plantar?

() adubo orgânico () fertilizante () máquinas de pequeno porte () máquina de grande porte () tratores

() outro: _____

10.5 – O plantio é feito através de?

() trabalho familiar () de mutirão () parceria () da troca () trabalho assalariado

() outro: _____

Criação de animais

10.6 – O senhor (a) ou alguém de sua casa pratica a criação de animais?

() não () sim

10.7 – O que o senhor (a) cria?

Espécie	Quantidade	Finalidade		Comprador	Local da venda
		Consumo	Venda		
Ave					
Abelha					
Gado bovino					
Búfalo					
Porco					
Carneiro					
Bode/cabra					
Peixe					
Quelônio					

O senhor (a) vacina a criação? () sim () não

Por quê? _____

Extrativismo Animal

10.8 – O senhor (a) ou alguém de sua casa pratica a pesca?

() não () sim

10.9 – Que tipo de peixe pesca?

Espécies	Locais de pesca		Ambiente de pesca*	Apetrecho	Finalidade		Local de venda
	Cheia	Seca			Consumo	Venda	

*1 - lago. 2 - igarapé. 3 - paraná. 4 - rio. 5 - restinga. 6 - poço. 7 - igapó. 8 - outro.

10.10 –  participante de alguma colônia de pescadores? () sim () não

10.11 – Possui carteira de pescador? () sim () não

10.12 – O senhor (a) acha que a quantidade de peixes nos últimos anos:

() aumentou () está igual como era antes () diminuiu

10.13 – Por quê?

10.14 – O senhor (a) usa caa na alimentação?

() não () sim

10.15 – Quais animais que caa?

Espécie capturada	Quant. Capturada (kg)	Arma usada	Finalidade		Comprador	Local de venda
			Consumo	Venda		

Extrativismo florestal – não madeireiro

10.16 – O senhor (a) coleta produtos da floresta (não madeireiro)?

() não () sim

10.17 – Quais produtos coleta?

Espécie não-madeireira	Uso*	Finalidade		Comprador	Local de venda
		Consumo	venda		

*1 – lenhas. 2 – cascas. 3 – sementes. 4 – folhas. 5 – leos. 6 – raízes. 7 – seivas. 8 – frutos. 9 – outros.

Extrativismo florestal – madeireiro

10.18 – O senhor (a) retira madeira da floresta?

() não () sim

10.19 – Quais espécies madeireira retira?

Espécie madeireira	Quantidade toras extraídas	Finalidade		Comprador*	Local de venda
		Consumo	Venda		

*1 – madeiras. 2 – fazendeiros. 3 – compradores locais. 4. outro.

10.20 – Força de trabalho familiar

10.20.1 – Além do senhor e de sua esposa, quem mais ajuda no trabalho familiar?

() filhos () netos () sobrinhos () outros parentes () ninguém

() outros: _____

Nome	Sexo	Parentesco	> 12 anos	< 12 anos	Atividades

10.20.2 – Para os produtos que o senhor (a) vende:

() recebe assistência técnica? () não () sim

De quem? _____

() participa de eventos de capacitação/curso? () não () sim

Qual? _____

() tem crédito? () não () sim

De quem? _____

() tem auxílio do governo? () não () sim Quais? _____

() sementes () mudas () vacinas aftosa, brucelose, carbúnculo...

() implementos, ferramentas agrícolas () trator, caminhão....

() equipamento para agroindústria () outros: _____

11) RENDA

11.1 – Quais as principais fontes de renda mensal de sua família?

() benefício social () empregado () outro _____

Descrição	Onde	Carteira assinada	Valor (R\$)
		sim x não	

() Comércio e serviço - renda anual: R\$ _____

() venda () Diárias/bico () barranqueiro () piloto/catraieiro () mateiro

() turismo () estaleiro () artesanato, qual? _____

() outro: _____

() Pesca - renda anual: R\$ _____

() Caça - renda anual: R\$ _____

() Produtos Não Florestais - renda anual: R\$ _____

() Produtos florestais - renda anual: R\$ _____

() Criação - renda anual: R\$ _____

() Agricultura - renda anual: R\$ _____

11.2 – Como o senhor (a) acha que poderia melhorar a sua renda e as condições de vida de sua família com essas atividades?

11.3 – Além do que o senhor (a) faz, qual outra atividade gostaria de fazer para aumentar a sua renda familiar ou alimento de subsistência?

11.4 – Considera sua renda suficiente? () sim () não Por quê?

11.5 – Na sua opinião, Quais os principais problemas para o aumento da renda familiar e como deveriam ser resolvidos?

Problema	Solução

12. ENERGIA

12.1 – Que tipo de energia tem na sua comunidade?

- () rede Amazonas Energia
 () gerador comunitário a diesel () gerador comunitário a gasolina
 () gerador particular a diesel () gerador particular a gasolina
 () solar () outro: _____
 () não tem energia elétrica

Se não tem energia elétrica, o que usa para iluminação à noite?

- () lamparina () lampião a gás () vela () outro: _____

O senhor (a) gostaria de ter energia elétrica o dia inteiro na sua comunidade?

- () não () sim, Por quê?

12.2 – Se tem fornecimento Amazonas Energia, qual a frequência de fornecimento?

- () manhã () tarde () noite () dia todo

12.2.1 – Considera o fornecimento: () suficiente () insuficiente

12.2.2 – Se tem fornecimento comunitário ou particular, quais os horários de uso?

12.2.3 – Considera o fornecimento para sua necessidade: () suficiente () insuficiente

12.2.4 – Houve alguma modificação/benefício/melhoramento em relação ao fornecimento de energia elétrica desde a chegada da Petrobras?

- () não () sim, Por quê? _____

13. Como avalia a exploração de petróleo e gás natural para as condições de vida da Comunidade?

- () ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

Formulário – População Urbana

Chefe da família

A) Nome: _____ Local de nascimento: _____
 Mora em Coari há: _____ Última local/cidade que morou: _____
 Número de pessoas que moram na casa: _____ Se não morava em Coari por que veio morar? _____

B) Nome do cônjuge: _____ Local de nascimento: _____
 Mora em Coari há: _____ Último local/cidade que morou: _____
 Se não morava na cidade por que veio morar? _____

Configuração familiar:

Ord.	Nome	Parent	Sexo		D. Nasc.	Prof.	Escol. *	Ainda estuda		Documentos que possui								
			M	F				Sim	Não	C. Nasc.	C. Cas.	RG	CPF	T. Elei.	Reg. Mil.	Insc. INSS	Cart. Trab.	
1																		
2																		
3																		
4																		
5																		
6																		
7																		
8																		
9																		
10																		
11																		
12																		
13																		
14																		
15																		
16																		
17																		
18																		

***Código escolaridade:**

NA – não alfabetizado	3 – 3ª série	7 – 7ª série	3C – 3º colegial	SI – Superior incompleto
A – alfabetizado	4 – 4ª série	8 – 8ª série	TI – Técnico Incompleto	SC – Superior completo
1 – 1ª série	5 – 5ª série	1C – 1º colegial	TI – Técnico completo	PGI – Pós-graduação incompleta
2 – 2ª série	6 – 6ª série	2C – 2º colegial	PT – Pós-técnico	PGC – Pós-graduação completa

Tipologia Familiar:

() nuclear () monoparental () rearranjada () ampliada () intergeracional () homoafetiva () homoparental
 () outro: _____

♣ **CAMPO SOCIAL**

1) HABITAÇÃO:

1.1 – Essa casa é própria? Sim () Não ()

Se não: () alugada () cedida () outro: _____

1.2 – Quantos cômodos tem a casa? _____

1.3 – Estrutura da casa: () alvenaria () madeira () paxiúba () taipa
() mista () outra: _____

1.4 – Cobertura da casa: () telha de barro () telha de amianto () palha
() alumínio () zinco () cavaco () outra: _____

1.5 – Base da casa: () flutuante () palafita () terra firme
() outra: _____

1.6 – Quais eletrodomésticos possui? () TV () rádio () aparelho de som () aparelho condicionador de ar
() refrigerador () fogão a gás () antena parabólica () antena de tv fechada () micro-ondas () outro: _____

2) SAÚDE

2.1 – Existe posto de saúde próximo de sua casa? () sim () não

2.2 – Se sim, possui instalação própria? () sim () não

2.3 – Existe coleta para exame de malária/dengue próximo de sua casa? () sim () não () não sei

2.4 – Se sim, os exames são realizados onde?

2.5 – Se não, quanto tempo demora para chegar os resultados dos exames?
() dias () semanas () meses () outro: _____

2.6 – Existem atividades/campanhas de prevenção/combate às doenças?

() sim () não

2.6.1 – Se sim, quais?

<i>Atividade</i>	<i>Doenças</i>	<i>Frequência</i>
Vacinação		
Borrifação		
Palestras		
Cursos		

2.7 – Tem agente de saúde perto de sua casa? () sim Quantos _____ () não () não sei

2.8 – Quais as doenças mais frequentes na sua família?

() malária () febre amarela () gripe () verminose

() escabiose () desidratação () hepatite () catapora

() sarampo () diarreia () cólera () problemas respiratórios

() acidente ofídicos () acidente de trabalho () DSTs () Outros: _____

2.9 – Em caso de doença a que serviço recorre?

Posto de saúde () Hospital público () Médico de plano de saúde () Farmácia () Outros ()

especificar: _____

2.10 – Como são tratadas as doenças?

() remédio caseiro* () remédio com orientação médica

() remédio sem orientação médica () outros: _____

*Explicar o remédio caseiro: _____

2.11 – Alguém na sua casa toma remédio todo dia ou faz tratamento?

() sim Para que doença? _____ () não

2.12 – Há pessoas com deficiência na sua casa?

() não () sim Qual?

() auditivo () visual completo () visual parcial () físico

() mental () múltipla () outros: _____

() Recebe benefício junto ao INSS? () não () Sim Qual? _____

2.13 – Participação em projetos e/ou programas sociais

2.13.1 A sua família participa de algum projeto social do governo (bolsa família, auxílio gás, outros)?

Sim () Não () Se sim, quais?

2.14 – Recebe visita do agente de saúde ou médico/enfermeiro da família? () não () sim

Com que frequência? () diária () semanal () mensal () semestral () anual () outra

2.15 – As crianças, adultos e idosos estão com vacina em dia?

() sim () não Por quê? _____

2.16 – Vai ao médico antes de apresentar alguma doença (atitude preventiva)?

() sim () não Por quê? _____

2.17 - Longevidade

2.18 - Quantos filhos nasceram?

Homens _____ Mulheres _____

2.19 – Quantos filhos nasceram vivos?

Homens _____ Mulheres _____

2.20 – Dos filhos que teve quantos estão vivos?

Homens _____ Mulheres _____

2.21 – Qual o sexo do último filho nascido vivo?

() Masculino () Feminino

2.22 – Qual a data de nascimento (ou idade) do último filho nascido vivo?

Mês _____ Ano _____ Idade _____

2.23 – Este filho está vivo hoje?

() sim () não

2.24 - Considera que os serviços de saúde da cidade estão:

() ótimo () bom () regular () ruim () péssimo

Por quê? _____

3) EDUCAÇÃO

3.1 – Tem escola próxima à sua casa? () não () sim Quantas? _____

3.2 – Até que série? _____

3.3 – Qual o número de pessoas em idade escolar que estão na escola?

3.4 – Qual o número de pessoas em idade escolar que não estão na escola?

3.5 – Qual a razão para não estarem na escola?

3.5.1 – Qual o meio de transporte e tempo usado para ir à escola?

- () a pé _____ h () mototaxi _____ h () moto própria
 () carro próprio _____ h () condução escolar pública _____ h
 () bicicleta _____ h () outro: _____ h

3.6 – Recebe material escolar?

- () não () sim O que? _____

3.7 – A escola oferece merenda escolar? () não () sim

Periodicidade: _____

3.8 – Considera a estrutura física escolar?:

- () ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____

3.9 – Considera os recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos (professores e outros funcionários):

- () ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____

3.10 – Problemas Sociais

3.10.1 – Quais os principais problemas sociais existentes no bairro?

Descrição	Quant. (casos)	Frequência*	Envolvidos	Causas e Consequências
Prostituição				
Assédio, abuso, exploração sexual de menores				
Galeras				
Alcoolismo				
Suicídios				
Assassinatos				
Furtos				
Roubos				
Violência doméstica				
Drogas				
Exploração trabalho infantil				

*1 – Já houve, mas não ocorre mais. 2 – Ocorre de vez em quando. 3 – Ocorre bastante

3.10.2 – Na sua opinião, por que esses problemas ocorrem?

♣ **CAMPO AMBIENTAL**

4) SANEAMENTO

4.1 – Fornecimento de Água

4.1.1 – Onde coleta a água para consumo?

- () rede de abastecimento público () rio () igarapé () lago () poço artesiano
 () cacimba () chuva () outro: _____

4.1.2 – O que faz com a água para beber?

- () filtra () ferve () coa () aplica cloro () não faz nada () outro: _____

4.2 - Sanitário

4.2.1 – Possui sanitário/privada? () não () sim, Onde?

() na casa () separado da casa

4.2.2 – O que faz com os dejetos sanitários/esgoto?

() rede pública () lança na rua () lança a céu aberto () lança no rio () fossa aberta ou negra

() fossa com pedra sanitária () fossa séptica () outro: _____

4.3 – Lixo

4.3.1 – O que fazem com o lixo doméstico?

() coleta pública () queimam () enterram () jogam no mato

() jogam nos rios () reaproveitam () outro: _____

5) – RECURSOS AMBIENTAIS

5.1 – Para o senhor (a), como avalia hoje o acesso aos recursos da natureza?

() aumentou () diminuiu () está igual como era há anos Por quê?

5.2 – O senhor (a) já viu algum recurso que era abundante ficar escasso ou difícil de se conseguir?

() não () sim Qual? _____

Por quê? _____

♦ CAMPO CULTURAL

6) – INCENTIVO À CULTURA

6.1 – A cidade recebe algum incentivo público ou privado de projetos para a realização de atividades culturais (festas do padroeiro, arraiais, festival, etc)?

() sim Com que frequência? _____ () não () não sei

Se SIM, quais: Teatro () Concurso de desenhos/poesia () Artesanato () Pintura

() Festas religiosas, cívicas e folclóricas () 11. Outros () Especificar: _____

6.2 – Existe alguma tradição cultural que mudou ou deixou de existir nos últimos anos?

() não () sim Qual? _____ () não sei

6.3 – As práticas culturais da cidade estão:

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____

7) – PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES CULTURAIS

7.1 - O senhor (a) participa ativamente de alguma atividade cultural?

() sim Qual? _____ () não

Por quê? _____

Com que frequência sua família participa dessas atividades?

Uma vez por semana () Duas vezes por semana () Mais de duas vez por semana () 3. Mensal ()

4. Bimestral () 5. Outros (), especificar: _____

7.2 – Quem organiza essas atividades?

Prefeitura () Associações de moradores () Escola () Igreja ()

Outros () especificar: _____

7.3 – Onde são realizadas essas atividades?

Escola () Igreja () Centro cultural Quadra de esportes () Outros ()

especificar: _____

♥ **CAMPO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**

8) – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

8.1 Que tipo de organização social formal existe no seu bairro/localidade?

Sindicatos () Associações () Cooperativas () () não sei () Outros, especificar:

8.2 – Participa de algum grupo, associação, cooperativa, sindicato na cidade?

() não () sim Qual? _____

8.3 – Paga taxa? () não () sim Qual o valor? R\$ _____

8.4 – É afiliado a alguma instituição social? () não () sim Qual?

8.5 – Participou de alguma audiência ou consulta pública sobre o gasoduto?

() sim () não () nunca ouvi falar () ouviu falar mas não pôde ir Por quê?

9) - INFORMAÇÃO

9.1 – O senhor (a) já ouviu falar do gasoduto? () sim () não

9.2 – Como ouviu falar? () rádio comunitária () voz comunitária () TV

() rádio () jornal () revista () panfleto () outro: _____

9.3 – O senhor (a) já ouviu falar dos benefícios do gasoduto para a cidade?

() não () sim Quais? _____

9.3.1 - Saberá dizer o que é *royalties*?

() não () sim Explique: _____

9.3.2 - E saberá qual é o propósito dos *royalties*?

() não () sim Explique: _____

9.4 – A cidade foi beneficiada? () não () sim Com quê? _____

9.5 – O senhor (a) já ouviu falar dos efeitos negativos do gasoduto para a cidade?

() não () sim Quais? _____

9.5.1 - A cidade foi prejudicada? () não () sim Com quê? _____

9.6 – Como o senhor (a) se comunica?

() telefone público () telefone residencial () celular

() internet () rádio transmissor UHF

() Outro: _____

9.6.1 – Considera a sua forma de comunicação: () ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____

9.7 – Com que o senhor (a) se mantém informado?

() TV () rádio () jornal () revista () internet () outro: _____

▲ **CAMPO ECONÔMICO**

10. ATIVIDADE PRODUTIVA

10.1 Posição na ocupação e ramos de atividade no trabalho principal

Trabalhador doméstico: () Carteira de trabalho assinada () Não assinada

Empregado: () Carteira de trabalho assinada () Não assinada () Empregador

() Por conta-própria (autônomo) () Faz bico (informal) () aposentado/pensionista

Outra () especificar: _____

Há quanto tempo? _____

10.2 Qual a sua posição na família?

Chefe – responsável pela maior parte do sustento da família, desde que não seja um dos filhos ()

Arrimo – filho (a) responsável pela maior parte do sustento da família ()

Contribuinte – pessoa que tem renda própria e ajuda no sustento da família ()

Independente – pessoa que tem renda própria e não ajuda no sustento da família ()

Dependente – pessoa que não tem renda própria ()

11) RENDA

11.1 Renda familiar:

11.1.2 Rendimento mensal da família, em salários mínimos:

() Até 1 () Mais de 1 a 2 () Mais de 2 a 3 () Mais de 3 a 5 () Mais de 5 a 10

() Mais de 10 () Sem rendimento () Sem declaração

11.2 – Quais as principais fontes de renda mensal de sua família?

() benefício social () empregado () atividade autônoma () informal () outro: _____

Quem recebe?	Tipo de trabalho/renda <small>(de onde vêm?)</small>	Valor (R\$) / Periodicidade

11.3 – Como o senhor (a) acha que poderia melhorar a sua renda e as condições de vida de sua família?

11.4 – Além do que o senhor (a) faz, qual outra atividade gostaria de fazer para aumentar a sua renda familiar ou alimento de subsistência?

11.5 – Considera sua renda suficiente? () sim () não Por quê?

11.6 – Na sua opinião, quais os principais problemas para o aumento da renda familiar e como deveriam ser resolvidos?

Problema	Solução

12) ENERGIA

12.1 – Sabe qual o combustível usado na produção de energia elétrica da cidade?

() não () sim Especifique _____

Se sim, saberia dizer que alternativa de geração de energia elétrica seria viável para a cidade?

() não () sim

Qual? _____

12.2 – Como avalia a situação de fornecimento de energia elétrica em Coari?

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____

12.3 – Houve alguma modificação/benefício/melhoramento em relação ao fornecimento de energia elétrica com o gasoduto?

() não () sim, Por quê? _____

13. Como avalia a exploração de petróleo e gás natural para as condições de vida na cidade?

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Por quê? _____
